

PEDRO PEREIRA BORGES

O PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA DE CELSO FURTADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
2007**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO PEREIRA BORGES

O PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA DE CELSO FURTADO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência final para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientadora: Profª.Dra. Silvana Maria Corrêa
Tótora.**

SÃO PAULO
2007

PEDRO PEREIRA BORGES

O PENSAMENTO POLÍTICO NA OBRA DE CELSO FURTADO

A BANCA EXAMINADORA ABAIXO ASSINADA APROVA ESTA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO COMO REQUISITO FINAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Silvana Maria Corrêa Tótora (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof^a. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos

Prof^r. Dr. Cláudio Gonçalves Couto
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

À minha família.

À Missão Salesiana de Mato Grosso.

À orientadora, Professora Silvana Tótora.

RESUMO

O objetivo desta Dissertação de Mestrado é estudar a relação entre a trajetória intelectual e a prática política de Celso Furtado e sua influência no âmbito político brasileiro. O estudo buscou responder a dois problemas centrais de pesquisa: 1) Poder-se-ia incluir a obra literária de Furtado nos estudos de Ciência Política e o seu consequente poder indutivo de produzir efeitos transformadores na história política brasileira? 2) Quais os conflitos e contradições entre o âmbito teórico do historiador, economista e acadêmico e o prático político de Celso Furtado? Quanto à abordagem na análise e interpretação dos dados, esta pesquisa é considerada do tipo qualitativa, tratando-se de um estudo de natureza teórico e empírico. Conclui-se que se pode incluir a obra literária de Celso Furtado nos estudos de Ciência Política e que ela produziu efeitos transformadores na história política brasileira, principalmente na ação planejadora do Estado, no aperfeiçoamento das instituições democráticas, na defesa do Estado-Nação e do mercado interno brasileiro e na necessidade de uma distribuição de renda mais igualitária. Verificaram-se vários conflitos e contradições entre o intelectual e o prático político de Celso Furtado. Mas todas as contradições de Celso Furtado podem ser qualificadas em instâncias puramente intelectuais, pois o autor acreditava na possibilidade de uma ação intelectual que levasse em conta a “ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico”. Por outro lado, tornou-se difícil, senão impossível, enquadrar o posicionamento político de Furtado dentro dos requisitos estabelecidos por Sartre, Bobbio, Gramsci e Said, sem que isso resultasse num reducionismo, podendo, inclusive, essa atitude ser considerada uma falta de respeito à trajetória intelectual e política do autor estudado.

Palavras-chave: Celso Furtado. Política. Intelectual. Brasil.

ABSTRACT

The objective of this Dissertation of Master's degree is to study the relationship between the intellectual path and Celso Furtado political practice and his influence in the Brazilian political extent. The study looked for to answer to two central problems of research: 1) could Furtado's literary work be included in the studies of Political Science and his/her consequent one to can inductive of producing effects transformers in the Brazilian political history? 2) which the conflicts and contradictions among the historian's theoretical extent, economist and academic and Celso Furtado practical politician? As for the approach in the analysis and interpretation of the data, this research is considered of the type qualitative, being treated of a theoretical and empiric nature study. It is ended that can include Celso Furtado literary work in the studies of Political Science and that she produced effects transformers in the Brazilian political history, mainly in the action planner of the State, in the improvement of the democratic institutions, in the defense of the State-nation and of the Brazilian internal market and in the need of a distribution of more equalitarian income. Several conflicts and contradictions were verified between the intellectual and Celso Furtado practical politician. But all of Celso Furtado contradictions can be qualified in instances purely intellectuals, because the author believed in the possibility of an intellectual action that took into account the "rupture epistemological between scientific knowledge and ideological knowledge". on the other hand, he became difficult, or else impossible, to frame Furtado's political positioning inside of the established requirements for Sartre, Bobbio, Gramsci and Said, without that resulted in a reductionism, being able to, besides, that attitude to be considered a respect lack to the studied author's intellectual and political path.

Key-words: Celso Furtado. Political. Intellectual. Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Bibliografia de Celso Furtado e suas atividades 24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ABORDAGEM TEÓRICA DOS PROBLEMAS DE PESQUISA.....	26
1.1 CONTEXTO TEÓRICO DA FILOSOFIA E DA CIÊNCIA POLÍTICA	26
1.2 CONTEXTO TEÓRICO DAS INTERAÇÕES ENTRE A REPRESENTAÇÃO DO INTELECTUAL E A POLÍTICA.....	33
1.2.1 O conceito de intelectual	35
1.2.2 Parâmetros para definição de intelectual.....	37
1.2.3 Definição atual para ‘Intelectuais’	40
1.3 A REPRESENTATIVIDADE DO INTELECTUAL NA POLÍTICA	43
1.3.1 A distinção dos intelectuais	45
1.3.2 Sobre a responsabilidade e o engajamento dos intelectuais	47
2 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE CELSO FURTADO	50
2.1 A INFLUÊNCIA DE KARL MANNHEIM.....	53
2.2 A INFLUÊNCIA DA TEORIA KEYNESIANA	58
2.3 A INDEPENDÊNCIA INTELECTUAL DE CELSO FURTADO	62
3 AS FASES DA TRAJETÓRIA INTELECTUAL E POLÍTICA DE FURTADO ..	69
3.1 PRIMEIRA FASE: HISTÓRIA E TEORIA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO	72
3.1.1 A metodologia Histórico-Estrutural	75
3.1.2 Furtado e a Sudene	80
3.2 SEGUNDA FASE: CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E (SUB)DESENVOLVIMENTO	82
3.3 TERCEIRA FASE: SISTEMA CULTURAL E (SUB)DESENVOLVIMENTO	86
3.4 O CICLO AUTOBIOGRÁFICO	88
3.5 REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DE CELSO FURTADO	91
4 O PENSAMENTO POLÍTICO DE CELSO FURTADO.....	98
4.1 A CONSTRUÇÃO POLÍTICA	98
4.2 O EXÍLIO E O PROCESSO DE MUDANÇA.....	102
4.3 OS ANOS 1980 – A INCORPORAÇÃO DE NOVOS CONCEITOS AO ESTRUTURALISMO	106
4.4 OS ANOS 1990 – EM BUSCA DE UM NOVO MODELO	108

4.5 O PENSAMENTO POLÍTICO DE FURTADO NO SÉCULO XXI	111
4.5.1 Furtado e a questão ecológica	119
5 UMA TEORIA POLÍTICA NA OBRA DE CELSO FURTADO	123
6 O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE CELSO FURTADO.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
APÊNDICE: O HOMEM COMO SER POLÍTICO	157
ANEXO 1: LEI N° 3.995, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1961, PLANO DIRETOR DA SUDENE.....	180
ANEXO 2:UM RETRATO POLÍTICO DO BRASIL 1980-2000	188

INTRODUÇÃO

“A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros”.
 (Celso Furtado, *A Pré-Revolução Brasileira*).

“Hoje posso dizer que fui um heterodoxo” (FURTADO, 2002, p. 80)¹. Essa confissão de Celso Furtado esclarece em parte o que Mallorquin² (2005, p. 162) chamou de “mistério extraordinário”, ao se referir sobre o posicionamento político-ideológico de Furtado, vista a escassa exploração e a falta de detalhes sobre sua vida particular e personalidade, e as contradições entre o âmbito teórico do historiador, economista e acadêmico e a prática política do homem público.

Não obstante, a capacidade de Furtado em repensar a si mesmo, sem, com isso, corromper suas idéias originais, aliada à vitalidade e diversidade do seu pensamento teórico-político, permite dizer que a autodefinição, descrita acima, não se limita exclusivamente em distinguir as diferenças ideológicas entre economistas ortodoxos e heterodoxos, ou capitalismo *versus* socialismo, ou liberalismo *versus* marxismo, ou ainda a dicotomia direita *versus* esquerda, mas abrange a acepção mais ampla e nobre da palavra ‘heterodoxo’, qual seja, segundo Houaiss (2006), ao caráter daquilo que não está de acordo com as doutrinas oficialmente recebidas, daquele que não se conforma com as políticas, opiniões e idéias tradicionais, em geral admitidas, e sente a necessidade de mudá-las mediante transformação da realidade.

Nesse sentido, a produção literária de Celso Furtado se aproxima muito do posicionamento ideológico do teatro épico brechtiano. Furtado, assim como Brecht, não desejava apenas entender e explicar as relações do homem com a sociedade contemporânea, mas, acima de tudo, manifestava a intenção e a necessidade de modificar os dois, o homem e a sociedade, a partir do conceito de desenvolvimento integral do ser humano, em que o homem é, em si, um elemento de transformação, que age tanto sobre o contexto político,

¹ Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. Primeira edição em 2002.

² Carlos Mallorquin foi o primeiro autor a publicar uma biografia de Celso Furtado após sua morte (20 de novembro de 2004) com o título *Celso Furtado: um retrato intelectual*, publicado em 2005.

social, econômico, histórico e ecológico como sobre si mesmo. Assim, uma vez atingido o equilíbrio dinâmico dessas forças, alcançado por meio das relações e das ações predominantemente políticas, o homem avançará no sentido de realizar suas potencialidades (FURTADO, 2002).

A trajetória teórica do intelectual está contida numa extensa bibliografia, composta por 37 livros, dos quais 23 traduzidos em onze idiomas, e mais de uma centena de artigos e ensaios. Estima-se que dois milhões de exemplares tenham sido vendidos, o que significaria uns dez milhões de leitores. Furtado é considerado, junto com Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel, um dos ‘patronos’ da economia política brasileira (BIELSCHOWSKY, 2004).

Embora Furtado evitasse a todo custo dividir sua obra em períodos ou fases, pois era comum o autor transformar textos do passado em novos livros sem os devidos esclarecimentos, sendo esta metodologia um dos motivos do por que sua obra sempre se manteve renovada e atualizada, Mendes e Teixeira (2004) definiram a abordagem teórica da obra de Furtado em três etapas: a primeira, construída a partir dos anos 1940, analisa o subdesenvolvimento de um ponto de vista mais teórico; a segunda, nos anos 1950 aos 1970, considera os aspectos socioeconômicos e políticos, influenciados por suas experiências políticas; e a terceira, nos anos 1980, com sua transição para a problemática do subdesenvolvimento no plano cultural.

Cepêda (2004), em uma outra perspectiva, classifica a obra de Furtado em três momentos distintos: a primeira fase ou “otimista” representa os trabalhos e a participação política compreendida desde o início da carreira até o golpe de 1964. A segunda fase ou “pessimismo estampado”³ inicia-se com a cassação política e vai até o final da década de 1970. Nesse período, Furtado revê suas posições, introduzindo o conceito de modernização do subdesenvolvimento. A terceira fase ou “crítica renitente” começa nos anos 1980. Furtado organiza seu passado e ajusta as contas com a memória da geração desenvolvimentista. (CEPÊDA, 2004).

Mallorquin (2005) observa três recortes globais na obra de Furtado, porém, diferentemente de Cepêda (2004) e Mendes e Teixeira (2004), esses recortes são desiguais

³ Celso Furtado não compartilha da mesma opinião de Cepêda (2004) de que ele estivesse pessimista em relação ao Brasil nesse período histórico. Em dois livros, *O longo amanhecer*, publicado em 1999, e *Em busca de novo modelo*, publicado em 2002, Furtado (1999, p. 99) afirma que sempre foi um “**otimista fundamental!**”. O autor explica que tal interpretação deve-se à primeira edição do livro *O mito do desenvolvimento econômico*, publicado em 1974, no qual ele queria mostrar que, se os brasileiros não encontrassem caminhos próprios, se confiassem apenas nas forças do mercado, nas forças internacionais que atuavam no país, o Brasil não teria saída. Diante da forma de como Furtado abordou o tema, segundo o autor, “muita gente me disse que eu andava pessimista com respeito ao Brasil [...] De toda forma, aceitei a crítica, mas sou um otimista”.

quanto aos anos de atividade intelectual, que compreendem: de 1950 a 1964, indica o apogeu e o declínio do discurso desenvolvimentista e a presença do intelectual-político à frente dos projetos desenvolvimentistas. De 1964 a 1975, cassado pelo regime militar, exila-se primeiro em Santiago do Chile. Depois, em Paris, passando a conhecer *Os ares do mundo* (1997c)⁴, inicia sua carreira acadêmica⁵, apresentando respostas e opções às sociedades latino-americanas diante da investida de governos antidemocráticos e da aparente ausência de novas perspectivas teóricas. A partir de 1975, Furtado elabora uma crítica à economia convencional e inicia uma reconstrução teórica do estruturalismo dos anos 1960; também retoma a certos cargos distanciados do ambiente acadêmico como administrador público. Em sua volta ao Brasil, nos primeiros anos da década de 1980, vê-se obrigado a realizar, novamente, uma “radiografia econômica” do Brasil e do contexto internacional, assim como estabelecer a responsabilidade que lhe cabe em vários setores relacionados com o desenvolvimento econômico brasileiro (MALLORQUIN, 2005).

Embora não faça uma classificação explícita como os autores citados anteriormente Oliveira⁶ (2003, p. 19-20)⁷ distingue a produção intelectual de Furtado em ciclos e fases. O primeiro ciclo vai de 1949 a 1959, período em que “Furtado converte-se em demiurgo do Brasil”, cuja grande obra é a criação de uma teoria do subdesenvolvimento aplicada na economia brasileira através da CEPAL. O segundo ciclo se inicia em meados dos anos 1950 e passa a confundir-se com a sua trajetória de administrador público e político não-partidário⁸. Sua temática vai voltar-se para a questão regional e a sistematização da teoria do subdesenvolvimento. O terceiro ciclo se origina nas ilusões desfeitas com o golpe militar de 1964, período em que Furtado torna-se acadêmico, cujo trabalho, naquele momento, não estaria mais voltado para as propostas de ação, mas para interpretar as ocorrências da conjuntura e da estrutura econômica. A última fase, iniciada em meados da década de 1970, ou a “mais recente” como prefere Oliveira (2003, p. 32), pode ser chamada de “filosófica”,

⁴ *Os ares do mundo*: terceiro livro autobiográfico de Celso Furtado no período em que o autor esteve no exílio, entre 1964 e 1982. Primeira edição publicada em 1991.

⁵ Professor da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (1965); Professor da American University, Washington D. C. (1972); Professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, (1973); Professor na Columbia University, Nova York, (1976).

⁶ Nas décadas de 1950 e 1960, Francisco de Oliveira assessorou diretamente Celso Furtado, sendo seu chefe de gabinete na SUDENE e no Ministério do Planejamento.

⁷ *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. Primeira edição publicada em 2003.

⁸ Celso Furtado só viria a filiar-se a um partido político em 1979 (PMDB). Em entrevista concedida a Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola, em outubro de 2001, Furtado declara: “Mas minha relutância em relação à política partidária nunca me largou. Por isso, quando uma vez pensei em me candidatar a um cargo político, logo percebi as concessões que teria de fazer. Eram tantas que desisti. [...] Minha ação política se dava na base executiva dos governos em que participei. [...] Minha independência estava justamente em me manter distanciado da política partidária” (CAMARGO; LOYOLA, 2002, p. 34, 35).

em que Furtado passou a empreender uma ampla incursão no terreno da discussão das próprias premissas científicas, do arcabouço teórico da economia e de sua capacidade para dar resposta aos problemas contemporâneos. A conjunção desses ciclos e fases, segundo o autor, transformou o pensamento furtadiano numa “ideologização” da economia política.

A trajetória política de Celso Furtado entrelaça-se intrinsecamente com a sua produção literária. As autobiografias, *A fantasia organizada* e *A fantasia desfeita*, publicadas respectivamente em 1985 e 1989, relatam que as primeiras manifestações claramente políticas ocorreram em 1940, quando Furtado entra para a Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e começa a trabalhar na *Revista da Semana*, como jornalista, onde publica seus primeiros artigos e ensaios. Em 1948, depois de finalizar seu doutorado em economia pela Universidade de Paris (Sorbonne), Furtado retorna ao Brasil e agrupa-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica* (FURTADO, 1997a⁹, 1997b¹⁰).

Em 1949, instala-se em Santiago do Chile para trabalhar na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), agência de transcendente importância na vida política latino-americana, pois elaborou toda uma teoria para a situação econômica do continente, de ampla ressonância nos vários países, informando suas políticas, discutidas nos EUA e Europa. Essa fase é fundamental na biografia de Celso Furtado. Entre 1950 e 1954, enquanto diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL, junto com Raúl Prebisch, participou diretamente na formulação da teoria histórico-estruturalista latino-americana, cuja temática original refletia sobre o subdesenvolvimento periférico, distinguindo o Brasil e a América Latina do mero atraso. Em 1953, instala-se no Rio de Janeiro para presidir o Grupo Misto CEPAL-BNDE. Economistas das duas instituições em conjunto com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) elaboraram as bases teóricas de uma política nacional-desenvolvimentista para o Brasil. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, foi a base do *Plano de Metas* do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1958, desliga-se definitivamente da CEPAL e assume uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) (BRESSER-PEREIRA, 2004).

Segundo Mallorquin (2005, p. 162), a partir de 1958 até 1964, vê-se a evolução teórica e política de Furtado. Nessa época, o autor estava enlaçado nas redes do poder. Com efeito, Furtado esteve sob o mando de três diferentes administrações presidenciais entre 1959 e 1964 (Kubitschek, Quadros e Goulart), e, em cada ocasião, seu “verdadeiro poder” foi crescendo:

⁹ *A fantasia organizada*: primeiro livro autobiográfico de Celso Furtado. Primeira edição publicada em 1985.

¹⁰ *A fantasia desfeita*: segundo livro autobiográfico do autor. Primeira edição publicada em 1989.

de diretor da seção do Nordeste no BNDE a seu regresso da Inglaterra (1958), a integrante do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), passando na seqüência a ser nomeado integrante do Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), para finalmente criar política e teoricamente a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), convertendo-se em seu primeiro superintendente. Em 1963, ministro do Planejamento do governo Goulart, em um momento de absoluta crise política, produziu um plano austero de estabilização, o chamado *Plano Trienal*¹¹ que não foi implementado. Por outro lado, ao se monitorar o vertiginoso trajeto de suas atividades nesses anos, entre conferências, publicações, assessorias e trabalhos técnicos, assim como as mutações teóricas observadas (que explicam algumas das contradições), esses anos serão verificados como de intensa militância em prol do desenvolvimento, até o ponto de, em 1963, Furtado ter de ficar em repouso por determinação médica, “tudo isso no mais absoluto segredo”.

Nesse período, Furtado ampliou a capacidade executiva das funções previamente ocupadas. Essa força tem origem na vontade de poder reformista, pois o autor carecia de apoios sociais e políticos específicos. Sem filiações ou interesses partidários anteriores, o discurso do técnico ganhava interlocutores. Sigilosamente, com ampla trajetória e experiência nos círculos políticos e burocráticos, Furtado movia-se de maneira ‘autônoma’ em relação aos interesses políticos específicos ou partidários e conseguiu erigir um “verdadeiro poder” em torno da SUDENE (MALLORQUIN, 2005).

Sobre essa fase, Oliveira (2003) acrescenta que poucos cientistas sociais podem se orgulhar de terem visto suas idéias transformarem-se em força social e política. Para o autor, contra ou a favor, ela exigia que se tomasse alguma posição a seu respeito.

Se Luiz Gonzaga Belluzzo afirma a respeito da formação dos intelectuais de sua geração que “eram todos cepalinos” de forma geral, pode-se afirmar que eram todos também furtadianos, como colocaria com clareza Francisco de Oliveira: “ninguém naqueles anos pensou o Brasil a não ser em termos furtadianos” (CEPÊDA, 1998).

Em 31 de março de 1964, informado do levante militar, juntou-se ao governador Miguel Arraes, no palácio do governo de Pernambuco, numa tentativa inócua de resistência. Em 4 de abril do mesmo ano, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Exilado, continuou no exterior seu trabalho teórico e sua análise crítica da economia brasileira, o que não o impediu de também apresentar, em 1968, convidado pela Câmara Federal, às vésperas do Ato Institucional nº 5, um projeto de retomada do desenvolvimento com distribuição de

¹¹ O Plano Trienal tinha por objetivo manter as taxas de crescimento da economia e reduzir a inflação. Essas condições, exigidas pelo FMI, seriam indispensáveis para a obtenção de novos empréstimos, para a renegociação da dívida externa e para a elevação do nível de investimento.

renda que, em seguida, constituiu *Um Projeto para o Brasil* (1968) (FURTADO, 1997a).

Após a anistia, em 1979, retorna com freqüência ao Brasil, reinserindo-se na vida política. Filia-se ao PMDB, como membro do Diretório Nacional. Em janeiro de 1985, é convidado por Tancredo Neves, recém-eleito presidente, para participar da comissão do Plano de Ação do Governo (COPAG). Em agosto do mesmo ano, é designado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas. Ainda em 1985, passa a integrar a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um anteprojeto de nova Constituição. Nesse período (março de 1986), é nomeado pelo presidente José Sarney para o cargo de ministro da Cultura, sendo o responsável pelo primeiro Projeto de Lei de incentivos fiscais à cultura.

Na década de 1990, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) chega à Presidência da República, marcada por uma revoada de renomados intelectuais aos postos abertos no aparato do Estado. Porém, num primeiro momento, nem todos concordavam com o pensamento de Furtado; alguns chegaram a classificá-lo como um retrógrado associado ao nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, ficando fora de foco ou sem propósito as discussões sobre centro-periferia ou sobre os limites da adesão incondicional à globalização, que se tornara, naquele momento, um processo irreversível de transformação de todas as regras da divisão internacional do trabalho e de um capitalismo que, baseado na ortodoxia monetarista, dominava as molas fundamentais da economia. Entretanto, a ideologia ‘neoliberal’ não conseguiu restabelecer o equilíbrio macroeconômico do país e retomar o desenvolvimento.

No segundo mandato de FHC, o Brasil viu-se obrigado a repensar a sua estratégia de crescimento. As crises haviam produzido uma semi-estagnação e desemprego crescente. Em virtude desses problemas estruturais, Furtado voltou a ser lembrado por FHC e Pedro Malan, então ministro da Fazenda. Segundo a Casa Civil da Presidência da República, entre 1996 e 2000, Furtado teve oito audiências e seis reuniões oficiais de trabalho com o presidente FHC. Fez parte de duas comitivas oficiais nas viagens de FHC à Europa, como membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, órgão da ONU/UNESCO. Segundo a Assessoria de Comunicação do Ministério da Fazenda, no mesmo período, Furtado se encontrou com Pedro Malan em nove oportunidades.

Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, Furtado tinha a esperança de que o crescimento econômico finalmente pudesse metamorfosear-se em desenvolvimento. Ressurgiram questões enterradas pelo neoliberalismo, como a recriação de órgãos regionais (SUDENE, SUDAM, SUDECO) e propostas para uma política de integração nacional. Ao

mesmo tempo, segundo Mendes e Teixeira (2004), o momento atual resgata alguns defensores do mercado interno como fator dinâmico de crescimento, sem perder de vista a importância complementar do mercado externo.

Para Bielschowsky (2004), nesse novo contexto, cresceu a aceitação entre os estudiosos do crescimento nacional, a importância de um ambiente institucional que possa facilitar a solução de problemas políticos e sociais e em considerar aspectos específicos ao contexto brasileiro daquilo que na linguagem influente da literatura atual é chamado de *dynamic capability*, conectadas às preocupações analíticas de Furtado.

Em agosto de 2003, Lula assinou o Decreto Complementar de recriação da SUDENE, extinta na gestão de FHC. Nessa ocasião, Celso Furtado afirmou que o problema do país não é econômico e sim político. Para ele, o grande desafio do governo Luiz Inácio Lula da Silva seria o de liberar o Estado da visão puramente economicista que marcou a gestão anterior e promover a igualdade social. Alertou que cabe aos cientistas sociais a responsabilidade de velar para que os erros do passado não sejam repetidos, ou seja, “para que não voltem a serem adotadas falsas políticas, cujos benefícios se concentram nas mãos de poucos” (FURTADO, 2004)¹².

A vitalidade e o enraizamento do pensamento furtadiano, sejam eles econômicos, sociais, históricos ou políticos, na sociedade e na política brasileira, continuam atualíssimo. Na disputa das eleições presidenciais de 2006, os dois candidatos, Lula, do PT, e Geraldo Alckmin, do PSDB, citaram Celso Furtado em seus discursos de campanha, ao reafirmarem a necessidade do reaparelhamento da SUDENE para fazer desenvolver o Nordeste brasileiro de forma sustentada, removendo de vez a “indústria da seca”, que assola aquela região há décadas, promovida por políticos retrógrados e reacionários.

A conjunção das duas trajetórias, a intelectual (produção literária) e a política, remete ao primeiro problema de pesquisa. Mesmo considerado um homem político, responsável por criar e desenvolver políticas de governo voltadas ao desenvolvimento econômico, Cepêda (2004), Bresser-Pereira, (2001) e Oliveira (2003) afirmam que Furtado é lido e classificado como economista e historiador, em função da interdisciplinaridade de suas teses que se tornaram balizas paradigmáticas para a História e a Sociologia. Por isso, poucos o colocam como um autor relevante para a Ciência Política, ou como tendo uma argumentação que tangencia esse campo.

¹² Texto apresentado na III^a Conferência Internacional da Rede Celso Furtado, realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de maio de 2004.

Assim, como definir a ação política de Furtado? Um ideólogo ‘não-político’ ou um técnico ‘apolítico’; ou ainda a proposição de Bobbio (1996) que releva a questão entre os intelectuais ideólogos (utopista) e os expertos (técnicos). Para Bobbio (1996), ‘não-político’ é diferente de ‘apolítico’. Ser ‘não-político’ significa colocar a política num patamar qualitativamente diferente da política ordinária e remetê-la para outro nível não restrito à política partidária. Uma outra situação, proposta pelo autor, seria que a tarefa do intelectual é de agitar idéias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais; a tarefa do político é a de tomar decisões, e toda decisão implica numa escolha que, por si só, é uma limitação. Essa reflexão orienta para o segundo problema de pesquisa, qual seja: da relação entre o intelectual e o poder.

Considerando a tematização apresentada, este estudo buscará responder a dois problemas centrais de pesquisa:

- 1) *Poder-se-ia incluir a obra literária de Furtado nos estudos de Ciência Política e o seu consequente poder indutivo de produzir efeitos transformadores na história política brasileira?*
- 2) *Quais os conflitos e contradições entre o âmbito teórico do historiador, economista e acadêmico e o prático político de Celso Furtado?*

Para responder aos problemas de pesquisa, este trabalho tem por objetivo geral estudar a trajetória intelectual e a prática política de Celso Furtado e sua influência no âmbito político brasileiro. Para atingir esse objetivo, os meios de pesquisa dos objetivos específicos foram estruturados em seis capítulos.

O capítulo um aborda teoricamente os dois problemas centrais de pesquisa. Para tal, fez-se necessário pesquisar e compreender, numa primeira seção, a literatura sobre Ciência e Filosofia Política e, na seqüência, as relações entre o intelectual e a política.

Para o estudo da Ciência e da Filosofia Política, tendo por finalidade introduzir a obra de Furtado como autor relevante para a Ciência Política, foi utilizado uma sustentação teórica que discute a existência ou não de uma Ciência baseada na Filosofia Política. Neste trabalho, o entendimento desse conflito metodológico não ficou restrito apenas às discussões entre as construções teóricas e o pragmatismo, mas foi aprofundado apresentando uma visão holística a respeito da questão, tema sobre o qual Furtado (1999, p. 70, 71) desenvolveu um raciocínio metodológico ainda pouco empregado nos dias de hoje. Segundo o autor, prevaleceu nas Ciências Sociais a tendência à especialização e ao tecnicismo, amarrando-as a esquemas formais. Isso limitou o uso da imaginação em Ciências Sociais que, ao contrário das Ciências Exatas, nem sempre estão submetidas a métodos rigorosos, susceptíveis de comprovação.

As Ciências Sociais devem ser um processo aberto de criação porque a sociedade é algo que os homens não param de refazer. O mundo que o homem cria é sempre novo, pois não há ciência que abarque o que está em gestação. O desafio que enfrentamos nas Ciências Sociais é o de abordar problemas que ainda estão se formulando e elaborar métodos para abordá-los. Tive muito cedo a intuição de que não é possível ser cientista social sem uma visão de conjunto dos processos, que é dada pela História (FURTADO, 1999, p. 71,72).

A construção da sustentação teórica para fundamentar a inclusão da obra literária de Furtado nos estudos de Ciência Política, além da própria concepção do autor, está amparada por Norberto Bobbio, *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*; Karl Mannheim, *Ideologia e utopia*; Hanna Arendt, *O que é Política?*; André Berten, *Filosofia Política*; Christian Delacampagne, *A Filosofia Política hoje*; Álvaro de Vita e Atílio Boron (orgs), *Teoria e Filosofia Política*; Jacques Rancière, *O desentendimento: Política e Filosofia*; e Carlos Eduardo Sell, *Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia*. Ao final deste trabalho, Acrescenta-se ainda *O homem como ser político*, apêndice que apresenta de forma didática os conceitos e definições de Política e Ciência e Teoria Política.

Por sua vez, os eixos norteadores para o estudo da representatividade do intelectual na política estão baseados em duas acepções: a primeira apresenta uma visão teórica e conceitual dessa representatividade em que se utilizou o conhecimento produzido por cinco autores: Norberto Bobbio, *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*, bibliografia que serviu como base metodológica¹³; Edward W. Said, *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*; Antônio Gramsci, *Intelectuais e a organização da cultura*; Max Weber, *Ciência e política: duas vocações*; e Jean-Paul Sartre, *Em defesa dos intelectuais*. A segunda acepção atualiza a discussão da relação entre o intelectual com a política: utiliza-se o texto *Os intelectuais e o poder*, de Michel Foucault, em *Microfísica do poder*; e o artigo de Marilena Chauí, *Intelectual engajado: um ser silente ou animal em extinção?*, introduzido no livro *O silêncio dos intelectuais*, organizado por Adauto Novaes.

O capítulo dois descreve a formação intelectual de Furtado, destacando a influência de Mannheim, Marx e Keynes. Sendo este estudo de natureza indutiva¹⁴, apresenta-se este capítulo a partir do entendimento que Celso Furtado faz desses autores, e não ao contrário, até

¹³ Nesse livro, Bobbio (1996) apresenta uma interpretação bastante completa sobre o posicionamento de Karl Mannheim no que diz respeito à relação entre intelectual e poder. Esta interpretação foi utilizada para compor o capítulo.

¹⁴ Cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações particulares às teorias (conexão ascendente). Suas fases são: observação dos fenômenos; descoberta da relação entre eles; generalização da relação.

porque o autor não se considerava e não aceitava o rótulo de mannheiniano, marxista ou keynesiano, e também porque o objetivo deste estudo é conhecer o pensamento de Furtado e não de Mannheim, Marx ou Keynes. Diante disso, finaliza-se este capítulo sustentando-se a independência intelectual de Celso Furtado, ou seja, pode-se inferir que Furtado é furtadiano.

O capítulo três analisa as fases da trajetória intelectual e trajetória política de Celso Furtado, bem como as abordagens teóricas de sua obra. É importante salientar que esta dissertação não tem por objetivo discutir as teorias de economia política e de desenvolvimento econômico propostas pelo autor. No livro *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*, publicado em 1967, reeditado em 1971, e uma versão revisada e ampliada pela Editora Abril em 1983, o autor praticamente esgota o assunto, fornecendo sua concepção sobre os economistas clássicos e neoclássicos, sobre as teorias de desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Desenvolve também as premissas filosóficas do modelo econômico marxista, keynesiano e a teoria do empresário de Wicksell e Schumpeter. O enfoque analítico e o enfoque histórico dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram amplamente detalhados, o que permitiu que Furtado demonstrasse, teoricamente, de que é possível formatar por meio de uma metodologia própria uma política generalizada de desenvolvimento econômico. Todas essas premissas estão presentes neste trabalho; entretanto, a construção do capítulo, assim como toda a dissertação, está voltada para o viés político, seja através das ações de Furtado em fazer políticas públicas, agindo como um *police-maker*, seja na elaboração de teorias econômicas que influenciaram a história política brasileira, ou ainda a concepção da ‘Política’ como finalidade de alcançar o poder e nele permanecer. Portanto, não cabe neste estudo analisar a obra de Furtado a partir de um modelo econômico ou analisar apenas um período da sua trajetória. Nesse contexto, Cepêda (1998) deu uma contribuição importante ao analisar a obra de Furtado contemplando exatamente esses quesitos.

O pensamento político do autor estudado e a sua influência na política brasileira estão no capítulo quatro.

Por último, enquadrados como elementos textuais de discussão desta dissertação, o capítulo cinco sugere que a obra e o pensamento furtadiano constituem uma teoria política, e o capítulo seis descreve o posicionamento político do intelectual, analisando os conflitos e as contradições entre a trajetória intelectual e a trajetória política do autor.

Com base nessa literatura, foram desenvolvidas as análises pertinentes aos problemas de pesquisa desta dissertação. Sobre essa análise, como elemento delimitador, não se procede a uma discussão, numa perspectiva analítica, do discurso em si, mas perceber as razões da prática política pela intelectualidade, engajada ou não engajada, política ou apolítica.

Salienta-se que, nesse capítulo, não foram feitas relações e comparações com os métodos utilizados por Furtado, visto que, como poderá ser verificado nos capítulos posteriores, o autor empregava uma metodologia própria, tanto na proposição de suas teorias como na edição de seus livros. As análises comparativas entre o que propõe os conceitos sobre a teoria da representatividade do intelectual na política e a ação política do autor estudado estão descritas no decorrer deste estudo e, mais detalhadamente, no capítulo seis.

Este estudo se justifica porque, nos últimos 50 anos, a discussão dos problemas brasileiros, suas potencialidades, seus impasses e dilemas passaram necessariamente pela obra de Furtado, a partir do momento em que ele ofereceu uma alternativa de interpretação e de ação contra os liberais de sua geração e, mais recentemente, contra os novos liberais. Também, e concorda-se com Oliveira (2003, p. 114), que a “obra teórica de Celso Furtado faz parte da própria construção nacional, é um patrimônio da nação, que convida seus leitores a debruçarem-se sobre sua figura austera, numa república plagada de vícios patrimonialistas”.

Ao mesmo tempo, há a necessidade de uma atualização dos processos metodológicos de interpretação das teorias econômicas, procurando aproximar-as das Ciências Sociais¹⁵. Explica-se: de maneira geral, a economia atual caracteriza-se pelo enfoque reducionista e fragmentário típico das Ciências Sociais. Invariavelmente, os economistas não reconhecem que a economia é meramente um dos aspectos de todo o contexto político, social, psicológico e ecológico, ou seja: um sistema vivo composto de seres humanos em contínua interação com seus recursos naturais. Para Capra (2006), o erro básico das Ciências Sociais consiste em dividir essa textura em fragmentos supostamente independentes, dedicando-se a seu estudo em departamentos acadêmicos separados. Assim, os cientistas políticos tendem a negligenciar forças econômicas básicas, ao passo que os economistas não incorporam em seus modelos as realidades sociais e políticas. Essas abordagens fragmentárias também se refletem nos governos, na cisão entre a política social e econômica. Outro aspecto negligenciado pelos economistas e pelos cientistas políticos é que a economia e a política estão sempre em constante evolução e contínua mudança, sendo estes fatos que os diferem das Ciências Naturais.

Desde seus primeiros trabalhos, Celso Furtado já tinha essa percepção, qual seja: o autor entendia a economia através de uma visão mais abrangente. Por isso, sua importância para as Ciências Políticas deve ser estudada. Segundo Mallorquin (2005) e Bielschowsky

¹⁵ As Ciências Sociais ocupam-se dos aspectos sociais e culturais do comportamento humano. Incluem a Ciência Econômica, a Ciência Política, a Sociologia, e antropologia e, na opinião de Celso Furtado, a História.

(2000), para ele, havia uma interdisciplinaridade entre a Ciência Econômica e as Ciências Sociais e Políticas. Na construção de suas teorias, Furtado utilizava um método analítico próprio, mesmo com todas as influências que podem ser conectadas a ele¹⁶, denominado de “histórico-estrutural”. Não era usual de a metodologia econômica adotar elementos multidisciplinares como incluir delimitações analíticas em termos de espaço e tempo (geografia e história), noções ausentes, ainda hoje, na ortodoxia econômica, o que viria a caracterizar a originalidade das idéias de Furtado, construindo um novo conceito e perspectiva na história das idéias.

Para Mendes e Teixeira (2004), a compreensão histórica do desenvolvimento brasileiro passa necessariamente pela releitura das contribuições políticas de Celso Furtado. Segundo esses autores, uma releitura do intelectual não é apenas importante do ponto de vista de um entendimento da evolução “histórico-cultural-estrutural” do (sub) desenvolvimento¹⁷ brasileiro, como continuam sendo atuais suas idéias originais até hoje não totalmente aplicadas, no sentido de verem resolvidas questões consideradas essenciais para o Brasil superar definitivamente o estágio de subdesenvolvimento ainda prevalecente. Fica clara a mensagem que perpassa toda a obra de Furtado, de que o crescimento econômico não é condição suficiente para superar o subdesenvolvimento, mas somente mediante a aplicação de reformas estruturais importantes, entre as quais, a superação das desigualdades socioeconômicas, que, em última instância, estão refletidas em desigualdades regionais de renda, produto, educação, salário, saúde, etc. A diminuição dessas distorções possibilitaria ao Brasil uma capacidade ampliada do mercado interno de forma a tornar-se uma fonte dinâmica de um desenvolvimento econômico sustentável, menos vulnerável às forças instabilizadoras externas, sejam elas comerciais, tecnológicas ou financeiras.

Cepêda (1998), Oliveira (2003) e Mallorquin (2005) argumentam que, para uma análise histórica e política da transformação do Brasil de uma economia primário-exportadora para industrial, é necessário que esta avaliação considere a incapacidade do país superar, até hoje, as graves desigualdades econômicas e sociais, que podem ser refletidas no ambiente político como diferenças globais e regionais, limitadores da expansão do mercado interno, do crescimento econômico e desenvolvimento nacional. Nesse sentido, os autores lembram que Furtado considerava a democracia do ‘Estado de Bem-Estar’¹⁸ como o meio mais apropriado

¹⁶ Entre as principais influências estão: Keynes, Friedrich List, Marx, Mannheim, Schumpeter, Kaldor, Kalecki, Joan Robinson, Perroux, Myrdal, Nurkse, Prebisch e Gilberto Freyre (Mallorquin, 2005).

¹⁷ Para efeito deste trabalho, doravante o termo “(sub)desenvolvimento” deve ser entendido como desenvolvimento e subdesenvolvimento.

¹⁸ O Estado social ou Estado de Bem-Estar tornou-se um modelo de Estado mais solicitado e mais difuso nas

para canalizar as tensões geradas pelo processo de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira como forma de superar o subdesenvolvimento e de realizar o sonho de constituir de fato a Nação Brasileira.

É preciso considerar também que, após a ruptura econômica nos anos 1990, no governo Collor, com a abertura da economia às importações, e no governo Fernando Henrique Cardoso, com o neoliberalismo, que destruíram teórica e politicamente o modelo prevalecente anterior, o tema desenvolvimento e o ‘Estado de Bem-Estar’ voltaram a ganhar relevância a partir da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de partido político historicamente defensor do papel ativo do Estado na economia, que recupera, pelo menos em termos de agenda programática, questões associadas aos pontos estudados nesta pesquisa, como a atualização das idéias e do pensamento econômico e político de Celso Furtado, no ambiente de discussão sobre uma nova etapa de crescimento e desenvolvimento do Brasil (MENDES; TEIXEIRA, 2004; MALLORQUIN, 2005).

Após sua morte, em novembro de 2004, a opinião unânime de jornalistas, economistas, políticos, sociólogos, refletiu-se na grande imprensa brasileira e mundial e nas revistas acadêmicas, destacando a importância do intelectual acadêmico, do cientista social, do historiador, do homem como ser político, que, até seus últimos momentos, esteve mobilizado, em ato contínuo, muitas vezes solitário, pela superação do atraso com o consequente avanço da civilização, notadamente do Nordeste brasileiro, e o esforço recorrente de captar as especificidades do (sub) desenvolvimento brasileiro e latino-americano, explicando como essas especificidades se diferenciam dos casos clássicos, europeu e norte-americano.

Olhando em retrospectiva, a obra de Furtado passou à categoria de clássico, necessária à compreensão da realidade brasileira, sobretudo das décadas em que se trataram sobre o desenvolvimentismo e a transição da economia mercantil para a economia industrial. Observa-se que os trabalhos produzidos até a década de 1960 são aqueles que provocaram um maior impacto no pensamento social brasileiro e que constituem a espinha dorsal do pensamento furtadiano. Ganharam roupagens novas, consoante a transformação da realidade à sua volta, mas estas roupagens mantiveram a essência das teses iniciais. É por conta dessa continuidade que, para entender Furtado, hoje é necessário retomar as reflexões que se

sociedades evoluídas; por isso, pode ser considerado como sucessor do Estado abstencionista liberal. O Estado Social propõe, de fato, uma intervenção sistemática com o objetivo de promover e garantir o bem-estar [...] uma característica saliente do Estado do Bem-Estar é a dimensão economicista que nele assume a atividade política. (CERRONI *in* CEPEDA, 2004).

formaram naquela época, observando não só as características já amplamente reconhecidas de sua obra, mas procurando experimentar novos padrões de análise que nos revelem outras facetas de um autor tão complexo (CEPÊDA, 2004).

Nesse sentido, a obra de Celso Furtado possui um dinamismo todo particular. Por isso, justifica-se um estudo que traga à luz do presente a trajetória intelectual e política, as idéias, teses e teorias defendidas por Furtado, caracterizando-o como um cientista político moderno, do nosso tempo, capaz de transformar a realidade. Esse é o dinamismo interno do pensamento furtadiano. Entre os temas recorrentes do seu pensamento, pode-se encontrar: o desenvolvimento, o subdesenvolvimento, o planejamento de Estado, o regionalismo, e as questões inerentes a eles. Contudo, passados alguns anos do seu falecimento, sua obra vem ganhando espaço entre os estudiosos. Mallorquin, Mendes e Teixeira, Bielchowsky, Oliveira, Bresser, entre outros, alimentam essa obra com análises, críticas, tirando daí conclusões que tornam o pensamento furtadiano atualizado nos círculos intelectuais brasileiros. Esse dinamismo externo também está presente nesta dissertação.

Considerando esse contexto, as características dos métodos de pesquisa utilizados neste estudo, quanto à abordagem analítica e interpretativa dos dados, são consideradas do tipo ‘qualitativa’, tratando-se de um estudo de natureza teórico e empírico. Quanto ao nível de investigação, este estudo utilizou o conceito de Pesquisa Pura, explicado como a produção de conhecimento que enriqueça a discussão teórica sobre determinados assuntos, e a formulação de problemas que não se submetem à exigência de resolução prática. Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como Descritiva e Exploratória. O método de procedimento é definido como um estudo analítico de natureza indutiva, partindo de uma bibliografia selecionada, baseada em biografias de Celso Furtado e nas teses por ele defendidas. Ou seja, a partir das idéias, teses e teorias escritas pelo autor, busca-se, através da descrição e análise, compreender a trajetória intelectual e política, ao longo de sua história, trazendo à luz da realidade presente as análises decorrentes deste estudo.

Para o processo da narrativa, foi utilizado o método biográfico em Ciências Sociais. Esse método, segundo Goldenberg (1999), vem acompanhado de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade do indivíduo pesquisado *versus* o contexto social, político e histórico em que está inserido. Por exemplo: cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre a liberdade individual e o condicionamento dos contextos estruturais. Portanto, considera-se a trajetória intelectual e política de Celso Furtado como uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma

reapropriação singular do universo social e histórico que envolvia o autor. Dessa maneira, se o pesquisado singularizou em seus atos a universalidade de uma estrutura social, foi possível fazer uma leitura muito próxima do meio político em que Celso Furtado atuava.

Quanto aos procedimentos metodológicos de seleção, leitura e classificação da obra de Furtado e das referências bibliográficas, foi adotada a metodologia empregada por Mallorquin em *Celso Furtado: um retrato intelectual*, a mais recente biografia sobre Furtado, publicada em 2005; e por Oliveira (20003), *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. Isso possibilitou, por meio de uma leitura racional da bibliografia selecionada, a sistematização do estudo. Essa sistematização permitiu o ordenamento da bibliografia em fases e, num segundo momento, a descrição das relações entre os períodos históricos e biográficos com a produção literária e vida política de Furtado (Ver quadro 1, pág. 24).

Os artigos e ensaios acadêmicos selecionados foram localizados nos *sites* de busca, nas revistas de economia e nos bancos de teses e dissertações da USP; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade de Campinas (Unicamp); Fundação Getúlio Vargas; Pontifícia Universidade Católica, PUC São Paulo; Pontifícia Universidade Católica, PUC Rio de Janeiro; PUC Rio Grande do Sul. O principal critério de seleção dos artigos e ensaios está relacionado à análise histórica e política da bibliografia de Furtado.

Referente à análise da obra de Furtado, selecionou-se uma bibliografia cuja edição tenha sido publicada após 1990. Esse procedimento possibilitou uma análise mais atualizada do pensamento furtadiano. O artigo dos professores Constantino Cronemberger Mendes e Joanílio Rodolpho Teixeira, da Universidade de Brasília (UnB), *Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*; a Dissertação de Mestrado de Vera Cepêda, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*, e os artigos de Bresser-Pereira balizaram o método de classificação e de abordagem da trajetória intelectual e política do autor estudado.

ATIVIDADES	PUBLICAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Chile, 1949 – 1957: trabalha na Cepal Documento sob sua coordenação e em grande parte escrito por ele Integrante da Comissão BNDE/Cepal	1949- <i>Economic Survey of Latin America</i> 1952-O mecanismo do desenvolvimento 1953-Estudo preliminar sobre a técnica de programação do desenvolvimento econômico 1954-A teoria do desenvolvimento na ciência econômica 1955-O processo histórico do desenvolvimento 1954-A economia brasileira 1956-A análise marginal e a teoria do subdesenvolvimento 1957-Perspectiva da economia brasileira 1957-O desequilíbrio externo no desenvolvimento: o caso do México	Elabora a seção sobre a indústria Integra-se em ‘A economia Brasileira (1954) Integra-se em A Economia brasileira (1954) Integra-se em Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961) A seção histórica sobre o Brasil integra-se em Formação econômica do Brasil (1959)
Retorna ao Brasil em 1957 e depois vai para a Universidade de Cambridge (1957-1958)	1959-Formação econômica do Brasil 1958-Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento 1959-O desequilíbrio externo nas estruturas subdesenvolvidas	Integra-se em Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961) Integra-se em Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961)
Brasil, 1958-1964. Assume os seguintes cargos/funções: diretor da seção Nordeste do BNDE; integrante da Codeno e do GTDN; superintendente da Sudene; ministro do planejamento.	1959-Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste 1959-A operação Nordeste 1960-Industrialização e Inflação 1961-Desenvolvimento e subdesenvolvimento 1962-Brasil em sua encruzilhada histórica 1962-Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963-1965) 1964-Dialética do desenvolvimento	Integra-se em Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961) Integra-se em Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967)
EUA/Chile, 1964-1966: professor visitante na Universidade de Yale e no Ilpes	1965-Subdesenvolvimento e estancamento na América Latina	O golpe militar suspende seus direitos políticos por dez anos. Furtado exila-se. Algumas partes integram-se em ‘A hegemonia dos Estados Unidos e a América Latina (1971)
França, 1966-1989: professor associado da Universidade de Paris e diretor do Instituto de Altos Estudos em América Latina	1967-Teoria e política do desenvolvimento econômico 1968-Um projeto para o Brasil 1969-A economia latino-americana	Breve estada no Brasil (1968) para apresentar à comissão do Congresso ‘Um projeto para o Brasil (1968).

<p>Estados Unidos, 1972: professor visitante na American University</p> <p>Inglaterra, 1973-1974: professor visitante na Universidade de São Paulo</p> <p>Estados Unidos, 1977: professor visitante na Universidade de Columbia</p>	<p>1971-A hegemonia dos Estados Unidos e a América Latina</p> <p>1971-Dependência externa e teoria econômica</p> <p>1972- Análise do 'modelo' brasileiro</p> <p>1974-O desenvolvimento econômico: um mito</p>	<p>Algumas partes deste integram-se em 'A hegemonia dos Estados Unidos e a América Latina' (1971) e 'A economia latino-americana' (1969).</p>
<p>Brasil, 1982: retorna com o processo de transição à democracia</p> <p>Em 1985 é nomeado embaixador brasileiro para a Comunidade Européia.</p> <p>Em seguida é nomeado ministro da Cultura, cargo ao qual renuncia no final de julho de 1988.</p> <p>Portugal, 1987: doutor <i>honoris causa</i> da Universidade Técnica de Lisboa</p> <p>No Brasil, doutor <i>honoris causa</i> das universidades: Estadual de Campinas (1980), Federal de Brasília (1991), Federal do Rio Grande do Sul (1994), Federal da Paraíba (1996), Estadual do Ceará (2001), Estadual de São Paulo (2002), Federal do Rio de Janeiro (2002)</p> <p>França, 1996: doutor <i>honoris causa</i> da Universidade Pierre Mendès-France (Grenoble)</p> <p>Brasil 1997: Membro da Academia Brasileira de Letras</p> <p>Brasil, 2003: Membro da Academia Brasileira de Ciências</p>	<p>1976-Prefácio a uma nova economia política</p> <p>1978-Criatividade e dependência</p> <p>1980-Breve introdução ao desenvolvimento</p> <p>1981-O Brasil depois do 'milagre'</p> <p>1982-A nova dependência</p> <p>1983-Não à recessão e ao desemprego</p> <p>1984-Cultura e desenvolvimento</p> <p>1985-A fantasia organizada</p> <p>1989-A fantasia desfeita</p> <p>1991-Os ares do mundo</p> <p>1992-Brasil: a construção interrompida</p> <p>1996-O capitalismo Global</p> <p>1999-O longo amanhecer</p> <p>2002-Em busca de novo modelo</p>	<p>Em 2004 é candidato ao Prêmio Nobel de Economia</p>

Quadro 1 – Bibliografia de Furtado e suas atividades

Fonte: Mallorquin (2005)

1 ABORDAGEM TEÓRICA DOS PROBLEMAS DE PESQUISA

1.1 CONTEXTO TEÓRICO DA FILOSOFIA E DA CIÊNCIA POLÍTICA¹⁹

Segundo Bobbio (2005), convencionalmente, nos dias atuais, o imenso campo de investigação da ‘Política’ está dividido entre duas disciplinas até didaticamente distintas: a Filosofia e a Ciência Política. Como todas as distinções convencionais, esta também é discutível. Quando Hobbes chamava de *philosophia civilis* o conjunto das análises sobre o homem em suas relações sociais, nela também compreendia uma série de considerações que hoje seriam incluídas na Ciência Política. Ao contrário disso, Hegel deu aos seus *Princípios de filosofia do Direito* (1821) o subtítulo ‘Fundamentos da Ciência do Estado’.

São compreendidos três tipos de investigação na Filosofia Política: a) da melhor forma de governo; b) do fundamento do poder político, com a consequente justificação da obrigação política; c) da essência da categoria do político ou da politicidade, com a prevalente disputa sobre a distinção entre ética e política. Estas três versões da Filosofia Política são exemplarmente representadas, no início da Idade Moderna, por três obras que deixaram marcas na história da reflexão sobre Política: a *Utopia* de Moore (1516), desenho da república ideal; o *Leviatã* de Hobbes (1651), que pretende dar uma justificação racional e, portanto, universal da existência do Estado e indicar as razões pelas quais os seus comandos devem ser obedecidos; e o *Príncipe* de Maquiavel (1513), no qual, ao menos numa de suas interpretações, seria mostrado em que consiste a propriedade específica da atividade política e como se distingue ela enquanto da moral (BOBBIO, 2005).

Por Ciência Política entende-se hoje uma investigação no campo da vida política capaz de satisfazer a essas três condições: a) o princípio de verificação ou de falsificação como critério da aceitabilidade dos seus resultados; b) o uso de técnicas da razão que permitam dar uma explicação causal do fenômeno estudado; c) a abstenção de juízos de valor, assim chamada “avaloratividade”.

Para Bobbio (2005), considerando as três formas de Filosofia Política acima descritas, verifica-se que a cada uma delas falta ao menos uma das características da Ciência. A Filosofia Política como investigação por si só não tem valor avalorativo; como investigação do fundamento último do poder não deseja explicar o fenômeno do poder, mas justificá-lo,

¹⁹ Ver Apêndice: O homem como ser político

operação que tem por finalidade qualificar um comportamento como lícito ou ilícito, o que não se pode fazer sem a referência de valores. Como investigação da essência da Política escapa a toda verificação ou falsificação empírica, na medida em que isso que se chama de essência da política resulta de uma definição nominal e, como tal, não é verdadeira nem falsa.

Entretanto, a economia é definida como a disciplina que se ocupa da produção, da distribuição e do consumo de riquezas. Tenta determinar o que é valioso num dado momento, estudando os valores relativos de troca de bens e serviços. Portanto, a economia é, entre as Ciências Sociais, a mais normativa e a mais claramente dependente de valores. Seus modelos e teorias basear-se-ão sempre num certo sistema de valores e numa certa concepção da natureza humana, num conjunto de pressupostos que são explicitamente incluídos no pensamento econômico contemporâneo.

Por outro lado, segundo Capra (2006, p. 182), a evolução de uma sociedade, inclusive a evolução do seu sistema econômico, está intimamente ligada a mudanças no sistema de valores que serve de base a todas as suas manifestações. Os valores que inspiram a vida de uma sociedade determinarão sua visão de mundo, assim como os empreendimentos científicos e a tecnologia, além das ações políticas e econômicas que a caracterizam. Uma vez expresso e codificado o conjunto de valores e metas, ele constituirá a estrutura das percepções, intuições e opções da sociedade para que haja inovação e adaptação social. À medida que o sistema de valores culturais muda freqüentemente em resposta a desafios ambientais, surgem novos padrões de evolução política. Portanto o estudo dos valores é, pois, de suprema importância para todas as Ciências Sociais; é impossível existir uma Ciéncia Social “isenta de valores”. Os cientistas sociais que consideram ‘não científica’ a questão dos valores e pensam que a estão evitando estão simplesmente tentando o impossível. Qualquer análise isenta de valores dos fenômenos sociais baseia-se no pressuposto tácito de um sistema de valores existente que está implícito na seleção e interpretação de dados. Ao evitarem, portanto, a questão dos valores, os cientistas sociais não estão sendo mais científicos, mas, pelo contrário, menos científicos, porque negligenciam enunciar explicitamente os pressupostos subjacentes a suas teorias. Eles são vulneráveis à crítica marxista de que todas as ciências sociais são ideologias disfarçadas.

A partir deste impasse, da utilização ou não de valores na investigação da Ciéncia Política, surge o que Berten (2004) denominou de “essência da política”. Para o autor, quando frequentemente se supõe tratar da Política implicada numa definição prévia de seu objeto, a Ciéncia e a Filosofia Política, estas não podem ser bem sucedidas. Dentro desse contesto, Berten (2004) defende três abordagens lingüísticas, a que chamou de nominalista, pragmática e comunicacional.

A concepção nominalista da linguagem considera os nomes que são utilizados de forma a organizar nossa experiência, mas que não se deve crer que eles correspondem termo a termo a distinções reais. O que se opõe a uma concepção nominalista é uma concepção realista segundo a qual as palavras da linguagem correspondem adequadamente às coisas reais ou representam adequadamente as coisas tais como elas são. A concepção realista se apega à idéia de verdade-correspondência, segundo a qual a verdade consistiria na adequação do discurso e o real tal qual ele é. Entretanto, afirma o autor, uma boa parte da filosofia contemporânea abandonou essa pretensão.

Eu não creio que existiria uma “essência do político”, como também não creio que haja uma “essência da filosofia”. Esta crença em uma essência pode animar a Ciência Política, que tem necessidade de definir rigorosamente seu objeto. Mas, mesmo no caso da Ciência Política, devemos levar em consideração resultados mais convincentes da epistemologia da ciência e reconhecer que a própria ciência apenas propõe interpretações do real. Deste ponto de vista, a definição de um objeto que seria próprio da Ciência Política tem apenas um valor heurístico (BERTEN, 2004, p. 6).

Uma concepção pragmática, em sentido mais amplo, e não somente no sentido que lhe foi dado pela pragmática lingüística, é uma concepção que considera o sentido dos enunciados, das proposições, dos discursos, dos textos, não é independente de seu contexto de enunciação. O contexto de enunciação deve ser compreendido, ao mesmo tempo, como o conjunto de conhecimentos disponíveis sobre a situação, as crenças e as avaliações, e os projetos instrumentais ou normativos sobre o meio ambiente natural e social (BERTEN, 2005).

Dentro dessa concepção, Berten (2005, p. 6) admite, pelo menos em parte, que as proposições e convicções políticas sofrem mudanças em virtude das crenças que os políticos têm sobre o mundo e sobre o outro. “Podemos mudar nossas definições se vemos que elas não correspondem às nossas questões”. Deste ponto de vista, segundo o autor, adota-se uma concepção pragmática, quer dizer, uma concepção entre linguagem e real que aceita que o sentido dos conceitos depende largamente de seu uso. Porém, não se trata de uma utilização puramente oportunista, pois as questões de adequação dos conceitos com a realidade e da coerência interna das interpretações são questões centrais do ponto de vista filosófico, assim como do ponto de vista científico. Ao renunciar a descobrir a essência das coisas, não significa que haja uma renúncia a procurar as formulações mais adequadas de fenômenos que se quer analisar, nem da coerência do próprio discurso. Mas significa que esta adequação e esta coerência devem ser questionadas.

O terceiro elemento é o questionamento da validade dos discursos que só pode ser comunicacional.

Não temos acesso direto à verdade. Certamente, por nós mesmos, formamos crenças e convicções. Elas não são desprovidas de fundamento nem totalmente arbitrárias e subjetivas. Mas, de um lado, é evidente que nossas crenças sobre o real são largamente dependentes das crenças do nosso meio cultural e social. De outro lado, quando alguma crença torna-se problemática, é contestada por alguém, ou simplesmente não corresponde mais a novas experiências, devemos reconsiderar o próprio estatuto das nossas crenças. Na maior parte do tempo não iremos nos submeter ao exame da dúvida sistemática (dúvida cartesiana), mas procuraremos confrontar nossas crenças com as crenças dos outros, fazendo isto por meio da discussão e argumentos. É esta forma de intersubjetividade que permite escapar do ceticismo ou do relativismo. Razão pela qual, antes de falar de verdade, é preferível falar de justificação. Quando defendemos uma crença, tentamos justificá-la encontrando argumento em seu favor. Mas a justificação é uma prática comunicacional. É uma prática discursiva. (BERTEN, 2005, p. 7)

Por outro lado, a tarefa da Filosofia embrenhada na Ciência Política é a de contribuir para formular as questões teóricas e práticas que os homens e mulheres de hoje são levadas a se colocarem. Formular uma questão é designá-la como questão e, portanto, faz-se necessário isolá-la e objetivá-la. Porém, isolar e objetivar é uma operação que implica em contextualização, pois se trata de isolar uma questão entre outras, trata-se de fazê-la emergir de um contexto. Dessa maneira, o trabalho de reflexão filosófica é o trabalho de “descentramento”. Entretanto, não se trata de valorizar este descentramento por ele mesmo. Mas de ser aberto cada vez que são confrontados com interpretações diferentes do mundo, dos valores, do outro, etc. (BERTEN, 2005).

Esta abordagem pragmática implica que “vontade de verdade” não é um valor em si, não é um valor puramente teórico. Segundo a distinção de Bobbio (2005), pode-se dizer que a relação teoria-prática não é uma relação sistemática. As questões teóricas são, de fato, subordinadas às questões práticas. Formular da maneira mais clara possível as questões, supõe uma elucidação do sentido dos conceitos utilizados, que dizer, uma reflexão sobre seu uso nos contextos contemporâneos.

É nesse encontro ou desencontro entre teoria e prática, entre a relação da teoria social com a prática política, que se verifica o eixo central das discussões sobre Ciência Política. Mannheim (1968) afirma que não existe uma Ciência Política. Para o criador da Sociologia do Conhecimento, a existência e a complexa inter-relação dos problemas de uma dada época e lugar devem ser vistos e compreendidos em confronto com a estrutura da sociedade em que ocorram os fenômenos sociológicos. O pensador isolado pode ter a impressão de que suas idéias lhe ocorreram pessoalmente, independentemente de seu contexto social. Entretanto, a

Sociologia, não pode contentar-se com a compreensão de problemas e acontecimentos imediatos emergentes desta perspectiva míope que obscurece toda relação relevante. Estes fatos, aparentemente isolados e distintos, precisam ser compreendidos nas configurações de experiência, sempre presentes, mas em constante mudança, em que são efetivamente vividos. Somente neste contexto é que eles adquirem significado. Se a Sociologia alcançasse algum sucesso neste tipo de análise, muitos dos problemas até aqui sem solução, pelo menos no que se refere a suas origens, seriam esclarecidos. Tal desenvolvimento possibilitaria ainda observar por que a Sociologia e a Economia são Ciências tão recentes e por que em alguns países progrediram, enquanto em outros se viram impedidas por diversos obstáculos. De forma semelhante, será possível por termo a um problema que tem permanecido sempre sem resposta: “por que ainda não presenciamos o desenvolvimento de uma Ciência Política. Em um mundo permeado por um *ethos* racionalista como o nosso, este fato significa uma anomalia impressionante” (MANNHEIM, 1968, p. 136).

O ponto-de-vista oposto se fundamenta na corrente a favor de que o comportamento político é qualitativamente diferente de qualquer outro tipo de experiência humana, e que os obstáculos no sentido de sua compreensão racional são ainda mais intransponíveis do que em outros campos do conhecimento. Daí é de supor que todas as tentativas de submeter estes fenômenos à análise científica estão predestinadas ao fracasso, devido à natureza peculiar dos fenômenos a serem analisados. [...] Mesmo uma exposição correta do problema constituiria uma conclusão de valor (MANNHEIM, 1968, p. 137).

Mannheim (1968) sugere que o problema então deve ser colocado nos seguintes termos: que conhecimento é possível a este campo da vida social e ao tipo de conduta que nela se verifica? A partir disso, é possível indicar as dificuldades existentes na relação entre teoria e a prática política.

As grandes dificuldades com que o conhecimento científico se defronta no campo da Política surgem do fato de que não se está lidando com entidades objetivas e rígidas, mas com tendências e anseios em constante fluxo. Outra dificuldade é que a constelação das forças em interação muda continuamente. Onde quer que as mesmas forças, cada uma imutável em caráter, interajam, e onde a sua interação siga um curso regular, é possível formular leis gerais. O que não é tão fácil quando novas forças estão penetrando incessantemente no sistema e formando combinações imprevisíveis. Ainda outra dificuldade é que o observador não está fora do domínio do irracional, mas participa no conflito de forças. Esta participação o vincula inevitavelmente a uma visão partidária, através de suas valorações e interesses. Além disso, existe o fato de que o teórico político não só é um participante do conflito, em razão de seus valores e interesses, mas a maneira pela qual o problema se apresenta a ele, seu modo de

pensamento mais geral, incluindo até suas categorias, se vincula às correntes políticas e sociais gerais. Tanto quanto isso se dê, na esfera do pensamento político e social, devem ser reconhecidas que há diferenças reais nos estilos de pensamento, diferenças que se estendem até mesmo no campo da Lógica (MANNHEIN, 1968).

Para Mannheim (1968, p. 142), é nisto que reside o maior obstáculo a uma Ciência Política, pois, de acordo com as expectativas normais, uma ciência da conduta somente seria possível quando a estrutura fundamental do pensamento independesse das diferentes formas de conduta em estudo. Apesar de que o observador é um participante da luta, a base de seu pensamento, isto é, o seu aparato observacional e o seu método de estabelecer as diferenças intelectuais devem estar acima do conflito. Não se pode resolver um problema obscurecendo-lhe as dificuldades, mas somente definindo-as tão nítida e pronunciadamente quanto possível. Por isso, “nossa tarefa consiste em estabelecer de maneira definida a tese de que, na política, a formulação de um problema e as técnicas lógicas envolvidas variam com a posição política do observador”.

Numa outra perspectiva dos autores até aqui citados, Arendt (2006) apresenta um significado diferente para o estudo da Ciência Política. A autora, mais conhecida por seus trabalhos sobre o Totalitarismo, escreveu um trabalho acadêmico que ultrapassa o entendimento clássico de uma Ciência Política convencional. Arendt (2006) ocupou-se de uma outra dimensão da política, aquela que tem a ver com as condições básicas da existência humana. Partindo da premissa segundo a qual o sentido da política é a liberdade, ela sugere que se recupere o seu sentido original da Política, pois a história do século vinte é a história senão de sua supressão pelo menos de sua obstrução. A freqüência de guerras e revoluções nesse século “têm em comum entre si o fato de serem símbolos da força”, tornando o convívio com a liberdade mais uma utopia do que uma conquista real e construtiva.

Para Arendt (2006), “a política baseia-se na pluralidade dos homens [...] da convivência entre diferentes”. Assim, se a pluralidade implica na coexistência de diferenças, a igualdade a ser alcançada através desse exercício de interesses, quase sempre conflitantes, é a liberdade e não a justiça, pois é aquela, a liberdade, que distingue “o convívio dos homens na polis de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos”. Portanto, a igualdade (isonomia) quer dizer antes de tudo que todos têm o mesmo direito à atividade política. Ela não é e nem pode ser garantida por leis, pois estas decorrem de acordos ou imposições que surgem no curso das relações humanas, ao passo que o ser político, o cidadão, precede essas confabulações, e nesta condição promove ou não os acertos que se inscrevem no convívio sempre contraditório da política enquanto ação ou intervenção no seio

da comunidade. “Nós estamos acostumados a entender lei e direito no sentido dos dez mandamentos enquanto mandamentos e proibições, cujo único sentido consiste em que eles exigem obediência”. A lei ordena e ao interditar movimentos e ações “cria, antes de qualquer coisa, um espaço no qual ela vale, e esse espaço é o mundo em que podemos mover-nos em liberdade”.

A compreensão da política está vinculada com as idéias da liberdade e da espontaneidade humanas, para as quais deve haver um espaço para o desenvolvimento, quer dizer, um espaço para a política, está muito acima da compreensão usual mais burocrática da coisa política, e que realça apenas a organização e a segurança da vida dos homens. A política não se limita aos espaços convencionais, busca ampliar esses horizontes até os espaços ilimitados da imaginação do homem (ARENDT, 2006).

Tem a política algum sentido? Na política temos de diferenciar entre objetivo, meta e sentido. [...] A esses três elementos de todo agir político, ao objetivo que persegue, à meta que idealiza e pela qual se orienta e ao sentido que nele se revela durante sua execução, agrega-se um quarto: aquele que na verdade jamais é motivo imediato do agir, mas que o põe em andamento. Vou mencionar esse quarto elemento de princípio do agir e com isso sigo Montesquieu que, em sua discussão sobre as formas do Estado em *Esprit des Lois*, descobriu esse elemento pela primeira vez. Se se quiser entender esse princípio em termos psicológicos, pode-se então dizer que é a convicção básica que um grupo de homens compartilha entre si, e essas convicções básicas que desempenharam um papel no andamento do agir político nos foram transmitidas em grande número, embora Montesquieu só conheça três delas: a honra nas monarquias, a virtude nas repúblicas e o medo nas tiranias (ARENDT, 2006, p. 124).

Ao sustentar que a política é algo vital para os indivíduos e para a sociedade, a autora argumenta que o fato dos políticos, os profissionais, estarem padecendo uma rejeição tão grande por parte do cidadão comum, não quer dizer que o exercício da política esteja comprometido. Ao contrário, a vocação autárquica ou simplesmente o destino comum da humanidade fortalece a sua convicção de que o “objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo”. Neste sentido, o da libertação, será tão satisfatório quanto mais o homem puder caminhar em busca de seus objetivos sem amarras institucionais (ARENDT, 2006).

Para Furtado (2002), o valor do trabalho de um pesquisador resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. As Ciências Sociais, em particular a economia que nunca deve estar desatrelada da política, evoluem graças aos que são capazes de ultrapassar certos limites. Mas não basta armar-se de instrumentos eficazes para alcançar esse objetivo. Atuar de forma consistente no plano político, portanto, assumir a responsabilidade de interferir num processo histórico, impõe ter

compromissos éticos. A ciência é uma maravilhosa criação do homem, mas em parte considerável é condicionada pela sociedade onde surge. Se no século XIX surgiram teorias tão sofisticadas sobre diferenças raciais, não foi sem relação com a política expansionista de certos povos europeus. As Ciências Sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Assim, podem servir de cimento ao sistema de dominação social que legitimam. É freqüente, portanto, que as estruturas de poder procurem cooptar os homens de ciência.

A economia vai avançando na busca do formalismo, na adoção dos métodos que fizeram a glória das Ciências Naturais. Ora, o objeto de estudo das Ciências Sociais não é algo perfeitamente definido como um fenômeno natural, e sim algo em formação, sendo criado pela vida dos homens em sociedade. A Ciência Social admite a evidência de que a vida humana é, em grande parte, um processo criativo consciente, o que implica postular o princípio da responsabilidade moral. Mas a condição necessária para que se manifestem as inovações das formas sociais no plano institucional é através da atividade política; para isso, é preciso entendê-la, pois as formas sociais constituem uma esfera da invenção cultural em que é particularmente difícil estabelecer a linha demarcatória entre fins e meios (FURTADO, 2002).

1.2 CONTEXTO TEÓRICO DAS INTERAÇÕES ENTRE A REPRESENTAÇÃO DO INTELECTUAL E A POLÍTICA

Em tempos, modos e contextos diversos, intelectuais que quase nada tinham em comum – Benda e Brecht, Adorno e Chomsky, Foucault e Bobbio – disseram que o ‘lema do intelectual é dizer a verdade e praticar a liberdade’. No entanto, embora seja um belo lema, particularmente, para quem estuda os intelectuais, é muito problemático se chegar, com ele, ao coração das verdadeiras questões dos intelectuais. As respostas ao ‘que fazer’ da *intellighenzia* diante dos destinos da humanidade são as mais diversas possíveis. Por conseguinte, ‘dizer a verdade e praticar a liberdade’ pode ser um enunciado de grande densidade explicativa como também algo que diz muito pouco.

Frente ao poder e à política, diante dos problemas sociais de grandes ou pequenas dimensões, o intelectual tem sido instado a se posicionar tanto do ponto de vista das exigências da política quanto da ética. E ele tem, historicamente, tentado se posicionar com base nesses dois critérios. Dada a complexidade desse posicionamento, dificilmente a função

dos intelectuais poderia se explicitar, de forma suficiente, a partir dela mesma. Portanto, enquadrar conceitualmente o intelectual, definir com precisão a sua função social, se não é impossível, pelo menos, não pode ser a pretensão apenas de um estudo feito nos limites de um trabalho de Mestrado.

Explica-se: toda a revolução nos meios de produção, o intrincado universo do ‘mundo do trabalho’ que incorpora as tecnologias modernas, as variadas formas de reorganização das classes sociais, a gama de variedades na maneira de ordenar os mercados nacionais e internacionais, a força dos sindicatos patronais diante do Estado, as diversas configurações do Estado, do Poder Público e dos partidos políticos, o conjunto de ramificações do poder das classes hegemônicas que se alastrá pela sociedade civil (poder, este, que vai muito além da esfera estatal), a multiplicidade e as transformações nos meios de comunicação de massa, a crise dos paradigmas posta no declínio do ‘socialismo real’, enfim, todas as transformações ocorridas, particularmente no século XX, têm colocado dificuldades para o tratamento dos temas próprios das Ciências Sociais. E não poderia ser diverso no caso de um estudo sobre os intelectuais, já que, no século XX, se habituou a pensar em termos de dois grandes paradigmas mutuamente excludentes: Socialismo e Capitalismo. Diante disso, a figura do intelectual e do seu trabalho específico foi pensada, regularmente, em termos da vinculação de classe. E, desse modo, ao menos em parte, as contradições, as ambigüidades, entre o intelectual e sua classe de origem, entre o intelectual e a política, nem sempre puderam ser totalmente explicadas.

O Século XX é pleno de momentos singulares dos quais muitos se utilizaram para proceder à análise dos intelectuais e revelar os seus dilemas. Para ilustrar, basta recordar a literatura que aborda a temática da *intelligenzia* que, usualmente, a faz relacionando-a com os grandes acontecimentos políticos e sociais: aderir ou não à revolução bolchevique; aderir ou não às lutas de resistência contra o invasor nazista; engajar-se ou não na guerra civil espanhola para combater o franquismo; como aderir às lutas para derrubar Salazar? Como se ajustar às regras internas dos partidos comunistas? Que fazer diante da ‘explosão das massas’ e do surgimento da cultura de massas? Que posição assumir frente às ditaduras latino-americanas? Como contribuir intelectualmente para que o Brasil avance rumo à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática? Resumindo, é um conjunto de grandes acontecimentos históricos que coloca, para os intelectuais, dilemas de difícil solução: optar pelo engajamento político ou pelo trabalho acadêmico e científico, restritos ao âmbito das instituições especializadas? Fazer literatura pura ou fazer literatura engajada? Como conciliar as exigências da prática política em sentido estrito (no partido, por exemplo) com as

exigências do trabalho de produção sistemática do conhecimento? Como definir o intelectual em posições ideológicas antagônicas, direita e esquerda, ou reacionário e revolucionário, ou ainda conservador e vanguardista? O que mais potencializa o trabalho do intelectual, a denúncia ou a luta?

Provavelmente, nunca a intelectualidade foi tão cortejada ou pressionada, como no século passado, para se alinhar aos respectivos projetos de hegemonia das duas classes sociais fundamentais. E, nesse jogo bruto, mesmo aqueles que buscaram a segurança de posições autônomas, nem por isso deixaram de pagar seu preço. Não foram raras as vezes que intelectuais liberais, em momentos de acirramento da luta de classes, acabaram na vala comum de intelectuais comunistas, e vice-versa.

Considerando o conjunto dos elementos postos acima, o pesquisador que procura compreender os intelectuais se sente em meio a um verdadeiro emaranhado de interpretações, análises, críticas e autocríticas feitas por eles próprios. Mas um dos conflitos que mais angustiou a intelectualidade, e que é elemento motivador deste trabalho, diz respeito à oscilação entre o posicionamento político e o trabalho acadêmico. A propósito, Darcy Ribeiro perguntou a Florestan Fernandes qual era o principal dilema da intelectualidade brasileira, após o fim da Ditadura Militar iniciada em 1964? A intelectualidade deveria partir para o combate ou ficar na denúncia? E Florestan não teve dúvidas: “a revolução democrática exige dos intelectuais que ele se desvincile do orgulho profissional e do manto protetor das instituições especializadas e partam para o combate” (RIBEIRO, 1999, p. 211).

Este Capítulo se configura num esforço de reflexão de quem deseja fazer política sem abrir mão de um outro desejo, que é o de produção e difusão de conhecimento. Diante dessa reflexão, acompanhando o pensamento weberiano, tem-se consciência de que política e ciência são coisas distintas, cada uma com suas especificidades, suas exigências intrínsecas, próprias, que não equacionam isoladamente, ou por si só, o problema da articulação entre o posicionamento e engajamento político e produção acadêmica. Portanto, a questão é colocada para além da consciência da especificidade.

1.2.1 O conceito de intelectual

Podem ser atribuídos ao substantivo intelectual dois sentidos principais, aparentemente semelhantes, mas os significados das abordagens são exponencialmente diferentes. O primeiro sentido designa uma categoria ou classe social particular que se distingue pela instrução e pela competência científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que

compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas. Nesse sentido, é típica a definição dada durante a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em que os intelectuais se constituíam numa camada intermediária composta de ‘trabalhadores não-manuais’, tais como: engenheiros, médicos, advogados, etc. Estes, embora se distinguissem do proletariado pelo conteúdo da atividade do trabalho, não teriam uma posição independente no sistema de produção. Não é muito diferente a definição dada por muitos sociólogos americanos, que consideram os intelectuais como os responsáveis pela produção e aplicação dos conhecimentos e dos valores. Por conta disso, o significado de intelectual também se tornou sinônimo de técnicos, ou, à francesa, de *cadres*.

A segunda acepção do termo encontra-se nos ensaios de caráter sociológico, político e econômico, comum em publicações de atualidade literária e política, na qual os intelectuais são os escritores ‘engajados’. Por extensão, o termo também se aplica a artistas, estudiosos, cientistas; e, em geral, a quem tenha adquirido, com o exercício da cultura, uma autoridade e uma influência nos debates públicos. Apesar de menos precisa do que a primeira, esta acepção será aprofundada, uma vez que se relaciona com o discutido problema do comportamento político dos intelectuais e de sua atitude crítica e problematizante, que os inclinaria para a oposição de esquerda e, não raramente, para o apoio de movimentos revolucionários.

Essa duplicidade de significado é documentada também pela história do termo. Afora alguns precedentes incertos, o adjetivo latino ‘intelectual’ teve sua primeira forma de substantivação na metade do século XIX, na língua russa, com o termo *intelligentsia*, criado pela romancista P. D. Boborykin e quase contemporaneamente retomado e difundido por I. S. Turgeneev. Traduzido para as principais línguas européias, esse termo indicou, inicialmente, um grupo social particular (típico da Rússia czarista e de alguns países eslavos); mas logo se generalizou para designar a classe culta, a categoria das pessoas que têm, em todas as sociedades, uma instrução superior (BOBBIO, 1997).

Cerca de quarenta anos depois desta primeira forma de substantivação, apareceu uma segunda, em língua francesa, com o termo *intellectueles*. O termo provavelmente já estava em uso antes, em alguns círculos literários e políticos, mas seu registro, ou melhor, sua oficialização, remonta ao célebre *Manifeste des intellectueles*, publicado no diário *Aurore* em 14 de janeiro de 1898. O manifesto (o primeiro de uma longuíssima série) foi assinado exatamente por intelectuais franceses, constituídos por escritores, críticos e estudiosos. Entre eles estavam: Emile Zola, Anatole France, L. Blum e Marcel Proust, os quais exigiam a

revisão do processo Dreyfus²⁰. O uso público do termo provocou uma violenta resposta na imprensa nacionalista francesa; à polêmica contra os intelectuais se uniram, algum tempo depois, também os maiores expoentes do sindicalismo revolucionário.

Nessa época, o termo “Intelectuais” foi recebido com desconfiança pelos dicionários, que consideravam o vocábulo, freqüentemente, como gíria ou expressão depreciativa. Contudo, foi preservado o sentido político que recebeu no conflito entre conservadores e progressistas em torno do caso Dreyfus. De fato, ainda hoje, indicar uma pessoa como intelectual não designa somente uma condição social ou profissional, mas subentende a opção polêmica de uma posição ou alinhamento ideológico, a insatisfação por uma cultura que não sabe se tornar política ou por uma política que não quer entender as razões da cultura.

Entretanto, de modo geral, os dicionários, as encyclopédias e os inúmeros autores que tentaram definir o conceito de intelectual na ótica da história ou da sociologia procuram fazê-lo conforme um conjunto de características ligadas ao ‘intrínseco’ do ser intelectual e, simultaneamente, às suas atividades sociais. Por exemplo, usam a natureza da investigação científica, as exigências da aplicação do método, etc, como elementos caracterizadores do ‘ser’ intelectual. Mas, imediatamente, aplicam um outro critério que coloca este cientista em relação com a sociedade, com as classes, com a história, incluindo a atividade de difusão do conhecimento. Gramsci (1982), por sua vez, tende a priorizar esse último critério em detrimento das características intrínsecas da atividade intelectual para defini-lo. Para Gramsci (1982), no limite, o intelectual poderia ser despido de tudo, exceto de dois traços fundamentais: produção e difusão do conhecimento, ainda que Weber (2002) reconheça que, nem sempre, essas duas qualidades sejam possíveis numa mesma pessoa.

1.2.2 Parâmetros para definição de intelectual

Dentre os vários elementos tomados como parâmetros para a definição do que seja o intelectual, os mais significativos são:

- a) A clássica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual;
- b) A idéia gramsciana de ‘funcionários das superestruturas’;

²⁰ O Capitão do Exército francês, Alfred Dreyfus, foi acusado e condenado ao desterro na Ilha do Diabo como traidor da pátria. O serviço de contra-espionagem forjou documentos de que ele fornecera informações secretas aos alemães. Na verdade, o espião era um outro oficial. Sendo judeu, o preconceito racial teve mais peso na condenação que as provas documentais. O processo, de grande repercussão na França, teve em favor de um julgamento justo dois personagens: o chefe do serviço de contra-espionagem, coronel Picquart; e uma forte expressão dos meios intelectuais, Emile Zola. Sobre isto ele escreveu *Eu acuso*, em 1898.

- c) A divisão da sociedade em classes, camadas sociais, castas, estamentos;
- d) A manutenção da existência material com recursos retirados do próprio trabalho não físico: o fato de ‘ganhar o pão’ trabalhando com idéias, torna peculiar a atividade do intelectual. Sobre esse ponto, acrescenta-se um dado constante nas obras que estudam a *intellighenzia*: o reconhecimento do contínuo processo de proletarização dos intelectuais.
- e) O caráter laico da atividade intelectual²¹;
- f) O exercício constante da crítica em geral e da crítica sistemática ao poder;
- g) A dedicação ao cultivo das idéias perenes; a vigilância aos valores universalmente válidos da cultura (que não se sujeitam ao ‘temporal’); o cultivo das idéias de Razão, Justiça, Democracia (resistentes às turbulências do cotidiano);
- h) Produção e difusão de conhecimento: filosófico, científico, literário, artístico;
- i) Por fim, alguns autores recorrem até mesmo aos conceitos de ‘progressista’ e de ‘esquerda’ para situar o que se deve entender por intelectual. É o caso, por exemplo, de Sartre. Ser intelectual não se coaduna com uma posição política de direita e nem com conservadorismo, uma vez que a realidade da direita já está plasmada e cabe ao intelectual uma função eternamente revolucionária.

Por ser um tipo social diferenciado dos comuns, devido à natureza de sua atividade, o intelectual é julgado de maneira constante sob o ponto de vista político e ético, sendo considerado, não raramente, uma casta, oligarquia, parasitas da sociedade, arrogantes, vaidosos, guardiões do regime burguês, traidores da cultura, elitistas, venais, etc. E essa crítica ocorre tanto no pensamento socialista, ou de esquerda, como no pensamento liberal e conservador, ou de direita. Nesse sentido, quando instados a responder sobre a política e/ou a ética, duas situações são observadas na literatura sobre o posicionamento dos intelectuais diante dessas acepções: primeiro, o seu envolvimento com a política, com atividades práticas ou organizações partidárias, significa traição em relação à cultura. Segundo, o fato dele não participar de atividades políticas, de se recolher ao seu universo particular, fere a ética.

Essas posições antagônicas podem ser permeadas por outras análises que situam a função intelectual num âmbito mais equilibrado, no meio do caminho entre espírito e matéria, entre o culto aos valores perenes e as atividades práticas. Destacam-se alguns exemplos: para Fichte *apud* Bobbio (1997), ainda que o ‘seu intelectual’ não se meta com as massas, a produção intelectual só teria sentido se colocada a serviço do conjunto da sociedade. Em

²¹ Bobbio (1997) descreve o caráter laico da atividade intelectual como aquele que era hostil à influência, ao controle da Igreja e do clero sobre a vida intelectual e moral, sobre as instituições e os serviços públicos.

outras palavras, o saber tem que ter função prática. Sartre encarnaria este tipo, pois conseguiu ser um intelectual ‘inorgânico’, isto é, aquele que é engajado sem estar vinculado organicamente ao partido de uma das classes fundamentais em luta.

No lado oposto, Tocqueville *apud* Said (2005), no artigo *O velho regime e a revolução* (1856), adverte contra a intromissão da intelectualidade na política: a fama da qual desfrutavam os ‘homens das letras’, o prestígio dado pela opinião pública, consentiu-lhes ter influência sobre as atividades políticas da nação. Mas enquanto intelectuais, inexperientes em política, sem a cautela que a condução política exigia, foram levados a extremismo apriorístico²². Exaltavam as massas em nome de idéias abstratas, abrindo caminho a desordens e violências. Em decorrência, conduziram à supressão das liberdades e à instauração da tirania. E. Burke, em *Reflexões sobre a Revolução em França* (1790), já visualizava descontentamento quando a Revolução estava ainda no seu início: advertia sobre os riscos que correm as nações nas quais os homens de letras se tornam políticos e conseguem formar uma ‘cabala filosófica e literária’ que detém o monopólio da opinião pública. Em *A traição dos intelectuais* (1927), Julien Benda acusa de traidor todo intelectual que se envolve com qualquer atividade prática, particularmente com as paixões políticas. (BOBBIO, 1997). A mesma discussão é considerada por Schumpeter (1961) *apud* Said (1997) que traça um retrato impiedoso e irônico dos intelectuais, cuja arma é constituída pelo mecanismo sócio-psicológico da opinião pública e da sua capacidade de distúrbio. E acrescenta: “a liberdade que a sociedade democrática lhes consente pode levar ao fim da própria democracia”.

Na ótica liberal-conservadora, os intelectuais são ‘guias da humanidade’ ou ‘luz do mundo’, como escreve Fichte *apud* Bobbio (1997); ou, ‘testemunhas guardiãs dos valores perenes’ da humanidade, conforme Benda. Na ótica da esquerda, são “progressistas”, responsáveis pela formulação de teorias revolucionárias da qual tomará posse o proletariado para levar a efeito a revolução redentora. Sob a mira da crítica política, podem ser revolucionários ou reacionários, democratas ou autoritários, progressistas ou conservadores, modernos ou arcaicos; ainda na mira da crítica ética, são alheios às dores do mundo, soberbos ou arrogantes, como os define Gianotti (1994).

Um outro aspecto a ser observado é o fato de que, com a ascensão da burguesia, os intelectuais se libertaram, em princípio, do vínculo de casta e de estamento. Isso representaria, grosso modo, uma ruptura com a intelectualidade que, antes do Renascimento, se recolhera ao abrigo da corte. Por isso, os autores que defendem a tese da impossibilidade de uma

²² O termo apriorístico está aqui entendido com uma convicção intelectual a respeito da existência de conhecimentos, princípios e idéias de natureza *a priori*.

Intelligenzia anterior à Revolução Francesa argumentam que as idéias de liberdade, igualdade, de racionalidade incentivaram os intelectuais à criatividade não somente no âmbito da produção artística e cultural, mas, sobretudo, no terreno social e político (SAID, 2005).

Para o intelectual da Revolução de 1789, ser burguês era ser revolucionário, era estar de acordo com o que havia de mais moderno, mais avançado; significava imbuir-se dos ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. E coligada ao movimento burguês, a intelectualidade teve satisfeita muitas de suas necessidades, remuneração adequada e um certo conforto. No entanto, essa tendência não teve vida longa, pois, a partir do final do século XIX e durante todo o Século XX, foi progressivo o processo de proletarização da intelectualidade, fato caracterizado por Kautsky, Weber e Lênin, entre outros. No pós-Revolução Francesa, as relações entre burguesia e intelectuais se alteram: afinal, a burguesia deixa de ser classe revolucionária (BOBBIO, 2001; 1997).

Contudo, a história da intelectualidade burguesa também foi marcada pelas contradições. O antagonismo de classe, a mistificação ideológica e o retrocesso ao autoritarismo são elementos que depõem contra o modelo racional burguês. E são os intelectuais saídos do seio da burguesia a propor sobre uma base de tais denúncias, modelos sociais e políticos alternativos, dos socialistas utópicos a Karl Marx (BOBBIO, 1999).

Mas ainda que se considerem todas essas posições, permanece o principal debate do Século XX, sobre a ótica da política ou da ética, isto é, o confronto entre engajamento e não engajamento. E é de se perguntar se no contexto de um mundo bipolar, como do Século XX, de uma explícita luta de classes, seria possível escapar da polarização no âmbito das idéias?

1.2.3 Definição atual para ‘Intelectuais’

Gramsci escreveu nos seus *Cadernos do cárcere* que “todos os homens são intelectuais, embora se possa dizer: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. A própria carreira de Gramsci exemplifica o papel que ele atribuiu ao intelectual; ele foi ao mesmo tempo um organizador do movimento da classe operária italiana e, em sua atividade jornalística, um dos analistas sociais mais conscientemente ponderados, cujo objetivo era construir não apenas um movimento social, mas também toda uma formação cultural associada a esse movimento (SAID, 2005).

Para Gramsci *apud* Said (2005), as pessoas que desempenham uma função intelectual na sociedade podem ser divididas em dois tipos: primeiro, os intelectuais tradicionais, como professores, clérigos e administradores, que, geração após geração, continuam a fazer a

mesma coisa; e, segundo, os intelectuais orgânicos, que Gramsci considerava diretamente ligados a classes ou empresas, que os usavam para organizar interesses, conquistar mais poder, obter mais controle.

No outro extremo, encontra-se a definição de ‘Intelectuais’ de Julien Benda: um grupo minúsculo de reis-filósofos com grande sentido moral, que constituem a consciência da humanidade. Apesar de ser verdade que o tratado de Benda, *A traição dos intelectuais* (1927), ficou para a posteridade como um duro ataque aos intelectuais que abandonam sua vocação e comprometem seus princípios do que como uma análise sistemática da vida intelectual, Benda cita as características principais dos que considerava serem verdadeiros intelectuais. Sócrates e Jesus são mencionados com freqüência, além de outros exemplos mais recentes, como Espinosa, Voltaire e Ernest Renan. Para Benda, os verdadeiros intelectuais constituem uma clerezia, são criaturas de fato muito raras, uma vez que defendem padrões eternos de verdade e justiça que não são precisamente deste mundo. Daí o termo religioso que Benda lhes atribui – clérigos –, uma distinção na posição social e no desempenho que ele sempre contrapõe aos leigos, aquelas pessoas comuns interessadas em vantagens materiais, em promoção pessoal e, se possível, numa relação próxima com os poderes seculares. Os verdadeiros intelectuais, diz ele, são aqueles cuja atividade não é essencialmente buscar objetivos práticos, ou seja, todos os que procuram sua satisfação no exercício de uma arte ou ciência ou da especulação metafísica. No entanto, os exemplos de Benda deixam claro que ele não endossa a noção de pensadores totalmente descomprometidos, alheios a este mundo, voltados para si próprios. Os verdadeiros intelectuais nunca são tão eles mesmos como quando, movidos pela paixão metafísica e princípios desinteressados de justiça e verdade, denunciam a corrupção, defendem os fracos, desafiam a autoridade imperfeita ou opressora (SAID, 2005).

Para Said (2005), a análise social que Gramsci faz do intelectual como uma pessoa que preenche um conjunto particular de funções na sociedade está muito mais próxima da realidade do que tudo o que Benda escreveu, sobretudo no fim do século XX, quando tantas profissões novas têm sustentado a visão do filósofo italiano. Hoje, todos os que trabalham em qualquer área relacionada com a produção ou divulgação de conhecimento são intelectuais no sentido gramsciano.

Nas sociedades industrializadas do Ocidente, a relação entre a indústria do conhecimento e as que estão ligadas à produção mecânica e artesanal tem crescido vertiginosamente a favor das indústrias do conhecimento. Segundo Said (2005), o sociólogo americano Alvin Gouldner disse há vários anos que os intelectuais eram uma nova classe, e que os administradores intelectuais tinham agora substituído, em grande escala, as velhas

classes endinheiradas e abastadas. Entretanto, Gouldner também afirmou que, em virtude de sua posição ascendente, os intelectuais não eram mais pessoas que se dirigiam a um público vasto; em vez disso, tornaram-se membros do que ele chamou uma cultura do discurso crítico. Para Said (2005), todos os intelectuais, o editor de um livro e o autor, o estrategista militar e o advogado internacional, falam e lidam com uma linguagem que se tornou especializada e utilizável por outros membros da mesma área: especialistas que se dirigem a outros *experts* numa língua franca em grande parte incompreensível por pessoas não especializadas.

De modo semelhante, Foucault (2002) disse que o chamado intelectual universal viu seu lugar tomado pelo intelectual ‘específico’, alguém que domina um assunto, mas que é capaz de usar seu conhecimento em qualquer área. Segundo o autor, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles, transformando todos em pequenos grupos, não existindo mais uma representação, ou seja, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede.

Nesse sentido, Foucault (2002, p. 43) argumenta que os intelectuais descobriram que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem melhor do que eles; e elas o expressam muito bem. Mas existe um sistema de poder que proíbe e invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra sutil e profundamente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, com a idéia de que eles são agentes da consciência e do discurso. Dessa maneira, o papel do intelectual não é mais dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem “do saber, da verdade, da consciência, do discurso”.

A politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: primeiro, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, “maldito”, acusado de subversão, de imoralidade, etc.); segundo, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas. Estas duas formas de politização não eram estranhas uma em relação à outra, embora não coincidissem necessariamente. Havia o tipo do intelectual “maldito” e o tipo do intelectual socialista. Estas duas formas de politização facilmente se confundiram em determinados momentos de reação violenta do poder, depois de 1848, depois da Comuna de Paris, depois de 1940: o intelectual era rejeitado, perseguido, no momento mesmo em que as “coisas” apareciam em sua “verdade” [...]. O intelectual dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que não podiam dizê-la: consciência e eloquência (FOUCAULT, 2002, p. 41-42).

Numa outra perspectiva, Bauman (2001, p. 112) diz que “[...] Tudo é temporário. Nossos quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades autoevidentes”. Um bom exemplo do que afirma Bauman pode ser verificado com as relações humanas: vive-se o momento presente, não se pensa num projeto de vida para o futuro, e sim, nos planos para o agora e o depois. Diante dessa temporalidade, Lipovétsky (2004) decreta: de quem é a culpa? Há culpados? São os intelectuais!

Por fim, para Said (2005), o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa, alguém que representa um certo ponto de vista, e articula essas representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras. O argumento do autor é que os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade.

Quando leio Jean-Paul Sartre ou Bertrand Russell, são suas vozes e presenças específicas e individuais que me causam uma impressão para além e acima dos seus argumentos, porque eles expõem com clareza suas convicções. Não podem ser confundidos com um funcionário anônimo ou um burocrata solícito (SAID 2005, p. 27).

1.3 A REPRESENTATIVIDADE DO INTELECTUAL NA POLÍTICA

Bobbio (1997, p. 18) mantém firme convicção, baseada nas lições históricas e na sua participação no debate político desde a queda do fascismo, de que entre intelectuais e políticos existe um hiato difícil de eliminar, que só em tempos excepcionais está destinado a diminuir ou a desaparecer. Este hiato induziu o autor a não se iludir com a função política dos intelectuais, tanto no que diz respeito às suas recriminações e denúncias como às suas propostas ou aos seus projetos de uma sociedade justa. O autor retoma sempre a idéia de que “política da cultura e política dos políticos são esferas que devem ser mantidas bem distintas; mesmo que se reconheça que o homem de cultura faz política, ele o faz no longo prazo, tão longo que os lances mais imediatos não deveriam perturbá-lo nem desviá-lo de sua estrada”.

Sobre o posicionamento dos intelectuais em relação à política, Bobbio (1997) sistematizou-o em quatro posições:

- 1) Referente à obra de Benda, já citada, os intelectuais têm a missão de defender e promover os valores supremos da civilização; são desinteressados e racionais. Na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões

irracionais da política, traem sua missão. Essa condenação de Benda obteve grande repercussão em todos os ambientes intelectuais da Europa, nos quais, mesmo em anos mais recentes, posteriores à Segunda Guerra Mundial, um dos temas prediletos foi o dos limites e da natureza do engajamento político e social do homem de cultura.

- 2) Karl Mannheim, em *Ideologie und Utopie* (1929), propõe uma tarefa simultaneamente teórica e prática. A vida política de uma nação está caracterizada pelo fato de que nela coexistem várias ideologias, cada uma das quais representativa de um ponto de vista parcial. Se não se deseja que estas ideologias contrastem entre si sem trégua, deve-se tentar uma síntese: alcançar uma visão compreensiva dos vários pontos de vista em conflito. Segundo Mannheim, esta síntese só pode ser obra de uma categoria que, diferentemente de todos os demais agrupamentos que produzem ideologias sociais, não tem uma composição de classe e está desancorada da sociedade, desvinculada de interesses e funções específicas: essa categoria, não classe, é a dos intelectuais, que ele chama, seguindo Weber, de *freischwebende* ou ‘livre-flutuante’.
- 3) O pensamento político de Ortega y Gasset funda-se sobre a distinção entre elites intelectuais, às quais cabe a direção da sociedade, e massas, cujo destino é deixar-se conduzir por uma minoria de espíritos clarividentes. Ortega afirmava que o primeiro objetivo do intelectual é “promover a organização de uma minoria encarregada da educação política das massas” (pág. 33). Depois, a idéia dominante é a de que existem, de um lado, minorias intelectuais destinadas a elaborar a grande política da renovação, e, de outro, massas à espera de serem plasmadas por espíritos superiores.
- 4) A obra de Benedetto Croce, sobretudo depois de 1925, pode ser interpretada como uma defesa dos ‘valores da cultura’ contra a sua confusão com os ‘valores empíricos’, e como uma constante afirmação do dever que tem o homem de cultura de assumir tal defesa diante da incompreensão ou, pior, da deliberada vontade de pisoteá-los, própria dos políticos. Com o amadurecimento de seu pensamento e de sua compreensão histórica, Croce foi consolidando cada vez mais sua convicção de que cabia aos intelectuais uma função política própria, a de afirmar o valor da liberdade entendido como ideal moral da humanidade, e de que dessa atribuição de tarefas devia-se extrair a distinção inevitável entre a função do intelectual e a função do político e, ao mesmo tempo, a indicação da importância do homem de cultura na sociedade.

Os posicionamentos a que esses pontos de vista dão lugar podem ser esquematicamente definidos do seguinte modo: a) O intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual (Benda); b) A tarefa do intelectual é teórica mas

também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas (Mannheim); c) A tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas (Ortega); d) A tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, adaptada aos tempos de crise (Croce) (BOBBIO, 1997).

1.3.1 A distinção dos intelectuais

Sartre (1993) celebrizou a distinção dos intelectuais ao defender que o intelectual não é neutro diante da realidade histórica e social.

O escritor engajado sabe que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão mencionando mudar. Para o autor, no contexto da sociedade capitalista, seria impossível manter o sonho da imparcialidade diante da condição humana. Em vista disso, “a função do escritor é fazer com que ninguém possa ignorar o mundo e considerar-se inocente diante dele (SARTRE, 1993, 20-21).

Sartre (1994) observa que o intelectual moderno é um ‘homem-contradição’, um ser dividido entre a ideologia particularista (fatores sociais, econômicos e culturais que condicionam sua vida) e o universalismo (exigência intrínseca da sua atitude como técnico e pesquisador). O autor descreve assim o paradoxo do intelectual moderno: “Um físico que se dedica a construir a bomba atômica é um cientista. Um físico que contesta a construção desta bomba é um intelectual”. Não cabe, portanto, ao especialista questionar as condições em que se dá a pesquisa, o resultado ou mesmo o uso que se faz dela. Mas é precisamente no momento em que o pesquisador “se mete no que não é da sua conta e que pretende contestar o conjunto das verdades recebidas, e das condutas que nelas se inspiram em nome de uma concepção global do homem e da sociedade que ele se torna um intelectual” (SARTRE, 1994, pág. 14-15).

Sartre (1994) argumenta que os filósofos iluministas tiveram a missão de desenvolver os pressupostos teóricos que legitimaram a ideologia burguesa, a qual tornou-se universal e hegemônica. Os filósofos eram ‘intelectuais orgânicos’, no sentido gramsciano. Já os intelectuais modernos, ‘técnicos do saber prático’, encontram-se presos às amarras do humanismo universalista burguês e às contradições próprias do seu ser social, enquanto membros de uma categoria social vinculada à ideologia dominante. Por isso, o autor coloca a necessidade de construção de um novo humanismo. Dentro dessa construção, Sartre (1994) focaliza sua crítica no ‘técnico do saber prático’ que, por sua condição social, é potencialmente um intelectual, mas não necessariamente atua como tal. Isso, no mundo

contemporâneo, tenderia ao descomprometimento do intelectual com as questões sociais, ocasionando a não realização das suas potencialidades, não assumindo o papel que lhe cabe.

Sartre (1994) advoga o engajamento militante do intelectual. Sua crítica exprime o elogio ao intelectual que assume sua responsabilidade, que se contrapõe ao humanismo burguês. Para o autor, a função do intelectual reside em reconhecer sua contradição intrínseca, relacionando-a com o conhecimento através de uma autocrítica permanente.

Em resumo, o discurso sartriano descreve um modelo de intelectual engajado que induz à distinção pela diferenciação entre o ‘falso’ e o ‘verdadeiro’ intelectual, em que é preciso distinguir a atividade real dos intelectuais num determinado contexto histórico, isto é, de como se deseja ou se imagina a atuação do intelectual dentro do universo político, social, econômico e cultural.

Diferentemente de Gramsci, que distingue os intelectuais entre orgânicos e tradicionais, Bobbio (1997), embora admita certo parentesco com Gramsci, distingue um do outro na tarefa que eles desempenham como criadores ou transmissores de idéias ou conhecimentos politicamente relevantes, ou seja, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político. Por ideólogos, o autor entende como aqueles que fornecem princípios guia, e, por expertos, aqueles que fornecem conhecimentos-meio.

Assim, segundo Bobbio (1997):

Toda ação política, como de resto qualquer outra ação social - e, aqui, por ação política podemos entender a ação do sujeito principal do agir político na sociedade de massa, que é o partido -, tem necessidade, de um lado, de idéias gerais sobre os objetivos a perseguir (que podem ser os objetivos últimos mas que geralmente são os objetivos intermediários), a que chamei de “princípios” e que poderiam ser chamados de “valores”, “ideais” ou mesmo “concepções do mundo”; e, de outro, de conhecimentos técnicos que são absolutamente indispensáveis para resolver problemas para cuja solução não basta a intuição do político puro, mas se fazem necessários conhecimentos específicos que só podem ser fornecidos por pessoas competentes nos diversos campos singulares do saber. [...] A necessidade de conhecimentos técnicos aumentou na sociedade moderna, especialmente a partir do momento em que o Estado passou a intervir em todas as esferas da vida, particularmente na das relações econômicas e das relações sociais: é evidente que um Estado não pode tomar providências contra a inflação sem o parecer de economistas ou realizar uma reforma sanitária sem o parecer dos médicos. Os Estados sempre tiveram os seus expertos: basta pensar nos legistas e nos militares (BOBBIO, 1997, p. 73).

Bobbio (1997) acrescenta que a distinção entre ideólogos e expertos repõe a distinção weberiana entre ações racionais segundo o valor e segundo o seu fim. Nesse sentido, os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita, pelo fato de estar conforme os valores acolhidos como guia da ação. Os

expertos são aqueles que fazem que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo, indicando os conhecimentos mais adequados para o alcance de uma determinada finalidade.

Por outro lado, ressalva o autor, existe o intelectual ideólogo que nunca põe os pés na terra, chamado de ‘utopista’, cuja separação entre fins e meios é absoluta. Ao contrário, existe o puro técnico que põe sua própria competência a serviço dos poderosos sem se pôr o problema da legitimidade dos fins. Esses dois casos-limite são representados atualmente pela contraposição no desenvolvimento contraditório da sociedade industrial, que deixa entrever uma possível catástrofe final, opondo o renascimento do utopismo, que é o triunfo da ideologia em estado puro, à declaração do fim das ideologias, que é o triunfo do puro tecnicismo (BOBBIO, 1997: p. 75).

1.3.2 Sobre a responsabilidade e o engajamento dos intelectuais

Sobre essa questão, pressupõe-se que um intelectual esteja a serviço do poder. Ao crescimento do poder, deve ou deveria corresponder, segundo Bobbio (1997), um aumento de responsabilidade. Weber captou a diferença entre aquele que age com base em princípios daquele que prioriza as consequências, distinguindo duas éticas: a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Bobbio diz não ter dúvidas de que o homem de fé deve agir com base na primeira e o político com base na segunda.

Mas o intelectual age com base na ética da convicção ou com base na ética da responsabilidade? Para Bobbio (1997, p. 71-72), parte da resposta está na distinção dos dois tipos principais de intelectuais: os ideólogos e os experts. O autor diz que a diferença entre os dois, com respeito à responsabilidade, depende da obediência deles a duas éticas diversas: os ideólogos à ética da convicção, os experts à ética da responsabilidade. Assim, “o dever dos primeiros é serem fiéis a certos princípios, custe o que custar; o dever dos segundos é o de propor meios adequados ao fim e, portanto, de levar em conta as consequências que podem derivar dos meios propostos”. Porém não está dito que os primeiros não tenham a sua responsabilidade; mas é uma responsabilidade relativa à pureza dos princípios, não às consequências que derivar dos princípios.

De forma objetiva, Bobbio (1997, p. 112) afirma que o problema da relação entre intelectuais e política é um problema entre intelectuais, com tudo o que representam de idéias, opiniões, visões do mundo, programas de vida, etc. Com isso, por intermédio de suas obras, os intelectuais podem exercer o poder, ainda que mediante a persuasão, nas formas extremas

de manipulação dos fatos.

Diante disso, a relação entre intelectuais e poder pode ser configurada em quatro formas, segundo Coser *apud* Bobbio (1997, p. 104):

- 1) Os próprios intelectuais estão no poder, situação rara da qual os jacobinos e bolcheviques seriam exemplos históricos significativos;
- 2) Os intelectuais procuram influir sobre o poder estando fora dele, elaborando propostas que poderão ou não ser acolhidas, mas que eles consideram úteis para melhorar as relações de convivência presididas pela atividade política;
- 3) Os intelectuais não se propõem nenhuma outra tarefa que não a de legitimar o poder, por exemplo: todos aqueles que nos regimes totalitários contribuem com escritos e discursos para a chamada fábrica de consenso;
- 4) Os intelectuais combatem permanentemente o poder, são por vocação os críticos do poder, como os chamados intelectuais do dissenso de hoje.

Quanto à questão do engajamento do intelectual, Bobbio (1997) faz um paralelo em relação à responsabilidade:

Prefiro falar mais de responsabilidade a falar de engajamento porque importa não que o homem de cultura se engaje ou não se engaje, mas por que coisa ele se engaja ou não se engaja e de que modo ele se engaja, assumindo todas as responsabilidades da sua escolha e das consequências que dela derivam. É apenas com base nessas responsabilidades, e apenas nelas, que ele deve ser julgado, e não com base no fato de que tenha se engajado por essa ou aquela parte, ou tenha preferido não se engajar por nenhuma das partes, pondo-se acima do combate. [...] Repito, não conta o engajamento mas sim a causa pela qual alguém se engaja; e diante do contraste de causas equivocadas, é melhor o aparente não-engajamento [...]. Problema verdadeiro e grave é o problema da responsabilidade. Vivemos em uma época na qual, entre tantos processos degenerativos, que sempre oferecem novos pretextos aos anunciantes de crises, aos profetas apocalípticos do fim da história, um dos mais preocupantes, até mesmo porque é dos mais evidentes, parece-me ser a progressiva desresponsabilização do indivíduo, uma vez transformado em homem-massa (BOBBIO, 1997: p. 100).

Numa perspectiva mais atualizada que a de Bobbio, Chauí *in* Novaes (2006) argumenta que, nos dias atuais, os intelectuais, graças aos meios de comunicação e de informação eletrônicos, aparecem constantemente na esfera pública. Todavia, acrescenta Chauí, o intelectual engajado está quieto, o que leva a indagar as possíveis causas de seu silêncio. Segundo a autora, a primeira causa é o refluxo mundial dos ideais socialistas, sob os efeitos do totalitarismo nos países ditos comunistas, do fracasso da *glasnost* na URSS e do recuo da social-democracia, com a adoção da chamada “terceira via” ou do “capitalismo acrescido de valores socialistas”. Por isso, o retraimento do intelectual engajado não é sua recusa de falar, mas a impossibilidade de fazê-lo porque lhe falta um pensamento capaz de

desvendar e interpretar as contradições que movem o presente e imaginar um porvir.

A segunda causa é o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado, sob os imperativos da nova forma de acumulação do capital ou neoliberalismo. Esse encolhimento aparece na conversão de direitos econômicos e sociais em serviços definidos pela lógica de mercado, transformando o cidadão de sujeito de direitos em mero consumidor de serviços (CHAUÍ *in NOVAES*, 2006).

Os recuos da cidadania e da despolitização produzem a substituição do intelectual engajado pela figura do especialista competente, cujo suposto saber lhe confere poder para, em todas as esferas da vida social, dizer aos demais o que devem pensar, sentir e esperar, dando-lhes um receituário para viver. Sob a ideologia da competência, a política se torna uma técnica de especialistas que anula o espaço público ao destruir um princípio fundamental da democracia: a competência de todos os cidadãos para opinar e julgar politicamente. O intelectual engajado aposta na participação política dos cidadãos. Hoje, porém, essa aposta é desqualificada, pois a ideologia da competência faz crer que há os que entendem de política e os que dela não entendem, devendo silenciar (CHAUÍ *in NOVAES*, 2006).

A terceira causa é a nova forma de inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista: deixaram de ser mero suporte do capital para se converter em forças produtivas, agentes de sua acumulação. Pensadores e técnicos se tornaram agentes econômicos diretos, com a economia fundando-se sobre a ciência e a informação, graças ao uso competitivo do conhecimento, da inovação tecnológica e da informação nos processos produtivos. Chega-se a falar em “capital intelectual” como o princípio ativo das empresas, considerando que esse conhecimento e as informações se baseia na propriedade privada (CHAUÍ *in NOVAES*, 2006)..

A quarta causa é o surgimento da ideologia pós-moderna, ou seja, a transformação na experiência do espaço e do tempo. A fragmentação e a globalização da produção econômica engendram dois fenômenos contrários e simultâneos: de um lado, a fragmentação e dispersão espacial e temporal e, de outro, sob os efeitos das tecnologias eletrônicas e de informação, a compressão do espaço, onde não há distâncias, nem fronteiras (CHAUÍ *in NOVAES*, 2006).

Para a autora, a experiência social contemporânea necessita de um distanciamento crítico por parte do intelectual engajado, cujo silêncio é substituído pela ideologia pós-moderna (dispersão e fragmentação do espaço e do tempo), o que o impossibilita de distinguir entre aparência e sentido, entre imagem e realidade. Essa ideologia toma a fragmentação econômica e social como um dado positivo e último, concebendo a sociedade como uma rede de comunicações lingüísticas, cujas regras são incomensuráveis, onde cada indivíduo entra em competição com outros, tornando a ciência, a política, a filosofia, artes narrativas em disputa.

2 A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE CELSO FURTADO

Segundo Furtado (2001, p. 9), sua formação intelectual deu-se sob uma tríplice influência. Foi inicialmente seduzido pelo positivismo, tendo a idéia de que a Ciência forneceria o conhecimento em sua forma mais nobre. “Não era o ‘comtismo’ primário, mas a confiança na ciência experimental como meio de descobrir os segredos da natureza”. Simultaneamente, manifesta-se a influência de Marx por intermédio de Karl Mannheim, o homem da Sociologia do Conhecimento, que colocou o saber científico em um contexto social, sendo esse o ponto de partida para o interesse de Furtado pela História como objeto de estudo (FURTADO, 2001).

Considero relevante que minha descoberta do marxismo se haja dado por intermédio da Sociologia do Conhecimento. Quando li *O Capital*, no curso de marxismo que fiz logo depois da guerra no Instituto de Ciência Política, em Paris, já sabia suficiente macroeconomia moderna para não me seduzir pelo determinismo econômico que tinha explicação para tudo à custa de simplificar o mundo (FURTADO, 2001, p. 9 e 10)

A segunda corrente de pensamento que influenciou Furtado foi a da sociologia norte-americana por intermédio de Gilberto Freyre, autor do livro *Casa-grande e senzala*, que revelou a ele a dimensão cultural do processo histórico. Segundo Furtado (2001), foi o contato com a sociologia norte-americana que corrigiu os excessos do seu historicismo.

Por último, a influência da obra de Keynes e a política do *Welfare State* foram igualmente decisivas, já que Furtado compreendia “que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder” (FURTADO, 1997b: p. 21).

É curioso, porque não se pode elidir o impacto do pensamento macroeconômico da versão keynesiana que permitia, digamos, captar a importância da política econômica e da política como algo de Estado, não como algo que surge nas instituições internacionais tão dominantes hoje em dia. A verdadeira política deve fazer parte de um projeto nacional. Isso está muito ligado a Keynes. Eu fui aluno e fui influenciado por F. Perroux e M. Byé em Paris, entre 1946 e 1948. Na realidade, Perroux me impressionou muito. Ele já sofria uma grande influência de Keynes, e projetava o tema do poder na economia internacional. Já não era um problema de apenas estudar uma economia e conhecer as formas de mercado, as formas de poder implícitas. Sabia que um oligopólio significa, na realidade, mais do que uma expressão econômica, é uma forma de poder. Ele projetava isso no plano internacional. Eu comecei, então, prematuramente, a pensar em articular a economia ao poder, com uma dimensão internacional. Foi, evidentemente, influência de Perroux (FURTADO in MALLORQUIN, 1995, p. 100).

Em todas as autobiografias, Furtado (1997a; 1997b; 1997c) faz questão de ressaltar sua independência em relação ao marxismo, pois não via como separar o marxismo da

experiência soviética, “onde a asfixia do indivíduo contrapunha-se ao que havia de mais nobre e permanente na cultura européia” (FURTADO, 1997a, p. 105).

Sei que existe, para quem queira comprar, uma “ficha ideológica”, supostamente elaborada pela Polícia, em que me imputam “inclinações comunistas” durante o período 1945-1947. Aos interessados na evolução de minhas idéias, recomendo que consultem diretamente as fontes originais, ou seja, minhas publicações dessa época: publiquei um livro de contos sobre minha experiência de expedicionário na Itália; publiquei uma série de reportagens sobre os países que visitei na Europa: Inglaterra, França, Alemanha, Tchecoslováquia e Iugoslávia; publiquei uma monografia no campo da Ciência Política, *Trajetória da Democracia na América*, que mereceu o prêmio Franklin Roosevelt concedido pelo Instituto Brasil-Estados Unidos. A partir de 1948, minhas publicações passaram a ser estritamente técnicas, na qualidade de funcionário das Nações Unidas, a cujos quadros pertenci durante dez anos (FURTADO, 1997b)

Dizia que não podia submeter-se à tutela de um Partido, uma vez que ele colocava a liberdade de escrever acima de tudo e não admitia receber instruções para escrever sobre isto ou aquilo (FURTADO, 1997a).

Ora, o marxismo parecia a única doutrina que prometia um mundo estável, sem desemprego e sem os pífugos negócios de vendas de armas. [...] A verdade é que Marx escrevera sobre tudo, o permanente e o cotidiano, podendo-se dele derivar linhas de pensamento com implicações muito diversas. Cada um se arranja para ter seu próprio marxismo, esse território tão propício à construção utópica. O problema das doutrinas portadoras de um projeto de ordem social está em que pretendem ignorar que não conhecemos suficientemente o homem para prever suas reações aos constrangimentos a que será submetido pela nova ordem. O capitalismo terá exacerbado certos instintos destrutivos do homem, mas certamente não os criou (FURTADO, 1997a: p. 105 e 106).

Contudo, é inegável a influência de Marx na obra de Furtado, sobretudo nos livros publicados na década de 1960, particularmente *A pré-revolução brasileira* (1962), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967). Neste último, Furtado (1971, p. 21-35) chegou a descrever as premissas filosóficas do desenvolvimento econômico baseado no modelo marxista. As observações feitas por Furtado têm o objetivo apurar a contribuição de Marx para a formulação de uma teoria do desenvolvimento ou, em outras palavras, de definir o alcance do modelo que construiu como elemento explicativo do processo do desenvolvimento da economia capitalista. Segundo o autor, a posição de Marx no desenvolvimento das idéias que formam a Ciência Econômica constitui um caso particular que se presta a interpretações contraditórias. Nesse sentido, é necessário não esquecer que Marx partiu de uma posição filosófica em face da história, para a análise econômica. Não que os economistas clássicos fossem destituídos de uma filosofia da história. Mas nenhum deles

utilizou a análise econômica, precipuamente, como instrumento para fundamentar uma teoria da história. Coube a Marx realizar essa tarefa pela primeira vez, e foi isto que emprestou extraordinária força de penetração às suas idéias. A enorme influência que alcançou não se deve ao fato de que suas teorias econômicas representassem um grande progresso para o desenvolvimento da análise econômica de sua época, nem que a sua filosofia da história (e a mensagem nela implícita) constituísse um grande avanço dentro do movimento de idéias socialistas do século XIX; mas, sim, ao fato de que fundamentou, com os instrumentos de análise da única Ciência Social que alcançara certo rigor metodológico, um conjunto de concepções filosóficas que traduziam, e ainda continuam a traduzir, os anseios de permanente renovação da cultura moderna surgida da Revolução Industrial.

Marx estabelece como suas conjecturas filosóficas conduziram-no à análise econômica. A *Filosofia do Direito* de Hegel levou-o a meditar sobre as causas que determinam as formas do Estado e sobre as relações jurídicas entre os cidadãos. Como explicar esses fatos à base de uma simples hipótese sobre a evolução geral do espírito humano? Até que ponto as relações materiais da vida desempenham aí um papel? E, à medida que meditava sobre essa matéria, ia-se dando conta de que a anatomia da sociedade deve ser procurada na Economia Política. Marx chegou à conclusão, que passará a ser a base filosófica definitiva de sua obra, de que a produção dos meios de subsistência do homem é um fato social, do qual decorrem relações de produção determinadas e necessárias e que essas relações correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas. Todo esforço subsequente de Marx, no plano econômico, será no sentido de: a) identificar as relações de produção fundamentais do regime capitalista, e b) determinar os fatores que atuam no sentido do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, fatores que levam à superação desse regime. É necessário não perder de vista esses objetivos últimos, pois todo o pensamento econômico de Marx constitui um esforço nessa direção (FURTADO, 1971).

Por outro lado, Furtado (1971) observa que o pensamento dos clássicos assumira uma forma atuante, podendo ser considerado, até certo ponto, como revolucionário. Com efeito, os clássicos assumiram uma atitude crítica aguda com respeito aos resquícios da sociedade feudal que entorpeciam, em seu tempo, o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista. Como decorrência de sua atitude filosófica, Marx assumirá, em face do conjunto das instituições políticas de sua época, uma posição quase única entre os economistas da segunda metade do século XIX. Imbuído da dialética hegeliana, a que chamou “ciência das leis gerais do movimento tanto do mundo externo como do pensamento humano”, observava o capitalismo não somente do ponto de vista dos fatores que entravavam o seu

desenvolvimento, mas, principalmente, do ponto de vista de sua dinâmica geral, de suas “contradições internas”, de suas dimensões históricas, de seu começo e fim. Os clássicos pensaram em termos evolutivos para trás, como se o quadro institucional do capitalismo representasse o coroamento da evolução humana. Marx, atribuindo um fundamento ideológico a essa posição, tratou de demonstrar o sentido histórico das instituições capitalistas. Em termos das categorias de Mannheim, a posição dos clássicos pode ser qualificada de ideológico-revolucionária, sendo a racionalização de forças tendentes a consolidar uma situação histórica em franco avanço. A posição de Marx, por outro lado, poderia ser qualificada de utópico-revolucionária: racionalização de forças tendentes a superar uma situação histórica consolidada.

2.1 A INFLUÊNCIA DE KARL MANNHEIM

Os diálogos entre Karl Mannheim e Celso Furtado, durante o doutorado deste na Universidade de Paris (Sorbonne) na década de 1940, produziram uma reflexão acerca do papel do intelectual no mundo moderno. A Sociologia do Conhecimento de Mannheim sustenta que a reflexão teórica, o pensamento e as idéias têm a incumbência de fazer com que a sociedade seja revelada em suas nuances fundamentais, em seus aspectos formadores, em sua constituição essencial. O exercício da atividade intelectual tem de estar voltado para o desenvolvimento e para a sedimentação de uma perspectiva de mudança assentada na convicção de que cada sociedade deve criar os seus caminhos, os seus percursos, os seus processos de transmutação, ou seja, uma identidade nacional. Desse modo, cabe ao intelectual o esforço para entender as transformações sociais de sua época e como elas se processam interna e externamente, cabendo-lhe, então, um esforço de ação transformadora através de uma atividade intelectual que desvende as relações sociais e aponte caminhos para a ação prática e política. Isso porque “entender o mundo é uma maneira de agir sobre ele”. Diante desses elementos, as reflexões de Furtado, sobre a racionalidade capitalista, o papel da ciência, o papel do intelectual, a criatividade, a sensibilidade para compreender o mundo e as suas modificações, levaram-no a compreender sobre a planificação democrática, a reconstrução institucional e o papel social dos intelectuais em épocas de crises ameaçadoras da liberdade. Em *A fantasia organizada*, ele afirma: “como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem” (FURTADO, 1997a: p. 99-102).

A orientação de Mannheim, de que os instrumentos intelectuais produzidos pelos cientistas são essenciais para compreender os caminhos e descaminhos do mundo atual, está na base da discussão de Celso Furtado sobre o papel social dos homens de ciência. Furtado partilha com Mannheim da convicção de que há uma parte, mesmo que minoritária, de intelectuais voltada para os interesses da sociedade como um todo. E a esses caberia um entendimento gradualmente comprehensivo e racional da realidade, pré-requisito para um acesso científico à política e à mudança social. A partir dessa perspectiva, os argumentos de Furtado podem ser entendidos, quando o autor enfatiza a responsabilidade coletiva dos intelectuais no processo de construção de ações voltadas para um projeto de nação mais igualitária e inclusiva (FURTADO: 2003, p.3).

Os homens de ciência, voltados para os interesses sociais e nacionais, teriam, então, a incumbência de balizar os caminhos e as discussões acerca das dificuldades atuais no que diz respeito às soluções dos problemas atinentes às desigualdades, à pobreza e à concentração de renda. Uma atividade intelectual desenvolvida nesses termos é considerada por Celso Furtado como um “trabalho útil no plano do pensamento” (Furtado *in* Camargo e Loyola: 2002, p.35), já que ofereceria subsídios na proposição de novas ações das forças sociais organizadas para combater as exclusões sociais e políticas de modo geral. Nos moldes de Mannheim para quem “conhecer a significação social dos acontecimentos é um requisito indispensável à sobrevivência”, Furtado destacava desde os anos 1950 que o intelectual deveria assumir inteiramente o desafio de compreender o sentido do processo social em curso no mundo atual.

Na América Latina, e também em outros continentes, era premente que a ação intelectual estivesse voltada para a proposição de mudanças que levassem a uma redefinição do padrão de organização social e do padrão de domínio prevalecentes. Orientava a reflexão de Celso Furtado a postura de Karl Mannheim de que os intelectuais deviam se preocupar:

[...] com as consequências sociais da transformação da sociedade, que têm suas raízes na última guerra, mas que só agora (1947) começam a manifestar-se plenamente. Não estudamos mudanças seccionais ou parciais em si mesmas, mas somente em sua interdependência. Sem menosprezar a significação da estrutura econômica, salientaremos que, sem as modificações correspondentes no plano político e cultural não há reformas satisfatórias (MANNHEIM 1972, p. 17).

Furtado, desde seus primeiros escritos, demonstrava-se imbuído da convicção de que os intelectuais progressistas deveriam tomar para si a tarefa de esclarecer que as mudanças nos âmbitos institucionais, culturais e políticos eram essenciais para a superação da condição de subdesenvolvimento. Nesse sentido, Furtado também seguia a orientação dada por Mannheim em 1947, segundo a qual, em meados do século XX, a tarefa dos intelectuais

comprometidos com a liberdade humana era compreender a natureza dos problemas reais. “Os méritos de qualquer solução concreta estão sujeitos a debates, e algumas, senão todas as propostas, têm que ser modificadas em seus detalhes” (MANNHEIM, 1972, p.18).

Furtado (1997a) sintetiza o seu empenho em compreender historicamente as condições socioeconômicas, políticas e culturais produtoras e reproduutoras do subdesenvolvimento. Para ele, o subdesenvolvimento era o problema essencial das sociedades latino-americanas, visto que isso potencializava continuamente as desigualdades e o imobilismo social. Ao homem de ciência, comprometido com a democracia e com a formação de uma sociedade renovada em seus valores e em suas instituições, cabia não só a leitura dos fundamentos históricos do subdesenvolvimento, mas também a construção de propostas de ação que fossem amplamente debatidas pelas diversas forças sociais que lutavam para vencer as amarras da vulnerabilidade externa, das dificuldades de expansão industrial, do desemprego, da miserabilidade e da concentração de renda. Nesse trabalho, ganhava expressão nos escritos de Furtado, a idéia de planificação, a qual ele extraíra de Mannheim.

A verdadeira planificação consistia na coordenação das instituições, da educação, dos valores e da psicologia. Só quem puder ver as importantes ramificações de cada passo isolado, poderá atuar com a responsabilidade exigida pela complexidade da época moderna. A essência da planificação democrática deve tomar como tema a vida social em sua totalidade: novas instituições, homens novos, valores novos (MANNHEIM, 1972: p. 18).

Furtado (1962a; 1964; 1966; 1968; 1997a; 1997b; 1997c) evidenciou em seus textos que a construção de um processo de planificação, concebido por Mannheim, ou seja, a criação das estruturas por onde deveria fluir uma nova sociedade, democrática em sua totalidade, era desafiadora para a América Latina e para o restante do mundo. Não havia, na década de 1950, qualquer experiência de planificação democrática posta em prática nesses termos em países desenvolvidos ou não. Havia o exemplo da planificação soviética, mas que fugia dos propósitos democráticos aventados por Mannheim. Planificações que alimentavam ditaduras de direita ou de esquerda não serviam, de modo algum, como guia de ação. Nessas condições, cabia aos intelectuais comprometidos com a democracia buscar meios de realizar os propósitos sociais desta última; e isso só poderiam fazer com liberdade de reflexão e de ação.

O modo de Celso Furtado se colocar diante das questões que constituíam o debate acerca dos problemas brasileiros no final da década de 1940 revelava o seu entendimento acerca do papel social dos intelectuais. No Brasil, país fundado em heterogeneidades sociais, políticas, econômicas, culturais e em disparidades regionais, a função dos intelectuais era o de descontaminar a realidade social em todas as suas dimensões. Para fazer isso, ele reconheceu a necessidade de compreender os efeitos das mudanças sociais e políticas que se iam

processando dentro e fora do país. No entanto, o homem de ciência tinha de ser também um homem de ação capaz tanto de compreender as estruturas sociais, suas mudanças e permanências, quanto de elaborar e de implementar projetos voltados para a reversão das desigualdades sociais. Isso demandava dele como intelectual a consciência de que “os problemas do Brasil se haviam sedimentado em sucessivas camadas históricas, cuja identificação ainda estava por ser feita. Havia que pensar a longo prazo e armar-se de meios para a luta de uma vida” (FURTADO, 1997a: p.128).

Em resumo, pode-se dizer que, nos aspectos da concepção de planificação, Celso Furtado dialogava com as características do planejamento enumeradas por Mannheim; que seriam: a implementação de uma luta no plano das idéias para formulação de um pensamento capaz de interferir nas estruturas de poder e fazê-las voltar-se para o desenvolvimento e para a justiça social. Esse era, para Furtado, o grande desafio que a CEPAL teria que enfrentar, a princípio, para promover as mudanças necessárias no continente. “Tratava-se de inventar técnicas que permitissem colocar diante da sociedade o horizonte de opções possibilitado pela estrutura existente e pelo esforço de mudança consentido” (FURTADO, 1997a: p. 239).

Assinale-se, então, que, nos moldes defendidos por Mannheim, somente um planejamento democrático seria possível. Mas se já era complexo o estabelecimento de tal modo de planejar nas sociedades avançadas, isso era mais difícil ainda no caso da América Latina, devido ao baixo grau de racionalidade e de responsabilidade política. A planificação democrática deveria, segundo Furtado (1997a), “criar instrumentos que dessem ao mesmo tempo eficácia e transparência ao poder”. As decisões acerca dos fins a alcançar pertencem à área do poder e, portanto, antecedem à planificação; no entanto, elas não podem deixar de levar em conta os interesses dos cidadãos, estando aí o papel do planejamento democrático, o qual lidaria com um campo aberto de lutas e de embates por estar calcado em uma percepção da realidade que se agudizaria pelo próprio processo de mudança que expandiria mais e mais as áreas de conflitos. Na América Latina, era essencial aumentar o número de empregos. Essa era a luta essencial contra o subdesenvolvimento, já que este tem como característica básica o não-aproveitamento da mão-de-obra e a insuficiência de capital. Assim, “[...] A decisão de exigir mais esforço da população e/ou intensificar o crescimento é de natureza política. O que é próprio da planificação é que ela explícita os objetivos embutidos na política”. Essa transparência potencializaria os conflitos, os embates, mas traria, de modo crescente, para a arena política, as ações daqueles grupos que visavam baixar os custos sociais do desenvolvimento (FURTADO, 1997a: p. 239-240).

A concepção de planejamento democrático de Mannheim também influenciava Furtado no que diz respeito à necessidade de formulação de planos de desenvolvimento que não estivessem voltados somente para os interesses de alguns grupos, mas sim para a sociedade como um todo. O aumento da produtividade, por exemplo, somente significaria a geração de desenvolvimento se distribuisse as riquezas equitativamente. Assim, a planificação tinha como preocupação primeira a justiça social. “Se os aumentos de renda se concentram em poucas mãos, não haverá na economia reações que tendam a intensificar o desenvolvimento” (FURTADO, 1997a: p. 263).

Portanto, o ato de planejar como um ato de produzir uma transformação gradual da sociedade, mencionado por Mannheim, estava presente na perspectiva de Furtado. No entanto, havia diferenças no modo de um e de outro conceber essa própria graduação. Enquanto Mannheim, em razão do fascismo e do stalinismo, propunha um movimento de modificação gradual que transformasse a própria personalidade dos indivíduos, tornando-os dotados de novos valores que não possibilassem aos mesmos sucumbir às propagandas totalitárias, Furtado tematizava a questão da mudança gradual em termos econômicos, políticos e sociais.

Segundo Furtado (1997a, p. 277), a planificação econômica era tida pela CEPAL como a fórmula de criar mecanismos latino-americanos de desenvolvimento, entendendo que “a problemática do desenvolvimento abarca todo processo social e político, razão pela qual a política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente”. Em razão dessa posição, estabeleceram-se vários debates acerca do papel do intelectual no processo de planejamento.

Em vista de alguns posicionamentos que desqualificavam inteiramente a possibilidade de construção de ações propositivas por parte dos intelectuais que se agrupavam em torno da CEPAL, Furtado afirmava que havia uma tendência da:

[...] *intelligentsia* a assumir atitude arrogante diante do povo, inclinando-se, ainda que inconscientemente, a atribuir-lhe certa culpa pelo atraso do país. O mesmo se pode dizer com respeito ao pessimismo dos intelectuais, que raia pelo derrotismo quando se trata de julgar o próprio país, como freqüentemente notam observadores estrangeiros. As pessoas que deixam transparecer certo entusiasmo pelas coisas do país são logo acoimadas de ufanistas (FURTADO, 1997a: p. 278).

Mas, segundo Furtado (1997b, p. 18), o planejamento como uma técnica social:

[...] seria capaz de elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a idéia de que o homem pode atuar racionalmente sobre a história. Hoje me pergunto se não existe uma grande arrogância nessa atitude: imaginar que estamos preparados para dar um sentido à História .

É interessante observar que, mesmo colocando em questão esse modo de pensar, o homem e a História, todos os textos recentes de Furtado (1998; 1999a; 1999b; 2002a; 2003) mantêm uma clara convicção sobre as possibilidades do homem imprimir novos sentidos, significados e rumos à História que sempre foi vista por ele como um processo em aberto. Se em algum momento ele duvidou que os homens, até mesmo os homens de ciência, estivessem preparados para dar outros rumos à vida social, isso não é a regra geral de seus escritos.

Quanto aos intelectuais inseridos nos processos de mudança social, Furtado (1997c) emprega a palavra idéia-força para caracterizar o resultado do imbricamento entre a atividade intelectual e a ação. Visando esclarecer essa relação entre ciência e ação, pensamento e ação, idéia e ação, encontram-se várias discussões quanto às influências que ele teria recebido do positivismo, do marxismo e de Mannheim ao mesmo tempo. Tais diálogos não eram para ele excludentes, mas trouxeram impasses significativos para a sua concepção em torno da ligação entre atividade intelectual e ação política democrática. Furtado destacava que a sua atividade de pensar e de agir estava influenciada pelo positivismo que conectava conhecimento e progresso, mas tal influência não anulava, mas sim era o pano de fundo, de sua convicção filiada ao marxismo o qual supunha que as formas sociais são históricas e superáveis. Dessa maneira, os escritos de Mannheim teriam possibilitado um alargamento da influência de Marx, já que Mannheim destacava que “a Sociologia do Conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à História” (FURTADO, 1997c: p.16).

2.2 A INFLUÊNCIA DA TEORIA KEYNESIANA

Segundo Oliveira (2003, 85-86), a influência de Karl Marx é patente na obra de Furtado. “Mas, sem dúvida, a contribuição mais marcante é de Keynes”, economista inglês que revolucionou a teoria econômica no século XX, com sua obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. A história econômica realizada por Furtado em *Formação econômica do Brasil* é uma releitura keynesiana da história brasileira. A teoria de Keynes ajudou Furtado a deslindar, por exemplo, a autonomia do Estado brasileiro para realizar as ações intervencionistas a partir da Revolução de 1930, bem como a ampliar o alcance das transformações econômicas do ciclo do café que ajudaram na criação do mercado interno, diferenciando-o dos ciclos anteriores da história econômica nacional: “[...] É a teoria keynesiana da demanda como núcleo do processo econômico capitalista que possibilita essa operação interpretativa”.

O lugar do Estado na obra de Furtado constitui-se na referência principal para pensar a economia e a sociedade brasileira; e a intervenção do Estado em moldes keynesianos foi paradigmática. Essa interpretação tornou-se hegemônica, influindo na ação estratégica de curto, médio e longo prazos, formando os quadros da burocracia estatal, influindo na formação acadêmica, moldando a ideologia do desenvolvimento que se firmou no país pelo menos durante o período populista. As orientações políticas tomaram a ideologia do desenvolvimento como seu objetivo maior; a esquerda, de início hostil e renitente, acabou rendendo-se ao esquema furtadiano, uma vez que, de um lado, ele permitia acolher o discurso antiimperialista e, de outro, a teorização de Furtado sobre o papel do mercado interno ajudou a dar plausibilidade ao rol que o Partido Comunista Brasileiro desejava para a burguesia nacional, como vanguarda de um desenvolvimento autônomo (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Oliveira (2003, p. 60), Furtado racionalizou e ofereceu uma explicação científica para movimentos que já se haviam passado: como a famosa queima de café por Vargas nos anos 1930 para sustentar os preços e a renda dos produtores. (o keynesianismo antes de Keynes). Assim, projetou os anseios, desejos e projetos da expansão burguesa como um projeto nacional. O plano de metas de Juscelino Kubitschek, executado no seu mandato entre 1956 e 1960, foi inteiramente calcado nos trabalhos do grupo misto BNDE-CEPAL, dirigido por Furtado, no Rio de Janeiro, de 1952 a 1954, que lhe forneceu, inclusive, os materiais para a reflexão original contida na sua obra.

Na disputa política que aconteceu durante os anos 1950, pode-se perceber dois grandes campos ideológicos: o desenvolvimentismo e o liberalismo, sendo que o primeiro abarcava a maioria dos setores intelectuais brasileiros. A literatura denomina este período como populista e nacional/desenvolvimentista, sem que, no entanto, isso signifique que houvesse um projeto único entre os grupos que se aglutinavam em torno da bandeira do ‘desenvolvimento’. Tomando como definição do termo o proposto por Bielschowsky, desenvolvimentismo é um “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal” (BIELSCHOWSKY, 1988, p: 39), autores com trajetórias bastante diversas como Roberto Campos, Lucas Lopes, Roberto Simonsen, Rômulo de Almeida e Celso Furtado são colocados como pertencentes ao bloco desenvolvimentista. Segundo Cepêda (1998), possuíam em comum a percepção de que o atraso só seria superado de forma artificial, o que os afasta da doutrina liberal. Esse setor ampliou-se ainda mais, incorporando os economistas do ISEB e do Partido Comunista Brasileiro. A diferença entre os desenvolvimentistas (que aglutinam o setor público não nacionalista, setor privado e setor público nacionalista) e os novos companheiros do ISEB e do PCB era a filiação teórica (linha

keynesiana para os primeiros e materialista-marxista para o segundo). Em conjunto, formar-se-ia um campo ideológico em que a tônica do desenvolvimento correspondia à tarefa histórica do período: a construção do capitalismo no Brasil. No entanto, a própria acepção do termo “desenvolvimentismo” escondia uma outra face: a aceitação da premissa do subdesenvolvimento. Na construção desse par de conceitos, a influência dos cepalinos, principalmente de Celso Furtado, é um dos motores do debate intelectual do período.

O aumento da participação do Estado, como mecanismo atenuante dos conflitos capital/trabalho e como meio de aumentar o bem-estar das massas trabalhadoras, era uma tônica internacional. Furtado teve a chance de conhecer grande parte dos trabalhos produzidos mundialmente nessa época. Outro expressivo fenômeno que ocorria mundialmente era o surgimento da problemática do subdesenvolvimento. Com o fim da Era dos Impérios, a antiga oposição metrópole *versus* colônia seria substituída pela dicotomia países ricos *versus* países pobres, questão que se tornaria importante diante da contradição entre a pequena quantidade de países favorecidos frente à enorme constelação de países pobres, atrasados e subdesenvolvidos. A preocupação sobre a pobreza se desdobrou em dois comportamentos distintos. As nações atrasadas se preocupavam em sair da pobreza, e as nações ricas temiam que as sociedades pobres não conseguissem ultrapassar essa barreira, tornando-se uma ameaça para sua tranquilidade (CEPÊDA, 1998).

Segundo Cepêda (1998), ao se analisar o pensamento furtadiano, observa-se que parte significativa da força de convencimento da obra de Celso Furtado se deve ao fato desta incorporar as novas contribuições da produção intelectual mundial, ao mesmo tempo em que se mantém no campo da anterior reflexão do pensamento social brasileiro. Como exemplo da assimilação de novas correntes de pensamento existente no cenário internacional, pode-se indicar a influência da teoria keynesiana e da questão da democracia econômica, ambas consequências das profundas mudanças ocorridas no capitalismo moderno desde o início do século XX. Naquele momento, eram correntes de pensamento representativas da nova ordem mundial que se firmaria no pós-guerra e da nova vestimenta institucional assumida pelo capitalismo. Elas incorporaram questões consideradas marginais pelo pensamento liberal clássico e que a teoria de Keynes viria substituir. O reconhecimento da importância reguladora e não apenas normativa do Estado, o problema da distribuição de riqueza e da incorporação de grandes contingentes de trabalhadores ao mercado de consumo como uma necessidade intrínseca ao próprio processo de crescimento capitalista, e a adoção de medidas de proteção ao trabalho, representaram uma revolução na forma de interação entre economia e política. Ao mesmo tempo, o aumento da invasão pública na esfera privada da produção e nas

relações de trabalho colidia de frente com a anterior ordem explicativa adotada pelo pensamento liberal. Ao lado desta questão, aparece a legitimação de procedimentos democráticos, com aumento tanto da participação política quanto da perspectiva de aumento do bem-estar material dos indivíduos.

Segundo Furtado (1962), o keynesianismo teve o atributo de retirar a ação do Estado do ostracismo em que tinha sido relegado pelo liberalismo. Diante das crises vividas pelo capitalismo no século XX, o Estado tornou-se um agente fundamental para a preservação do próprio sistema. No entanto, seu alcance limitava-se apenas para as economias avançadas que sofriam crises de desajustamento, e não podia ser utilizada na íntegra nos países periféricos que padeciam de outro tipo de problema: “O problema para os keynesianos resumia-se, contudo, na introdução de certas correções que restabelecessem o funcionamento dos automatismos. Uma vez logrado o pleno emprego, tudo voltaria a ocorrer como previam os clássicos” (Furtado, 1962, p: 34). Isso explica, segundo Cepêda (1998), porque Furtado adotou apenas alguns dos argumentos da teoria keynesiana. Dois pontos estratégicos claramente keynesianos foram adotados por Furtado em suas teorias: a crítica ao automatismo do mercado e a adoção do planejamento governamental como único meio viável de redefinir os rumos do capitalismo através de políticas de investimento e controle da demanda, corrigindo distorções no capitalismo avançado e gerando modificações estruturais no capitalismo retardatário. A questão do livre mercado é criticada tendo por base que a ação individual pode impor limites ao crescimento econômico.

Para Furtado (1964), o keynesianismo forneceu os alicerces para o compromisso entre as classes sociais, imbricando definitivamente as relações políticas e a organização econômica na sociedade capitalista moderna. Embora a aplicação mais imediata desta teoria tenha por foco o problema da participação e da distribuição de ganhos numa sociedade capitalista de tipo avançado, restringindo sua adequação as economias de outro tipo (como os países subdesenvolvidos), abriu, no entanto, enormes possibilidades teóricas e que coincidiram, em muitos casos, com os desafios encontrados pelos países que lutavam por superar o subdesenvolvimento. Auxiliava o combate aos setores mais conservadores que, aplicando o arsenal do liberalismo econômico, impediam tanto a entrada em cena do Estado, quanto uma modificação da estrutura política com aumento da participação política das classes populares. Nesse ambiente, Furtado (1964) colocou o aumento da participação política da sociedade (via legitimidade e eficácia do governo) e da pressão por distribuição de renda (via pressão sindical ou mesmo expressa nas eleições) como motor de desenvolvimento. Nos argumentos desenvolvidos nos textos do início da década de 1960 (momento em que se acirra a disputa

política pelo controle do aparelho de Estado e que se redefinem os rumos do capitalismo brasileiro), Furtado expõe que a consecução ou manutenção de um regime democrático aberto, em que as classes assalariadas podem organizar-se para lutar por objetivos próprios, deve ser considerada como condição necessária do desenvolvimento social em um país subdesenvolvido (FURTADO, 1964: p: 88).

Dessa maneira, o termo desenvolvimento social só pode ser entendido no próprio contexto proposto por Furtado: de que o ‘desenvolvimento econômico’ dos países subdesenvolvidos difere profundamente do conceito de ‘crescimento econômico’. O grande problema das economias atrasadas está em modernizar todas as estruturas sociais: organização da produção em moldes capitalistas (uma economia de perfil industrial, com mercados integrados e auto-sustentados), transformação da estrutura ocupacional (fundiária e com crescente perfil urbano), modernização das relações políticas (com avanços institucionais, aumento da participação política e, principalmente definindo um novo projeto de hegemonia que, no caso da modernização, corresponderia a preponderância do grupo burguês industrial). São mudanças qualitativas que escapam ao formalismo do cômputo quantitativo da produção, significando a adoção plena da essência operacional do capitalismo industrial em detrimento de formas mais pretéritas de capitalismo mercantil. No fundo, uma revolução, só que mantida dentro dos marcos institucionais: A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária (FURTADO, 1962).

Temos que dar meios ao governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função do servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política (FURTADO, 1962, p: 31).

2.3 A INDEPENDÊNCIA INTELECTUAL DE CELSO FURTADO

Furtado (1997b) afirma ter sido um trabalhador intelectual, sempre respeitando o papel do intelectual numa sociedade democrática e, por isso, habituou-se a escrever com absoluta liberdade. Bresser-Pereira (2001) sustentou toda sua análise a respeito das influências intelectuais a que Furtado teria incorporado ao longo da sua trajetória intelectual, considerando a abordagem desse contexto. Cabe ressaltar que as teses defendidas por Bresser Pereira, em alguns pontos, polemizam com os argumentos até aqui apresentados.

Segundo Bresser-Pereira (2001), Celso Furtado é um economista da teoria do desenvolvimento e da análise da economia brasileira. Nas duas especialidades, ele pensou sempre de forma independente, e usou principalmente o método histórico ao invés do lógico-dedutivo. Sua capacidade de dedução partiu da observação da realidade, evitando os pressupostos gerais sobre o comportamento humano; a partir dessa realidade e do seu movimento histórico, inferiu sua teoria.

Furtado fez parte do grupo dos pioneiros da teoria moderna do desenvolvimento, ao lado de Prebisch, Singer, Lewis, Nurkse, Myrdall e Hirschman. Suas contribuições teóricas concentraram-se no entendimento do processo de desenvolvimento e de subdesenvolvimento econômico. Com os clássicos Ricardo, Marx e Keynes, ele aprendeu a teoria econômica que utiliza, pouco devendo aos neoclássicos. Entretanto, afirma Bresser Pereira (2001, p. 6), Furtado não é um marxista ou um keynesiano: seu pensamento é independente, fazendo questão de frisar essa independência. Está identificado com o estruturalismo latino-americano, na medida em que foi um dos seus fundadores. Mas é preciso ter claro que o estruturalismo não é uma teoria econômica abrangente. Foi uma doutrina econômica influente na América Latina nos anos 1950 e 1960, porque oferecia uma interpretação para o subdesenvolvimento dos países que, em meados do Século XX, faziam a transição de formas pré-capitalistas ou mercantis para o capitalismo industrial, e apresentava a seus dirigentes uma estratégia coerente de desenvolvimento.

Diante dessa independência teórica do pensamento, Furtado usou as teorias que julgou relevantes para resolver os problemas de interpretação dos fatos econômicos. O marxismo foi importante na medida em que ofereceu uma visão da história e do capitalismo, mas a contribuição de Marx à teoria econômica é menor. Por outro lado, Furtado não acreditava numa teoria econômica pura, nem neoclássica, nem marxista. Furtado não se interessava por esse aspecto da teoria econômica. Para ele, as teorias econômicas existem para resolver problemas reais, são “um instrumento para penetrar no social e no político e avançar na compreensão” (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 8-10).

Furtado também não aceitava o pensamento estereotipado dos ortodoxos. Segundo Iglesias (1988, p. 38):

[...] é absurdo apontá-lo como neoclássico, marxista, keynesiano, rótulos que freqüentemente lhe dão. Ele tira de cada autor ou corrente o que é correto ou adaptável à realidade brasileira ou latino-americana. Adota os modelos que lhe parecem corretos, sem tentar aplicá-los mecanicamente a casos diversos, sem ortodoxia (IGLESIAS, 1988, p. 38).

Mas Furtado não queria ser indefinido com relação a essas teorias, como pretendem aqueles que têm uma visão integrada da teoria econômica: está dizendo que, dependendo do problema enfrentado, uma ou outra escola de pensamento pode ser mais útil. De acordo com a literatura pesquisada, no caso de Keynes, Furtado é um ‘keynesiano atípico’, porque caracteriza o subdesenvolvimento de forma clássica como um problema de insuficiência de poupança. Por outro lado, ao expor o processo do desenvolvimento, Furtado, segundo Bresser-Pereira (2001, p. 7), ao invés de adotar a postura típica dos pioneiros do desenvolvimento de que a concentração de renda era condição para o desenvolvimento, dá ao crescimento dos salários um papel fundamental ao garantir o aumento da demanda agregada e o próprio lucro dos capitalistas. Nesse ponto, ele é keynesiano.

De fato, observou-se que a independência do seu pensamento aparece pela primeira vez quando decidiu deixar o Rio de Janeiro e ir trabalhar em Santiago, na CEPAL, que acabara de ser criada. A CEPAL, naquele momento, era ainda um projeto vazio. Furtado, conforme os estudos indicam, não conhecia Prebisch, que ainda não formulara sua visão do desenvolvimento da América Latina. Contudo, ele decide partir, para “ganhar um horizonte aberto, ainda que para vagar em busca de uma Atlântida perdida” (Furtado, 1997a, p. 38). Em seguida, manifesta seu acordo com Sartre e sua filosofia da responsabilidade, segundo a qual se as verdadeiras escolhas fossem fundadas apenas na razão, não haveria escolhas, tudo estaria predeterminado (FURTADO, 1961, 1964, 1997a, 1997b, 1997c).

Com a decisão de ir para Santiago, Furtado dizia que sua própria vida não estava predeterminada. Assim, foi coerente com sua visão de sociedade. Nesse debate entre determinismo e voluntarismo, se Furtado cometeu algum pecado, para Bresser-Pereira (2001, p. 4), este foi o do voluntarismo, expresso na crença da razão humana de impor sua vontade sobre a economia e a sociedade através do planejamento. E, mais amplamente, no papel central que deu às decisões quando se trata de pensar no sistema macroeconômico. Nesse sentido, para Furtado, o mercado tem um papel fundamental, mas não menos importante que as decisões tomadas. Essa recusa do determinismo de mercado está relacionada com o seu idealismo intelectual de intervir na realidade. Sua convicção fazia parte de uma *Intelligentsia* que seria capaz de reformar o mundo. Nesse campo, seu mestre foi Karl Mannheim.

Diante disso, o economista tornou-se um cientista, mas também um burocrata na melhor acepção do termo, um homem de Estado, um formulador de políticas públicas que só deixou de estar inserido no aparelho do Estado quando a ditadura militar cassou seus direitos políticos. Celso Furtado começou sua vida profissional no DASP, como um técnico em administração pública. Superou esse estágio, tornou-se economista e professor universitário.

Acreditava na força racionalizadora da burocracia, inclusive da média burocracia. Muitas vezes ele afirmou que o único grupo social que tinha condições de ser um interlocutor com as potências internacionais era a burocracia estatal, sendo que o fortalecimento da burocracia é fundamental nos regimes democráticos, para a continuidade das políticas públicas e para a própria eficácia e legitimidade do poder do Estado. Ao pensar assim, Furtado é fiel ao que aprendera com pensadores tão diferentes como Mannheim, Sartre, e Cornu.

Uma outra forma através da qual Furtado expressou sua independência intelectual, segundo Bresser-Pereira, (2001), foi manter-se fiel ao método histórico-indutivo. Sem dúvida, ele usou sua capacidade lógico-dedutiva, a partir dos fatos históricos e da sua tendência a se repetirem. Todavia, Bresser-Pereira (2001) não está sugerindo que o autor pertença à escola historicista alemã de Gide, ou ao institucionalismo americano de Veblen. Essas escolas caracterizaram-se pela recusa da teoria econômica, e pela busca da análise dos fatos econômico caso a caso, enquanto que Furtado usa a teoria econômica disponível, avançando na compreensão do desenvolvimento econômico. Mesmo enquanto historiador econômico, Furtado foi antes um economista. Para o autor, ele não narra a história da economia brasileira, ele a analisa.

Segundo Iglesias (1988, p. 59), ninguém fez com mais brilho o uso da teoria econômica para entender a evolução da economia brasileira do que Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959). Embora esse seja um livro de história econômica, “da perspectiva do economista, nessa análise dos processos econômicos, chega-se a um modelo ideal, pelas formas que têm, por vezes, a aparência de abstratas. É o que acontece em muitas passagens desse livro”.

Um exemplo da independência do método furtadiano está no capítulo 16 de *Formação Econômica do Brasil* (1959). Furtado escreve sobre o século XIX. Em primeiro lugar, embora ele tivesse acabado de participar da fundação do estruturalismo latino-americano, segundo Bresser-Pereira (2001), ele não se deixa levar por explicações imperialistas do subdesenvolvimento brasileiro, e afirma em relação aos acordos privilegiados com a Inglaterra de 1910 e 1827: “não parece ter fundamento a crítica corrente que se faz a esses acordos, segundo a qual eles impossibilitaram a industrialização do Brasil nessa etapa” (Furtado, 1959, p. 108). Novamente a análise parte de alguns fatos historicamente verificados, para, a partir daí, deduzir o comportamento geral da economia. E, naturalmente, relacioná-lo com os aspectos sociais. O fato pode ser óbvio, mas merece a ênfase de quem não transforma a economia em meras abstrações, e a pensa como economia política historicamente situada.

O segundo exemplo está em seu livro teórico mais importante: *Desenvolvimento e*

Subdesenvolvimento (1961). No capítulo I, Furtado resume sua visão metodológica, observando que a teoria econômica deve ser ao mesmo tempo abstrata e histórica: o esforço no sentido de alcançar níveis mais altos de abstração deve ser acompanhado de outro objetivando definir, em função de realidades históricas, os limites de validade das relações inferidas. A duplicidade fundamental da ciência econômica – seu caráter abstrato e histórico – aparece, assim, com toda a plenitude na teoria do desenvolvimento econômico. O fato de que a economia tenha assumido um caráter cada vez mais abstrato se deve, segundo Furtado, ao fato de que, a partir de Ricardo, seu objetivo tem-se praticamente limitado ao estudo da repartição do produto, deixando em segundo plano a questão de desenvolvimento. E, todavia, “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica” (Furtado, 1961, p. 34). Esta é uma afirmação que ele repetirá inúmeras vezes através de sua ampla obra, porque é central ao seu pensamento (BRESSER-PEREIRA, 2001).

A importância das instituições, que se tornaram nos anos 1990 centrais para o estudo do desenvolvimento, já era evidenciada por Furtado em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961). Ele explica, por exemplo, o declínio econômico que se segue ao colapso de um império pré-capitalista, como foi o Império Romano, em termos do colapso do aparelho de Estado romano, da sua força militar, e das suas instituições longamente maturadas. As instituições são, portanto, fundamentais, mas elas não aparecem isoladas. Em primeiro lugar, elas são partes do Estado, que no caso romano assumia a forma de um Império. Segundo, não se trata apenas de garantir a atividade econômica, o comércio, mas de viabilizar uma forma de apropriação do excedente. Dessa maneira, para Furtado, as instituições e sua estabilidade são fundamentais para o desenvolvimento do Estado-nação, do qual as demais dependem. Nisto Furtado não estava sendo original, já que existe amplo consenso a respeito. Ele, entretanto, acrescenta que o sistema capitalista irá produzir o Estado-nação, que tenderá a adotar instituições democráticas. Essa visão aparece com clareza em *A Dialética do desenvolvimento* (1964), em que ele critica a idéia marxista de que, na sociedade burguesa, as limitações à liberdade decorrem da necessidade de defesa dos privilégios da classe proprietária dos bens de produção. Ao contrário, diz Furtado: a democracia surge do capitalismo e da crescente estabilidade institucional que ele proporciona. Essa estabilidade não apenas leva a burguesia a adotar a democracia como regime político, mas também garantirá o dinamismo econômico do sistema. Foi dessa forma que a causa do progresso das liberdades nas sociedades democráticas capitalistas possibilitou a crescente estabilidade institucional destas (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Portanto, a economia política de Furtado é sustentada no método histórico, que é central para a sua análise do desenvolvimento, que lhe permite combinar a visão do processo histórico com as especificidades de cada momento e de cada país. Na medida em que a capacidade de prever os fatos, que se requer de toda teoria social, está presente na análise do processo histórico do desenvolvimento, o desenvolvimento, como aumento da produtividade a partir da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico, ganha substância histórica, ou seja, se complementam com os elementos políticos, institucionais, e sociais. Em vista disso, na teoria de Furtado, o desenvolvimento não é apenas acumulação de capital, mas é também incorporação de progresso técnico, que depende da estrutura de classes, da organização política, e do sistema institucional. Portanto, não existe desenvolvimento fora da história, não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento político e social (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Em termos de influência teórica, ao adotar o método histórico, Furtado aproxima-se da dialética de Hegel e do materialismo histórico de Marx, embora deles se mantenha independente. “A importância da dialética para a compreensão dos processos históricos deriva do fato de que a história não pode ser reconstituída a partir da multiplicidade de fenômenos que a integra”. Entretanto, através dela o homem “intui no processo histórico aquela visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade”. Marx adotou esse princípio dialético de forma audaciosa ao dividir a sociedade em infra e superestrutura, e em duas classes sociais. Essa estratégia “teve extraordinária importância como ponto de partida para o estudo da dinâmica social”. Contudo, é necessário reconhecer que, a esse nível de generalidade, quase nenhum valor apresenta um modelo analítico como instrumento de orientação prática. E o objetivo da ciência – conclui, Furtado, deixando transparecer o pragmatismo que sempre o orientou – é produzir guias para a ação prática (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Entretanto, segundo Bresser-Pereira (2001), adotar o método científico com rigor não significa adotar modelos analíticos apoiados na suposição do equilíbrio estável, como é tão comum na economia. Para a análise do desenvolvimento, modelos dinâmicos são necessários, conforme proposto por Myrdal. Assim, para Furtado, por mais que se tenha avançado na construção de modelos, cabe reconhecer que sempre se parte para a construção de algumas hipóteses intuitivas sobre o comportamento dos processos históricos, verificando o seu todo. Por isso, a mais geral das hipóteses é a dialética, pela qual o histórico necessariamente se encontra em desenvolvimento. A idéia do desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como síntese de várias determinações, como unidade da multiplicidade, na expressão de Marx – a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz

de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico.

3 AS FASES DA TRAJETÓRIA INTELECTUAL E POLÍTICA DE CELSO FURTADO

Como já foi mencionado logo na ‘Introdução’ desta Dissertação, Celso Furtado evitava dividir sua obra em períodos ou fases, pois era comum o autor transformar textos do passado em novos livros sem os devidos esclarecimentos, sendo esta metodologia um dos motivos do por que sua obra sempre se manteve renovada e atualizada.

Entretanto, os autores utilizados na fundamentação teórica deste estudo classificam a obra de Furtado em períodos e fases. Por esse motivo, para seleção, leitura e classificação da obra de Furtado e das referências bibliográficas, foi adotada a metodologia empregada por Mallorquin em *Celso Furtado: um retrato intelectual*, a mais recente biografia sobre Furtado, publicada em 2005; e por Oliveira (2003), *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. Isso possibilitou, por meio de uma leitura racional da bibliografia selecionada, a sistematização do estudo. Essa sistematização permitiu o ordenamento da bibliografia em fases e, num segundo momento, a descrição das relações entre os períodos históricos e biográficos com a produção literária e vida política de Furtado.

Quanto à análise da obra de Furtado, selecionou-se uma bibliografia cuja edição tenha sido publicada após 1990. Esse procedimento possibilitou uma análise mais atualizada do pensamento furtadiano. O artigo dos professores Constantino Cronemberger Mendes e Joanílio Rodolpho Teixeira, da Universidade de Brasília (UnB), *Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*; a Dissertação de Mestrado de Vera Cepêda, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*, e os artigos de Bresser-Pereira balizaram o método de classificação e de abordagem da trajetória intelectual e política do autor estudado.

Este Capítulo está dividido em cinco seções: a primeira fase: história e teoria do (sub)desenvolvimento; a segunda fase: crescimento, distribuição de renda e (sub)desenvolvimento; e terceira fase: sistema cultural e (sub)desenvolvimento, acompanham os raciocínio dos autores citados acima. Essas três fases tratam especificamente das abordagens teóricas relativas à trajetória intelectual e política de Celso Furtado. Embora elas sejam relatadas de forma cronológica, considerando em primeira instância a data de publicação dos livros, as fases das abordagens não significam que elas estejam presas ou circundadas ao período histórico das publicações. Em outras palavras, o fato de se definir a

primeira fase como determinante da abordagem histórica, em que se apresenta o método ‘histórico-estrutural’, não significa que a mesma abordagem não tenha sido empregada por Furtado nas outras fases, uma vez que a metodologia ‘histórico-estrutural’ está presente em todas as obras de Furtado. O mesmo se pode dizer em relação à preocupação do autor quanto à distribuição de renda e ao desenvolvimento econômico que também perpassa toda sua obra.

Tal ressalva se faz necessária visto que Furtado, a partir de 1985, escreveu sua autobiografia em três livros, publicados subsequentemente em 1985, 1989 e 1991, respectivamente: *A fantasia organizada* (1997a), *A fantasia desfeita* (1997b) e *Os ares do mundo* (1997c), que compõem a seção quatro deste Capítulo. Isso pode parecer ao leitor mais desavisado que as abordagens teóricas descritas neste trabalho poderiam estar relacionadas ao período ou tempo cronológico narrado nas autobiografias. Embora haja semelhanças nos temas abordados, tomou-se a precaução de não se empregar as autobiografias como método de análise, porque Furtado introduziu nelas uma revisão de vários conceitos, apresentando capítulos inteiros de livros anteriores com uma nova roupagem, e também novos elementos para o entendimento do seu pensamento político e econômico. Por esse motivo, Furtado não entendia as autobiografias como uma interpretação de sua obra em períodos ou etapas; ao contrário, via nelas parte integrante do seu pensamento, ou melhor, um instrumento de atualização intelectual, deixando explícita sua preocupação com o processo político nas três obras.

Mendes e Teixeira (2004) e Mallorquin (2005), que separam a obra de Furtado em fases, utilizadas como referência neste estudo, pelo mesmo motivo, não relacionam as autobiografias com as etapas por eles propostas.

Por último, a seção cinco descreve as reflexões contemporâneas de Celso Furtado, que pode ser considerada uma leitura ampliada do autor das fases anteriores. Porém, Furtado apresenta nesse período uma nova visão, voltando-se à luz do presente. Por meio de uma visão da História, o autor faz uma revisão do processo de construção do sistema econômico nacional que foi interrompido no Brasil na década de 1980. E, também, de forma sistemática e permanente até o final da sua vida, os problemas relativos à globalização e à ecologia.

Para Mendes e Teixeira (2004), a trajetória intelectual e política de Furtado constitui-se em três etapas: a primeira, construída a partir dos anos 1940, analisa o subdesenvolvimento de um ponto de vista mais teórico; a segunda, nos anos 1950 aos 1970, considera aspectos socioeconômicos e políticos, influenciados por suas experiências políticas; e a terceira, nos anos 1980, com sua transição para a problemática do subdesenvolvimento no plano cultural.

Cepêda (2004), em outra perspectiva, classifica a obra de Furtado em três momentos distintos: a primeira fase ou “otimista” representa os trabalhos e a participação política compreendida desde o início da carreira até o golpe de 1964. Sua principal característica era o sentimento de esperança, que partia do reconhecimento dos limites impostos pela herança colonial indo até o pleno desenvolvimento nacional, este capaz de permitir um salto permanente para a modernização. A segunda fase ou “pessimismo estampado” inicia-se com a cassação política e vai até o final da década de 1970. Nesse período, Furtado revê suas posições, introduzindo o conceito de modernização do subdesenvolvimento. Ou seja, se por um lado, o autor adotou em seu discurso aspectos do capitalismo contemporâneo, como os novos padrões de consumo, a urbanização e o surgimento de novos segmentos produtivos, por outro, nos aspectos centrais, com a ausência das transformações profundas, distantes dos padrões de modernidade, permaneceram defasados os padrões tecnológicos e a modernização da produção (aumento da produtividade). Aliado a isso, o modelo de desenvolvimento econômico imposto pelo regime militar acentuou os problemas dos direitos sociais, da participação política, da democracia e da função social do Estado. A terceira fase ou “crítica renitente” inicia nos anos 1980. Furtado organiza seu passado e ajusta as contas com a memória da geração desenvolvimentista. O intelectual renova-se e parte novamente para o ataque frontal, retomando temas das décadas de 1950 e 1960 e os ajusta frente aos desafios e à aparência de progresso unânime apresentados pelo capitalismo globalizado e pelo neoliberalismo (CEPÊDA, 2004).

Mallorquin (2005) observa três recortes globais na obra de Furtado, porém, diferentemente de Cepêda (2004) e Mendes e Teixeira (2004), esses recortes são desiguais quanto aos anos de atividade intelectual, que compreendem: de 1950 a 1964, indica o apogeu e o declínio do discurso desenvolvimentista e a presença do intelectual-político à frente dos projetos desenvolvimentistas. De 1964 a 1975, cassado pelo regime militar, exila-se primeiro em Santiago do Chile e depois em Paris e, passando a conhecer *Os ares do mundo*, inicia sua carreira acadêmica, apresentando respostas e opções às sociedades latino-americanas diante da investida de governos antidemocráticos e da aparente ausência de novas perspectivas teóricas. A partir de 1975, Furtado elabora uma crítica à economia convencional e inicia uma reconstrução teórica do estruturalismo dos anos 1960; também retoma a certos cargos distanciados do ambiente acadêmico como administrador público. Em sua volta ao Brasil, nos primeiros anos da década de 1980, vê-se obrigado a realizar, novamente, uma “radiografia econômica” do Brasil e do contexto internacional, assim como estabelecer a responsabilidade que lhe cabe em vários setores relacionados com o desenvolvimento econômico brasileiro.

3.1 PRIMEIRA FASE: HISTÓRIA E TEORIA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO

Na primeira e mais relevante contribuição intelectual e política de Furtado, entre os anos 1950 e o golpe de 1964, situam-se *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962), *Dialética do desenvolvimento* (1964) e, obviamente, *Formação econômica do Brasil* (1959), que compreendem as fontes principais da sua abordagem original. Ao se analisar esses textos, observa-se que o papel desempenhado pela questão política foi prioritário, sendo peça-chave da qual dependia a transformação da economia e da sociedade brasileira. Nesses livros, ficou claro que, sem reformas políticas, não haveria chance para o desenvolvimento. As teses defendidas por Furtado colocavam a democracia como um instrumento fundamental na solução dos impasses do subdesenvolvimento, construindo um projeto de sociedade e de Nação.

Segundo Mantega (1989), a *Formação econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) demarcam a passagem do pensamento econômico brasileiro da pré-história para a história. Anteriormente já haviam sido produzidos trabalhos importantes nessa área de conhecimento, como *História econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen, ou a *História econômica do Brasil* (1945), de Caio Prado Jr., mas nenhum deles conseguiu definir um método analítico e amarrar com pertinência os determinantes da dinâmica econômica. O motivo de Furtado ter conseguido decifrar a problemática socioeconômica brasileira advém da sua formação multidisciplinar e, principalmente, de sua participação direta nos acontecimentos mais importantes dessa época, como personagem e observador privilegiado.

De acordo com Oliveira (2003), Furtado já em seu primeiro livro, *A economia brasileira* (1954), a aplicação da teoria cepalina ao caso do Brasil era visível. Depois, *Formação econômica do Brasil* (1959), livro formador de todas as gerações de cientistas sociais desde 1956, é uma leitura keynesiana da história brasileira, embora o ecletismo cepalino também esteja presente. O forte do livro é a explicação que apresenta da transição da economia exportadora de café para a economia industrial que emerge a partir da Segunda Guerra Mundial. Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), Furtado desenvolve uma sistematização da teoria do subdesenvolvimento. Em *A pré-revolução brasileira* (1962), Furtado abandona a postura do economista para alcançar as dimensões de um pensador político, em que propõe uma série de reformas de base. Essas reformas eram necessárias para manter a sociedade aberta e pluralista, que sobrevivesse às tensões de sua própria transformação. O tema liberdade é colocado de forma impositiva. Essas propostas levaram ao

aperfeiçoamento do capitalismo, e seu ataque frontal ao ‘espectro soviético’ mostra aonde ele quer ir ou onde quer se manter.

Segundo Bresser-Pereira (2001), os livros publicados até 1964, ou seja, de *A economia brasileira* (1954) até *Dialética do desenvolvimento* (1964), foram escritos em um momento em que as esperanças de Furtado eram eminentes. Todos esses trabalhos possuem uma força teórica e um poder de análise que não derivam apenas da criatividade, da cultura ampla, da independência de pensamento, e do uso preferencial do método histórico-indutivo: estão relacionados com um projeto de vida que se identifica com o projeto do desenvolvimento. Por exemplo, em 1962, em pleno momento de radicalização política no país, Furtado publica *A pré-revolução brasileira* (1962). Depois de elogiar o caráter humanista da obra de Marx, o autor não tem dúvida em declarar que, baseando-se no marxismo-leninismo, na substituição de uma ditadura de classe por outra, isso constituiria um regresso, do ponto de vista político, em aplicá-lo a sociedades que alcançaram formas de convivência social mais complexas, isto é, nas modernas sociedades abertas. Da mesma forma, na elaboração do *Plano Trienal* (1963), não teve dúvida em propor o ajuste fiscal e uma severa política monetária, embora sabendo que seria chamado de ‘monetarista’ pelos grupos que apoiavam o governo Goulart.

Em *Dialética do desenvolvimento* (1964), livro escrito em meio à crise do governo Goulart, depois de demitir-se do Ministério Extraordinário do Planejamento, e de novo dirigindo apenas a SUDENE, Furtado (1997a) afirma que um dos seus objetivos foi delimitar o emprego do marxismo e da dialética na análise do desenvolvimento. O segundo objetivo seria precisar o alcance da dialética, que voltara à voga com a *Crítica* de Sartre, dizendo que, para utilizá-la, não dispensaria de aplicar com rigor o método científico na abordagem dos problemas sociais. Furtado (1964, p. 22) mostra que as relações econômicas (estrutura econômica) promovidas pelas inovações científicas mudam mais rapidamente que as relações institucionais (superestrutura social), com a técnica possibilitando uma série de mudanças na evolução histórica do país, que põem em marcha um conjunto de reações que provoca um aumento na produtividade média do sistema, que, por sua vez, causa maior disponibilidade de bens e serviços e, finalmente, impulsiona o desenvolvimento científico que é o causador de novos avanços tecnológicos. Esse “modelo dinâmico de crescimento” de Furtado resulta em dois tipos de pressões: o primeiro em relação a um passado colonial, associado a um grupo político dominante (oligárquico, agrário) que não quer ceder posições privilegiadas de poder, mesmo por força das pressões históricas; o segundo relacionado com a concentração da propriedade privada dos meios de produção na mão de alguns grupos, mantida pelas próprias características do capitalismo, este tendo um papel fundamental na dinâmica de reprodução

capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Para Cardoso (1995), o livro *A pré-revolução brasileira* (1962) é uma obra discursiva, um texto para o embate político sobre a construção crítica da economia e da sociedade brasileira. O título reflete o otimismo do autor: a idéia de um processo de transformações sociais e econômicas em curso, interpretado como um processo revolucionário, que encaminharia as transformações estruturais necessárias à constituição da nação brasileira. A tese central é que a economia brasileira já teria alcançado, na década de 1950, um grau de diferenciação econômica que permitiria internalizar as principais decisões de sua vida econômica. Segundo Furtado (1962, p. 9), “[...] O Brasil está repetindo, até certo ponto, a experiência do Japão em decênios anteriores: a conquista da autodeterminação no plano econômico, mesmo que ainda numa fase caracterizada por um nível de renda per capita típico de país subdesenvolvido”. A partir disso, três questões centrais são introduzidas: a crescente concentração da renda, reflexo do baixo usufruto que as grandes massas auferiram desse desenvolvimento; a manutenção e o agravamento do anacronismo da estrutura agrária; e a ausência de reformas no aparelho estatal que germinou uma espécie de privatização do Estado que passa a ser fonte corrente de acumulação rápida de fortuna dentro e fora do governo. O reformismo do autor é expresso na análise das condições internacionais nas quais o Brasil estava inserido. Furtado (1962) defendia a necessidade de reformas constitucionais²³ ²⁴ que garantissem a realização de uma reorganização agrária e modificasse o sistema fiscal e a estrutura bancária pela máquina estatal. Propugnava, ainda, um estatuto legal que disciplinasse a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e social em consonância com os anseios populares. Segundo o autor, as tarefas mais imediatas, naquele momento, seriam organizar a opinião pública brasileira para que ela se manifestasse organicamente e propusesse as metas do desenvolvimento social.

A década de 1950 foi um dos momentos mais férteis da história brasileira, não apenas em termos das transformações socioeconômicas e dos movimentos sociais e políticos como também em função da grande discussão teórico-ideológica que acompanhava ou mesmo orientava essa grande movimentação. As idéias econômicas dessa época foram fortemente marcadas pela discussão que se tratava entre o liberalismo econômico e os

²³ As bases operacionais das reformas constitucionais defendidas por Celso Furtado estão contidas no Plano Trienal que estabeleceu as linhas gerais para a realização das chamadas reformas de base: reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral. Para o governo, naquele momento. Elas eram necessárias ao desenvolvimento de um “capitalismo nacional” e “progressista” (FGV-CPDOC).

²⁴ Nos livros posteriores à publicação de *A pré-revolução brasileira*, Furtado enfatiza, particularmente nos três livros autobiográficos, que suas proposições estavam voltadas às reformas constitucionais do Estado.

desenvolvimentistas (MANTEGA, 1989).

Foi nesse contexto que as teses da CEPAL vieram dar substância e respaldar a corrente desenvolvimentista que foi ganhando muitos adeptos no Brasil, à medida que ia se consolidando os seus enunciados e respaldando-os em análises empíricas sobre a América Latina. Entre os mais entusiastas estavam intelectuais e empresários, que viam nessa estratégia uma feliz teorização de seus interesses, agora com bases mais científicas do que as idéias de seu patrono Roberto Simonsen. Ao virem ao Brasil para divulgar as idéias da CEPAL, Raúl Prebisch e Celso Furtado encontraram, em 1950, as portas abertas, principalmente das assessorias econômicas das Confederações e Federações da Indústria, cujos membros se tornaram desenvolvimentistas entusiastas. Os empresários tinham razões para aplaudir a CEPAL, uma vez que esta não apenas defendia a industrialização e mostrava meios de realizá-la, como fornecia a justificativa ideológica que fazia os interesses específicos da burguesia industrial aparecerem como interesses universais de toda a Nação. Isso porque a industrialização prometia trazer uma melhoria do padrão de vida de toda a população brasileira e promover a diminuição das gritantes disparidades sociais do país. É nesse sentido que o desenvolvimentismo converte-se na mais poderosa ideologia industrialista que, ao contrário de outras ideologias, determinou políticas concretas (MANTEGA, 1989).

3.1.1 A metodologia Histórico-Estrutural

Em 1948, a CEPAL é criada. Pode-se afirmar que muitas das idéias cepalinas, encontradas nos textos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, foram extraídas da experiência brasileira que rompeu com o modelo primário-exportador, em 1930, e adotou o modelo de substituição das importações, processo histórico denominado ‘nacional-desenvolvimentismo’. O surgimento e a consolidação do pensamento econômico brasileiro está indissoluvelmente ligado a Celso Furtado. Aos 29 anos, Furtado ingressou na CEPAL, logo após a sua criação, em 1949, e, em pouco tempo, se transformou num baluarte da heterodoxia econômica, em contraposição ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros guardiões do liberalismo ortodoxo. Ensaiava-se uma nova abordagem da dinâmica do sistema centro-periferia, sob a ótica dos interesses da periferia. Em que pese o caráter precário das novas proposições, estava dado o primeiro passo em direção a uma teoria do subdesenvolvimento, buscando uma saída para o subdesenvolvimento. Coube a Celso Furtado amadurecer essa teoria e encontrar sua feição mais acabada. Tratava-se de uma teoria pragmática, diretamente voltada ao momento histórico por que passava o Brasil no pós-guerra. Se o objetivo era implementar o

desenvolvimento por meio da industrialização, cabia, no plano teórico, explicar as raízes da industrialização brasileira e descobrir os meios de impulsioná-la (MANTEGA, 1989).

A partir da preocupação em responder sobre as razões das diferenças entre a estrutura econômica dos países latino-americanos, em particular do Brasil, em relação aos países desenvolvidos, Furtado apresenta a explicação na história por meio de uma abordagem estruturalista. A sua análise, inicialmente indutiva, explora a relação entre o processo histórico e as estruturas econômicas dos países subdesenvolvidos compondo, conforme Bielschowsky (2000, p. 42), “um método muito atento às mudanças de comportamento dos agentes e à trajetória das instituições, bem como ao exame dos desequilíbrios típicos de economias e sociedades em rápida transformação”.

Esse método analítico esteve presente desde seu primeiro artigo publicado na *Revista Brasileira de Economia*, bem como no livro *A Economia Brasileira*, de 1954, uma prévia da obra que tornaria o autor definitivamente conhecido mundialmente: *Formação Econômica do Brasil*. A estrutura diferenciada e subdesenvolvida do Brasil é analisada em função dos mecanismos de determinação da renda nacional nos ciclos da cana-de-açúcar, mineração e café e, na fase mais recente, da industrialização. Baseada na teoria keynesiana, surge dessa abordagem o papel do Estado e da maior participação política dos setores populares como uma forma superior e inevitável de organização das relações socioeconômicas na sociedade moderna, fundamentada na primeira parte do livro *Dialética do desenvolvimento*, configurando uma chamada “teoria da mudança social” (FURTADO, 1997a).

As metodologias empregadas por Furtado se enquadram num tipo de análise para o qual as questões essenciais sobre o desenvolvimento econômico só serão respondidas se ultrapassados os limites do tipo tradicional e limitado de análise econômica e que seja abolida a fronteira entre o que era moda rotular como “fatores econômicos” e como “fatores sociais”. Trata-se de uma construção teórica não usual da economia, por adotar elementos multidisciplinares como incluir delimitações analíticas em termo de espaço e tempo (geografia e história), noções ausentes na ortodoxia econômica. Cabe observar, ainda, o fato de Furtado readaptar sua análise teórica original, constituindo sua motivação política aliada ao tratamento teórico do subdesenvolvimento (MENDES; TEIXEIRA, 2004). Na mesma direção, Mallorquin (2005) considera a preocupação com a questão de espaço (geografia) e tempo (história) na sua análise estruturalista do subdesenvolvimento. Tratamento semelhante pode ser encontrado em Oliveira (2003) que observa a trajetória intelectual de Furtado ligada à questão política e social, em especial com o Nordeste brasileiro.

O estruturalismo como sistema analítico, concebido originalmente por Raúl Prebisch no período inicial da CEPAL, tem por base a caracterização das economias periféricas ou subdesenvolvidas em contraste com as economias centrais ou desenvolvidas. Os aspectos principais nesse contraste referem-se à: baixa diversidade produtiva; reduzida integração horizontal e vertical; insuficiente infra-estrutura; especialização em bens primários; heterogeneidade tecnológica; oferta ilimitada de mão-de-obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico. A partir dessa contextualização, realiza-se a análise da forma de inserção das economias subdesenvolvidas no ambiente internacional e as condições para a superação das situações adversas das economias periféricas por meio de um processo de industrialização conduzido por um planejamento estratégico, tendo o Estado como agente principal (BIELSCHOWSKY, 2000).

As principais contribuições de Furtado à abordagem estruturalista são consideradas em três aspectos: a inclusão da dimensão histórica; a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periféricas. Considera-se também como uma contribuição teórica de Furtado, a ênfase dada ao aspecto regional como limitante de um projeto nacional-integrado de desenvolvimento. Furtado fez sua leitura do Brasil incorporando um fator geográfico na dimensão analítica “histórico-estrutural”. Ao inserir no debate sobre o subdesenvolvimento a questão das desigualdades (sociais e de renda), o caráter regional é considerado como elemento central de análise, enfatizando também do ponto de vista político, de maneira mais direta na Região Nordeste (MENDES; TEIXEIRA, 2004).

Segundo Mallorquin (2000; 2005), outras características da abordagem de Furtado são a crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas; a percepção do mercado como entidade capaz de se auto-regular, tornando necessária a intervenção planejadora do Estado; a hipótese do subdesenvolvimento como um processo distinto da experiência dos países centrais; a percepção da heterogeneidade e do dualismo dos países dependentes, como o Brasil, reproduzindo também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, aspecto este diretamente ligado ao problema das desigualdades regionais.

Furtado (1961) considerava que a industrialização sem controle e planejamento poderia, também, oferecer riscos se não semelhantes pelo menos tão graves quanto ao modelo primário-exportador. Para ele, seguindo a teoria keynesiana, o sistema capitalista obedece a uma relação custo-benefício cuja autonomia decisória (central no pensamento liberal) geraria desequilíbrios, levando a economia a crises periódicas. Essa linha de pensamento estava de acordo com os argumentos implícitos na compreensão que o sistema capitalista é

inerentemente instável. Essa característica é ainda mais presente em economias com defasagens estruturais sérias, como o caso do Brasil. Como alternativa, Furtado considerava a ação coordenadora do Estado como única capaz de planejar alternativas de crescimento de longo prazo, proporcionando o ambiente necessário para investimentos de maior tempo de maturação. Essa concepção repercutiu na forma de atuação dos governos nacionais a partir de meados dos anos 1940. O Estado assumiu cada vez mais o papel de planejador central da economia para incrementar a industrialização do país, que vinha em processo acelerado desde 1930. E acentuam-se as preocupações com a técnica e a prática do planejamento, enquanto elementos da política econômica governamental.

No que diz respeito ao complexo nordestino, Furtado (1959, p. 61) observa que “as formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira”. Os dois sistemas produtivos apresentavam um caráter de crescimento puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão de obra, com tal característica, não implicando, segundo ele, “modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e, portanto, na produtividade”. Ele considera, ainda, que “a expansão da economia nordestina, durante esse longo período consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia” (FURTADO, 1959, p. 64).

Na mudança do centro dinâmico da economia para o Sudeste, ele observa que “o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração”. Se, por um lado, o rápido crescimento da economia cafeeira entre 1880 e 1930 criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda per capita, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se (FURTADO, 1959, p.238).

Essa análise comprehende, portanto, uma abordagem histórico-estruturalista (centro *versus* periferia) não apenas no contexto internacional, mas também do ponto de vista interno (regional) no caso específico do Brasil. Assim, entende-se que o autor faz uma leitura regional de maneira a enfatizá-la como elemento central na evolução do processo de industrialização e da implantação do modelo de substituição de importação no país.

Segundo Furtado (1997a: p.238):

[...] o processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região (Sudeste). A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. [...] Os dados de renda nacional parecem indicar que esse processo de concentração se intensificou após a Segunda Guerra Mundial. A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita entre as diversas regiões.

Dessa forma, o autor prenuncia que “essa disparidade de níveis de vida, que se acentua atualmente entre os principais grupos da população do país, poderão dar origem a uma série de tensões regionais. A solução desse problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos”. E continua prevendo que o processo de integração econômica dos próximos decênios, por um lado, exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões e, por outro, requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país. Nesse momento, Furtado considera a relação entre integração regional e crescimento: “É de supor que, caso progrida essa integração, a taxa média de crescimento da economia tenderá a elevar-se” (FURTADO, 1997a: p. 240-42).

Portanto, a questão da distribuição de renda não se restringe apenas aos aspectos gerais relativos ao problema de propriedade fundiária ou aos conflitos sociais advindos do caráter inerente ao processo produtivo capitalista, mas a desigualdade regional se impõe como tema fundamental, senão central, de análise. A preocupação com a unidade, a integração nacional, a visão conjunta do aproveitamento de recursos e fatores, associado ao receio de conflitos regionais, comprova que a questão regional conforma-se em tema singular de avaliação e compreende uma das bases da conformação estrutural heterogênea do país. As questões de propriedade da terra e de conflitos sociais assumem, assim, contornos regionais específicos. Defende-se, então, que ao invés da natural compreensão de que o recorte regional surge da abordagem “histórico-estrutural” de Furtado, a análise “histórico-regional-estrutural” se impõe de partida em função da evolução histórica diferenciada das diversas regiões do país, definindo estruturas econômicas regionais distintas (elas próprias, heterogêneas).

Essa visão regional pode ser ainda captada em entrevista recente, em que Furtado (2003, p. 11) observa que “o Brasil continua sendo uma constelação de regiões de distintos níveis de desenvolvimento, com uma grande heterogeneidade social e graves problemas sociais”. Em resumo, as desigualdades econômicas e sociais (produto, renda, emprego, salário, educação, saúde, etc) são, em última instância, os vários aspectos das desigualdades

regionais existentes ainda no país. Portanto, as associações entre o papel da distribuição de renda e do mercado interno e o crescimento econômico em sua abordagem analítica devem ser tratadas não somente refletindo a heterogeneidade social e produtiva, mas também questões geográficas, particularmente no que diz respeito ao caso brasileiro.

3.1.2 Furtado e a SUDENE

Segundo Oliveira (2003), foi nesse período histórico que a trajetória intelectual de Furtado passa a confundir-se com sua trajetória de administrador público e político não-partidário. Sua temática vai voltar-se para a questão regional. Os estudos que Furtado conduzia à época, como diretor do BNDE e economista do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chegam a conclusões dramáticas no mesmo momento em que uma nova seca, a de 1958, colocava outra vez o Nordeste nas manchetes dos jornais. Kubitschek aproveita e lança a ‘Operação Nordeste’ no conjunto do Plano de Metas, criando o CODENO, em 25 de abril de 1959, já sob a responsabilidade de Furtado.

A alarmante decadência do Nordeste, em mãos de uma velha classe de políticos predatórios, numa fase de forte crescimento econômico do Centro-Sul induzia a pensar que o país, como um sonâmbulo, deslizava inconscientemente para um despenhadeiro. [...] A Operação Nordeste era um esforço que se inseria num amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assumissem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua representatividade e a rejeição das velhas oligarquias (FURTADO, 1997b, p. 35).

A partir disso, uma poderosa coligação de forças, que incluía a própria burguesia industrial regional, a burguesia oligopolista internacional (associada do Centro-Sul), classe média e intelectualidade, Igreja, trabalhadores e camponeses, além das Forças Armadas, resulta, no final do governo de JK, na criação da SUDENE (Lei 3.692), em 15 de dezembro de 1959, organismo fundado para implementar a política proposta por Furtado para a região nordestina, onde todas as teses cepalinas são aplicadas agora no Nordeste (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Furtado (1997b, p. 133-135), a criação da SUDENE tinha por objetivo formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste, através da intervenção do Estado na esfera econômica e na abertura de novos espaços para o entendimento das forças políticas. A partir de então, os investimentos federais no Nordeste foram submetidos a critérios de essencialidade, consubstanciados num plano diretor²⁵, que viria a ser o Iº Plano Diretor para

²⁵ Ver anexo 1: Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que aprova o Plano Diretor da SUDENE.

o desenvolvimento do Nordeste. Este cobria os setores de eletrificação, transportes, aproveitamento de recursos hídricos, reestruturação da economia rural, melhoria das condições de abastecimento, levantamento e prospecção mineralógicos, levantamento cartográfico, serviços de abastecimento de águas das cidades do interior, acesso das populações a condições mínimas de instrução, e incentivos aos investimentos privados no setor industrial. Embora os adversários políticos de Furtado dissessem que o plano era subversivo para o Nordeste, já em 1960, 23 projetos de novas indústrias foram aprovados, que geraram seis mil oportunidades de emprego. E a participação do Nordeste nas emissões de capital efetuada em todo o Brasil havia subido de 1,6%, em 1959, para 6,7%, em 1960.

Em 1961, Jânio Quadros, crítico de JK, chega à Presidência. A princípio todos pensaram que o Plano Diretor e a própria SUDENE seriam desativados. Mas Jânio percebeu o alcance da idéia e a apoiou publicamente, dando continuidade ao manter Furtado no cargo de superintendente e aprovando a implementação do IIº Plano Diretor para o período de 1963-1965. Com a renúncia de Jânio, Jango Goulart assume a Presidência e alça Furtado a ministro do Planejamento.

A interpretação de Oliveira (2003) para as ações de Furtado na SUDENE vai mais além, ao relacionar essas ações ao federalismo e a unidade nacional. Segundo Oliveira (2003), Furtado percebeu que o crescimento industrial localizado no Centro-Sul desmontava a Federação, aguçando tensões que já se apresentavam no mercado de força de trabalho e no crescimento dos salários reais do operariado do Sudeste, pela concorrência da migração nordestina (interpretação até hoje controversa e, no mínimo, neoclássica). Diante disso, ele propõe uma saída democratizante, renovadora do federalismo e da Federação. Primeiro, constrói a demonstração de que o Nordeste contribuía para o desenvolvimento nacional; em seguida desloca o centro nevrágico da questão para o uso da terra e para a própria industrialização do Nordeste. Consegue mobilizar, assim, todo um amplo arco de forças contra o latifúndio e a favor da industrialização, numa operação de estratégia política e elevada capacidade simbólica. E, por meio da constituição de um organismo regional, a SUDENE, propõe uma espécie de federalismo regionalizado: Furtado verificou que as tendências concentraçãoistas não podiam ser revertidas pelo Estado apenas por meio de uma ação política; era necessário utilizar incentivos fiscais para interessar as forças econômicas do Centro-Sul na desconcentração. Dessa maneira, tentou soldar os estados nordestinos num novo pacto federativo, de caráter regional, para assim refazer todo o pacto federativo nacional. Entretanto, o pós-64 engavetou o projeto de reformulação do pacto federativo. Outra vez, as forças centrais entraram em movimento. Houve apenas localização de indústrias no

Nordeste e na Amazônia, mas o caráter centralizador do Estado brasileiro tornou a idéia de Federação uma ficção (OLIVEIRA, 2003).

3.2 SEGUNDA FASE: CRESCIMENTO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E (SUB)DESENVOLVIMENTO

As principais obras que constituem a segunda fase da trajetória intelectual e política de Furtado são: *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina* (1965), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967), *Um projeto para o Brasil* (1968), *Dependência externa e teoria econômica* (1971), *Análise do modelo brasileiro* (1972) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974).

Depois de golpe militar de 1964, Furtado está no exílio. Agora é um acadêmico e seu trabalho não está mais voltado para as propostas de ação, mas para sua interpretação. Aqui Furtado está no apogeu de economista, mais rigoroso. Oliveira (2003) observa que a tentativa de Furtado buscar razões estruturais para a crise de expansão capitalista o conduz ao estagnacionismo como característica intrínseca do sistema econômico. A base do modelo é, de novo, o keynesianismo e os clássicos problemas levantados desde a CEPAL, só que dessa vez as conclusões são opostas.

A relação entre crescimento e distribuição de renda tem no livro *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1965) a referência central, na qual se destaca, primeiro, a interação entre a estrutura de demanda e de oferta nos países periféricos latino-americanos que se constitui num padrão peculiar de comportamento econômico com tendência à estagnação. Segundo, Furtado (1996, p. 49) observa que o desenvolvimento tem como causa e efeito a desconcentração na renda. “Não há dúvida que o desenvolvimento exige e provoca essa redistribuição”. Por outro lado, continua o autor, há fatores institucionais que podem impedir o desenvolvimento, atuando no sentido de manter a concentração de renda. Como exemplo, Furtado (1996, p. 49) afirma que “[...] o regime de propriedade da terra é prejudicial ao desenvolvimento porque propicia o surgimento de estruturas sociais desligadas do processo produtivo e inclinadas a altos padrões de consumo”.

A análise pessimista da situação do Brasil era consistente com a de *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina*, tanto assim que as primeiras críticas a essa perspectiva mostravam que a retomada do desenvolvimento brasileiro ocorria graças à concentração de renda da classe média que criava uma demanda para os bens de consumo de luxo. Porém, segundo Bresser-Pereira (2001), essa tese se mostrará equivocada em seguida,

na medida em que as economias latino-americanas entraram em novo ciclo de desenvolvimento. O equívoco, entretanto, irá revelar relativo acerto. O ciclo de desenvolvimento, que então se iniciava, foi artificialmente financiado pela dívida externa (uma dívida que tornou as economias latino-americanas prisioneiras do capital financeiro internacional), que as levou à grande crise dos anos 1980, e à quase-estagnação que, para alguns economistas, até hoje perdura. Bresser-Pereira (2001) diz “relativo acerto” porque, com influência de Marx e de Keynes, a estagnação ou o desenvolvimento a taxas muito baixas seria devido ao aumento da relação capital-trabalho e à diminuição da relação produto-capital, em função do caráter intensivo em capital dos investimentos e de sua destinação para bens de consumo duráveis. A produtividade do capital estaria assim em queda. Essa teoria subestima, em tese, o aumento do progresso técnico, que não é apenas poupadão de trabalho, mas também de capital, ou seja, é um progresso técnico que aumenta a eficiência do capital. Assim, em *Subdesenvolvimento e estagnação da América Latina*, aparece pela primeira vez a idéia de que a concentração de renda estaria impedindo o funcionamento do círculo virtuoso do capitalismo, provocado pelo aumento de salários à medida que aumenta a produtividade.

Para Oliveira (2003), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967) é a obra de sistematização sobre desenvolvimento econômico mais acabada na bibliografia furtadiana. Nela, estão expostas as idéias da *Formação econômica do Brasil*, o aproveitamento do que restou de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e a teorização sobre a crise típica das economias subdesenvolvidas. Há uma exposição das diferenças históricas entre a formação das economias centrais e das economias subdesenvolvidas. O esquema diferenciador gira em torno da transformação tecnológica, originária e autônoma nos países centrais e impostas às economias subdesenvolvidas. Essa diferença faz com que, para as economias subdesenvolvidas, se exportem apenas as relações técnicas, mas não as relações sociais. O efeito sobre as economias subdesenvolvidas é o de um multiplicador keynesiano funcionando em sentido inverso e o de um consumismo imposto econômica e culturalmente. É o círculo vicioso do subdesenvolvimento, sem possibilidade de sua negação.

Para Bresser Pereira (2001), *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1967) mostra como a forma de utilização do excedente econômico vai determinar o surgimento do processo de desenvolvimento. Nas formações pré-capitalistas, o excedente era principalmente usado para a guerra e para templos religiosos. Com o advento do capitalismo, o excedente obtido pelos comerciantes vai se transformar em acumulação de capital, que passa a ter caráter intrínseco ao sistema econômico.

A esperança ainda se manifesta em Furtado, em 1968, antes do Ato Institucional nº.5, que instaurou de vez a ditadura no país. Ele foi convidado pela Câmara dos Deputados para apresentar sua visão do que poderia ser feito: *Um projeto para o Brasil* (1968) faz uma proposta de retomada do desenvolvimento a partir de um substancial aumento da carga tributária e da poupança pública. Entretanto, o autor recusa-se em aceitar a dependência e o subdesenvolvimento. *Um Projeto para o Brasil* foi a última manifestação clara de esperança de Furtado. Sua obra, a partir de então, segundo observa Oliveira (2003), “pode ser chamada de ‘filosófica’”. Para Bresser-Pereira (2001), ela se torna desapaixonada, na medida em que o exílio lhe obriga a distância emocional.

Sobre a América Latina, Furtado publica, em 1969, *Formação econômica da América Latina*, mas em seguida seu interesse volta-se novamente para a análise do processo histórico do desenvolvimento, e para as transformações por que passava a economia internacional.

Nos livros *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) e *Dependência externa e teoria econômica* (1971), Furtado enfatiza a característica do modelo brasileiro com uma tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso tecnológico. O diagnóstico vigente nos anos 1970 compreende a idéia central de que a dinâmica econômica brasileira concentra renda (esta uma idéia estagnacionista para taxas decrescentes de crescimento) e promove grande heterogeneidade social.

Para Bielschowsky (2000, p. 39), Furtado foi um precursor da tese dependentista. Essa tese seria posteriormente revista, em função da realidade de crescimento acelerado do Brasil, e discutida nos livros *Análise do modelo brasileiro* (1975) e *Prefácio à nova economia política* (1976). Mesmo com essa avaliação sendo posteriormente revisada em *O Brasil depois do ‘milagre’* (1981), Bielschowsky (2000, p. 183) observa que “tanto em sua fase estagnacionista como na pós-estagnacionista, o peso maior de sua argumentação iria residir na idéia de que a reestruturação agrária e a redistribuição de renda são reformas indispensáveis para a reorientação do próprio estilo de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras”. Nesse contexto, quatro questões distributivas são atribuídas às preocupações analíticas de Furtado: a redistribuição de renda (via tributação sobre as classes ricas, de forma a ampliar a poupança e os investimentos estatais); a relação entre concentração de renda e crescimento econômico; a questão da reforma agrária e o problema das desigualdades regionais.

Segundo Bresser-Pereira (2001), em *Análise do modelo brasileiro* (1972), Furtado incorpora ao seu pensamento a teoria da nova-dependência que surgira da crítica a seus trabalhos. O que não o impede de, em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), reafirmar sua tese sobre a insuficiência de consumo no longo prazo. A concentração da renda

da classe média para cima não resolia o problema da demanda no processo de desenvolvimento. Para Furtado *apud* Bresser-Pereira (2001):

Minha hipótese básica é que o sistema não tem sido capaz de produzir espontaneamente o perfil de demanda capaz de assegurar uma taxa estável de crescimento, e que o crescimento em longo prazo depende de ações exógenas do governo. [...] Se bem que esses dois grupos (as grandes empresas e as minorias modernizadas) têm interesses convergentes, o sistema não está estruturalmente capacitado para gerar o tipo de expansão de demanda requerido para assegurar sua expansão.

Também em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), pela primeira vez, Furtado insere a questão ecológica sobre o sistema econômico e rompe com a abordagem fundadora da CEPAL, passando a afirmar que crescimento econômico movido somente pela industrialização e não significa desenvolvimento. O autor dizia, no início dos anos 1970, que a permanecer o estilo atual de desenvolvimento predador, a pressão sobre a base de recursos não-renováveis será tão grande que, ou ocorrerá uma catástrofe ecológica ou se aprofundará o processo de exclusão social, privando as grandes maiorias, particularmente nos países do Terceiro Mundo, dos benefícios de um autêntico desenvolvimento. Disso extrai-se um outro pensamento furtadiano de que as economias periféricas nunca serão desenvolvidas como as economias centrais do sistema capitalista. Segundo Furtado (1974, p. 75), “[...] a idéia de que povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é simplesmente irrealizável”. Nesse livro, escrito em 1974, verifica-se a atualidade das idéias furtadianas.

Nessa fase em que Celso Furtado estava no exílio, o autor integrou-se de maneira efetiva na comunidade intelectual internacional, atuando como professor na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, Sorbonne (1965), sendo diretor e consultor do Instituto de Altos Estudos em América Latina até 1989; na American University, Washington D. C. (1972); na Universidade de Cambridge, Inglaterra, (1973); e na Columbia University, Nova York, (1976), o que permitiu a Furtado escrever e discutir de maneira mais abrangente sobre as relações internacionais do Brasil e da América Latina, no campo da economia, do comércio exterior, da diplomacia e da política, nos livros: *A economia latino-americana* (1969), *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1971), *Dependência externa e teoria econômica* (1971a) e *Criatividade e Dependência* (1978), além de artigos publicados em respeitadas revistas econômicas americanas e européias, como *Breve introdução ao desenvolvimento* que, depois, se transformou em livro, publicado no Brasil em 1980.

3.3 TERCEIRA FASE: SISTEMA CULTURAL E (SUB)DESENVOLVIMENTO

A terceira fase da trajetória intelectual de Celso Furtado está relacionada ao papel da cultura no (sub) desenvolvimento. Contudo, os trabalhos do autor nesse período: *Prefácio à nova economia política* (1976), *Introdução ao desenvolvimento* (1980), *O Brasil pós-milagre* (1981), *A nova dependência* (1982) e *Não à recessão e ao desemprego* (1983) permanecem abordando a economia política no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, do progresso técnico, do investimento e do crescimento econômico.

Segundo Bresser Pereira (2001), Furtado iniciava os anos 1970 participando ativamente de reuniões internacionais através dos quais os países em desenvolvimento reclamavam uma nova divisão internacional do trabalho. O movimento foi bem sucedido durante certo tempo, mas, com a crise da dívida externa latino-americana e a onda neoliberal que tomou conta do mundo a partir do início dos anos 1980, esse projeto não prosperou. Diante desse quadro, o autor volta com força, mas na forma de indignação, nos livros *A nova dependência* (1982) e *Não à recessão e ao desemprego* (1983). Furtado (1999, p. 26) descreve assim sua desilusão nesse período: “Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”.

No livro *Prefácio à nova economia política* (1976), Furtado elabora uma tentativa de reconstrução do quadro conceitual das estruturas sociais historicamente determinadas, de que se utiliza o economista. Ao apresentá-lo sob a forma de prefácio e índice de um livro que não existe, a intenção do autor foi chamar a atenção para a situação de carência de uma teoria geral das formações sociais, que sirva de ponto de partida para o estudo dos problemas particulares que preocupam os economistas. Não se trata do que convencionalmente se chama de enfoque interdisciplinar, mas de sair em busca de uma teoria social global, na qual a teoria da reprodução da população, a teoria da acumulação, a teoria da estratificação social, e a teoria do poder se entronquem. Era opinião do autor de que o que mais se necessitava naquele momento era estimular o debate e confrontar opiniões.

Em *O Brasil pós-milagre* (1981), Furtado referiu-se à necessidade de que se aprofunde a reflexão sobre a realidade brasileira, expressando o desejo de que os cursos de Ciências Sociais se orientem no sentido de provocar debates e estimular a imaginação de estudantes e professores, na convicção de que já existe uma consciência crítica que permita a reconstrução da realidade brasileira.

Em *A nova dependência* (1982), a dívida externa brasileira é estudada como um aspecto do processo de transnacionalização do sistema econômico, cujo quadro institucional

vinha sofrendo modificações sem a adequada apreciação dos economistas. Por outro lado, a transnacionalização já era vista como emergente de um novo sistema de divisão internacional do trabalho, no qual o intercâmbio externo e produção interna se integram em blocos sob o controle de empresas que atuam em âmbito planetário. Furtado também projetou sua preocupação sobre as transformações dos circuitos internos, particularmente os monetários e financeiros, observando-as como aspectos do processo global de transnacionalização. Este ângulo de observação permitiu verificar que a doutrina monetarista, que ganhou amplo espaço nos anos 1970 e 1980, passava a desempenhar importante papel como instrumento de racionalização do referido processo, sendo sua ideologia denominada de neoliberalismo. O autor também buscou ampliar o enfoque dos temas de política econômica, chamando a atenção para as raízes institucionais da intratável inflação do período, pela qual responde a degradação do sistema de decisões. Com relação ao quadro internacional, Furtado deu ênfase às modificações estruturais que configuraram as importantes mudanças de rumo, como foi o caso da emergência de um complexo neoprotecionismo, em particular da União Européia, que foi considerada diretamente. Sobre o Brasil, Furtado voltou sua atenção aos desequilíbrios regionais, sugerindo que fossem reconsideradas a questão da estrutura agrária e a atuação do Poder Público na Região Nordeste.

No campo cultural, com as suas atribuições no Ministério da Cultura do Governo Sarney, Furtado publica *Cultura e desenvolvimento em tempos de crise* (1984), livro que se tornou mais uma fonte sobre sua contribuição na análise do (sub) desenvolvimento. Em entrevista a Camargo e Loyola (2002), Furtado observa que chegou ao âmago da questão do (sub) desenvolvimento brasileiro quando introduziu o aspecto cultural. Segundo ele, especialmente no contexto de subdesenvolvimento, alguns países podem ter crescimento econômico com produtos primários. Terão aumento de renda, que poderá ser apropriado por uma elite que adota, então, padrões de consumo e formas de viver típicos dos países ricos e totalmente incompatíveis com o nível de renda do próprio país. Esse país crescerá economicamente, mas não se transformará, ao contrário, se deformará (FURTADO *apud* CAMARGO E LOYOLA, 2002, p. 22-23).

Essa avaliação se enquadra ao caso brasileiro, cuja absorção de tecnologia moderna de produção não contempla a economia nacional como um todo. Os aumentos da produtividade e da renda per capita, sem distribuição de renda, somente reproduzem padrões de consumo dos países mais ricos em grupos restritos, aumentando o fosso de desigualdade interna, que em última instância são refletidas em desigualdades regionais e no limitado mercado interno.

3.4 O CICLO AUTOBIOGRÁFICO

A fantasia organizada (1997a) é primeiro título do ciclo autobiográfico de Celso Furtado. Em 1949, já doutor em Economia pela Universidade de Paris, Furtado integra-se à CEPAL, agência que se tornou a mais influente escola do pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo. Nesses anos de aprendizado, o autor percebeu que o subdesenvolvimento não era um processo histórico da mesma natureza do atraso e da estagnação, e desde então essa temática pautou seu pensamento teórico e sua atuação como homem público.

Nesse contexto, se o centro do debate em torno do subdesenvolvimento foi a sede da CEPAL, no Chile, sua principal arena foi o Brasil. *A fantasia organizada* é o relato da trajetória dessas idéias que marcaram os anos 1950.

Regressei a Santiago com abundante material sobre o Brasil. Fora tomado da obsessão de estudar a economia do nosso país, de deslindar as causas de seu singular atraso. Essas causas teriam de ser desentranhadas da história, das peculiaridades do processo formativo do país. Não adiantava comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos “modos de produção”. Havia que abarcar a realidade complexa com imaginação e submetê-la em seguida a tratamento analítico. [...] Ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista (FURTADO, 1997a).

Mas o livro traz outra vertente autobiográfica que se inicia em 1947: quando o autor, ainda estudante da Sorbonne, explora o fértil ambiente intelectual de Paris do pós-guerra e da Europa renascente da destruição bélica. Essa vertente faz Furtado rever sua posição em relação à dependência dos países com industrialização tardia. Seguem-se seus anos de funcionário internacional trabalhando em diversos países latino-americanos. E conclui-se em 1958, com nova temporada na Europa, dessa vez para um pós-doutoramento na Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde convive com os maiores nomes da Ciência Econômica mundial e escreve a *Formação econômica do Brasil*, em que, aliás, apresenta em *A fantasia organizada* um resumo da sua mais célebre e clássica obra.

Furtado deu voz a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que ladeiam o livro com temas como a industrialização do Brasil, o Plano Marshall e a Guerra Fria, formando quadros de uma crônica em que o autor é personagem de um drama que conserva atualidade.

A fantasia organizada assinala o voluntarismo idealista de Furtado, expresso na sua crença inabalável no planejamento; um planejamento que anularia ao máximo a imprevisibilidade das decisões. Segundo Bourdieu *apud* Bresser Pereira (2001), em *A fantasia organizada* se existe na teoria econômica, uma *doxa*, “um conjunto de pressupostos que os

antagonistas consideram evidentes”, existe também uma ortodoxia e uma heterodoxia. O heterodoxo não nega os pressupostos mais gerais da sua ciência, mas recusa subordinar seu pensamento ao dominante. A direita e os economistas convencionais insistem em dar à heterodoxia uma conotação negativa, identificando-a com populismo econômico, mas, na verdade, inovar em teoria e em análise econômica envolve quase sempre alguma heterodoxia. Ser heterodoxo é desenvolver teorias novas, muitas vezes a partir da identificação de fatos históricos novos que modificam um determinado quadro econômico e social e tornam as teorias preexistentes inadequadas. Quando Celso Furtado optou por usar prioritariamente o método histórico-indutivo, e quando se tornou um dos dois fundadores do estruturalismo latino-americano, ele estava optando pela heterodoxia e pela independência de pensamento (BRESSER PEREIRA, 2001).

Foi no Brasil onde, ao lado do Chile, germinaram as idéias da CEPAL, nessa primeira fase. A industrialização brasileira surgida do colapso da economia primário-exportadora e reforçada pelas exigências do período de guerra, se sentia ameaçada pela mudança do contexto internacional, para combater as pressões inflacionárias, praticara-se uma política de sobrevalorização do cruzeiro e, enquanto o permitiram as reservas acumuladas durante o conflito bélico, facilitaram-se as importações indiscriminadamente. [...] Com a chegada da Missão Abbink endurecera a posição dos que pretendiam curar o país dos excessos de uma industrialização de altos custos. As idéias da CEPAL armaram ideologicamente os opositores dessa doutrina: a industrialização não seria propriamente uma opção, era a única saída para prosseguir com o desenvolvimento. [...] Foi no Brasil que as idéias da CEPAL sensibilizaram a classe empresária industrial, nela encontrando um oportuno defensor. Já em 1950 Prebisch e eu participávamos de debates animados na Confederação Nacional de Indústrias e visitávamos instalações industriais e institutos de pesquisas tecnológicas a convite dos empresários locais. (FURTADO 1997a).

Em *A fantasia desfeita* (1997b), o centro da temática é, em grande medida, sobre o Nordeste brasileiro, terra natal de Furtado. O livro cobre o extraordinário período da vida brasileira que se estende do governo de JK até o golpe de 1964.

A passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política, seu profundo sentimento de insegurança, levando-a a buscar proteção, contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste (FURTADO, 1997b).

A fantasia desfeita é uma oportunidade de conhecer esses anos, sob a perspectiva de Furtado. O dinamismo econômico, a efervescência social e política e a experiência democrática são relatados por Furtado como um dos períodos mais instigantes de história moderna brasileira. Nesse livro, Furtado narra o processo de criação da SUDENE e a

execução da política de desenvolvimento nordestino nos governos JK, Jânio Quadros e Jango Goulart, e também sua passagem como primeiro ministro do Planejamento do Brasil, no governo parlamentarista e no presidencialismo restaurado em 1963. Nas funções que ocupou, sempre enfrentou muitas lutas. No Nordeste, foi árdua a batalha travada contra os “industriais da seca”, e suas distintas ramificações na oligarquia latifundiária nordestina, a qual se entrincheirava na Câmara e no Senado Federal defendendo interesses escusos. Em termos nacionais, naqueles anos em que já germinava o golpe contra a democracia, enquanto acirrava-se o debate ideológico entre as forças de esquerda, que se inebriava com soluções inspiradas no modelo cubano, e as forças de direita, alheias à realidade social e armando violentas campanhas de difamação, municiadas por serviços de informações oficiais, em sua posição de evidência na política nacional, Furtado conviveu com os principais atores desses anos: Miguel Arraes, John Kennedy, Che Guevara, Jean-Paul Sartre e Dom Hélder Câmara. Foi todo um mundo de esperanças, de entusiasmos e de frustrações que emergiu do testemunho de Celso Furtado.

As circunstâncias que modificaram o curso de minha vida em 1964, quando um golpe militar no Brasil privou-me de direitos políticos e praticamente impedi-me de continuar a trabalhar para a minha região e meu país, somente em parte são responsáveis pela decisão que tomei de dedicar-me inteiramente à vida acadêmica. A participação indireta e direta que durante quinze anos tive na formulação de políticas, como assessor técnico das Nações Unidas e como administrador e membro do governo em meu país, convenceu-me de que nossa debilidade maior está na proeza de formulações teóricas e de idéias operacionais. A esse vazio se deve que a atividade política tenda a organizar-se em torno de esquemas importados os mais disparatados (FURTADO, 1997b, p. 25).

Fechando o ciclo autobiográfico, Furtado apresenta *Os ares do mundo* (1997c). Privado dos seus direitos políticos, o autor tomou a decisão de exilar-se em busca de condições que lhe permitissem dedicar-se ao estudo das estruturas do poder no plano internacional (em primeiro lugar os EUA) e do papel das ideologias nas experiências de reconstrução social com vistas à superação da pobreza e do atraso, com ênfase para os países comunistas da Europa do leste e os que, na vaga da descolonização dos anos 1960, optavam por regimes socialistas. Iniciava-se no exílio uma vida precipuamente acadêmica, dedicada ao ensino e à pesquisa. Isso deu a Furtado a oportunidade de contribuir para a formação de centenas de estudantes americanos, franceses entre outros.

Nesses anos, Furtado observa de perto, por ocasião de conferências e missões, países de distintos graus de desenvolvimento e diferentes estruturas sociais em quatro continentes. Diferente das autobiografias anteriores, conta menos o relato estritamente pessoal e mais o testemunho de alguém que capta com olhar crítico *Os ares do mundo*.

E, nos vinte anos que se iniciaram em 1964, o cenário mundial esteve agitado, ora com os EUA atolados na guerra do Vietnã, ora com a França no auge do poder gaullista e convulsionada pelas barricadas de maio de 1968, ora com a China da Revolução Cultural e do fim do maoísmo e a URSS no esgotamento de seu projeto imperial. As observações de Furtado são apresentadas como depoimento pessoal, algumas vezes na forma em que foram anotadas no momento, outras como reexame posterior dentro de uma perspectiva mais ampla. Em *Os ares do mundo*, tem-se um apanhado geral da política internacional dos últimos trinta anos.

Em 1979, perambulando por Moscou, interrogo-me sobre os resultados dessa inusitada experiência de engenharia social. A idéia de revolução evoca a de desmantelamento de velhas estruturas, de abertura abrupta de espaço à aventura criativa. O extraordinário, aqui, é que se institucionalizou uma suposta ‘ordem revolucionária’. Prevaleceu a doutrina ingênuo de que é possível tutelar a história, submeter a rígido controle o viver dos homens. Em sua essência, a história é um gênero de dança, pois exprime o grau de liberdade de uma sociedade. A dança aprisionada transforma-se em balé clássico. Basta ir ao Bolshoi para compreender o que ocorreu com este povo. [...] A impressão que predomina é a de monotonia, de ausência de originalidade (FURTADO, 1997c, p. 336).

Para Bresser Pereira (2001), Furtado, em *Os ares do mundo*, deixa claro que seu projeto de vida estava diretamente relacionado com a convicção que formou no final dos anos 1940 de que “uma feliz conjuntura internacional – consequência da grande depressão dos anos 1930 e do conflito mundial – abrira uma brecha pela qual quiçá pudéssemos nos esgueirar para obter uma mudança qualitativa em nossa história”. Esta mudança qualitativa era a industrialização e o desenvolvimento do Brasil. Mas, diz Furtado, relembrando 1964, quando chega exilado ao Chile, já nesse ano convencera-se de que, embora “o intelectual tenha de próprio a capacidade sem limites de inventar-se razões para viver”, seu projeto de vida, que se baseara na existência daquela brecha, era, afinal, “uma ilusão que agora se desvanecia”. A fantasia estava desfeita.

3.5 AS REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DE CELSO FURTADO

Passado o ciclo autobiográfico, Celso Furtado volta-se à luz do presente. Em *Brasil: a construção interrompida* (1992), o autor analisa, por meio de uma visão da História, o processo de construção de um sistema econômico nacional que se interrompeu no Brasil na década de 1980. O dinamismo do mercado interno, que durante meio século contribuiu para consolidar a unidade nacional, deixou de desempenhar a função de motor do desenvolvimento brasileiro. Essa e outras questões surgem nas entrelinhas de *Brasil: a construção*

interrompida; que é uma reflexão sobre o que estava acontecendo no mundo e suas projeções no Brasil. Trata-se de uma incursão na raiz dos problemas estruturais brasileiros e da reorganização em curso das forças econômicas e políticas na esfera internacional. Furtado usa a História como principal fonte e instrumento do *status* brasileiro naquele momento econômico internacional. Partindo do final da Segunda Guerra e da adoção do dólar como moeda de curso internacional, o autor reconstituiu, passo a passo, o processo de crescente integração das economias nacionais numa grande economia mundial, ou seja, a globalização. O crescimento e a expansão das empresas transnacionais; a crise de governabilidade que atingiu os Estados, compelidos a lidar com realidades econômicas que transcendem suas fronteiras e suas atribuições originais. Fazem parte desse cenário a recessão dos EUA e o fim da URSS, e era nesse quadro que a economia brasileira estava inserida.

Como o próprio autor diz:

Para se adaptar às novas e profundas mudanças do sistema econômico internacional, o Brasil terá de se livrar de suas estruturas anacrônicas, sem, no entanto, favorecer as forças políticas que operam no sentido da desarticulação da economia nacional. [...] Não se trata de tarefa fácil, mas para realizá-la é, antes, preciso compreendê-la. E compreendê-la só é possível dentro do contexto e do processo históricos (FURTADO, 1992, p. 88).

Para Bresser-Pereira (2001), a esperança de Furtado está de volta em *Brasil: a construção interrompida* (1992). No livro, ele salienta a necessidade de reverter o processo de concentração de renda, de investir em capital humano, e, principalmente, de enfrentar o problema da globalização com o fortalecimento do Estado nacional, que é “o instrumento privilegiado para enfrentar os problemas estruturais”. Furtado aborda também uma de suas teses centrais: a importância da criatividade política. “Somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzir a superação do impasse”. No entanto, adverte Bresser Pereira (2001), que não se deduza que Furtado seja um ‘estatizante’ – a pecha comum que a direita costuma atirar sobre quem defende a importância de um Estado reconstruído, com capacidade de promover o desenvolvimento econômico e político do país. Dizia Furtado, em um debate promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*: “Trata-se, portanto, de escapar da idéia antiga de que cabe ao Estado resolver todos os problemas. Sabemos perfeitamente que quando o Estado controla tudo são poucos os que controlam o Estado” (FURTADO *apud* BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 18).

Nesse período, Furtado escreve *Reflexões sobre a crise brasileira* (1996). Sua crítica atinge os governos e, mais amplamente, as elites brasileiras. Ele repudia especialmente as “explicações (para a quase-estagnação) que pretendem ignorar as responsabilidades morais

das elites". Observa, diante de palavras favoráveis à dolarização que então circulavam na imprensa (hoje provavelmente esquecidas diante da crise Argentina), que "se submergirmos a dolarização, estaremos regredindo ao estatuto semicolonial" (FURTADO, 1996, p. 99-101).

Em *O capitalismo global* (2001), lançado em 1998, o autor discorre seu pensamento sobre o 'processo de globalização'. Segundo Borges (2006), de fato, Furtado vê na Globalização uma ameaça, mas também um desafio a ser enfrentado, pois, para ele, prevalece a tese de que o processo de globalização dos mercados é inevitável e irá se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir. Trata-se de um 'imperativo tecnológico', semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna nos dois últimos séculos. Por isso, o crescimento econômico passa a ter como contrapartida o nascimento de uma nova forma de organização social que redefine a divisão do trabalho e a distribuição de renda. "Pode-se enxergar nessa observação uma ameaça ou um desafio. Quando nada, o prenúncio de uma era de incertezas" (FURTADO, 2001, p. 26-27).

Segundo Furtado (2001), a globalização em curso apresenta duas etapas: a primeira, do fim da Segunda Guerra até os anos 1960, abrange os países, sobretudo os desenvolvidos, que tiveram um período intenso de crescimento e pleno emprego, conhecido como 'anos dourados'. Nessa época, todas as economias nacionais cresceram, notadamente Japão e Alemanha. A segunda já dura 35 anos e inclui uma boa parte do Terceiro Mundo. De 1970 em diante, as economias do Primeiro Mundo abriram seus mercados internos aos produtos industrializados dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a crise do dólar levou à flutuação das taxas de câmbio e à constituição de um grande mercado financeiro internacional, o mercado de 'eurodivisas', não submetido a qualquer controle público. O resultado desse processo foi um grande salto do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro. O grande capital passou a implantar, especialmente nos países em processo de industrialização, um novo parque industrial destinado a abastecer os mercados do Primeiro Mundo. O Brasil foi protagonista da globalização dos anos 1970, com o advento 'Milagre Econômico'. Nos anos 1980, a crise do endividamento externo latino-americano levou o fluxo industrializador à Ásia oriental. E o processo virou um círculo virtuoso (BORGES, 2006).

Para Furtado (2001), o processo atual de globalização desarticula o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Volta-se assim ao modelo do capitalismo original, cuja dinâmica se

baseava nas exportações e nos investimentos estrangeiros. Em resumo, o tripé que sustentou o sistema de poder dos Estados nacionais está evidentemente abalado, em prejuízo das massas trabalhadoras organizadas e em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas. Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público. Disso resulta a baixa participação dos assalariados na renda nacional de todos os países, independentemente das taxas de crescimento.

A globalização tem consequências negativas marcantes, das quais Furtado (2001) destaca: o desemprego, a crescente vulnerabilidade externa e a agravação da exclusão social. Nos Estados Unidos, a exclusão social se manifesta como concentração da renda e da riqueza. Na Europa ocidental, a discussão centra-se no desemprego aberto e na questão de como evitar que a globalização agrave a exclusão social. No Brasil, a questão exige uma reflexão mais abrangente, pois o desemprego é gerado tanto pela estagnação da economia como pelo seu crescimento. Projetos subsidiados por agências governamentais, como a reestruturação da indústria siderúrgica, são grandes criadores de desemprego. O grave é que os grupos que mais se beneficiam com a globalização são os de maior peso político, e sua lógica econômica tende a prevalecer. Esses grupos partem do princípio de que aumentar a capacidade competitiva internacional deve prevalecer sobre tudo o mais. O grande desafio consiste em minimizar os males resultantes da perda de comando provocada pela globalização, o que requer políticas que tenham em conta as especificidades do país.

Por isso, para Furtado (2001), a globalização está longe de conduzir à adoção de políticas uniformes. A miragem de um mundo comportando-se dentro das mesmas regras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ou pela Organização Mundial do Comércio (OMC) existem apenas na imaginação de certas pessoas. As disparidades entre economias não decorrem apenas de fatores econômicos, mas também de diversidades nas matrizes culturais e das particularidades históricas. A idéia de que o mundo tende a se homogeneizar decorre da aceitação acrítica de teses economicistas.

Além dessas preocupações, Furtado (2001) reitera a necessidade da preservação do meio-ambiente:

A visão global me fez perceber que a fratura do subdesenvolvimento se faria mais deformadora à medida que se aprofundasse a crise manifesta que aflige a civilização consumista planetarizada. Que é inerente a essa civilização um processo depredador, já o sabíamos há muito tempo: as fontes de energia em que se funda o estilo de vida que ela estimula caminham para a exaustão, eleva-se a temperatura em nosso ecúmeno e é progressivo o empobrecimento da biosfera (FURTADO, 2001, p. 63).

Segundo Furtado (2001, p. 63), a idéia nova que começa a despontar é a de responsabilidade dos países que constituem a vanguarda da civilização industrial com respeito às destruições, custosamente reparáveis, causadas ao patrimônio comum da humanidade constituído pelos bens naturais e pela herança cultural.

A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) constituiu a plataforma em que pela primeira vez se defendeu a tese de que existe uma *fatura ecológica* a ser paga pelos países que se beneficiaram da formidável destruição de recursos não-renováveis, ou somente renováveis a elevado custo, que está na base do estilo de vida de suas populações e do modo de desenvolvimento difundido em todo o mundo por suas empresas. Em trabalho recente da CEPAL, foram definidas as responsabilidades dos países ricos em cinco áreas em que é particularmente grave a degradação do meio ambiente: o esgotamento da camada de ozônio, o aquecimento do planeta, a destruição da biodiversidade nos países do Terceiro Mundo, a poluição dos rios, oceanos e solos, e a exportação de resíduos tóxicos (FURTADO, 2001, p. 63 e 65).

Em *O longo amanhecer* (1999), Furtado faz uma reflexão sobre o Brasil que se está construindo. Essas reflexões se inscrevem numa linha metodológica pluridisciplinar das obras mais recentes do autor. A questão central do livro insere a economia brasileira num mundo globalizado, onde cada vez menos os governos podem interferir nos rumos que são dados ao Brasil. Para Furtado (1999), a globalização é algo que, nos dias atuais, não se pode fugir, seria impossível. No entanto, impossível também é fechar os olhos para as graves consequências sociais que tem gerado à política brasileira sob a alegação de que os efeitos das recentes transformações estão em toda a parte do planeta. Segundo o autor, a experiência ensina que o modelo de desenvolvimento deve ser concebido a partir das peculiaridades de cada país, tendo em conta os constrangimentos do quadro internacional. Furtado lança ainda um olhar crítico sobre as instituições que estão se redefinindo, neste tempo de avanço tecnológico desenfreado, e fala sobre a perda do sentido de bem-estar coletivo em detrimento do bem-estar mercantil.

Para Bresser-Pereira (2001), Furtado, em *O longo amanhecer* (1999), descreve indicações de alguma retomada do desenvolvimento e recuperada a estabilização econômica, embora se mantenha crítico da política econômica do governo de FHC. Critica também a globalização que, através do endividamento externo irresponsável levou o país à grande crise, mas observa que não é a própria globalização e seu descontrole, mas a forma pela qual as elites brasileiras têm reagido quanto à retomada do desenvolvimento, ao optar pela “adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais, cuja racionalidade só pode ser captada no quadro de um sistema de forças que transcende os interesses específicos dos países que o integram”. Exemplo desta alienação é a proposta da

CEPAL, em fevereiro de 1999, de dolarização das economias latino-americanas.

A ninguém escapa que o espaço em que atuamos para prosseguir na construção do Brasil reduz-se a olhos vistos, ao mesmo tempo em que cresce a importância da variável política. Os sistemas de poder se fazem mais heterogêneos em um mundo em que os Estados nacionais perdem importância para instituições transnacionais e multinacionais. As atividades financeiras, beneficiadas por avanços na eletrônica, assumem posições de vanguarda na modelagem das estruturas de poder. Os padrões monetários tendem a unificar-se, o que amplia o âmbito de ação da moeda dominante. A consequente redução da margem de autonomia das autoridades nacionais torna mais difícil alcançar a superação do subdesenvolvimento. Em economia de mercado, só é possível deter as tendências estruturais ao centralismo econômico mediante ação política, a qual requer uma visão ampla do processo social. Somente a vontade política pode evitar que a difusão da racionalidade econômica venha transformar o tecido social diversificado numa amalgama de consumidores passivos. E essa vontade política entre nós é inseparável do federalismo (FURTADO, 1999, p. 9).

Em seu último livro, *Em busca de novo modelo* (2002), Furtado reflete de forma crítica sobre os problemas do Brasil. A partir do método histórico, salientou que a industrialização tardia de países como o Brasil é muito diferente da que ocorreu nos países hoje desenvolvidos, porque, enquanto nestes a inovação e a difusão combinam-se para responder às próprias necessidades das sociedades, naqueles a difusão é marcada pela tentativa de imitação por parte das elites – as classes altas e as médias – dos padrões de consumo do centro. Então, esta busca ansiosa de reprodução de padrões de consumo vai determinar as duas tendências centrais das economias periféricas: a propensão ao endividamento externo; e a propensão à concentração social da renda. Furtado estava convencido de que as classes beneficiadas pela concentração de renda não se revelam à altura de seu papel de elites. Ao coparem os padrões de consumo norte-americanos, não pouparam para investir e endividam o país no exterior. Ao defenderem a política monetária, aumentam sua renda financeira às custas do Tesouro Nacional (BRESSER-PEREIRA, 2004).

Nesse livro, o autor também amplia a discussão sobre a globalização e as políticas neoliberais. Para Furtado (2002), se o objetivo estratégico é conciliar uma taxa de crescimento econômico elevada com absorção do desemprego e desconcentração de renda, tem-se de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais. Deve-se, portanto, partir do conceito de rentabilidade social a fim de que sejam levados em conta os valores substantivos que exprimem os interesses da coletividade em seu conjunto. Porque, somente uma sociedade apoiada numa economia desenvolvida, com elevado grau de homogeneidade social, pode confiar na racionalidade dos mercados para orientar seus investimentos estratégicos. Essa discrepância entre racionalidade dos mercados e interesse social tende a agravar-se com a globalização. No caso da indústria

automotora, o problema parece simples, pois as empresas são de capital estrangeiro e o avanço tecnológico significa o aumento dos custos em divisas. Mas, tratando-se de empresas nacionais, o mesmo fenômeno pode apresentar problemas, pois a tecnologia mais avançada também se traduz em aumento de custos em divisas com crescente pressão na balança de pagamentos (FURTADO *apud* BORGES, 2006).

Contudo, não é esse o problema principal, e sim o impacto negativo no plano social. A tecnologia tradicional que seguiu a linha do fordismo tendeu a ser substituída pela organização em equipes, em busca de ‘flexibilidade’, e isso reduziu a capacidade dos assalariados de organizarem-se em poder sindical. Esse problema se apresenta de forma aguda no capitalismo mais desenvolvido, a começar pelos EUA, e está na raiz da tendência generalizada à concentração de renda. Dessa maneira, argumenta o autor, alcançou-se “o âmago do problema decorrente do avanço tecnológico. A orientação assumida por este traduz a necessidade de diversificar o consumo dos países de elevado nível de vida”. As inovações nas técnicas de *marketing* passaram a ter importância crescente. A sofisticação dos padrões de consumo dos países ricos tende a comandar a evolução tecnológica. Só assim se explica o desperdício frenético de bens descartados como obsoletos e as brutais agressões na fronteira ecológica (FURTADO *apud* BORGES, 2006).

Conclui Furtado (2002) que é preciso preparar a nova geração para enfrentar grandes desafios pois se trata, por um lado, de preservar a herança histórica da unidade nacional, por outro, de continuar a construção de uma sociedade democrática aberta às relações externas. Como as possibilidades de crescimento do mercado interno são grandes, há espaço para uma colaboração positiva da tecnologia controlada por grupos estrangeiros. O autor afirma que o “Brasil só sobreviverá como nação se se transformar numa sociedade mais justa e preservar sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido”. Segundo Borges (2006), é no pensamento de Furtado (2002) que se encontra uma das melhores soluções para os aspectos negativos da globalização: o desemprego e a exclusão social:

A política econômica brasileira deveria adotar como objetivo estratégico o crescimento do mercado interno, o que significa privilegiar os interesses da população. Como consequência tem-se a expansão do mercado junto com a massa salarial. A inserção internacional é importante, pois pode completar o potencial brasileiro de recursos naturais, dar maior flexibilidade ao sistema produtivo, facilitar o acesso a tecnologias de ponta, ampliar a oferta de poupança dentro de certos limites etc. Mas o essencial é o crescimento do mercado interno, o qual movimenta toda a economia. Só por ignorância ou má-fé pode se confundir essa opinião com a прédica do fechamento da economia. (FURTADO, 2002, p. 42-43).

4 O PENSAMENTO POLÍTICO DE CELSO FURTADO

Carlos Lessa *in* Mallorquin (2005, p. 12), de forma sintética, traduz o pensamento de Furtado: “A chave para interpretar a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro”.

4.1 A CONSTRUÇÃO POLÍTICA

O período entre os anos 1940 e 1960 caracteriza-se pela prevalência, no Brasil, de um modelo nacional-desenvolvimentista, denominado também de substituição de importações e estatal-intervencionista. Considerada bastante peculiar, a industrialização brasileira foi profundamente influenciada por uma nova ordem mundial em que o Estado e o planejamento são colocados como elementos centrais ao desenvolvimento econômico. O reconhecimento de uma nova realidade, nesse período, fez Hobsbawm (1998, p. 117) relacionar a análise de Galbraith de *O novo Estado industrial* com os economistas da CEPAL, que “criticavam a crença que os custos comparativos destinavam o Terceiro Mundo à produção de bens primários, e clamavam por sua industrialização”.

Na construção do pensamento político de Celso Furtado, dois fatores se destacam como pontos centrais do debate intelectual: a crença do capitalismo como a única fonte de progresso e a idéia de que capitalismo avançado significava indústria. Na mesma direção, situa-se a análise da relação entre economia e política. A construção de uma economia forte necessitaria de um Estado ativo. A Alemanha “bismarckiana” é um exemplo dessa concepção que, baseada na centralização política e na intervenção do Estado e incentivando principalmente a indústria, produziu grandes avanços econômicos, tornando-a um dos protagonistas da II^a Revolução Industrial. Outras expressões desse consenso são os instrumentos da teoria keynesiana, o fordismo norte-americano e o compromisso social-democrata, além da contribuição do planejamento como mola central do desenvolvimento econômico, confirmado a lógica do Estado sobre o Mercado, com os exemplos de planejamento racional (Mannheim) ou da *pax social* (Myrdal) (MENDES; TEIXEIRA, 2004).

Quando se observa a distribuição das escolas nacionais de pensamento econômico que atuaram no debate dos anos 1950, a maioria absoluta compartilhava o papel fundamental da

ação reguladora estatal. Bielschowsky (1988) apresenta um amplo grupo de desenvolvimentistas que vai de intelectuais de esquerda até representantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e aqueles que procuravam limitar a intervenção do Estado, em especial, a corrente liderada por Roberto Campos. Nesse panorama teórico se situa a corrente mais progressista dos desenvolvimentistas liderada pela CEPAL e por Celso Furtado, considerada nacional-desenvolvimentista.

Esse contexto de adesão auxilia a análise de Furtado, embora assimilado sob uma ótica particular. As diferenças surgem no seu entendimento da evolução do capitalismo em países em condições estruturais desiguais. Enquanto nos países desenvolvidos, onde surgiu a social-democracia, a diversificação das funções do Estado viria manter o crescimento e ampliar o bem-estar social via regulação de direitos trabalhistas, leis assistenciais etc., nos países subdesenvolvidos o aumento da ação do Estado tornava-o agente responsável direto no fomento do desenvolvimento. As diferenças entre os dois modelos são significativas, a partir do amadurecimento do capitalismo industrial e financeiro, do nível tecnológico e da magnitude da renda média dos trabalhadores nos países desenvolvidos.

Tal análise justifica-se pelo fato de que, no Brasil, o caráter de Estado do Bem-Estar não foi preponderante porque, segundo a visão geral presente até hoje, a distribuição da riqueza ocorreria posteriormente à implantação do modelo de crescimento (noção do “crescer primeiro para repartir depois”). Assim, o papel do planejamento, do Estado e da burocracia estatal teria de ser visto dentro de projetos políticos distintos: o enfoque keynesiano e o *New Deal* americano, a tese de Furtado e o planejamento de Roberto Campos e Delfim Neto.

Por outro lado, a polêmica entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, a criação da CEPAL e o debate desenvolvimentista, no pós II^a Grande Guerra, produziram um corpo teórico que fundamentou e consolidou o projeto industrial no Brasil. O desenvolvimento industrial passou a ser pré-requisito do desenvolvimento nacional. Os fatores provenientes desse ambiente acabaram refletindo um conflito ideológico interno que se traduz numa forte disputa pelo controle do aparelho de Estado. Furtado (2002) interpreta esse fenômeno (interação economia e política) como um processo de ruptura que ocorre quando o desenvolvimento das atividades industriais colide frontalmente com a anterior inserção do país na divisão internacional do comércio já que a industrialização via substituição de importações volta sua atenção para o mercado interno, para o crescimento demográfico e para a melhoria do padrão de vida das populações excluídas por meio da distribuição de renda.

Diante disso, Furtado definiu as alternativas que se abriram à economia nacional como uma “internalização dos centros de decisão”. Esse aspecto é importante do ponto de vista da

criação de sentimento de nacionalidade como atributo distinto de outros defensores do desenvolvimentismo com apoio do capital externo. A perspectiva da vinculação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento do conjunto da estrutura social constitui produto da análise furtadiana. A idéia de substituição de importações e da possibilidade de aprofundar o processo até o estágio de implantação da indústria pesada no país combinou três elementos presentes na teoria cepalina: a diversificação da estrutura produtiva, o tamanho do mercado interno e a capacidade para importar. A novidade nessa primeira fase foi a adoção do consumo, priorizando a renda auferida pelos trabalhadores, como centro do processo de expansão sem conflitos do capitalismo. Essa concepção repercutiu na forma de atuação dos governos nacionais já a partir de meados dos anos 1940. O Estado passou a assumir o papel de planejador central da economia para incrementar a industrialização do país. E acentuaram-se, naquele período, as preocupações com a técnica e a prática do planejamento, enquanto elementos da política econômica governamental (MENDES; TEIXEIRA, 2004).

O resultado concreto dessa construção política e ideológica veio em 1953, quando o BNDE firmou convênio com a CEPAL, que levou à constituição do Grupo Misto BNDE/CEPAL, com o objetivo de estabelecerem projeções de longo prazo para a economia brasileira em termos de crescimento, capacidade para importar e as necessidades de investimento global e setorial. Os trabalhos desenvolveram-se no período 1953-55 e no relatório, então, publicado.

Quando Juscelino Kubitschek pensou em formular um programa de governo voltado para a industrialização, buscou apoio na equipe do BNDE, a qual tinha à mão o estudo que acabáramos de concluir. Ali estavam calculadas metas referentes a todos os setores estratégicos, com explicitação do esforço de investimento a ser realizado para que a produção interna satisfizesse as crescentes necessidades do país em termos energéticos, produtos siderúrgicos, químicos, celulose e papel, principais bens de consumo duráveis e não duráveis, bens de capital, etc. A equipe de Kubitschek pôde, assim, em tempo recorde definir um conjunto de metas de produção, a serem alcançadas no período do próximo governo, que tinha a virtude de ser simples e coerente. Elevava-se o nível do debate político e a mensagem do candidato que adquiria uma capacidade excepcional de convencimento (FURTADO, 1997a).

Em avaliação posterior, Campos (1997) considerou que o planejamento anterior era do tipo setorial e que existia a noção de que seria necessário ter-se um planejamento global. A técnica existente na época era a da CEPAL, que fazia projeções de crescimento e daí, derivando a taxa de investimentos, procedia a mobilização de recursos para atingir a meta de investimentos. Nesse sentido, Campos, então Presidente do BNDE, visita Prebisch e solicita auxílio técnico ficando Furtado encarregado do Grupo Misto (MALLORQUIN, 2005).

Do lado brasileiro, a pessoa mais influente na constituição da Comissão Mista e seu co-presidente foi Roberto de Oliveira Campos. Ele nos visitou em Santiago, expôs-nos o projeto do Banco de Desenvolvimento e convidou-me para integrar a equipe da nova instituição. [...] Minha cooperação com Campos estabeleceu-se de forma harmoniosa. Seu interesse pelo planejamento decorria de uma preocupação, quase obsessiva, em reduzir o campo da irracionalidade na política. [...] Mas Campos não parecia tomar muito a sério o que dizia. [...] Quando o conheci era um homem essencialmente preocupado com a modernização do país. [...] Éramos muito diferentes, talvez por isso nossas relações se hajam circunscrito ao plano da cordialidade. [...] Com a interrupção abrupta do governo Vargas, em agosto de 1954, Campos regressou ao Brasil (ele havia aceitado um posto nos Estados Unidos) e alguns meses depois assumiu Superintendência do Banco num quadro político profundamente modificado (FURTADO, 1997a).

O período 1956-60 compreende o governo JK cuja política econômica é sistematizada no Programa de Metas, que toma como base o estudo anterior. Nesse período, Furtado (1974) afirmava que seria a partir das mudanças ocorridas dentro do sistema econômico nacional que haveria, em primeiro lugar, um real crescimento e desenvolvimento econômico de base industrial que na sua expansão necessitava de proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor industrial; geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças de hábitos de consumo; superação da arcaica ocupação fundiária; mudanças na distribuição da riqueza como meio de aquecer e expandir o mercado interno; diminuição das desigualdades regionais, entre outros itens (MALLORQUIN, 2005).

A partir desse quadro mundial e nacional, surge a questão do planejamento regional que teve a contribuição e participação direta de Furtado, quando se desliga definitivamente da CEPAL e assume uma diretoria do BNDE, no período de setembro de 1958 a julho de 1959. Nomeado interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado produz o estudo final de *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, documento que foi marco da criação, em 1959, da SUDENE, primeiro órgão de desenvolvimento regional do país e considerada uma experiência original no mundo.

Ao contrário da afirmação corrente (das elites locais) que o problema do Nordeste era a seca, Furtado (1964) afirmava que o problema provinha da reconfiguração do desenvolvimento brasileiro e da forma como essa região estava inserida. A causa “era a estrutura socioeconômica e política montada há séculos na região. A explicação estava na nossa formação histórica” (Furtado *apud* Mendes e Teixeira, 2004, p. 4). Com esse diagnóstico regional semelhante ao nacional, no arcabouço “histórico-estruturalista”, possibilitou um movimento teórico-político cada vez maior na direção de uma “regionalização” do modelo de substituição de importações. Nos anos 1960, Furtado elabora os dois primeiros planos de desenvolvimento para o Nordeste (Operação Nordeste) e deixa o

Ministério do Planejamento no governo João Goulart e retorna à SUDENE, concebendo e implantando políticas de incentivos fiscais para os investimentos na Região Nordeste, posteriormente sendo expandido esse modelo para as Regiões Norte (SUDAM) e Centro-Oeste (SUDECO), incentivando a descentralização da indústria em expansão no país.

Sua tese elaborada nos anos 1960, que regimes fechados conduziriam inevitavelmente ao estrangulamento econômico, não ocorreu como previsto e anos mais tarde ele reviu suas posições introduzindo o conceito de “modernização do subdesenvolvimento”.

[...] quando, em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país e tendia a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas ainda teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil (FURTADO, 1999, p. 20).

4.2 O EXÍLIO E O PROCESSO DE MUDANÇA

Exilado em 1964, Furtado ficou um tempo no Chile e nos EUA. Depois se integra à vida acadêmica francesa onde tinha estudado e havia uma preferência pessoal. Mas Furtado pretendia ficar mais tempo nos Estados Unidos. Saiu dos EUA porque a situação se agravou com a guerra do Vietnã. E, ao agravar-se a situação interna, a direita norte-americana começou a exacerbar-se. No livro *Ares do mundo*, Furtado diz que lhe faziam perguntas muito desagradáveis. Nas suas exposições na Califórnia, aparecia um sujeito que perguntava: “e vocês comunistas que fazem isso e aquilo?”. Outras vezes, era insultado. Com certeza imaginavam que ele estava contra o governo norte-americano. Podiam, inclusive, ser agentes provocadores pagos pela ditadura militar brasileira. Além disso, teve conhecimento de que o governo militar procurou interferir para que as autoridades norte-americanas impedissem sua permanência nos EUA, como fariam também com relação à França (FURTADO in MALLORQUIN, 1994).

Confrontado com a ruptura provocada pelo golpe militar, Furtado avaliou as alternativas políticas diante dos desafios do desenvolvimento econômico. Nesse quadro, ele optou pelo marco institucional e pela democracia como a melhor forma de conduzir o projeto de desenvolvimento e a consolidação da Nação. O desenvolvimento era a única possibilidade de garantir a humanização da vida da maioria dos brasileiros. Sua preocupação era com a transformação global da sociedade, com a incorporação de padrões institucionais, culturais e econômicos que aproximassem o país da concepção de modernidade (FURTADO, 1968).

Porém, como já previa Furtado (1968), o crescimento apoiado no mercado interno dependia, necessariamente, da prévia distribuição de renda. Por causa do anacronismo da estrutura agrária, o crescimento provocou, em muitas regiões, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento, uma estrutura de subsídios que premiou os investimentos supérfluos ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolista, uma concentração maior de riqueza em mãos de grupos privilegiados.

Entre 1964 e 1975, Furtado abandonou todo o otimismo com relação ao poder sobre o processo de industrialização para desenvolver e transformar o Brasil e a América Latina. Depois, sua crítica foi mudando, porque aparece um modelo de como se dá essa concentração de renda que deriva num tipo de demanda específica, criando um capitalismo industrial que não amplia o seu raio de ação. Esse passo foi resultado da observação do que ocorria no Brasil. Não se pode excluir a importância da intervenção política militar no Brasil, porque avançar na industrialização era aparentemente fácil. Furtado acreditava, no começo, que era quase inevitável que, com a ascensão de novas forças sociais brasileiras, haveria uma transformação social. Não havia nenhuma razão para que não se transformasse parte do quadro institucional brasileiro. O que aconteceu foi que, com a ruptura de 1964, interrompeu-se o processo. Deteve-se toda a mudança social. Toda a política econômica brasileira passou a ser estritamente uma política de industrialização, intensificando o processo de exclusão social. Criou-se uma profunda antinomia entre desenvolvimento e projeto social. Nesse momento, Furtado se deu conta de que a sociedade brasileira também estava mudando. Aquelas forças que tinham apoiado a esquerda, a *intelligentsia*, os economistas, todos estavam mudando. Todos esses idealismos que a esquerda havia alimentado tinham desaparecido; haviam sido inviabilizados, todos esses objetivos, o projeto total. Isso teve uma forte repercussão na forma de pensar de Furtado. Daí que todos os livros, a partir da *Análise do modelo brasileiro*, transmitem uma imagem pessimista do Brasil. Na *Formação econômica do Brasil*, aparecia um país que avançava e que tinha um projeto (FURTADO in MALLORQUIN, 1994).

Quando eu cheguei a este país dez anos depois, ele já era outro. Outra mentalidade, outra gente, e então perdi a idéia de minha geração de que poderíamos avançar realmente no sentido de concretizar uma sociedade diferente, mais igualitária, mais equânime, menos injusta (FURTADO in MALLORQUIN, 1994, p. 2).

Nos anos 1970, Furtado começa a escutar críticas contra os postulados e propostas da CEPAL. Ao mesmo tempo, as políticas de desenvolvimento e de transformações sociais vão

perdendo espaço em toda a América Latina. O caso do Brasil é exemplar. Na realidade, no Brasil, afirma Furtado, não se voltou a ter uma política de desenvolvimento. O Brasil tinha tido certa evolução social antes de 1964: a incorporação das massas, as ligas camponesas, a sindicalização indicavam que se estava formando uma nação moderna. Esse processo, porém, interrompeu-se brutalmente. Produziu-se um desenvolvimento totalmente perverso que não teve outro objetivo senão de acumular e concentrar. Não se pode julgar, portanto, sem ter em conta as causas profundas que o provocaram. E isso está ligado ao quadro internacional (FURTADO in MALLORQUIN, 1994).

No Brasil, não foi propriamente a política de desenvolvimento cepalina que falhou. Simplesmente, tudo o que estava sendo gestado foi interrompido. A política distributiva estava adequada. Havia um tremendo conflito em torno das reformas. Mudar a sociedade, incorporar as massas. Mudar o modelo de desenvolvimento. Tudo isso foi enterrado. A direita assumiu, e essa direita é a responsável por aquilo que aconteceu depois. Não se pode dizer, então, que a política e os ideais da CEPAL falharam, porque estes já tinham sido esquecidos (FURTADO, 1992, p. 4).

Os trabalhos posteriores à década de 1970 avaliam que o crescimento da economia brasileira, durante o regime militar, introduziu certos aspectos do capitalismo contemporâneo, como novos padrões de consumo, urbanização e surgimento de novos segmentos produtivos. Entretanto, nos aspectos fundamentais, permaneceram defasados os padrões tecnológicos e a modernização da produção (aumento da produtividade e técnicas de capital intensivo) e sem transformações profundas, as questões dos direitos sociais, da participação política, da função social do Estado e o problema da democracia ficaram distantes dos padrões de modernidade. No livro *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), o autor faz uma espécie de autocrítica do otimismo desenvolvimentista anterior e sedimenta sua tese de que a industrialização por si só é incapaz de superar a situação de dependência econômica, percepção essa que reforça sua idéia original de que o subdesenvolvimento não é um mero estágio anterior ao desenvolvimento, concebida de maneira detalhada no estudo *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961) (MALLORQUIN, 2005).

Não obstante sua importância, o conjunto da sua obra e às políticas concebidas com base em suas idéias receberam vários questionamentos. Posteriormente, ele faz uma releitura desse período e identifica os principais entraves existentes nas economias nacionais e regionais subdesenvolvidas: a exigüidade da inovação tecnológica e a abundância na oferta de trabalhadores. Como o exército industrial de reserva é muito grande, não há pressões por elevação de salários nem por políticas de distribuição de renda. A grande oferta de mão-de-obra e os baixos salários acomodaram os capitalistas, que não são obrigados a incorporar

novas tecnologias nem a aumentar o rendimento do trabalho com base nas técnicas de capital intensivo. Houve, então, um raciocínio circular impedindo o desenvolvimento de se processar (MALLORQUIN, 2005).

A estagnação econômica manteve no poder os setores atrasados da sociedade, que não sofreram transformações significativas. Como os obstáculos ao desenvolvimento só poderiam ser removidos pela ação do Estado, este ficou refém da cristalização dos interesses retrógrados. O primeiro obstáculo foi que o Estado necessário ao projeto desenvolvimentista não pode existir sob esse arranjo institucional. Segundo, o controle ou limitação da ação corretiva do Estado frente aos interesses corporativos reforça o perfil econômico do subemprego, do pequeno mercado consumidor, da industrialização problemática, da falta de investimento, do pequeno escopo tecnológico, do dualismo econômico (e sua ampla camada de subsistência). O resultado é um círculo vicioso: exército industrial de reserva; mão-de-obra barata; má distribuição de renda; reduzido mercado interno; falta de incentivo ao investimento tecnológico; baixa produtividade. Assim reforça-se a característica do subdesenvolvimento, seja nacional seja regional (FURTADO, 1982).

Entre 1975 e 1980, a hegemonia das propostas neoliberais foi total, transformando-se num fenômeno mundial. Em *Prefácio à nova economia política*, Furtado procura construir novas categorias conceituais para repensar o pensamento social em geral e, inclusive, tenta deixar de lado algumas categorias do estruturalismo e do pensamento convencional. Ele tinha consciência de que a possibilidade de transformar um pensamento em ação era muito mais limitada; atribuía-lhe, portanto, menos importância do que se pensava nesse momento. Chegaria o momento em que se teria que pensar tudo de novo e atuar de outra forma. Furtado estava, na verdade, tratando de elaborar uma nova mensagem, que partisse de uma visão muito mais complexa. Percebia-se a necessidade de uma visão de categorias mais amplas que considerassem a sociedade como um processo de criação e de invenção social. E isso escapava um pouco do tipo de modelo elaborado nos anos 1950. Era um trabalho acadêmico, sem a pretensão de ter um impacto imediato sobre a realidade, enquanto a CEPAL era pensada para atuar. Buscava-se transmitir uma mensagem política. Ou seja, como professor, deixou uma mensagem, assim como Keynes ensinou os estudantes a pensar, a partir de categorias válidas a longo prazo. “Assim, eu tentei deixar bases teóricas novas, que sirvam de ferramenta para as novas gerações” (FURTADO in MALLORQUIN, 1994, p. 6).

Nos anos 1970, Raúl Prebisch começa a utilizar uma categoria inédita no seu vocabulário conceitual. Refere-se à categoria de excedente, seu uso e sua apropriação. Furtado a deixou de lado por vinte anos. Para Furtado:

Prebisch era um homem que tinha idéias muito próprias. Quando eu escrevia, ele me criticava. Pensava que eu dizia coisas muito arriscadas, que me expunha demais. Recordo que ele escrevia só depois de ter pensado muito bem. Prebisch foi, porém, um homem que nunca teve muito interesse em sair do marco da economia. Há muitos anos eu lhe falava de Max Weber e coisas deste tipo. Ele, porém, parecia não ter interesse por essas coisas. Captava a idéia do excedente, de que uma sociedade dispõe de liberdade a partir da idéia de excedente (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994, p. 8).

Segundo Furtado, o excedente é a margem de autonomia de decisão de uma sociedade. A sociedade primitiva não tem nenhum excedente. Uma sociedade que tenha uma margem de autonomia é porque alcançou um nível de acumulação e um determinado excedente. Isso é ter poder político. O excedente pode ser utilizado para construir muralhas, ou fazer a guerra, ou acumular máquinas. Essa idéia Prebisch aceitou, mas não ia além disso (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994).

4.3 OS ANOS 1980 – A INCORPORAÇÃO DE NOVOS CONCEITOS AO ESTRUTURALISMO

Furtado está de volta ao Brasil. No seu vocabulário conceitual integram-se duas novas noções teóricas, acumulação e excedente; integra-as ao estruturalismo tradicional. Com esse vocabulário, Furtado diz que a idéia era unificar a linguagem. Muito se percebe dessa intenção no seu pensamento político, haja vista que, nos anos 1980, muitas batalhas tinham sido perdidas. Não havia muitas esperanças e a margem de manobra era muito pequena. Depois da grande crise de 1982, com a crise de pagamento, o endividamento e a explosão da dívida externa etc., o espaço para fazer política no Brasil tinha sido drasticamente reduzido. Furtado passou a preocupar-se diretamente com a questão social. A aplicação de categorias mais amplas era o que mais lhe interessava, e não a temática econômica diretamente. Para Furtado, o Brasil teve a sua oportunidade histórica, acumulou riqueza e poderia ter transformado essa ‘modernidade’ numa sociedade mais justa, mais estável. E não o fez. Perdeu uma oportunidade histórica. Perdeu-a pelo atraso social, por ter uma elite que se aliou aos EUA, preocupada estritamente em acumular para benefício de uma minoria. O que se podia fazer então era muito mais limitado. “Concentrei-me por isso no que podia fazer, com respeito à política dos anos 1980, no aspecto puramente social. Não me interessavam mais os debates sobre a acumulação e o desenvolvimento em si, as tecnologias e isso tudo” (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994, p. 10).

Durante o governo Sarney, Furtado, membro da direção nacional do PMDB, ocupou o cargo de ministro da Cultura. Na oportunidade, ele teve a possibilidade de discutir e incidir

nas medidas de política econômica, mas com muito pouca repercussão.

Sarney tinha pouca sensibilidade social. Ele me ouvia amavelmente e eu falava com Funaro, que era uma das pessoas mais importantes para ele. E Funaro tinha sido vítima, talvez devido a suas limitações do ponto de vista econômico e político etc., porque, no Plano Cruzado de estabilização, ignorou-se totalmente, desde o começo, a vulnerabilidade externa do Brasil. Como avança um país, com uma dívida com serviços externos imensos, sem, primeiro, dar uma solução ao pagamento da dívida externa? Esqueceram-se disto e passaram diretamente a uma política de congelamento de preços que teve como consequência a liquidação de todas as suas reservas de divisas, e quando estas foram totalmente liquidadas, ficaram nas mãos dos banqueiros internacionais (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994, p. 14).

Pelo menos, retoricamente, parecia que utilizavam suas colocações em torno do problema da dívida externa, porém, perdeu-se a oportunidade. Naquela época (1983 e 1984), havia possibilidades de uma ação maior, mais ampla, de mudar a situação porque os bancos estavam numa posição muito fraca, e nada foi feito. A partir de 1988, nada se podia fazer, a não ser aceitar que o poder estava com os bancos, particularmente os norte-americanos, e que um país como o Brasil teria que se submeter e adaptar o seu registro, a sua política, a um processo mais baixo de acumulação e de desenvolvimento. “Nessa época, tudo ficou muito claro para mim” (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994, p. 15).

Furtado renúncia ao cargo no governo devido às mudanças na política econômica e a concepção de Sarney em torno da Constituição. Segundo Furtado, Sarney teve muito pouca influência no seu comportamento. Ele aceitou aquela responsabilidade pelo chamado de muita gente, intelectuais dessa época que lhe fizeram um pedido para que ele aceitasse, sendo uma pessoa independente. “Foi um sacrifício que fiz conscientemente. [...] Eu tinha um pouco de influência no que se refere às pessoas do governo da parte econômica, mas de forma muito indireta, muito discreta, porque ninguém pode tocar a área do outro” (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994, p. 16).

Furtado percebeu que, com as mudanças do setor internacional, a globalização da economia e o enfraquecimento das fontes de poder do Terceiro Mundo, o horizonte de ação política havia se estreitado. Os centros de decisão e de poder passaram a se concentrar na grande imprensa, ligada a grandes grupos internacionais, e na ideologia liberal thatcheriana, que não deixava espaço para a ação (FURTADO *in* MALLORQUIN, 1994, p. 17).

Nos anos 1980, as fortes críticas ao modelo adotado anteriormente, bem como as condições práticas existentes no ambiente interno e externo, levaram ao esgotamento do modelo substitutivo de importações nos moldes então implementados. As características tecnológicas mundiais (inovação gerencial e organizacional) mudaram radicalmente a base técnica da indústria e conformaram um novo padrão de desenvolvimento. A partir da segunda

metade dos anos 1980, novos paradigmas são colocados no debate internacional sobre crescimento econômico. A principal tendência foi representada pelas tecnologias da informação e comunicação, com base na microeletrônica. Essa nova tendência promoveu a necessidade de adaptação dos países, inclusive o Brasil, ao novo contexto mundial, movendo-se para ações de apoio a uma nova base política da indústria na tecnologia e na formação de recursos humanos. O Brasil dos anos 1980, porém, foi marcado por adoções de políticas de curto prazo em função de tentativas de estabilização econômica e de ajustamento externo que acabaram comprometendo a adoção de uma política de crescimento de longo prazo (MALLORQUIN, 2005).

Diante disso, segundo Furtado (1999), diagnosticou-se o fim do modelo anterior e que previa uma abordagem mais moderna de complexo industrial com ênfase no progresso tecnológico. Entretanto, apesar das medidas de corte significativo de tarifas aduaneiras em diversos segmentos do setor industrial, os mecanismos e instrumentos previstos ainda incluíam a utilização de benefícios e incentivos fiscais e a criação de regimes especiais que não proporcionavam uma ruptura significativa com o modelo anterior.

4.4 OS ANOS 1990 – EM BUSCA DE UM NOVO MODELO

O debate interno nos anos 1990 manteria a controvérsia sobre o papel do Estado na economia; questões associadas aos aspectos dinâmicos (progresso tecnológico) da estrutura produtiva nacional e os impedimentos macro e microeconômicos para a implantação de uma política de crescimento efetiva. As várias linhas de pensamento econômico, da mais liberal a mais intervencionista, discutiam aspectos da ação governamental seja revelando as falhas existentes do Estado ou do mercado e a necessidade (ou não) da intervenção pública para resolver os problemas da economia, aumentar a competitividade econômica e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Do ponto de vista político, o ano de 1990 constituiu um marco na transição para um novo modelo de crescimento e desenvolvimento para o país. A nova política industrial consubstanciada na Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), no início do governo Collor, trouxe o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços mediante a modernização e a reestruturação da indústria. Observou-se a predominância de instrumentos de caráter geral com a adoção de instrumentos seletivos apenas nos casos de capacitação tecnológica e desenvolvimento de recursos humanos.

O paradoxo dos anos 1990 foi que o discurso neoliberal propôs o desaparecimento das instituições estáveis como um dos meios para solucionar os desequilíbrios macroeconômicos. Porém, nessa década, o Estado teve que se compenetrar de uma série de problemas que apareceram como consequência das suas próprias políticas, embora com outro vocabulário. Muitos governos latino-americanos começaram a criar programas de apoio, de emergência ou de solidariedade etc., e não foi possível esconder os custos sociais, fruto do agravamento da pobreza, promovido pela política neoliberal. Se, por um lado, isso não foi reconhecido, ocorreu institucionalmente; por outro, a destruição de certos setores produtivos e da presença estatal atraiu novamente a intervenção do Estado. Quando se logrou destruir determinadas funções específicas do Estado, o que foi ameaçado foi a existência do sistema de direção e, portanto, do Estado Nacional. Como consequência, verificou-se uma total desagregação do sistema econômico-social. Isto foi particularmente importante para um país grande como o Brasil, com suas graves desigualdades regionais, sociais e de renda (FURTADO, 1999).

Hoje em dia, segundo Furtado, o pensamento neoliberal, diferentemente da concepção ortodoxa dos anos 1940, já não se opõe a projetos de industrialização. Mas, como é possível haver uma política de industrialização se não há uma política monetária própria, uma política cambial, que foram os principais instrumentos utilizados no passado para promover uma política de industrialização?

Os instrumentos mais fundamentais são aqueles que manipulam os eixos macroeconômicos, a política cambial, a política monetária. Sem eles, a economia teria que funcionar sob o *Currency Board*, dada a ausência de um Banco Central. Tudo tem que se adaptar às situações internacionais, ou seja, não se pode ter uma política monetária própria. É possível conceber isso em um país pequeno da América Central, mas não em um país grande. Nessas condições, é impossível existir uma política de desenvolvimento e de industrialização. Talvez seja possível, até certo ponto, uma política social. O sistema o permite, porque poderiam ser elaboradas políticas de distribuição de renda e distribuição fiscal, ainda em um sistema totalmente aberto, liberal. Mas não uma política de desenvolvimento. É o que está sendo preparado para a América Latina. Quando falo com algumas pessoas que vêm da Argentina e elas me afirmam: Celso, tudo estava perdido, o país não funcionava, percebo então uma falta de confiança e de projetos (FURTADO *in* MALLORQUIN, 2000, p. 4).

Nesse sentido, há âmbitos sociais onde um movimento de centro-esquerda que levante as bandeiras de igualdade, com a intenção de criar um *Welfare State*, seja factível. Para Furtado (1996), isso é aceitável ideologicamente, mas contar com forças políticas para implementá-lo é outra coisa. Isto seria possível com os instrumentos das políticas monetárias. De outra maneira, não existem meios para modificar essas estruturas. Sob estas regras, não se pode ter influência alguma sobre os investimentos. É uma política neoliberal que presume

uma sociedade homogênea que alcançou um elevado nível de desenvolvimento e, como tal, não tem por que se preocupar com o desenvolvimento em si, apenas com a justiça social.

É o que acontece na França, por exemplo. É um absurdo que os europeus estejam preocupados com o desenvolvimento, ou porque a indústria automobilística reduziu relativamente a sua produtividade, quando as ruas estão cheias de carros que não servem para nada. É evidente que o problema deles é um problema de utilizar melhor a capacidade produtiva que está subutilizada. É um problema de ordem muito diferente. [...] É outra forma de estupidez, diferente da nossa. A nossa é, verdadeiramente, de grande magnitude. Não temos os espaços necessários, dada a política monetária latino-americana. No Brasil, o problema inflacionário reflete a total incapacidade do governo para o financiamento dos seus projetos. Em segundo lugar, o governo deve tomar medidas fiscais elementares, das quais carece totalmente (FURTADO *in* MALLORQUIN, 2000, p. 6).

Dentro deste contexto, falou-se muito da existência de uma liberalização do comércio mundial e da globalização das economias, mas, de fato, os três blocos econômicos poderosos (Japão, EUA, e a União Européia) excluem sistematicamente os produtos dos competidores. Apesar disso, os países latino-americanos levaram a sério a retórica da globalização, abrindo amplamente suas economias. Segundo Furtado *in* Mallorquin (2000), o que parece grave é que se queira subordinar toda a política dos países aos interesses do setor externo.

Assim, são as indústrias de exportação as que determinam a economia do país, ditando as taxas de câmbio, por exemplo. O problema agora é como se adaptar à globalização, que aparece como uma força avassaladora. Como evitar que esta globalização se faça contra o país. Como tirar partido das formas atuais de globalização, da sua força de expansão, baseada no fundamentalismo mercantil. Porque não se pode esperar que estas forças transnacionais apresentem projetos elaborados para as nações fora do marco da sua própria racionalidade. Pensam na sua própria racionalidade, não na dos outros países como o Brasil. Além disso, pensa-se que com a globalização evapora-se a política. Por isso, a possibilidade de delinejar uma total liberalização dos câmbios. Acho que o NAFTA vai nessa direção. Trata-se de uma total ingenuidade, porque a realidade dos blocos econômicos tem suas próprias formas de impulsionar seus projetos particulares. A única coisa que importa são os seus interesses (FURTADO *in* MALLORQUIN, 2000, p. 9).

Segundo Mallorquin (2005), nesse novo momento histórico, grande parte dos economistas considera as referências conceituais de Celso Furtado pouco explicativas dos desafios da economia. Não obstante, nessa direção, encontram-se análises de Furtado (1992) que contrariam essa interpretação, quando o autor observa, no início dos anos 1990, que: a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para se integrar à economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. Assim, segundo Furtado (1992), o Brasil, um país ainda em formação, a lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades

econômicas conduzirá a tensões inter-regionais, a rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

4.5 O PENSAMENTO POLÍTICO DE FURTADO NO SÉCULO XXI

O final do século XX foi marcado pelo sucesso na estabilização da economia, com o Plano Real adotado no final de 1993. A política industrial, contudo, não sofreu grandes mudanças daquela definida anteriormente. Em 1998, o documento *Nova política industrial: desenvolvimento e competitividade*, do primeiro período de FHC, trouxe uma discussão das diretrizes básicas e dos objetivos da política industrial então vigente. As reformas estruturais foram consideradas importantes para favorecer a influência dos mecanismos de mercado nas decisões de aplicação de recursos. A liberalização do comércio exterior, a privatização, o fim dos controles de preços, o comportamento mais liberal perante o capital estrangeiro e a criação de um ambiente macroeconômico mais estável foram as principais diretrizes para o alcance de maior eficiência e competitividade.

Conforme Erber (2002, p. 645), a política industrial nos últimos anos incorporou uma atitude liberal chamada de uma “política de competitividade”. Prevaleceu uma visão de desenvolvimento em que a abertura comercial, liberdade ao investimento direto estrangeiro e privatização compatibilizaria estabilidade e crescimento. Ele observa que “tendo por pano de fundo as reformas institucionais preconizadas pelo Consenso de Washington, uma política industrial não só seria dispensável como contraproducente”. Na mesma perspectiva, Mallorquin (2005) observa que o desgaste do pensamento único de matriz neoliberal, nos últimos anos, colocou em evidência questões como o padrão desigual de trocas, os empecilhos à propagação do progresso técnico, os obstáculos estruturais ao desenvolvimento e, principalmente, o alcance das políticas econômicas como mecanismos de defesa do espaço da Nação. Ele sugere que esse fenômeno está ajudando a trazer de novo para discussão os argumentos da formação do capitalismo brasileiro desenvolvidos por Furtado em mais de cinco décadas de trabalho.

Diante dessa situação, revelaram-se a dependência externa e a fragilidade econômica do Brasil, apesar da nova política de câmbio flutuante. Esta, por sua vez, não protegeu plenamente a economia da conjuntura internacional negativa e das incertezas políticas em função das enormes dívidas externa e interna produzidas pela política de estabilização do primeiro governo FHC e do crônico déficit brasileiro nas suas transações correntes com o exterior. As contramedidas do Banco Central: aprofundar o ajuste fiscal, aumentar as taxas de

juros e assinar novos accordos com o FMI, embora protegessem a solvência financeira do Brasil, reduziram o crescimento do PIB em 2001 e 2002 a menos de 2% anuais.

A nova gestão macroeconômica surgida a partir da crise cambial de janeiro de 1999 implicou algumas mudanças nas relações do Estado com setores econômicos. As atividades não financeiras ganharam mais relevância e o governo estimulou de diferentes maneiras os segmentos econômicos que podiam ajudar a produzir superávit no comércio exterior. Durante o segundo governo FHC, foi dada certa atenção e alguma ajuda às companhias que tinham certa probabilidade de competir internacionalmente como multinacionais.

Entretanto, depois de uma longa luta interna dentro do governo, FHC, contrariando seu ministro da Fazenda, decidiu deixar flutuar o câmbio. A decisão revelou-se sábia. Depois de uma necessária elevação da taxa de juros, esta começou a ser sistematicamente reduzida pelo novo presidente do Banco Central. Entretanto, em 2001, um pequeno aquecimento da economia brasileira, o início da recessão nos Estados Unidos, a crise da Argentina, e principalmente a depreciação do câmbio, que chegou a R\$ 2,80 por dólar, levaram o Banco Central, em nome da meta de inflação, a novamente elevar a taxa de juros básica, fazendo-a voltar aos níveis mais elevados do mundo.

O máximo que se fez, como, aliás, também fizemos eu (Bresser), Furtado e Nakano em um documento de grande repercussão, *Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade*, tornado público em 2001, foi afirmar que a política de metas deveria levar em consideração um prazo mais longo e desconsiderar flutuações temporárias da taxa de câmbio. A meta relevante de inflação deve ser de médio e longo prazo, pois acelerações e desacelerações transitórias não exigem mudança na taxa de juros. A taxa real de juros tem que reagir primordialmente ao hiato do produto para controlar a inflação. Quando se introduz a taxa de câmbio nesta função de reação, é preciso distinguir a natureza dos choques externos, e a transitoriedade ou não da variação cambial. Reação a qualquer apreciação ou depreciação pode resultar em instabilidade desnecessária (BRESSER-PEREIRA, 2001, p. 26).

Essas mudanças podem ser vistas como sinais de transformação política dentro do bloco hegemônico. Este se inclinou de forma irregular e hesitante em direção a seu pólo liberal-desenvolvimentista. Desde o começo de 2000, o Ministério do Desenvolvimento, o da Ciência e Tecnologia, a Secretaria do Planejamento e até a Presidência da República manifestaram sinais desse tipo de transformação, mais acentuada ainda com a aproximação das eleições de 2002. Mesmo assim, os portadores do fundamentalismo liberal mantiveram o controle sobre as principais alavancas do poder: o Ministério da Fazenda e o Banco Central e, por meio delas, preservaram a prioridade para a estabilização, embora tenham adotado a política fiscal, em lugar da política cambial, como instrumento central para conservá-la. Em resumo, o bloco hegemônico manteve suas divisões internas, embora atenuadas, e seus

conflitos internos foram deslocados da questão cambial para assuntos fiscais. Como consequência, as decisões governamentais tornaram-se lentas e não sistemáticas.

Se nos anos 1990 os temas de Furtado passaram a tratar sobre a natureza e os limites da globalização, no século XXI, suas preocupações persistiram em tocar na questão do desenvolvimento nacional. Furtado (2000) observa que a via brasileira de desenvolvimento tem que ser uma via própria, não uma “terceira-via”, resultado de um projeto nacional derivado das especificidades do país, recuperando o mercado interno como o centro dinâmico da economia. A maior prova disso foi que, na luta eleitoral pela Presidência da República, em 2002, nenhum candidato à Presidência defendeu o fundamentalismo liberal. Além de advogar idéias liberal-desenvolvimentistas, José Serra, candidato situacionista, não conseguiu manter o apoio de toda a coalizão de sustentação de FHC. A ala direita da coalizão abandonou a candidatura oficial, mas não teve condições de lançar o seu próprio candidato à Presidência. Por outro lado, os concorrentes de oposição mostraram-se sintonizados com as idéias liberal-desenvolvimentistas, a despeito da exacerbada retórica nacionalista de alguns deles, especialmente o Partido dos Trabalhadores e seu candidato fizeram grandes esforços para se ajustar ao *establishment*, seja comprometendo-se a manter o eixo da gestão econômica de FHC seja aproximando-se do centro do espectro partidário. De fato, além do PT se compor com alguns partidos de esquerda, aliou-se ao Partido Liberal e fez de um empresário, senador por este partido, o seu candidato à vice-presidente.

Segundo Furtado *in REM* (2002), não se pode ignorar que o mundo atravessa um processo de reciclagem, de transformação, cujo alcance ainda não se conhece.

Veja o peso dos EUA, país que por décenios se impôs como uma potência dominante mundial. Hoje, depois do fim da Guerra Fria, essa grande potência não tem mais diante de si nenhum grande desafio. Surgiu apenas esse desafio absurdo que é o de combate ao “terrorismo islâmico”, que ninguém leva a sério, pois se trata, na verdade, de um problema de polícia. Daí a desorientação dos Estados Unidos. A economia norte-americana não avança, o crescimento é pequeno e eles estão dando voltas, inventando fórmulas, como a de tentar uma saída pela via do endividamento do governo, internas e externas. Estão tentando aumentar os gastos públicos, mas dependem de financiamento externo. Por outro lado, pensam em fazer isso para aumentar o volume dos negócios, e não para corrigir o desemprego. A recente “expedição militar” punitiva ao Iraque, em 2003, exemplifica esse tipo de política. Só que nem assim conseguiram reativar a economia (FURTADO *in REM*, 2002, p. 2).

Para Furtado *in REM* (2002), o longo período de recessão que houve na América Latina fez com que os países se voltassem muito para a idéia de uma abertura externa. O argumento apresentado era o de que essas economias eram demasiadamente fechadas, muito controladas, e para terem mais dinamismo deveriam se abrir ao exterior. Esta foi a base do

Consenso de Washington, do início dos anos 1990, e que não passou de um receituário neoliberal. Muitos governantes acreditaram que seus países se encaminhariam para uma fase de progresso, avanço e desenvolvimento. O que ocorreu na prática foi justamente o inverso.

Nesse sentido, o neoliberalismo compreendia duas vertentes. A primeira seria o desmantelamento das estruturas tradicionais. Por exemplo: as grandes empresas internacionais deveriam ter espaço para se desenvolver, em pé de igualdade com as empresas nacionais. Os Estados já não teriam um papel muito importante na criação de emprego. Essa fórmula, que era o ideal do neoliberalismo, funcionou muito precariamente, ou não funcionou. Na América Latina, hoje em dia todos têm consciência de que estão em situação muito delicada. As economias não crescem. Pelo contrário, os países se endividaram, e à medida que iam dependendo do investimento externo e do endividamento externo, para crescer e se modernizar, foram enfrentando dificuldades de toda ordem. Dez anos depois da implantação dessa política do chamado Consenso de Washington, o resultado foi um desastre completo. Não há nenhum país da América Latina do qual se possa dizer: “esse aí está se saindo brilhantemente dessa confusão”. Talvez o quadro menos negativo seja o do Chile (FURTADO *in REM*, 2002).

Para Furtado *in REM* (2002), é preciso estudar cada caso para recolocar os países latino-americanos no caminho do desenvolvimento, e não ignorar a situação mundial, porque, hoje, os países estão dependentes do capital estrangeiro, preso às agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os países do continente fizeram, a exemplo do Brasil, tudo o que elas sugeriram, mas na prática não deu certo, pois todos estão altamente endividados. Essa dívida que acumularam, em grande parte a curto prazo, os leva a uma situação de quase imobilismo.

Se pudéssemos voltar no tempo, eu diria o seguinte: o Brasil precisa reconhecer que não pode ter uma política de câmbio livre. Em outras palavras, o fluxo de capitais que saem e entram no País não pode ser comandado pelo mercado. O Brasil precisa, de alguma maneira, ter o controle desses fluxos de entrada e saída de capitais. São eles que, ao fim, pesam na balança, pois essa falta de controle gera a vulnerabilidade excessiva da economia brasileira. Assim, o país recuperará as alavancas de manejo que lhe permitem ter uma política própria. Sem o controle desses instrumentos, pode haver a qualquer instante uma fuga de capitais em grande escala, o que deixaria o Brasil de joelhos. Porque a verdade é essa: o País continua ameaçado por uma saída de capitais especulativos, o que cria, naturalmente, uma insegurança e uma vulnerabilidade enorme. O perigo é sermos levado a reduzir significativamente nossos investimentos, e, por conseguinte, aceitar a estagnação econômica – caso em que todos os outros problemas se complicariam (FURTADO *in REM*, 2002, p. 5).

Na prática, essa possibilidade de controle cambial, tendo em vista que o mercado não aceitaria isso, é que, se houver uma guerra financeira contra o Brasil e se grande parte desses fluxos de capitais se retirar, o País sofrerá muito (FURTADO *in REM*, 2002).

Veja o que aconteceu na véspera da eleição presidencial de 2002. Paralisaram todas as linhas de crédito no exterior. O Brasil ficou sem nenhuma possibilidade de ter acesso à liquidez externa. Isso criou um pânico. Bancos tradicionais que tinham linhas de crédito para o Brasil simplesmente as fecharam, por uma questão de mera desconfiança no novo governo. Foi preciso um entendimento, até mesmo com o FMI, para que se afrouxasse um pouco a tensão. Mas o País está até hoje submetido a um racionamento extraordinário de crédito. Que as taxas de juros não baixam; e se as taxas de juros não baixam, a capacidade de investimento do governo diminui, e o dinheiro de que dispõe é absorvido pelo pagamento de juros. Talvez a discussão mais delicada do momento. O Brasil e quase todos os países do mundo estão hoje expostos a uma ação brutal do poder financeiro internacional. Os grandes bancos não agem senão em conjunto. Antes, havia maior a margem de manobra. No fim do século XIX, início do XX, o Brasil sofreu uma forte pressão dos ingleses; na época, todas as nossas exportações eram financiadas por crédito inglês, houve uma importante saída de capitais, que gerou um certo pânico. Mas o governo pôde se voltar para os Estados Unidos e obter crédito no mercado financeiro norte-americano. Foi, aliás, quando os americanos entraram no Brasil. Os EUA aproveitaram-se para entrar com força, e não saíram mais. Antes era possível jogar um banco contra outro. Hoje, aparentemente, há um entendimento entre eles, o que torna muito precária a posição de um país endividado, e o que pode ocasionar uma asfixia financeira brutal. E, nesse caso, que fazer senão entender-se com eles? (FURTADO *in REM*, 2002, p. 6-7).

Segundo Furtado *in REM* (2002), o Brasil foi um país que teve um grande dinamismo. Durante 50 anos foi um dos países que mais cresceram no mundo e representava um modelo esplêndido do ponto de vista de crescimento econômico.

Nas conferências e nas organizações de que participei, todos reconheciam que este era um país que tinha encontrado o seu caminho. E onde estava esse caminho? No mercado interno. Isso que se apresenta hoje como defeito foi o que deu todo esse dinamismo ao Brasil. O milagre brasileiro foi ter o País descoberto o potencial do mercado interno enorme de que dispunha; sua população crescia, seus recursos naturais formidáveis estavam para serem explorados e as empresas vinham para cá pensando, justamente, nesse mercado interno, e não tanto no externo. Isso era uma indicação de que o País tinha autonomia de decisão. Assim o Brasil cresceu, conquistou o seu dinamismo, atraiendo o capital externo que era bem remunerado (FURTADO *in REM*, 2002, p. 8).

Isso mudou quando se elaborou o Consenso de Washington: criou-se a lenda de que o futuro era o avesso da idéia de mercado interno. Mas ninguém consegue explicar por que o mercado interno foi negligenciado. Agora, só haveria uma saída para todos os países: lançar-se na busca do mercado externo, da exportação. O Brasil teria de se comportar como se fosse uma pequena economia da América Latina, cujo dinamismo seria gerado pelo mercado externo. Porém, segundo Furtado *in REM* (2002), nunca ninguém explicou o porquê dessa

mudança. No entanto, ela resultou do fato de que as grandes empresas internacionais foram controlando crescentemente o círculo de decisões. O governo foi cada vez mais se submetendo às empresas internacionais, que privilegiavam o horizonte externo.

Eu me lembro de que, nos anos 1950-60, nós nos perguntávamos: Poderá o Brasil continuar crescendo sem se voltar para o mercado interno? A resposta era não. Confesso que nunca entendi a razão pela qual o Brasil não teria futuro voltando-se para o mercado interno. Suas possibilidades são quase ilimitadas, o que permitiu que o País se desenvolvesse, por 50 anos, muito mais que qualquer outro do Terceiro Mundo (FURTADO *in REM*, 2002).

Para Furtado *in REM* (2002), em termos práticos, o governo terá de encontrar uma forma de negociação com as grandes empresas, para retomar o crescimento do mercado interno. É difícil imaginar que o Brasil possa continuar nessa situação. A participação do Brasil no mercado internacional é muito modesta. Hoje, apenas 8% do produto interno é exportado, o que é muito pouco se comparado com países europeus que exportam cerca de 20% a 25% do PIB. Mas o Brasil é um país especial, com enorme potencial de crescimento interno e externo.

Lembro-me da época em que se discutia por que não havia uma indústria automobilística no Brasil. Argumentava-se que o País não poderia ter uma indústria desse porte, por “n” razões, mas principalmente porque ninguém acreditava que tivéssemos um mercado dinâmico. E, quando o Brasil começou a produzir viaturas, chegou a 100 mil por ano, foi considerado um milagre, algo fantástico. Pouco depois, chegou-se a um milhão. As possibilidades eram muito grandes, o que as firmas internacionais pretendiam ignorar. Lembro-me do general Mamede Soares, que dirigia a siderúrgica de Volta Redonda, me contar que, nas discussões sobre investimentos no Brasil, os americanos diziam: O Brasil não tem mercado interno, não tem nenhum dinamismo. E ele retrucava: “Não, mas isso poderá surgir”. Aí estava um exemplo dos argumentos esdrúxulos de que se lançava mão, tal como quando diziam que o clima do Brasil não se prestava à instalação de fundições de porte adequado. Existe algo mais ingênuo? Era uma afirmação sem a menor prova, aparentemente inventada pelos americanos (FURTADO *in REM*, 2002, p. 12-13).

Ao citar o mercado interno, necessariamente tem-se que se falar sobre a questão da má distribuição de renda no Brasil, uma das piores do mundo. O Brasil teve esse dinamismo todo, mas concentrando renda. Furtado escreveu sobre o tema, mostrando que o problema maior do Brasil era a concentração de renda e suas consequências. Uma parte crescente da população brasileira foi sendo excluída. A concentração de renda não era exigência do crescimento baseado no mercado interno. Ela decorreu da orientação seguida pelo governo, condicionado pelas classes dirigentes brasileiras. Por que a renda era tão concentrada no Brasil? Porque a sociedade brasileira reproduzia estritamente, passo a passo, o modelo de desenvolvimento das economias ricas. Crescia, mas com o seu mercado reproduzindo o estilo de vida das populações ricas do mundo (FURTADO *in REM*, 2002).

Pensei muito sobre isso: por que a renda é tão mais concentrada no Brasil do que na Índia? A Índia tem uma população cerca de cinco vezes maior que a brasileira, e um produto interno bruto semelhante ao nosso. Poder-se-ia imaginar que o nosso grau de desenvolvimento é muito maior, já que a renda *per capita* é um quinto da brasileira. Porém, como os dois países possuem perfis de distribuição de renda completamente diferentes, os pobres na Índia têm o mesmo padrão de vida que os pobres no Brasil, mas os ricos e a classe média do Brasil têm um padrão de vida cerca de dez vezes mais elevado que o da Índia. Esses dados comprovam que o problema da pobreza no Brasil não reflete escassez de recursos, e sim a forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda (FURTADO *in REM*, 2002, p. 14).

Segundo Furtado *in REM* (2002), a deformação da economia está no modelo de civilização que se imita. As classes média e alta querem reproduzir os padrões de vida dos países mais ricos do mundo, viver como nos Estados Unidos ou na Europa mais avançada. E isso leva inevitavelmente à necessidade de concentrar a renda, pois, para haver no Brasil uma população que vive como nos Estados Unidos, é preciso ter uma renda dez vezes mais concentrada que lá. Esse quadro só começará a se reverter com outra política tributária e fiscal. Os mais pobres pagam muito imposto, a começar pelo imposto indireto, que é alto no Brasil. Mas o imposto propriamente direto, o Imposto de Renda, não é cobrado dos muito ricos.

Veja o sistema bancário brasileiro. Eles não pagam impostos. A distribuição de renda no Brasil é muito deformada pelo sistema fiscal. Para modificá-la, é preciso alterar a dinâmica da carga fiscal, fazer com que os grupos de classe alta, aqueles que têm uma renda igual à dos países ricos, paguem mais imposto. Nesse caso, pode-se aumentar a arrecadação que incide sobre os ricos e ao mesmo tempo reduzir a que incide sobre os pobres. Aí seria um impacto fiscal benéfico para o País. Mas ninguém fala nisso, ninguém quer reconhecer o grave problema fiscal do País. Em termos relativos, aqui quem paga mais imposto é quem tem menor renda. Países ricos como a Suécia, Dinamarca, Noruega, Inglaterra, França, entre outros, têm uma carga fiscal de pelo menos 40% do produto nacional. O Brasil tem uma carga de 35%, que é alta se comparada com países de renda *per capita* equivalente. A carga tributária poderia ser maior e doer menos, se incidisse de outra forma sobre a população (FURTADO *in REM*, 2002, p. 15).

Para Furtado *in REM* (2002), a Reforma Tributária é um tema essencial, mas ninguém o discute. Quando o ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso tomou posse, disse que deveria resolver o problema da inflação e entender-se com o FMI. O entendimento com o FMI teve implícita uma reforma fiscal importante para enfrentar a situação adversa do Brasil. O déficit em conta corrente era grande, 5% ou 6% do produto nacional. Mas era financiado pela inflação, que chegou a render 5% do produto nacional. A inflação era o imposto mais alto, e era oculto.

Lembro-me de ter feito os cálculos: ela incidia sobre a economia brasileira muito mais que o imposto de renda. Portanto, cabia a pergunta: acabando a inflação, o que ficaria em seu lugar, como fonte de novos recursos? Imaginei que iriam fazer uma reforma fiscal que permitisse aumentar a poupança interna. Mas a reforma fiscal não veio. Porque exigia uma redistribuição de renda, e era aí que a coisa tropeçava. O que ninguém queria enxergar é que, sem reforma fiscal, os recursos mobilizados teriam como contrapartida o endividamento externo. A inflação, que, aparentemente, acabou, foi substituída por uma nova dívida externa colossal. O passivo brasileiro praticamente quintuplicou durante os oito anos de governo Fernando Henrique. Qualquer redução da dívida externa exigiria redução de despesas. Os recursos do governo para investimentos foram desviados para o serviço da dívida. E a economia ficou estagnada. É uma situação complexa, porque a classe dirigente brasileira, que é a beneficiária dessa concentração de renda, nunca aceitou uma discussão séria sobre isso (FURTADO *in REM*, 2002).

Furtado *in REM* (2002) explica que há no Brasil um desequilíbrio externo, de balança de pagamentos, entre outros problemas. O país quer investir, mas não é possível financiar o investimento só com endividamento externo. É preciso de poupança própria.

Por que ela não aumenta, se as classes média e rica vivem tão bem no Brasil, e podem gastar à vontade no exterior? Seria, então, o caso de se pensar em uma taxação que incidisse sobre gastos supérfluos, que levam o País a gastar os milhões de dólares que não tem. O novo governo está, acertadamente, querendo resolver o problema da fome, que é uma vergonha num país com as possibilidades do Brasil. Mas creio que, sem a reforma fiscal, tudo o mais fica prejudicado. Embora o problema da fome não seja de solução tão complexa. Calcula-se que com US\$ 5 bilhões se resolva o problema da fome no Brasil. Ora, US\$ 5 bilhões são relativamente pouco para um país como o nosso, com essa massa de recursos de toda ordem. Creio que o governo vai ter sucesso nessa frente, e, assim, ganhar autoridade para enfrentar outros problemas, como o consumo extravagante dos grupos de altas rendas (FURTADO *in REM*, 2002, p. 16).

Furtado *in REM* (2002) diz que há uma tendência histórica da deterioração dos produtos exportáveis dos membros do Mercosul e que até hoje persiste. Assim, volta-se ao problema do câmbio dos anos 1950. Foi nessa época que se descobriu a tendência estrutural do sistema capitalista para concentrar renda em detrimento dos preços dos produtores primários. Não há nenhuma dúvida de que os mercados dependem do poder que os países desenvolvidos exercem.

É bobagem imaginar que os mercados de matérias-primas são mercados correntes; são instrumentos de poder. Aqueles que têm o poder tendem a usá-lo. O mercado de produtos primários é um mercado perverso, dominado por especuladores. O grande desafio foi conseguir tirar o Brasil da dependência das exportações de produtos primários, passando a produzir produtos mais nobres. Ficar na dependência de exportações de produtos primários significa ter de baixar a cabeça e se submeter a pressões iníquas e difíceis de vencer (FURTADO *in REM*, 2002, p. 17).

Segundo a REM (2002), a economista Maria da Conceição Tavares, em palestra proferida na UERJ, expressou certo desalento ao comentar que ela havia sido professora de

vários economistas no controle das políticas econômicas brasileiras, tais como Gustavo Franco, e de tudo o que ela ensinou eles haviam simplesmente ignorado o principal, ou seja, a ética. Para Furtado *in REM* (2002), o que mais surpreende é o desinteresse e o pessimismo desses economistas em relação ao Brasil. Quando houve a mudança no cenário internacional, e obrigaram o Brasil a aceitar essa forma de integração indiscriminada – quando na verdade o país tivera um êxito enorme no modelo baseado em mercado interno –, “houve gente pensando que talvez eu estivesse errado”.

Falei com o Fernando Henrique na época, e ele me disse: “Olhe, Celso, estou convencido de que o Brasil não tem muita chance. O espaço disponível que temos para manobrar é muito pequeno”. É difícil entender que esse pessimismo tenha se espalhado tanto. Se for assim, vou defender o meu emprego, meus interesses imediatos. No caso de um país, isso significava integrar-se de tal forma à economia mundial que se perdia o ideal de nação, de interesse nacional. Os economistas do governo anterior ficaram imaginando qual seria a saída mais conveniente. Houve discussões entre eles sobre o modelo viável a partir de então. Imaginou-se até a volta ao modelo de substituição de importações. Mas atualmente o problema é outro: que possibilidade existe de investir em setores mais nobres, em tecnologia de vanguarda? Muita gente me diz: “por esse caminho não se pode ir muito longe, pois nosso mercado interno é pequeno”. Mas eu respondo que o nosso mercado é muito maior do que se pensa. O importante é persistir, e não se desarmar, como se fez recentemente. O grande erro do Brasil, principalmente no governo Fernando Henrique, foi se desarmar por completo diante das forças internacionais, ficar na dependência do mercado. Mercado esse que passou a ser uma assombração, e que nada mais é do que um conjunto de interesses bem definidos. O chamado “mercado” acabou asfixiando a economia nacional, e o Brasil entrou nessa fase de perda de identidade, de perda do autocontrole, sem as alavancas de manejo que possuía. Um exemplo é o controle de câmbio, que as autoridades monetárias sabiam manejá-lo muito bem (FURTADO *in REM*, 2002, p. 17).

4.5.1 Furtado e a questão ecológica

Furtado estava em Cambridge, em 1968, quando saiu o trabalho do Clube de Roma, um famoso ensaio sobre a economia mundial. Naquela época se colocou a questão: que custo real tem esse desenvolvimento a que chamam de progresso? As pessoas começavam a entender que o custo ecológico é muito grande, o que até então não era levado em conta. Pela primeira vez se pensava o sistema como um todo. Os Estados Unidos até hoje não admitem discutir esses problemas, senão a partir da posição de poder que eles têm, como ficou exemplificado com o *Protocolo de Kyoto*. Na verdade, demorou-se muito para atinar com esse fato. Em 1972, Furtado escreveu *O mito do desenvolvimento econômico*, que tratava desse tema. Nele, ele mostra que o que se chama de desenvolvimento tem um custo muito maior do

que se pensa. Muitos diziam, até mesmo ex-colegas da CEPAL, que ele tinha perdido a visão de progresso do mundo. Furtado respondia:

Tenham lucidez e abram os olhos para a realidade da pressão sobre os recursos naturais. Já se começava a ver que o homem tinha cometido vários crimes ecológicos, destruído muita coisa. Se o quadro continuasse assim, o consumo de energia fóssil, petróleo, carvão, minerais cresceria exponencialmente. Mas ninguém queria conversar sobre isso. Descobriu-se petróleo no Alasca, mas ninguém deu importância à destruição do Alasca. Numa cidade como o Rio, e, pior ainda, como São Paulo, tem-se hoje uma desordem no tráfego que reflete o desperdício de petróleo queimado. A soja, por exemplo, entusiasma muita gente, mas, olhando mais de perto, é algo perigoso, pois se está destruindo o cerrado, esse quadro ecológico que não se reconstitui. Se não houver o trabalho de conscientização a que você se refere, o homem poderá destruir o planeta. [...] Será que o homem não tem saída, senão se suicidar? Quando se discutia o futuro da humanidade, sempre se imaginava que o homem iria trabalhar menos, gozar de mais tempo livre, de cultura etc. A realidade foi outra. No mundo de hoje se trabalha mais e, muitas vezes, se trabalha no caminho de um suicídio coletivo. A nova geração, que alimenta essas instituições a que você se refere, tenta levantar uma nova bandeira. Que isso aconteça no Brasil – esse entusiasmo, esse trabalho de conscientização da problemática ecológica, social e econômica – é muito positivo e louvável, é uma atitude que tenta nos recolocar no caminho da vida (FURTADO in REM, 2002, p. 20-21).

Furtado (2001) faz uma reflexão complementar: o desenvolvimento dos países que estão na vanguarda do progresso tecnológico também parece haver tomado uma direção errada que leva a outro tipo de bloqueio. Há mais de vinte anos já era claro que a entropia do universo aumenta, isto é, que o processo global de desenvolvimento tem um considerável custo ecológico. Mas só agora, no fim do século XX, esse processo se apresenta como uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade. O fato é que a civilização industrial e o modelo de vida por ela engendrada têm um custo considerável em recursos não-renováveis. Generalizar esse modelo para toda a humanidade, o que é promessa do chamado desenvolvimento econômico, seria apressar uma catástrofe planetária que parece inevitável se não se mudar o curso desta civilização.

Para Furtado (2000), o desafio que se coloca para o século XXI é o de mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação num curto horizonte de tempo para a lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Essa tarefa deve ser maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico.

O fantasma do subdesenvolvimento deve ser exorcizado. O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar seria orientada para a busca da felicidade, concebida esta como a realização das potencialidades dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (FURTADO, 2000).

Segundo Furtado (2000), a idéia nova que começa a despontar é a de responsabilidade dos países que constituem a vanguarda da civilização industrial com respeito às destruições custosamente reparáveis causadas ao patrimônio comum da humanidade constituído pelos bens naturais. A partir de duas idéias-força: prioridade para a satisfação das necessidades fundamentais explicitadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no quadro de um desenvolvimento orientado para estimular a iniciativa pessoal e a solidariedade; e responsabilidade internacional pelo desgaste do patrimônio natural, será possível desenhar o modelo de desenvolvimento a ser progressivamente implantado no próximo século. Os objetivos estratégicos são claros:

Primeiro: preservar o patrimônio natural cuja dilapidação atualmente em curso conduzirá inexoravelmente ao declínio e ao colapso de nossa civilização. Segundo: liberar a criatividade da lógica dos meios (acumulação econômica e poder militar) a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis (FURTADO, 2000).

Esses objetivos devem ser vistos como um projeto cuja realização requer a cooperação de todos os povos e a conscientização progressiva. Diante da ameaça de destruição da espécie humana surgida com a acumulação das armas termonucleares, emergiu o embrião de um corpo político que está dando origem a vínculos de interdependência entre os povos que transcendem as relações tradicionais de dominação e dependência. Começou então um longo e difícil aprendizado de convivência entre povos que continuam a confrontar-se por motivos econômicos, religiosos, culturais ou simplesmente a causa de uma herança histórica (FURTADO, 2000).

Esse corpo político são as Nações Unidas, organização a que dediquei dez anos de minha vida e onde aprendi a ver o mundo como uma Babilônia de contradições que é ao mesmo tempo uma aldeia em formação, pois forças poderosas alimentam um processo de entrosamento entre os povos, fazendo da solidariedade um imperativo, única alternativa ao desaparecimento (FURTADO, 2000).

Segundo Furtado (2000), a hecatombe ecológica que agora começa a configurar-se não deixa aos povos escapatória para sobreviver fora de cooperação. E o caminho dessa cooperação passa pela lógica dos meios, em que a acumulação a tudo se sobrepõe. Essa

mudança de rumo exige que se abandonem os fantasmas de uma modernidade que condena a humanidade a um mimetismo cultural esterilizante.

Deve-se assumir nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade (FURTADO, 2000).

Nesse novo quadro que se configura, o destino dos povos dependerá menos das articulações dos centros de poder político e mais da dinâmica das sociedades civis. Não que o Estado tenda a desfazer-se, mas a possibilidade de que ele seja empolgado por minorias de espírito totalitário se reduzirá, se a vigilância da emergente sociedade civil internacional se fizer eficaz. A consciência de que o que está em jogo é a sobrevivência da própria espécie humana, a partir disso, ela cimentará o novo sentimento de solidariedade e favorecerá a emergência da figura do cidadão empenhado na defesa de valores comuns a todos os homens, que sabe que esta luta não comporta discriminações, exceto em defesa da própria liberdade (FURTADO, 2000).

Não se pode fugir da evidência de que a sobrevivência humana depende do rumo que tome a civilização, primeira a dotar-se dos meios de autodestruição. É preciso encarar esse desafio de frente, sem cegar-nos é indicação de que ainda não fomos privados dos meios de sobreviver. Mas não podemos desconhecer que é imensa a responsabilidade dos homens chamados a tomar certas decisões políticas no futuro. E somente a cidadania consciente da universalidade dos valores que unem os homens livres pode garantir a justeza das decisões políticas (FURTADO, 2000).

5 UMA TEORIA POLÍTICA NA OBRA DE CELSO FURTADO

Uma significativa transformação sacudiu a sociedade brasileira durante o século XX. A transição de uma sociedade baseada na economia agrária de exportação para uma sociedade de perfil industrial teve suas principais características definidas no modelo político e econômico que emerge na Revolução de 1930 e se estende até os anos 1970. Embora o processo de modernização das relações capitalistas e as contradições do desenvolvimento inerentes ao capitalismo periférico ou dependente não se resolvam nessa fase, foi nela que se encontrou o trauma inicial da passagem da economia colonial para o modelo industrial, e que, a partir das profundas modificações que ocasionou, foi esboçando os contornos e os limites do desenvolvimento em países de capitalismo tardio. Esse processo corresponde a alterações na esfera de produção interna e no padrão de trocas internacionais. Como consequência, houve a reestruturação da organização política, (principalmente no que tange à modernização do Estado), já que as mudanças na economia transformaram a composição social. O crescimento do setor urbano, a cisão dos interesses da burguesia em várias facções, o desmantelamento da anterior estrutura partidária, a experiência do Estado Novo e do populismo da ‘República Liberal’, e o surgimento de setores técnicos com influência nas decisões políticas desenharam um novo quadro temático para o universo da produção intelectual.

Cabe ressaltar que, ao longo de sua existência, este Estado cumpriu o papel de núcleo organizador da sociedade, deixando pouco espaço para a organização e a mobilização autônoma de grupos sociais, e funcionou como alavanca para a construção de um capitalismo industrial, nacionalmente integrado, mas dependente do capital externo, por meio de uma estratégia de substituição de importações. Essa forma de Estado foi denominada de nacional-desenvolvimentista, pois adquiriu suas características básicas na era Varguista.

A partir da década de 1980, a democratização política e a liberalização econômica foram dimensões-chave da transição política que transformou a forma autocrática e desenvolvimentista de Estado. A transição política brasileira começou com a crise de Estado de 1983-1984 e estacionou no governo de Fernando Henrique Cardoso, momento em que o Estado ganhou estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, liberal em assuntos econômicos, identificado com a democracia representativa. Nessa transição, a democratização política foi mais importante na década de 1980 ao passo que a liberalização econômica destacou-se nos anos de 1990. Essa transformação política só pode ser entendida ao se considerar o contexto da transnacionalização do capitalismo, desencadeada pela

globalização financeira, e da democratização da sociedade brasileira²⁶.

Fica evidente que, na primeira fase, as ações econômicas, políticas e sociais foram dominadas e reguladas pelo poder do Estado e, na segunda fase (a que se vive atualmente), as mesmas ações são estabelecidas e reguladas pelo poder do Mercado, baseadas nas premissas neoliberais do ‘Estado-Mínimo’ e na globalização, embora, nos dias atuais, já haja sinais claros, particularmente na América Latina, da retomada pelo Estado da responsabilidade dessas ações. Santos (2002) e Bauman (2000) verificaram na História que esse pêndulo ocorre com freqüência: para eles, basicamente são três os grandes princípios de regulação da modernidade: o princípio do Estado, do Mercado e da comunidade. Os autores observaram que entre o princípio do Mercado e o princípio do Estado tem havido uma variação pendular. Segundo Santos (2002), está-se vivendo exatamente num desses períodos, não sendo absolutamente eliminável a hipótese de que o pêndulo volte para um reforço dos poderes do Estado.

Celso Furtado participou intensamente dessas duas fases e formulou uma série de questões importantes: invadiu a filosofia e a sociologia, com uma teoria da mudança social; a política, com uma incursão sobre a questão do Estado, da democracia, dos direitos políticos e da revolução. Produziu também uma obra de envergadura cruzando a história e a economia, e uma concepção sobre o papel desempenhado pelos intelectuais e os técnicos no moderno mundo capitalista. Foi também o intelectual brasileiro que mais profundamente introduziu a questão da democracia econômica nos debates sobre a modernização e o desenvolvimento do país, no estilo dos trabalhos de Mannheim, Lipset, Myrdal, entre outros. Reformulou temas antigos e contemporâneos do pensamento social ligado de forma consciente ao processo de transição industrial por que vinha passando a sociedade e a economia brasileira desde o início do século XX, redesenhandos seus contornos e aproximando-os da nova vertente mundial do pós-guerra em que a economia passa a ser entendida também como questão social e política (CEPÊDA, 1998).

Dada a quantidade de consequências não previstas nas teses formuladas pelo autor em sua trajetória intelectual, algumas das premissas de Furtado poderiam estar equivocadas, acentuadamente, segundo alguns autores, no papel das classes (e sua posição na luta política), na função modernizadora atribuída à burguesia industrial e na ação imparcial dos técnicos. Nesse caso, as críticas de Francisco de Oliveira (*Crítica à razão dualista e Viagem ao olho do furacão*), de Simon Schwartzman (*Bases do autoritarismo brasileiro*), de Wanderley G.

²⁶ Ver Anexo 2: Um retrato político do Brasil: 1980-2000

Santos (*Ordem burguesa e liberalismo político*), de Guido Mantega (*A economia política brasileira*), de A. Borón (*Estado, capitalismo e democracia na América Latina*), e de Fernando Henrique Cardoso (*As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*) são pertinentes, mas não suficientes quando se avalia o legado e o impacto deixado por Furtado na teoria socioeconômica brasileira.

Para se analisar a pertinência de uma teoria política extraída do pensamento furtadiano, antes foi necessária uma reflexão teórica que fundamentasse a importância dos conceitos e idéias que definiram a ordem discursiva de seu pensamento. Para isso, obrigatoriamente, descreveu-se a sua concepção estruturalista da economia e a teoria do (sub) desenvolvimento. Neste trabalho, sustentou-se que a tese estruturalista de Furtado, que adquiriu sua forma metodológica acabada entre os anos 1958 e 1962, estabeleceu a construção de um conceito de economia política no qual se tornou explícita a função histórica e sociológica dos agentes econômicos e políticos para sua explicação e análise, que, para Mantega (1989), Mendes e Teixeira (2004) e Bresser-Pereira (2001), pode ser considerada uma ideologia do desenvolvimento econômico, político e social. Esta foi a gênese do pensamento estruturalista furtadiano, sempre buscando incorporar novas teorias, que permitiria sustentar as profundas transformações sociais por ele preconizadas.

Ao mesmo tempo, observou-se que houve mudanças em sua perspectiva teórica e política. A problemática do Nordeste, projeto constituído em 1958-1959, corresponde a seu ingresso em cargos cada vez mais importantes na administração pública do Brasil. Noções sobre a desigualdade regional adquiriram novo matiz e transformaram-se nesses anos. Além disso, Furtado teve que se confrontar e ver de perto o funcionamento das políticas de apoio e financiamento proposto pelo governo norte-americano. Por essa experiência, o autor ficou marcado profundamente, como demonstram seus trabalhos imediatamente após o golpe de militar em 1964. Seu nacionalismo, através da defesa do mercado interno brasileiro, ficou mais evidente, enquanto as perspectivas da industrialização e as possibilidades de um desenvolvimento nacional, particularmente o caso brasileiro, foram abordadas com um pessimismo cada vez mais claro (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Para Mallorquin (2005), o golpe de Estado de 1964, a infrutífera luta de Furtado para conformar uma frente ampla, democrática e desenvolvimentista marcaram seus trabalhos imediatamente posteriores. Não se deve esquecer o ímpeto com que ele trabalhou pela causa social, o Nordeste, o projeto político, a crítica ao discurso econômico convencional e o *Plano Trienal*, âmbitos cuja materialização ele viu esfumaçar-se lentamente. A razão foi, como ele mesmo descreve em *A fantasia desfeita* (1997b), muito simples: ele não tinha apoio nenhum

das forças políticas. Seu ingresso no gabinete do governo, a serviço de três diferentes presidentes, deveu-se justamente à sua aparência de técnico; nesse ponto aparecia a sua fragilidade.

Seus trabalhos nos anos imediatamente após o golpe, realizados no exílio, apresentam aspectos similares aos feitos anteriormente: são trabalhos conjunturais sobre economia política que tentam explicar os elementos da morte do desenvolvimento nacional, seus fatores causais, internos e externos. Dessa maneira, surgiu seu modelo estruturalista da estagnação, o qual profetizava a crise iminente do capitalismo brasileiro. A partir dessas preocupações, ele desenvolveu também a descrição e crítica da economia e da política externa norte-americana para os povos subdesenvolvidos. Em relação a ambos os aspectos, segundo Mallorquin (2005), certas limitações foram assimiladas, que se devem essencialmente à pressa com que ele teve de apresentá-los ao público.

Algumas de suas obras mais dramáticas, como *A pré-revolução brasileira*, por exemplo, mostram um intelectual tentando ganhar uma corrida contra o tempo, uma batalha quase desesperada pela urgência das reformas, profético, anunciando uma tragédia que, afinal, se consumou. Contra a urgência das reformas, a dureza das classes dominantes brasileiras, o despreparo das lideranças progressistas e uma espécie de redemoinho infernal que já não permitia a ação política racional (OLIVEIRA, 2003, p. 64).

No período do chamado milagre econômico, Furtado buscou explicações de maior alcance; em particular, identificou como chave do auge econômico a utilização das imensas capacidades produtivas ociosas construídas no período anterior. Suas teses do período, sobre o estado da economia brasileira, são convincentes quanto a tudo o que o estruturalismo ainda podia oferecer, ressuscitado naqueles anos como neo-estruturalismo.

Porém, em 1974, momento crucial na trajetória intelectual do autor, Furtado rompe com a abordagem fundadora da CEPAL, com a publicação do livro *O mito do desenvolvimento econômico*. Furtado passa a afirmar que industrialização e crescimento econômico não significam desenvolvimento e introduz em seu discurso uma problemática inédita em economia: a questão ecológica. Apesar de muito criticado, o autor sustentou que a continuar o padrão de consumo norte-americano e europeu, e se as elites dos países periféricos continuarem a copiar esse padrão de consumo, não haverá recursos naturais suficientes para atendê-lo. Para muitos cientistas políticos e economistas da época, Furtado havia caído em contradição. Hoje, segundo Mallorquin (2005), Furtado profetizou e nesta proposição reside uma teoria política.

Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso, no texto *O desenvolvimento na berlinda*, de 1979, e mais recentemente, enquanto presidente da República, posicionou-se diversamente

sobre essa mudança de pensamento de Furtado: Cardoso (1995) diz que “nas ciências sociais os conceitos são historicamente densos. Quer dizer: eles precisam redefinir-se sempre que ocorram alterações de alcance estrutural nas relações sociais. Assim, as novas dimensões – ecológicas e até éticas, por exemplo – enriqueceram as noções do desenvolvimento”. Nesse sentido, ele chama a atenção para o fato de que a relação entre a economia e o centro dinâmico das economias se estabelece no próprio mercado interno. Portanto, a industrialização não leva necessariamente à autonomia de decisão, ao desenvolvimento auto-sustentado, como estava implícito no modelo da CEPAL.

Diante disso, estabeleceu-se uma discussão ideológica entre Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Para Furtado (1974), cada sociedade está governada e organizada por valores divergentes, razão pela qual não se pode determinar de antemão o que implicaria a diferença entre desenvolvimento e crescimento para cada uma das sociedades.

Para se tracejar uma tentativa de resposta, não é demais relembrar certas idéias elementares: o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo (FURTADO, 2002).

Já Cardoso (1995) diz que essa acepção do desenvolvimento está fundada somente em uma “ruptura parcial com o estilo cepalino de análise”, questionando a dimensão transgressora do discurso de Furtado em relação ao ortodoxo:

A síntese proposta por nosso autor cai desde o aproveitamento do instrumental de análise corrente na economia ortodoxa até o das preocupações pela ênfase nos elementos estruturais e na racionalidade no uso dos fatores, mas mantém a fé no mais clássico que o século XIX legou à ciência social contemporânea: a idéia de otimização do uso de fatores e a crítica iniciada pelo marxismo à pura racionalidade formal (CARDOSO, 1995, p. 33)

Para Furtado (1974), a idéia de desenvolvimento econômico passou a ser simplesmente um mito. Assim, graças a essa perspectiva foi possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em outros objetivos abstratos.

Como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75).

Depois de uma ausência de quase 15 anos, Celso Furtado retornou ao Brasil no período da transição à democracia. Logo ocupou cargos de alto nível no governo Sarney. Observa-se que o vigor de seu nacionalismo em suas propostas de economia política manteve o impulso dos anos 1960. Em contraste com aquela década, os anos 1980 demonstravam um claro otimismo em torno das possibilidades de transformar o capitalismo brasileiro. As análises de Furtado, contudo, indicavam tempos sombrios e de difíceis decisões para a economia “autocentrada”. O autor escreveu sobre uma série de problemáticas politicamente candentes, ao mesmo tempo em que revisou sua trajetória histórica entre 1950 e 1980. Três livros autobiográficos, que, para Mallorquin (2005), “não fosse porque ele está imerso no processo que relata, seriam livros de história contemporânea”, foram incluídos em seu acervo bibliográfico. Neles, Furtado presta contas diante da história e trata de temas cruciais, como a política de industrialização e o Nordeste, com a justiça que merecem. Sobre as autobiografias, ao contrário de Mallorquin (2005), Celso Furtado vê nelas uma releitura das suas obras anteriores, e incorpora novos elementos de análise da história e da política brasileira e mundial, que fazem parte de uma continuidade do seu processo intelectual.

Furtado combinou essa revisão com o desempenho de funções importantes no governo Sarney (1985), no qual atuou como ministro da Cultura e integrou a Comissão Afonso Arinos que redigiu a Constituição de 1988²⁷. Porém as freqüentes desavenças com o presidente Sarney sobre a política econômica o levaram a renunciar de seu cargo ministerial.

A partir de sua interpretação da história econômica brasileira, puderam ser vistas lacunas na forma de conceituar as relações sociais no campo econômico; isso teve efeitos políticos contraproducentes em suas análises e propostas para o Nordeste. Furtado tentou sanar estas diferenças quando retomou a tal problemática na década de 1980, mas, embora algumas das inconsistências conceituais não conseguissem ser dissipadas, aparecia outra

²⁷ A Comissão Afonso Arinos era formada por 50 membros especialistas nas áreas da Política, Economia e Direito. Lamounier (1987) explica que, embora seus membros fossem notáveis em suas áreas de atuação, as proposições de emendas eram reflexos dos apelos da sociedade e não tinham peso vinculativo. Entretanto, segundo os artigos publicados por Celso Furtado na época, em jornais e revistas especializadas, suas principais preocupações estavam voltadas para as elevadas taxas de juros internos, sobre a qual Furtado propõe um limite de cobrança de juros pelos bancos, os altos índices de inflação, na qual discorda publicamente das ações adotadas pelo governo Sarney, e o endividamento externo. Também propõe um conjunto de medidas para desapropriação de latifúndios improdutivos, e dotações orçamentárias próprias para as superintendências de desenvolvimento regionais, por meio de normas constitucionais.

perspectiva sobre o papel que corresponde às populações: o autor passou a considerar prioritárias a comunicação e a organização coletivas para que fossem produzidos projetos e soluções. Neste trabalho, ressaltou-se a noção histórica e política de suas explicações e a importância das relações sociais subjacentes.

Sobre essa questão, Cardoso (1995) diz que Furtado não o aprofundou suficientemente. Para ele, a análise de Furtado se confunde a outros estruturalistas. Segundo Cardoso (1995), a exposição das idéias de Furtado sobre a concepção do desenvolvimento segue os pressupostos de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* que possuem uma interpretação ortodoxa dessas idéias. Entretanto, para Mallorquin (2005), tal livro é um dos mais desiguais de vasta bibliografia furtadiana e, portanto, não é o texto ideal para a caracterização de suas idéias.

Cardoso (1995), argumentando o que a seu ver era a noção de desenvolvimento em Furtado, em particular a noção do “fluxo da renda por unidade de força de trabalho”, volta a dizer que o posicionamento dele não reflete alguma qualidade transgressora ou ruptura com relação ao discurso econômico ortodoxo, seja na revisão ou ampliação.

Se a análise de Furtado tivesse parado nesse ponto ele teria redefinido a teoria de Prebisch apenas por meio de uma formalização de sabor neoclássico com condimento keynesiano. Mas o autor introduziu outras idéias que até certo ponto, e paradoxalmente, baseiam as modificações de estrutura, concebidas estritamente na forma acima mencionada, em modificações regidas pela demanda: e esta última, para Furtado, não pode ser vista separadamente do sistema de referências individuais e coletivas. (CARDOSO, 195. p. 31)

Para Mallorquin (2005), o significado dos conceitos de Cardoso (1995) deve ser avaliado na forma em que constituem seus objetos. Ou seja, está fora de lugar a busca da suposta paternidade ou procedência dos conceitos para examinar seu rigor. Significa que os conceitos contraditórios encontrados por FHC no discurso de Furtado requerem uma reelaboração da formação discursiva em questão. Os problemas que alguns conceitos suscitam em qualquer formação discursiva só serão resolvidos por meio de sua transformação de articulá-los a outras categorias.

O mesmo poderia ser dito do esboço de Furtado realizado por Werner Baer. Embora ele destaque a importância que tinha para Furtado a crítica e transformação das categorias da análise econômica convencional e, portanto, sua irrelevância para a América Latina, não deixa de mencionar suas importantes incursões nos âmbitos da análise sociopolítica, mas indiretamente avalia negativamente sua teorização porque, segundo ele, esta apresenta certo ecletismo e heterogeneidade; no entanto, manifesta-se esperançoso de que Furtado algum dia tente dar uma maior unidade a seu discurso e “reúna suas idéias sobre o processo de desenvolvimento sob um tratamento mais sistemático” (MALLORQUIN, 2005, p. 336).

Sobre essa questão, Furtado (1976) diz que a construção teórica deve procurar constituir uma nova região econômica e política, a partir de noções sociológicas e históricas, e é nesses termos que deve ser avaliado seu alcance.

Partindo dessa premissa, Oliveira (2003, p. 60) observa nova contradição em Furtado: para ele, surpreendentemente, Furtado não dialoga com os novos clássicos da modernidade: a geração de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Essas obras já estavam disponíveis há muito tempo, já eram consagradas e todas elas têm a ver com os temas trabalhados por Furtado. Por exemplo, Freyre trata da colônia de produção de cana-de-açúcar, e não é citado em *Formação econômica do Brasil*, assim como Prado Jr.. Oliveira (2003, p. 60) considera essa omissão imperdoável.

Não está claro, no entanto, o porquê da ausência de diálogo de Furtado com os novos clássicos brasileiros, e não se pode dizer que Furtado os desconhecia. Fica mais fácil entender, para além desse desencontro, por que os novos clássicos não respondem às questões propostas pelo pensamento conservador/autoritário. Segundo Oliveira (2003), é neste sentido que Furtado pode ser comparado aos clássicos do autoritarismo brasileiro, com propósitos de mapear a história das idéias e a gênese de problematizações do Estado e do planejamento e suas repercussões na ação do Estado.

Não se está dizendo, reitera-se, que há filiações entre Furtado e os autoritários clássicos brasileiros, o que de resto não seria infamante, já que eram intelectuais legitimamente preocupados com os destinos do país. [...] Porém, Furtado não apenas elaborou uma interpretação do Brasil: ofereceu à ciência social contemporânea a notável construção da teoria do subdesenvolvimento, de que a CEPAL foi uma espécie de incubadora e Raúl Prebisch e a equipe inicial mui justamente co-autores, que se situa num patamar acima de uma interpretação nacional. Ou, melhor dizendo, foi com essa arma teórica que ele pôde elaborar a interpretação do Brasil que o inscreveu no panteão dos demiurgos do Brasil (OLIVEIRA, 2003, p. 82).

Por outro lado, Bresser-Pereira (2004), Cepêda (1998), Mallorquin (2005) e Mendes e Teixeira (2004) consideram inadequadas as críticas que colocam Celso Furtado como um pensador autoritário, como um defensor da supremacia do ‘técnico sobre o político’. Isto parece desmerecer todo o esforço teórico de estabelecer caminhos mais progressistas e com maior responsabilidade social para o país. Pode-se dizer que uma das contribuições mais significativas de Celso Furtado foi ter retirado ‘o Estado do poder da direita brasileira’. A lógica de seu raciocínio coloca (ao contrário de autores que pertenciam ao espectro ideológico getulista e dos argumentos do autoritarismo militar) a esfera pública atrelada ao projeto de democratização e do aumento do bem-estar da população. Acrescenta-se que a presença do Estado, na maioria dos textos produzidos no Brasil desde o início do século XX, tinha uma

clara conotação antidemocrática e conservadora, perpetuando o chamado ‘Pacto das Elites’. Os textos furtadianos refletem uma valorização extremada da democracia e da preservação das regras do jogo democrático. Nos trabalhos imediatamente anteriores ao golpe de 1964, Furtado procurou ansiosamente evitar uma saída radical para o impasse político do período. Contra o conservadorismo de direita, critica as oligarquias regionais, o populismo, as elites dissipadoras. Furtado não era, no entanto, um revolucionário, mantendo-se no campo do reformismo político. Mas, no caso da forte herança autoritária brasileira, alguém que falasse do lugar da social-democracia já era algo a ser considerado como essencial à política.

Sobre Francisco Oliveira e Carlos Mallorquin, autores estudados nesta discussão, Furtado disse à revista do SESC *Problemas Brasileiros*, em dezembro de 2003:

O Francisco pensa de uma forma diferente da que eu havia concebido. Não se trata de ter razão ou não, mas de opção. É crítica construtiva. O Mallorquin é quem mais estudou minha obra no exterior até hoje. Há uma espécie de tomada de consciência de que muitos problemas foram deixados de lado no Brasil. E as pessoas descobrem que eu tratava deles lá atrás. Fico admirado com esse interesse atual, maior que no passado. É verdade que, hoje, mesmo quem não quer ver a questão social não dá dois passos sem se deparar com ela. Intriga a mim que eu tenha tido uma abertura teórica muito ampla desde o início. Não imaginei que fosse enveredar por conta própria por novos caminhos, pensando para além das linhas estabelecidas pelos mestres. Mas sempre quis mostrar que os problemas do Brasil eram diferentes. Como aceitar tanta abundância e, ao mesmo tempo, um atraso social tão grande? Falava-se em raça inferior, diziam que era o sol. Logo percebi que as classes dominantes eram incapazes de ter um projeto para o Brasil (FURTADO in PROBLEMAS BRASILEIROS, 2004).

Deve-se considerar também o forte preconceito que determinados setores da intelectualidade brasileira nutrem, nos dias de hoje, por aqueles que defendem um Estado forte baseado num ideal nacionalista, o mercado interno como forma de desenvolvimento econômico e a integração ou a unidade da América Latina. Os intelectuais “eurocentristas” parecem olhar a América Latina de costas; colocam um invólucro colonialista no continente, ao desconhecerem a realidade latino-americana. Esses intelectuais insistem em dizer que a América Latina deve fazer o que os americanos e europeus dizem para os latino-americanos fazerem, mas a América Latina não pode fazer o que os EUA e a Europa fazem.

Vivemos uma época em que se superpõem dois tempos históricos. Em um, se procura recuperar o atraso na construção do sistema político que deve regular atividades econômicas que já se estruturaram em escala planetária; em outro, se busca eliminar formas anacrônicas de organização social que condenam milhões de criaturas humanas a condições abjetas de vida. Falhar em uma ou outra dessas duas tarefas é condenar a humanidade a continuar trilhando a via da instabilidade e da incerteza (FURTADO, 2002, p. 48).

Segundo Furtado (2002), o funcionamento regular de todo sistema econômico pressupõe a existência de um sistema político. Por isso, o autor reconhece que somente se

saíra dos impasses atuais construindo novos sistemas políticos, de maior abrangência, ou se resgatando a eficácia que perderam os antigos sistemas políticos nacionais. Dadas as diferenças de níveis de desenvolvimento das economias contemporâneas, o problema está: os caminhos a trilhar não são necessariamente os mesmos, ainda que os objetivos estratégicos sejam similares. Uma ordem internacional voltada para a difusão do progresso técnico sob o controle das grandes empresas transnacionalizadas pode assegurar a expansão do comércio internacional e, por esse meio, o dinamismo das economias industrializadas. Mas, uma tal ordem, ao reduzir a autonomia de decisão dos países de desenvolvimento retardado, poderá agudizar nestes as tensões sociais e a instabilidade política.

Diante disso, para Furtado (2001, 2002), a solução será reforçar a esfera política, ou seja, aumentar o poder regulador das atividades econômicas, única forma de colocá-las a serviço da satisfação das necessidades sociais legitimamente reconhecidas. Por isso que a eficácia na utilização dos recursos e o crescimento econômico não são mais do que meios para alcançar essa meta. Para o autor, na situação presente, tanto se pode caminhar para frente pela rota da integração multinacional, como pelo caminho inverso, do reforçamento do poder de decisão e auto-regulação nacional. Novas formas de organização política, a exemplo da União Européia, terão de ser inventadas para conciliar a aspiração à preservação da identidade cultural com as exigências da tecnologia moderna e a emergência do poder transnacional. Também novas formas de cooperação internacional, que permitam estabelecer efetiva regulação em um mundo crescentemente interdependente, somente serão alcançadas com base em novas formas de poder político, capazes de aglutinar os Estados Nacionais de pequenas e médias dimensões. Mas o avanço por esse caminho não deve privar de capacidade auto-reguladora os países em que o prioritário é a modernização estrutural interna.

De acordo com Furtado (1962, p. 27), “política econômica é política, antes de ser economia. E toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que já estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro”.

Portanto, considerando os aspectos até aqui tratados, é perfeitamente factível abordar a obra de Celso Furtado pela designação da política e dela extrair uma teoria política. Justifica-se: ao longo dos últimos cinqüenta anos, Furtado foi uma das mais bem acabadas expressões do intelectual público. Desde jovem, produziu trabalhos teóricos que lhe garantiram um lugar entre os clássicos da produção intelectual brasileira. Jamais dissociou a atividade de economista profissional à de militante dedicado a pôr o melhor de seus recursos a serviço da ação política. Como se não bastasse tal característica fartamente documentada nesta dissertação, suas convicções acerca do papel da política e do Estado na vida econômica,

também elas bem conhecidas, evidenciam a relevância concedida à articulação desses diferentes campos. A despeito, no entanto, da vasta literatura analítica dedicada às principais teses defendidas por Celso Furtado, surpreende o volume modesto das tentativas de sistematização das discussões e proposições políticas por ele desenvolvidas.

Como político atuante, o suporte intelectual dessa atuação foi o entendimento de que as dinâmicas econômicas devem ser compreendidas à luz dos processos históricos, das interações de atores sociais interessados que disputam o acesso e o controle dos canais de poder político e dos centros privados de tomada de decisão. Segundo Sento-Sé (2005), há, no campo específico de investigação de Furtado, a economia, uma teoria sociológica, há uma espécie singular de historicismo, bem como há, no encontro do intelectual com o especialista, uma teoria política.

Ao mesmo tempo em que é contemporâneo e protagonista das primeiras iniciativas voltadas para a institucionalização da economia como campo de saber científico no Brasil, Furtado faz historiografia sem ser historiador, faz teoria política sem dedicar-se ou identificar-se especialmente com esse campo de conhecimento. Essa combinação desequilibrada e indisciplinada de saberes poderia ser apontada como indicador do caráter datado, pré-científico e ensaístico (no sentido pejorativo do termo) da obra de Celso Furtado. Presentemente, apenas o último dos adjetivos é assumido como pertinente, excluindo-se, contudo, o sinal negativo a ele considerado (SENTO-SÉ, 2005, p. 98).

Mas isso não significa dizer que se possa extrair da obra de Celso Furtado uma teoria da História ou uma teoria Social propriamente ditas, embora sejam possibilidades plausíveis, mas não indisputáveis, o que deixa aberta a possibilidade de futuras investigações por parte de interessados. Por outro lado, no campo da política, este estudo defende a idéia de que é possível extrair das análises econômicas de Furtado uma teoria Política. Acrescenta-se que, para Sento-Sé (2005), é possível verificar a existência de uma teoria Política extremamente sofisticada na obra e no pensamento de Furtado, ainda que atravessada por tensões e ambivalências.

Entretanto, para tal confirmação, esta necessita de algumas análises. Primeiro, é preciso reconhecer que as formulações que indicam as análises políticas de Furtado estão dispersas no conjunto de suas obras, cujo centro da argumentação incide principalmente nas discussões de caráter econômico. Todavia, os pressupostos políticos estão lá, ora como dados descritivos pertinentes para a abordagem do objeto em questão, ora como princípios normativos escorando os desdobramentos prescritivos que, também, se farão presentes. Ambos, dados descritivos e princípios normativos, se articulam, reforçam-se reciprocamente, invertendo, no interior da argumentação, a correlação entre economia e política. Isto porque:

[...] sendo as questões da economia os objetos centrais de inquirição, as questões políticas funcionam, no interior da argumentação de Furtado, como a moldura em que se desenrolam os processos econômicos. Por outro lado, no entanto, essa aparente subalternidade do político é invertida na tese que atravessa toda a sua obra, tomada em conjunto. Para Furtado, os processos econômicos resultam da combinação de contingências históricas e decisões de atores cujos comportamentos são racionalmente orientados. Sendo assim, as decisões políticas, bem como os próprios arranjos institucionais e correlações de forças que as enquadram, são decisivas, ainda que não propriamente determinantes, para a configuração de certos rumos econômicos tomados em detrimento das outras tantas possibilidades não realizadas (SENTO-SÉ, 2005, p. 99).

Com isso, o enlaçamento entre a economia e política, por um lado, e de decisão racional e contingência, por outro, não pode ser visto simplesmente como instrumento de retórica, em função de supostas expectativas de persuasão postas em uso pelo autor. Também não deve ser analisado como sintoma de um possível caráter vacilante de suas proposições no campo da economia, ainda a ser desenvolvido quanto tal.

Diante dessa problemática, concorda-se com Sento-Sé (2005, p. 100) que diz que a melhor forma de destrinçar a obra de Furtado à luz desse duplo entrelaçamento seja entendê-la como uma obra de fronteira em ao menos dois aspectos. Do ponto de vista argumentativo, Furtado pretende dirigir-se, simultaneamente, para um público mais restrito formado por seus pares e por atores políticos radicados em agências decisórias, e, simultaneamente, para um público mais amplo formado por agentes politicamente relevantes, independentemente de ocuparem ou não algum lugar nas esferas do poder político e econômico instituído. Do ponto de vista intelectual, Furtado oscila entre o aprendizado extraído da economia política clássica, tradição a que dirige críticas duras sem, contudo, dela abrir mão completamente (ao menos no que diz respeito a alguns dos seus pressupostos básicos) e uma gama variada de influências que partem do keynesianismo e do estruturalismo, no campo da economia, indo até ao historicismo, à teoria sociológica weberiana e à Sociologia do Conhecimento de Mannheim, que tiveram papel de destaque no círculo em que Furtado transitou.

A partir desse argumento, pode-se intuir que, na produção intelectual de Furtado, o primado da economia sobre o político, ou vice-versa, contingência a decisão racional e formam duplos nem excludentes, nem complementares. Estão todos presentes e atuantes nas proposições de Furtado; cada um em função de seu par. Na obra de Celso Furtado, a economia e a política estão intimamente ligadas. Contudo, pode-se afirmar que há uma primazia da política sobre a economia. A partir do momento que o autor estabelece a primazia de uma sobre a outra, a sua obra deixa de ser apenas um pensamento político, para começar a ser uma teoria política. Ou seja, pode-se chegar a uma teoria política de maneira indireta em

Furtado. Com isso, ao mesmo tempo, é importante para a teoria política estudar Celso Furtado, como também é possível extrair uma teoria política do conjunto ou de parte de sua obra. Mas, segundo Sento-Sé (2005, p. 100), reconhecê-las dessa forma não equivale à adoção de uma perspectiva que negligencia ambivalências. Para o autor, representa, tão-somente, a adoção de uma estratégia analítica que permite que cada um desses pares se revele elemento elucidativo da complexidade e da sofisticação do pensamento de Furtado.

Furtado também se aprofunda nas questões de Estado e democracia. Entretanto, seria exagerado afirmar que existe propriamente uma teoria do Estado no interior da obra de Furtado. Não há, mesmo que fragmentariamente, no conjunto de sua obra, uma análise mais detalhada sobre a estrutura organizacional do Estado, sua natureza e sua morfologia. Ainda assim, sua centralidade é evidente. Quando o autor se refere à relevância dos processos decisórios e das estruturas institucionais que precedem e limitam as alternativas para escolhas econômicas, é basicamente a institucionalidade política radicada no Estado que Furtado tem em mente. Certamente, essa foi uma das razões que levaram alguns de seus críticos a considerá-lo estatista e, em casos mais açodados, como Oliveira (2003), conservador e autoritário. O anátema, porém, não procede, à luz de uma leitura mais atenta de seus escritos, principalmente das inumeráveis passagens em que é ressaltada a relevância de aspectos culturais e sociológicos para os processos e mudanças econômicas. Do mesmo modo, a conformação de atores coletivos, investidos de uma visão mais abrangente de seus próprios interesses e de lugares no conjunto da sociedade, é repetidamente destacada como fenômeno simultaneamente econômico e político. Os atores coletivos, originados e articulados no interior da sociedade, estabelecem entre si relações de confronto e/ou composição. Tais interesses ganham maior densidade e relevância na proporção em que eles têm acesso aos fóruns de decisão, o que significa alcançar poder político no interior do Estado.

Para Sento-Sé (2005, p. 115), os fóruns decisórios a que se refere Furtado nada têm a ver com os corpos técnicos radicados ali, cuja criação ele também defendeu veementemente. Crítico incansável do liberalismo econômico, Furtado foi igualmente incondicional defensor das liberdades individuais e das instituições democráticas. Mesmo quando, já cassado, identificou os obstáculos políticos para o desenvolvimento nas brechas do modelo federativo e no sistema político que propiciava às elites arcaicas a preservação de seu poder, Furtado não coloca em xeque o modelo de representação política em si. Os problemas institucionais por ele apontados dizem respeito exatamente às barreiras para a expansão de um modelo político mais ampliado. Por isso, não faz muito sentido supor que Furtado conferisse prevalência ao econômico e ao técnico em detrimento ao político.

Ao contrário de uma parcela dos intelectuais dos anos de 1930 a 1950, a quem, com tanta freqüência, é associado juntamente com outros seus contemporâneos, Furtado não reduz a política à simples organização tecnocrática do aparelho do Estado. A importância de equipar o Estado com os recursos técnicos necessários para a implementação de políticas o que, de resto, era compartilhado até mesmo por alguns liberais, não implica a redução do político a esse imperativo. Do mesmo modo, não há qualquer indício de que Furtado tenha defendido o primado do executivo sobre o legislativo, ainda que identificasse no segundo o espaço pelo qual as elites conservadoras conseguiam preservar seu poder. Não há, enfim, base alguma para que se afirme a disposição de sacrificar o sistema democrático em favor da realização de um projeto nacional, qualquer que ele fosse. O antiliberalismo econômico e a defesa do mercado interno brasileiro, assumido abertamente por Furtado, estiveram invariavelmente atrelado à defesa dos princípios democráticos próprios do campo da política, ainda que seja incorreto identificá-lo como um liberal político *stricto sensu*.

Os livros de Celso Furtado publicados nas décadas de 1960, 1970 e 1980 confirmam seu crescente interesse em explicar a relevância da política em suas análises econômicas, bem como sua adesão incondicional à institucionalidade democrática. Estes trabalhos são igualmente relevantes para a devida compreensão da diferença estabelecida, no interior do Estado, entre as estruturas decisórias, identificadas como os fóruns de representação política, e o corpo técnico, a quem caberia nada mais do que a execução racional das decisões tomadas. Dois pequenos livros, publicados em 1962, *A pré-revolução brasileira* e *Subdesenvolvimento e Estado democrático*, são exemplares da maior ênfase dada à política e à democracia por Celso Furtado na virada dos anos de 1960.

Essa divisão em períodos não é de todo casual, como se verificou nos capítulos anteriores. A disputa eleitoral de 1960 e a vitória de Jânio Quadros tiveram enorme impacto sobre uma parcela expressiva da intelectualidade nacionalista da época. Alguns artigos publicados por Furtado estão entre os melhores testemunhos de uma tendência a se dar mais atenção aos mecanismos de representação política e à chamada democracia formal. A eleição de uma liderança sem radicação orgânica em qualquer um dos partidos mais bem estruturados e pouco afeita à negociação parlamentar evidenciou a fragilidade da aliança PSD-PTB, que apparentara, durante o governo JK, se firmar como a base política destinada a encampar o desenvolvimento nacional do Brasil. Celso Furtado parece também perceber aí um risco para o desenvolvimento e para a democracia. Risco este potencializado pela renúncia de Jânio, sete meses após a posse, e por seus desdobramentos posteriores.

Quanto à compreensão de desenvolvimento ligado à industrialização ou a qualquer

outro aspecto estritamente econômico, Furtado repetiu à exaustão que o desenvolvimento implicava mudanças estruturais drásticas e que estas implicavam necessariamente mudanças distributivas profundas, condicionadas ao aperfeiçoamento do regime democrático e à ampliação do escopo de atores políticos.

Quanto ao desafio nacionalista era, entre outros, forjar uma vontade coletiva suficientemente organizada, capaz de adquirir a força política necessária para o desencadeamento consequente de um projeto de desenvolvimento, baseado no mercado interno, e de inclusão social e política. Adquirir força política significava, fundamentalmente, ocupar espaços nas instituições políticas de representação, nas instâncias que deveriam funcionar como esteio da preservação e aprofundamento dos princípios da sociedade aberta. Propositivo, o nacionalismo fundamenta o caráter positivo das liberdades democráticas, sendo, por isso, princípio articulador da autonomia da comunidade política.

Da mesma forma, e com ênfase cada vez maior a partir de então, Celso Furtado condicionou o desenvolvimento econômico à realização dos ideais democráticos. O autor já percebia, no início dos anos de 1960, que o surto de crescimento econômico brasileiro, verificado na década anterior, não se deu acompanhado da superação das estruturas que caracterizam as sociedades subdesenvolvidas. Tal percepção reforçou sua convicção no imperativo da ação planejadora do Estado e na necessidade de criação de uma vontade política que orientasse a ação estatal. O não reconhecimento das verdadeiras atribuições do Estado em sociedades subdesenvolvidas é, afirma Furtado, um dos obstáculos mais graves ao desenvolvimento, situação só revista ao final do segundo mandato de FHC.

Assim, a definição de um projeto nacionalista é, simultaneamente, um modo de descrição da conjuntura brasileira e um princípio propositivo de caráter normativo, condicionado permanentemente pela preservação da institucionalidade democrática. Portanto, a combinação da defesa das liberdades próprias às sociedades abertas, incorporando em seu ideário os valores de justiça social e inclusão econômica e política e que, sem esses elementos, o desenvolvimento econômico reduz-se a mero crescimento, a dimensão política se esteriliza, o subdesenvolvimento se perpetua, é nessa combinação entre democracia e nacionalismo que temos a chave para se chegar ao cerne do pensamento político de Furtado.

Portanto, pode-se incluir a obra literária de Celso Furtado nos estudos de Ciência Política e que ela produziu efeitos transformadores na história política brasileira, principalmente na ação planejadora do Estado, no aperfeiçoamento das instituições democráticas, na defesa do Estado-Nação e do mercado interno brasileiro e na necessidade de uma distribuição de renda mais igualitária.

6 O POSICIONAMENTO POLÍTICO DE CELSO FURTADO

Sem dúvida alguma, Furtado é o arquétipo do intelectual, de êxito, no qual se conjugam o saber teórico e o prático numa mesma pessoa, reproduzindo e multiplicando com isso as relações de ‘poder/saber’ na sociedade moderna. Zaid e Foucault *apud* Mallorquin (2005) colocaram especial ênfase no fato de que tanto o intelectual a serviço do poder como aquele que foi amplamente reconhecido podem incrementar a presença e a proliferação de certos discursos ou verdades em detrimento de outras. Com isso, as sociedades modernas criaram a possibilidade para que os “homens dos livros fora do poder possam chegar a ter algum poder” (Mallorquin, 2005, p. 18). Para essa perspectiva, cabe separar poder e saber; no entanto, a presença de algum saber ou regime de verdade supõe de antemão uma estrutura de poder. Esta, por sua vez, não emerge nem antes nem depois do discurso hegemônico, mas ambos pressupõem-se mutuamente. Para Foucault *apud* Mallorquin (2005), não existem discursos inocentes ou externos às relações de poder: mas são seus substratos. No entanto, segundo Zaid *apud* Mallorquin (2005, p. 18), isso não supõe necessariamente desejos de poder, mas “[...] Os homens podem construir mais além da palavra um poder profético com seus livros”. Estas especificações são pertinentes para o caso de Furtado, no qual a universidade, os livros e o poder, em graus e tempos diversos, conjugam-se em sua vida.

Quando foi examinada a participação de Furtado nos altos comandos da administração pública e do governo, algumas contradições, entre o acadêmico teórico e o político, foram observadas. Se Furtado se apresenta inicialmente como o ‘técnico’, no molde sartriano, ou experto, na proposta bobbiana, que define os meios mais apropriados para alcançar os fins propostos pelos políticos, logo essa divisão fica anulada por sua participação na elaboração de políticas, o que supõe proposições e argumentações em torno dos fins como dos meios para materializá-los. É aí que o desenvolvimentista enfrenta suas paixões tecnocráticas para resolver problemas sociais que, no caso de Furtado, não provinham de nenhum projeto político prévio. Ao se incorporar tão-somente como um técnico ao projeto político-social de outras forças políticas, e ao não aceitar passivamente seus objetivos, inicia uma reelaboração destes, dando lugar a um projeto econômico-social que se constrói em pleno andamento sob as mais variadas contingências. Isso explica seu vertiginoso trabalho político entre 1959 e 1964 a favor de uma política para o Nordeste e da transformação social e econômica do Brasil. Todos os seus textos dessa época apresentam análises da sociedade e propostas específicas para o caso. Nesse caso específico, Furtado poderia parecer como um intelectual

orgânico, no sentido gramsciano, ou um experto ou técnico, no sentido bobbiano, como também, por outro lado, com um intelectual engajado politicamente.

Essa aparente contradição entre a ação do intelectual e seu pensamento vai contra ao que será dito mais adiante (p. 143), pois daria a entender que as ações de Furtado estariam em seu todo a favor da classe dominante, conforme o entendimento geral, expressado por Chauí *in Novaes* (2006, p. 27): “Isso significa, como explicou Gramsci, que a classe dominante possui intelectuais orgânicos”. Nesse sentido, continua a autora, Marx dizia que os intelectuais modernos são assalariados que só encontram trabalho enquanto colaboram para incrementar o capital. “Farão obras de pensamento apenas se o capital os remunerar, e a remuneração exige como retorno que suas ações sirvam para incrementar o capital”. Todavia, a obra e a ação política de Furtado, como está demonstrado neste estudo, não podem ser enquadradas neste raciocínio, mas, ao mesmo tempo, as ações executivas de Furtado, enquanto servidor público técnico nos diversos governos em que participou, também não pode ser de todo desvinculada.

A questão do engajamento político é mais problemática, já que, para Furtado (1997a), só a política pode transformar a sociedade, e esse tipo de política requer o máximo de inserção na comunidade. Entretanto, nesse ponto surge a contradição, pois o autor agiu politicamente de forma ativa em todos os governos em que participou, mas não tolerava as concessões que teria que fazer, por isso sempre desistia de concorrer a cargos eletivos, considerando-se um ‘não-político’.

A idéia de que o poder era fonte de corrupção e violência esteve sempre presente em meu espírito, quando de uma forma ou de outra entrei em contato com políticos. Talvez haja sido esse temor que me afastou de todo o engajamento em partidos de filiação marxista (FURTADO, 1997b: p. 19).

Chauí *in Novaes* (2006) ilustra de maneira singular a dificuldade de entendimento para posicionar a figura do intelectual engajado através das divergências entre Sartre e Merleau-Ponty. Considerando que o pensamento e a ação pública dos intelectuais assumem dois traços principais: a defesa das ‘causas universais’, distantes de interesses particulares, e a ‘transgressão’ com referência à ordem vigente, a questão, atada à figura do intelectual engajado, coloca um dos temas fundamentais que os dois filósofos desenvolveram em suas obras: o da relação entre Filosofia e Política. A discussão nuclear entre eles, segundo a autora, está condicionada a duas propostas distintas: para Sartre, “a liberdade dá sentido ao engajamento”; para Merleau-Ponty, ao contrário, “o engajamento é que dá sentido à liberdade”.

Diante disso, pergunta a autora: quais as consequências políticas dessas duas concepções divergentes da Filosofia?

Para Sartre, visto que a consciência é leve e insubstancial, o filósofo pode aceitar o apelo de todos os fatos e de todos os acontecimentos, não se deixando impregnar por eles, conservando a soberania. Para Merleau-Ponty, porque a consciência é encarnada num corpo e situada na intercorporeidade e na intersubjetividade, o filósofo não pode, para usarmos a expressão em que emprega no Elogio da filosofia, “dar o assentimento imediato e direto a todas as coisas, sem considerandos”. Isso significa, como escreve, que “é preciso ser capaz de tomar distância para ser capaz de um engajamento verdadeiro, o qual é sempre também um engajamento na verdade” (CHAUÍ *in NOVAES*, p. 24, 2006).

A discussão continua. Para Sartre, o intelectual engajado é o escritor de atualidades que opina e intervém em todos os acontecimentos relevantes, à medida que vão se sucedendo uns aos outros, num estado de vigília permanente. Merleau-Ponty recusa esse tipo de engajamento porque, ao escrever sobre cada acontecimento, o escritor intelectual induz o leitor a aceitar fatos isolados que recusaria se pudesse ter uma visão mais abrangente, ou, ao contrário, o induz a recusar como odiosos fatos isolados que, se percebesse de maneira mais abrangente, aceitaria. Essa vigília engajada, para Merleau-Ponty, não informa, não analisa, não reflete e muda ao sabor dos eventos, de tal modo que se fosse dado ao leitor reunir o conjunto de manifestos de um intelectual engajado, perceberia a incoerência e contradições daquilo que ele escreve. Ou seja, manifestar-se sobre tudo, ter opinião sobre tudo, abandonar a obra já escrita, para Merleau-Ponty, é irresponsabilidade, não liberdade (CHAUÍ *in NOVAES*, 2006).

Nesse sentido, Sartre *apud* Chauí *in Novaes* (2006, p. 24) afirma:

A política é ação fundada numa escolha objetiva, a partir dos dados e fatos disponíveis. Se a Filosofia for, como pretende Merleau-Ponty, a exigência de, antes de escolher, colocar-se num distanciamento que permita apreender totalidades parciais e não os fatos isolados que formam nossa experiência cotidiana, então, “um filósofo de hoje não pode tomar uma atitude política” (CHAUÍ *in NOVAES*, p. 24).

Embora nos dias atuais a figura do intelectual engajado tenha perdido substância em virtude da fragmentação das ideologias, e a ausência destas ideologias no campo da ação política, e que por isso se tenha uma dificuldade maior em entendê-la, é possível dizer que Furtado tenha sido, em determinado momento, um intelectual engajado nos moldes de Sartre e Bobbio, e até contraditoriamente nos moldes de Merleau-Ponty, mesmo tendo permanecido um não-político. Ou seja, o engajamento de Furtado estava na sua ação executiva daquilo que escrevia, daquilo que planejava.

Furtado acreditava na possibilidade de uma ação intelectual que levasse em conta a “ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico”. Isso embasava a sua convicção de que não deveria ele, como intelectual, hipotecar-se a qualquer organização e/ou partido político. A ação política transformadora advinha do conhecimento, do planejamento e das técnicas sociais. Fica a impressão de que, para ele, distanciar-se das disputas ideológicas da direita e da esquerda era uma condição essencial para o florescimento de uma ação intelectual voltada para a reconstrução da vida social. Diante disso, Furtado construiu, em termos de pensamento e de ação, uma forma de ideologia. A ideologia desenvolvimentista voltada aos interesses das “classes sociais nacionais que ainda aspirem à autonomia” (FURTADO, 1997c: p.17).

Todavia, não se deve supor que a noção de ideologia desenvolvimentista deva ser utilizada para desqualificar e/ou diminuir a importância tanto do pensamento quanto da ação de Furtado. As teses sobre ideologia de Mannheim, que lhe serviram de guia desde os anos 1950, esclarecem que, de alguma maneira, todo pensamento é ideológico. Esse é o conceito de ideologia total presente nas reflexões de Mannheim, o qual o levou a se debater para estabelecer alguma distinção com a noção de utopia.

A distinção entre conhecimento científico e conhecimento ideológico era desafiadora para Furtado. A essencialidade dessa distinção fundava-se na busca de manter-se não-comprometido, nas décadas de 1950 a 1980, com as agremiações e partidos políticos, tradição quebrada em 1985, quando se filia ao PMDB para participar do processo de redemocratização do país. Mas, por outro lado, o intelectual comprometido com o desenvolvimento social e com a democracia tinha a responsabilidade de posicionar-se no interior da luta política que se polarizou no início da década de 1960. A atuação deveria dar-se no sentido de uma união de esforços em torno da concretização das Reformas de Base (agrária, fiscal, administrativa, universitária, eleitoral, bancária e de disciplinamento do capital estrangeiro) que se colocavam como essenciais naquele momento. Era enorme a responsabilidade do homem de ciência comprometido com a democratização da vida social, já que, naquele momento, no país, os movimentos políticos organizados e dotados de capacidade para conduzir tais reformas eram precários e insuficientes. Esse quadro se agrava expressivamente, uma vez que alguns políticos progressistas agiam ou através de radicalizações vazias e desconexas ou através de lutas personalistas que acabavam por reproduzir o mesmo jogo da direita, a qual não tinha qualquer compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas.

Na introdução do livro *Dialética do desenvolvimento*, ele dava destaque ao papel do intelectual e à sua responsabilidade nos processos de mudanças que urgiam no início da

década de 1960.

Os cientistas sociais a quem cabem projetar alguma luz sobre as prováveis consequências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público [...] é o grande omissão da época presente (início da década de 60), por comodismo ou covardia (FURTADO, 1964, p. 9).

Na década de 1980, Furtado levantou novamente essa questão essencial que problematiza as dificuldades de ação que os intelectuais enfrentam em suas tentativas de intervir no processo de luta política. Tais dificuldades não deveriam, porém, servir como desculpas para um não-comprometimento por parte dos homens de ciência que, a seu ver, deveriam ser, ao mesmo tempo, homens de ação. Furtado argumentava que:

[...] isso se devia ao fato de que eles não somente podem, mas devem sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isso lhe facilita mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana - atributo inalienável do ser do intelectual (FURTADO, 1984, p.9-10).

Na década de 1990, no auge das políticas neoliberais, Furtado recolhe-se, quase que completamente, da ação política prática. Nessa época, segundo o autor, alguma coisa de útil que ele poderia fazer seria no plano das idéias.

Ocasionalmente, escrevo alguma coisa, mas sobre problemas muito gerais, não sobre a conjuntura brasileira, ou sobre a dívida externa. Dei-me conta da crescente ineficácia de ação do pensamento. É uma questão de época. Em algumas, tem muita receptividade e importância, em outras, nenhuma. Mesmo na Europa, atualmente, não tem importância. Ninguém, nem as pessoas influentes, estão interessadas nas grandes escolas de pensamento, nem na própria Inglaterra. Eu, que vivi na França e na Inglaterra em outra época, sei da importância que tinha um Sartre ou um Bertrand Russell. Estamos numa época histórica de declínio total da influência dos intelectuais, que espero que seja passageira. Prefiro então evitar assumir a responsabilidade de tomar posições, exceto quando é indispensável. E faço algum trabalho, escrevo alguma coisa. Mas não tenho a ingenuidade de imaginar que podemos mudar o que está acontecendo. [...] A realidade é que um pensador tem influência, porém sob certas circunstâncias. É evidente que se alguém tenta hoje em dia pensar alguma coisa sobre o desenvolvimento, não chama a atenção de ninguém. Quando eu pensava toda a questão do Brasil e do desenvolvimento regional do Nordeste, era uma época em que havia uma verdadeira paixão por este assunto, havia uma crise de consciência e uma tomada de posição sobre a importância dessas coisas. Por isso eu estava trabalhando. Não era para minha distração. Procurei e respondi com uma mensagem a todas as pessoas que estavam apaixonadas por tudo isso (FURTADO in MALLORQUIN, 1994).

Para Malan (2004), houve ainda a hipótese que, segundo ele, era muito pouco promissora, que era a tentativa de associar o pensamento, de outras pessoas, a uma idéia de monetarismo. Haveria os monetaristas, que se preocupam somente com questões monetárias

de curto prazo, e os estruturalistas, que estão pensando o curto, médio e longo prazos, a história, a interação entre problemas econômicos, políticos e sociais, pensando no desenvolvimento econômico e social, no sentido *lato*, com mudança na estrutura reprodutiva de oferta e de demanda. Essa não é uma crítica muito justa, mas um rótulo, porque, se fosse perguntado a qualquer economista, nos anos 1950, como eles prefeririam serem chamados, todos seriam estruturalistas, porque isso era interpretado como uma visão mais abrangente do mundo, e não uma visão estreita de alguém que está preocupado com o funcionamento da economia a curto prazo, na sua dimensão financeira. Infelizmente, segundo Malan (2004), este é um legado negativo:

Até hoje existe esta bobagem, no Brasil, de distinguir: vou usar o rótulo aqui, mas sou contra rótulos, pois encobrem muito mais do que revelam, monetaristas, entre aspas, estruturalistas, entre aspas, e desenvolvimentistas, entre aspas. Como se houvesse alguém que trabalhasse contra o desenvolvimento, a favor de algo que ninguém sabe ao certo explicitar. Tenho certeza de que Celso Furtado jamais compraria esta distinção, como não comprava na época (MALAN, 2004).

Em Celso Furtado, o papel e a responsabilidade do intelectual são discutidos em vista de um compromisso dos homens de ciência com a dignidade humana e com a democracia. Deste modo, ele não estaria falando dos intelectuais em geral, mas somente daqueles que tivessem suas ações voltadas tanto no que diz respeito à interpretação da vida social quanto à intervenção na realidade, para a busca de uma sociedade mais igualitária materialmente e menos excludente politicamente. O intelectual não seria, então, o pensador orgânico de um grupo ou de uma classe social. Ele necessita estar desvinculado de interesses de grupos para proceder a uma reflexão, a uma leitura que possibilite esclarecer as consequências que as ações políticas desencadeadas em um determinado momento, pelas inúmeras forças sociais, podem, por sua vez, desencadear. Celso Furtado parte da premissa de que há uma necessidade de autonomia do intelectual diante das organizações e das associações políticas.

Assim, o homem de ciência que se submete aos ditames de um partido (seja ele de direita, de centro ou de esquerda) perde sua autonomia reflexiva, já que necessita responder aos comandos políticos externos, exteriores a sua atividade de reflexão e análise.

A responsabilidade maior dos cientistas preocupados com a dignidade humana é com a coletividade e não com grupos políticos organizados em suas diversas formas, ou seja, como partidos, associações, movimentos sociais, entre outras. Em suas reflexões, esses intelectuais devem apontar em que sentido as organizações, os comportamentos e as atitudes das diversas forças sociais contribuem ou não para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os homens de ciência ajudam a impulsionar mudanças substantivas quando contribuem para balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras (FURTADO, 2002). O agir predisposto a dar um rumo distinto ao devir funda-se na convicção de que a história é um processo em aberto. Não há certezas sobre o devir, pois este está fundado nas ações humanas. Tudo dependerá sempre do modo como os homens agirão. O intelectual tem que se colocar diante da história sempre duvidando de toda e qualquer certeza. Tanto o pessimismo exagerado quanto o otimismo sem limites são prejudiciais para uma leitura dos caminhos e descaminhos pelos quais os indivíduos e grupos sociais podem seguir através dos tempos. Essa perspectiva de Furtado seguia a orientação de Mannheim que afirmava:

Neste momento histórico (1947) nada está seguro: tudo se acha em estado de fluidez, e qualquer proposta pode ser anulada pelos acontecimentos de amanhã. [...] Os méritos de qualquer solução concreta estão sujeitos a debates, e algumas, senão todas as propostas, têm que ser modificadas em seus detalhes. Pois bem, se se revelarem exatas, isto será exclusivamente porque a análise colocou o dedo sobre as chagas da sociedade (MANNHEIM, 1972, p. 18).

Para Furtado (2002), o intelectual somente pode engajar-se na construção de melhorias da condição humana se tiver a convicção de que os homens são alimentados por um gênio criativo capaz de reelaborar continuamente a vida social. Os desafios que se colocam aos intelectuais advêm, assim, desse estado de fluidez mencionado anteriormente por Mannheim. Faz-se necessário, ainda, levar em conta os desafios específicos de exercer a atividade intelectual em uma condição de subdesenvolvimento. No artigo *A responsabilidade do economista* publicado na obra *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*, Furtado aponta os desafios que o intelectual brasileiro voltado para a reconstrução do país em termos mais igualitários e democráticos tem de enfrentar no plano da análise, da reflexão. Nesse sentido, observa-se que é também uma responsabilidade do cientista a demarcação correta das especificidades atinentes ao padrão de organização social e de domínio vigentes em uma sociedade periférica atual.

A atividade de Celso Furtado como homem de ciência e de ação deve ser interpretada no quadro de uma maneira de conceber as mudanças sociais que o país necessitava a partir da formulação de projetos de modernização que demandavam uma ação construtora e efetiva de determinados grupos das próprias elites. Furtado (2001, 2002) afirmava que a elite precisava fazer um esforço sobre si mesma para vencer o seu pavor quanto à possibilidade de que as mudanças oriundas do processo de industrialização e de urbanização alterassem substantivamente o jogo entre as forças sociais oriundas desse processo. Considerava que o estabelecimento de uma educação pública e universal tenderia a transmutar o caráter da elite

sempre avessa a todo e qualquer projeto modernizante.

Celso Furtado afirma que a partir de seu conhecimento sobre o modelo de economia vigente no país, sobre o agrarismo como a causa do atraso brasileiro, sobre as heterogeneidades sociais, sobre a ausência de um sistema industrial capaz de potencializar o seu desenvolvimento, sobre a não existência de “uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país”, e tendo clareza de que era preciso haver forças sociais capazes de conduzir esse projeto de transformação industrial é que ele se pôs “a trabalhar para forjar os instrumentos de que ela (esta elite industrial) necessitava para desempenhá-lo” (FURTADO, 2002, p.75).

Para Furtado (2002), os dilemas que se colocam aos intelectuais na atualidade são inúmeros. As perplexidades tendem a ganhar contornos cada vez maiores em vista das ameaças que se colocam à democracia, em razão das heterogeneidades crescentes no mundo subdesenvolvido que impedem que uma parte expressiva de suas populações consiga desenvolver suas potencialidades criativas. Os dilemas e os desafios antes mencionados são sempre multiplicados, uma vez que o valor de um trabalho intelectual está na possibilidade de combinar dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. As ciências, inclusive as sociais, evoluem graças aos que são capazes de ultrapassar certos limites. Mas não basta armar-se de instrumentos eficazes para alcançar esse objetivo. Atuar de forma consistente no plano político e assumir a responsabilidade de interferir num processo histórico, impõe ter compromissos éticos. A ciência é uma maravilhosa criação do homem, mas em parte considerável é condicionada pela sociedade onde surge. As ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Assim, podem servir de cimento ao sistema de dominação social que legitimam. É freqüente, portanto, que as estruturas de poder procurem cooptar os homens de ciência (FURTADO, 2002, p.80).

Hoje posso dizer que fui um heterodoxo. E acrescentar que as heterodoxias, assim como as heresias, desempenham importante papel na história dos homens. Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado. E, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade (FURTADO, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os capítulos que compõem esta Dissertação de Mestrado procuraram atender a todos os objetivos propostos no estudo. Os dois últimos capítulos responderam aos problemas de pesquisa estabelecidos: *1) Poder-se-ia incluir a obra literária de Furtado nos estudos de Ciência Política e o seu consequente poder indutivo de produzir efeitos transformadores na história política brasileira? 2) Quais os conflitos e contradições entre o âmbito teórico do historiador, economista e acadêmico e o prático político de Celso Furtado?*

No primeiro problema, conclui-se que a definição de um projeto nacionalista na trajetória intelectual e política de Celso Furtado é, simultaneamente, um modo de descrição da conjuntura brasileira e um princípio propositivo de caráter normativo, condicionado permanentemente pela preservação da institucionalidade democrática. Assim, considerando que a combinação da defesa das liberdades próprias às sociedades abertas, incorporando em seu ideário os valores de justiça social e inclusão econômica e política, considerando também que, sem esses elementos, o desenvolvimento econômico reduz-se a mero crescimento, a dimensão política se esteriliza e o subdesenvolvimento se perpetua, deduz-se que é nessa combinação entre democracia e nacionalismo que se tem a chave para se chegar ao cerne da teoria política de Furtado. Portanto, pode-se incluir a obra literária de Celso Furtado nos estudos de Ciência Política e que ela produziu efeitos transformadores na história política brasileira, principalmente na ação planejadora do Estado, no aperfeiçoamento das instituições democráticas, na defesa do Estado-Nação e do mercado interno brasileiro e na necessidade de uma distribuição de renda mais igualitária.

Quanto ao segundo problema, verificou-se vários conflitos e contradições entre a trajetória intelectual e o prático político de Celso Furtado. Se Furtado se apresenta inicialmente como o ‘técnico’, no molde sartriano, ou experto, na proposição de Bobbio, que define os meios mais apropriados para alcançar os fins propostos pelos políticos, logo essa divisão fica anulada por sua participação na elaboração de políticas, o que supõe proposições e argumentações em torno dos fins como dos meios para materializá-los. É aí que o desenvolvimentista enfrenta suas paixões tecnocráticas para resolver problemas sociais que, no caso de Furtado, não provinham de nenhum projeto político prévio. Ao se incorporar tão-somente como um técnico ao projeto político-social de outras forças políticas, e ao não aceitar passivamente seus objetivos, inicia uma reelaboração destes, dando lugar a um projeto econômico-social que se constrói em pleno andamento sob as mais variadas contingências.

Isso explica seu vertiginoso trabalho político entre 1959 e 1964 a favor de uma política para o Nordeste e da transformação social e econômica do Brasil, trabalho este que perpassou toda sua trajetória de vida. Todos os seus textos dessa época apresentam análises da sociedade e propostas específicas para o caso. Nesse caso específico, Furtado se encaixaria como um intelectual orgânico, no sentido gramsciano, como também um experto ou técnico, no sentido bobbiano.

Mas todas as contradições de Celso Furtado podem ser qualificadas em instâncias puramente intelectuais, pois o autor acreditava na possibilidade de uma ação intelectual que levasse em conta a “ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico”. Isso embasava a sua convicção de que não deveria ele, como intelectual, hipotecar-se a qualquer organização e/ou partido político. A ação política transformadora advinha do conhecimento, do planejamento e das técnicas sociais. Fica a impressão de que para ele distanciar-se das disputas ideológicas da direita e da esquerda era uma condição essencial para o florescimento de uma ação intelectual voltada para a reconstrução da vida social. Diante disso, Furtado construiu, em termos de pensamento e de ação, uma forma de ideologia. A ideologia desenvolvimentista voltada aos interesses das “classes sociais nacionais que ainda aspirem à autonomia”.

Por outro lado, tornou-se difícil, senão impossível, enquadrar o posicionamento político de Furtado dentro dos requisitos estabelecidos por Sartre, Bobbio, Gramsci e Said, sem que isso resultasse num reducionismo, podendo, inclusive, essa atitude ser considerada uma falta de respeito à trajetória intelectual e política do autor estudado. Nesse ponto, o pensamento político de Furtado aproxima-se muito do pensamento de Hannah Arendt, ou seja independente e original e que dificilmente pode ser classificado nos esquemas tradicionais da teoria política. Furtado não pode ser acomodado nas categorias de direita e esquerda que determinam o debate político público. Ele é realista e idealista ao mesmo tempo. Em épocas e situações diversas, Furtado foi um intelectual técnico, utópico, engajado, ideólogo, experto, orgânico, tradicional. Interpretou a vida política dentro do poder e fora dele. Em outras, foi um intelectual acadêmico preocupado com as questões sociais, políticas e econômicas.

Para finalizar, pode-se observar que as idéias e teorias defendidas por Furtado estão sendo implementadas gradualmente, provocando transformações acentuadas na realidade presente da sociedade brasileira: a introdução da noção de crescimento via mercado interno de consumo de massa, produzido principalmente no pós-Plano Real (1995). Isso mostra a compatibilidade entre o aumento real dos salários, ou seja, redistribuição de renda em prol do trabalhador via Bolsa-Família e aumento real do Salário Mínimo, e a ampliação de bens e

serviços das empresas já instaladas no país, inclusive multinacionais. O papel de destaque dado ao mercado interno, como elemento dinâmico ao crescimento nacional, um dos pilares do pensamento de Furtado, pode, então, ser visualizado juntamente com a questão regional na concepção programática no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Estas considerações tentam demonstrar que, ao invés da noção prevalecente que a visão regional de Furtado restringe-se ao Nordeste, sua abordagem é ampla e sua influência pode ser atestada, quando se encontram na agenda política de Ministérios Setoriais preocupações semelhantes, como o caso do Ministério da Integração Nacional e seus projetos de recriação de órgãos regionais, a SUDENE (Nordeste), SUDAM (Norte) e SUDECO (Centro-Oeste) ou dos programas de desenvolvimento regional planejados como o Plano Plurianual (PPA 2004/07) do atual governo, que configuram modelos regionais de desenvolvimento levando em conta as especificidades e as potencialidades particulares (históricas, culturais, produtivas, políticas, etc.) das diversas regiões do país, o que poderia ser caracterizado como um modelo ‘histórico-estruturalista’.

Como síntese do momento atual, considera-se, por um lado, a existência de uma tendência ao apoio amplo de uma política industrial, já que poucos acreditam que mecanismos horizontais de política macro sejam suficientes. Em outras palavras, reconhece-se agora que a política industrial tem que ter forte conteúdo setorial, como preconizava Furtado. O avanço de posições é evidenciado por diagnósticos da balança comercial brasileira que usam o conteúdo tecnológico das importações e exportações para identificar problemas e sugerir soluções. Nesse sentido, a política industrial atual visa, simultaneamente, o aumento das exportações e a substituição de importações. A estratégia associada a esse objetivo é o de aumentar o conteúdo tecnológico da estrutura produtiva brasileira para, simultaneamente, reduzir importações e aumentar exportações. Outro objetivo da atual política industrial é o de redução das desigualdades sociais, atuando na provisão de serviços sociais básicos, um dos principais problemas da população de baixa renda: saneamento básico, saúde, educação, habitação e transporte público. Segundo, através da vertente regional com a abordagem de pólos ou arranjos produtivos locais. Todas essas situações foram objeto das teorias de Celso Furtado, sendo agora adotadas.

A preocupação que surge da análise apresentada é que provavelmente a inserção do Brasil na economia mundial globalizada tende a ser amplamente diferenciada, segundo os diversos subespaços econômicos desse amplo e heterogêneo país. Essa diferenciação tende a alimentar a ampliação das históricas e profundas desigualdades socioeconômicas, se não forem adotadas políticas governamentais de reversão das desigualdades que explorem os

potenciais endógenos da diversa base regional do país, que tornam atuais as idéias de Furtado sobre a importância do mercado interno e da solução dos problemas das desigualdades regionais para o desenvolvimento sustentável do país.

Do ponto de vista da amplitude de visão analítica, observa-se que o objetivo maior da obra de Furtado consiste em considerar aspectos específicos ao contexto brasileiro daquilo que na linguagem da literatura atual é chamado de '*dynamic capability*'. Essa expressão pode ser entendida como um conjunto de características que estimulam a capacidade de rápida recuperação e desenvolvimento de uma organização econômica e social (indústria, região e país), buscando expandir a sinergia no sentido de criar recursos e não meramente alocar os existentes.

Do ponto de vista macroeconômico e institucional, a experiência tem mostrado que uma adequada combinação de governança e política econômica é o caminho para expandir o investimento produtivo, promover mudanças estruturais, gerar crescimento e reduzir desigualdades. Nada é mais estimulante ao investimento, a criação de recursos, assim como distribuição da renda e da riqueza, do que o próprio crescimento econômico, sustentado e bem orientado. Políticas bem sucedidas em estimular tal processo de desenvolvimento econômico geram competitividade doméstica e internacional, além de criarem ambientes favoráveis ao financiamento dos investimentos necessários ao crescimento com integral desenvolvimento econômico para todas as classes sociais. Palavras de Celso Furtado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah. **O que é Política?** 6^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BARBOSA, Ricardo; NARDIN, Marcelo. **Crescer e distribuir: uma pauta para o BNDES**. Rio de Janeiro: BNDES, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- BERTEN, André. **Filosofia política**. São Paulo: Paulus, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- _____. Formação econômica do Brasil: uma obra prima do estruturalismo cepalino. São Paulo: Revista de Economia Política, vol 9, nº 4 – outubro-dezembro, 1989.
- _____. Furtado explicou nosso atraso. Entrevista a Marco Antonio Cintra, **Folha de São Paulo**, 26 nov. de 2004.
- BNDES. Biblioteca eletrônica. **BNDES 50 anos de desenvolvimento**. Disponível em www.bnnes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/, acessado em diversas datas.
- _____. **BNDES 50 anos – Histórias Setoriais**. Disponível em <http://www.bnnes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/>.
- BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: UnB, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: as razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 2001.
- BORGES, Pedro Pereira. Celso Furtado e mundo do trabalho numa sociedade globalizada. In: Revista Acadêmica Multitemática de Ciências Sociais e Direito. São Paulo: APGPUC-SP. 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: entre 1930 e 1967**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. Sempre na luta, exigindo reflexão. **Valor**, São Paulo, 26 nov. 2004.
- _____. Biblioteca eletrônica. Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Books.asp>, acessado em diversas datas.
- _____. (org.). **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- _____. **Economia Brasileira – Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. De volta ao Capital Mercantil: Caio Prado Jr. e a Crise da Nova República, **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol. 1 n.º 1, Brasília: UNB, 1989.
- _____. Método e paixão em Celso Furtado. In Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego, orgs. (2001) *A Grande Esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34: 19-43.
- CAMARGO, Aspásia; LOYOLA, Maria Andréa. **Pensamento contemporâneo: Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do

desenvolvimento. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Estudo econômico da América Latina, 1949 (1951). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquentá anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. p.137-178.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CEPAL. Biblioteca Eletrônica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 1948, 1951, 1952. Disponível em <http://www.eclac.cl/publicaciones/>.

_____. **Latin America and the Caribbean: policies to improve linkages with the global economy**. Santiago de Chile: United Nations, 1995. p.11-27; p.191-291.

_____. Globalization and development. In: **Twenty-ninth session**. Brasilia, 6-10 may: United Nations, 2002. p.13-94.

CEPÊDA, Vera Alves. O pensamento político de Celso Furtado. **Gramsci e o Brasil**, São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv272.htm>, acessado em diversas datas.

_____. Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático. 1998. 245f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: um ser silente ou animal em extinção? In: NOVAES, Adauto (org). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo. Ed. Cortez, v.1, 1991.

COLISTETE, Renato. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Scielo, Estud. av.** [online]. jan./abr. 2001, vol.15, p.21-34. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>, acessado em 12 de agosto de 2005.

CUNHA, A.M. Os limites do desenvolvimento: revisitando a agenda cepalina. In: POLETTO, D.W. (Org.). **50 anos do manifesto da Cepal**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

ERBER, F. O retorno da política industrial. In: VELLOSO, J. P. R.; LEITE, D. A. (coord.). O novo governo e os desafios do desenvolvimento, 2002.

FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de Historia Contemporânea do Brasil, CPDOC. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, acessado em diversas datas.

FERRARI FILHO, Fernando. Celso Furtado, o Imortal. **Zero Hora**, 27 nov. 2004.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: FIORI, J.L. & TAVERES, M.C. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 5^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção Zero à Esquerda).

FIORI, J.L. & MEDEIROS, C. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. (Coleção Zero à Esquerda).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FULLER, Steve. **O intelectual**: o poder positivo do pensamento negativo. Rio de janeiro: Relume Dumará, 2006.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. 5^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.

_____. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

- _____. **A economia latino-americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. **A pré-revolução brasileira.** 2^a edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. **Análise do modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. **A nova dependência.** 2^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina.** 3^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. **Brasil: a construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Breve introdução ao desenvolvimento.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.
- _____. **Criatividade e dependência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Cultura em tempos de crise.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **Dependência externa e teoria econômica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971a.
- _____. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1959.
- _____. **Não à recessão e ao desemprego.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **O Brasil depois do ‘milagre’.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **O capitalismo global.** 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999b. 116p.
- _____. **O desenvolvimento econômico: um mito.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Os ares do mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997c.
- _____. Os novos desafios. Discurso de Celso Furtado na Universidade de Brasília. Brasília, 2000.
- _____. Os desafios da nova geração. Texto apresentado na III Conferência Internacional da RedCelsoFurtado, realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de maio de 2004.
- _____. **Perspectiva da economia brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. **Prefácio a uma nova economia política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 4^a edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- _____. **Um projeto para o Brasil.** Rio e Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, C., OLIVEIRA, F. de; BRESSER PEREIRA, L. C. Dois processos que alteraram tanto o Estado como suas relações com a ordem social e a ordem econômica: a democratização política e a liberalização econômica. In: Documentos analíticos da Casa Civil

da Presidência da República. Biblioteca da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2003.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Galeno de Freitas. 39^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Ed. Atlas, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 173p.

GONÇALVES, R. et al. Comércio e desenvolvimento. In: **A nova economia internacional:** uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.67-96.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia:** uma contribuição ao estudo da política internacional. 2^a ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 166p. (Coleção Relações Internacionais e Integração).

HOBSON, Eric. **A Era dos extremos: o breve Século XX.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 25^a edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia.** São Paulo: Perspectiva, 1981.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1992.

KUBISTCHECK, Juscelino de O. **Discursos.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

KAY, C. **Latin American theories of development and underdevelopment.** London: Routledge, 1989. p.1-57; p.163-227.

LAMOUNIER, Bolívar. **A Constituinte em debate.** São Paulo: SEAF, 1987.

LIPOVÉTSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos.** São Paulo: Barcarolla, 2004.

MALAN, Pedro. Apaixonado explicador do Brasil. **Valor,** São Paulo, 26 nov. de 2004.

MALLORQUIN, Carlos. **Convite a uma leitura de Furtado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual.** São Paulo: Contraponto, 2005.

_____. Entrevista Celso Furtado em 26 de abril de 1994. Brasília-DF. Biblioteca da Casa Civil da Presidência da República.

_____. Entrevista Celso Furtado em 18 de novembro de 2000. Brasília-DF. Biblioteca da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes. 1984.
- _____. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. São Paulo: Revista de Economia Política, vol 9, nº 4 – outubro-dezembro, 1989.
- _____. O Pensamento da Nova Esquerda no Brasil - 1960/1980. **Anais do II Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo, PUC, 1997.
- MARINHO, L.C. A CEPAL e a teoria do desenvolvimento na América Latina. In: PEDRÃO, F. (Org.). **O pensamento da CEPAL**. Salvador, BA; Organização dos Estados Americanos; Universidade Federal da Bahia, 1988. p.97-109.
- MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho **Desenvolvimento econômico brasileiro**: Uma releitura das contribuições de Celso Furtado. Brasília: Departamento de Economia. Universidade de Brasília: UNB, Texto 320, agosto de 2004.
- MERCADANTE, Aloizio. 50 anos da morte de Vargas. Disponível em http://www.mercadante.com.br/pronunciamentos/pronunciamento_136.html, acessado em 15 de setembro de 2005.
- NAKANO, Yoshiaki. Celso Furtado. **Valor**, 23 nov. de 2004.
- NERY, Tiago. **A Economia do desenvolvimento na América Latina**: O pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990. Rio de Janeiro, 2004. 130 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, PUC-RJ, Instituto de Relações Internacionais.
- OCAMPO, Jose Antonio. *Cincuenta años de la CEPAL. Revista de la CEPAL*. n. extraordinário, p.11-16, out. 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2003.
- _____. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? In: Tavares, M.C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. O maior economista foi um servidor da República. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. de 2004.
- _____. **Celso Furtado**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo; Ed.Ática, 1983.
- _____. Condições Institucionais do Planejamento, **Revista Civilização Brasileira**, n.º 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. A economia política da Social-Democracia, **Revista da USP - Dossiê Liberalismo/ Neoliberalismo**, n.º 17 .São Paulo: EDUSP, 1993.
- _____. **Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e neoliberalismo na América Latina**, conferência proferida no XXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS. São Paulo, agosto/setembro de 1997, mimeo.
- POLETTO, D.W. (Org.). **50 anos do Manifesto da CEPAL**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 159-163.
- PREBISCH, Raúl. *La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo*. **Revista**

de la CEPAL. n. 13, p.163-171, abr. 1981.

_____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1962). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. p.70-136. v.1.

_____. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1952, 1973). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. p. 179-215. v.1.

PROBLEMAS BRASILEIROS. As idéias de Celso Furtado, lembrado para o Prêmio Nobel. Entrevista de Celso Furtado à jornalista Maria Helena Passos. *In: REVISTA DO SESC-SP*, São Paulo, nº 361, jan/fev 2004.

REM – REVISTA DE ECONOMIA MACKENZIE. A atual situação econômica mundial. Entrevista concedida pelo economista Celso Furtado à *REM – Revista de Economia Mackenzie* em 15 de novembro de 2002, e revisada por Celso Furtado em junho de 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O testemunho**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 1999.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia da nação do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Celso Furtado e pensamento social brasileiro. **Gramsci e o Brasil**, São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv260.htm>, acessado em diversas datas.

RODRIGUEZ, Octávio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as Conferências de Reith de 1993. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. (1993) **Que é literatura**. São Paulo: Ática.

_____. (1994). **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática.

SALOMON, Délio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SALVIANO JR., Cleofas. O Discurso Cepalino: ensaio de análise retórica. São Paulo, 1993, 96 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade de São Paulo, USP.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Beste Seller, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SENTO-SÉ, João Trajano. Teoria política e nacionalismo em Celso Furtado. *In: SENTO-SÉ, João Trajano; PAIVA, Vanilda (Orgs.). Pensamento social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005.

SERRA, José. Um apaixonado pela razão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 nov. de 2004.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, INL, 1977.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição das importações ao Capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: FIORI, J.L. & TAVERES, M.C. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 5^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p.55-86. (Coleção Zero à Esquerda).

_____. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: Tavares, M.C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-154.

_____. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil (1964). In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000. p.217-237. v.1.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

APÊNDICE

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

O HOMEM COMO SER POLÍTICO

PEDRO PEREIRA BORGES

TRABALHO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**SÃO PAULO
2006**

1. DEFINIÇÃO DE POLÍTICA

A palavra política é de origem grega: *ta politika*, vinda de *polis*²⁸. Segundo Chauí (1994), *polis* significa cidade, entendida como comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*), isto é, pelos homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis, a isonomia (igualdade perante a lei) e a isegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a Cidade deve ou não realizar). Ser cidadão, para os gregos, significava usufruir certas vantagens que nenhum outro homem conhecera, como afirma Minogue (1998): “Os cidadãos tinham riqueza, beleza e inteligência diversas, mas como cidadãos eram iguais”.

É exatamente na *polis* grega (cidade) que se tem uma forma mais acabada e apurada da vida social organizada, o que a diferencia das sociedades anteriores, consideradas primitivas (tribos). Jaeger (s/d) afirma que é da *polis* que deriva o que se entende atualmente por “política” e “político”, e mais, “foi com a *polis* grega que apareceu, pela primeira vez, o que se denomina Estado - conquanto o termo grego se possa traduzir tanto por Estado como por cidade, sendo Estado e *polis* equivalentes”.

Segundo Chauí (1994), *ta politika* são os negócios públicos dirigidos pelos cidadãos: costumes, leis, erário público, organização da defesa e da guerra, administração dos serviços públicos (abertura de ruas, estradas, e portos, construção de templos e fortificações, obras de irrigação, etc.) e das atividades econômicas da Cidade (moeda, impostos e tributos, tratados comerciais, etc.).

Civitas é a tradução latina de *polis*, portanto, a cidade, como ente público e coletivo. *Res publica* (coisa pública) é a tradução latina para *ta politika*, significando, portanto, os negócios públicos dirigidos pelo *populus romanus*, isto é, os patrícios ou cidadãos livres e iguais, nascidos no solo de Roma.

Segundo Châtelet (1985), *polis* e *civitas* correspondem, imperfeitamente, ao que, no vocabulário político atual, chama-se de Estado: o conjunto das instituições públicas (leis, erário público, serviços públicos) e sua administração pelos membros da cidade. *Ta politika* e *res publica* correspondem, imperfeitamente, ao que se designa, na forma contemporânea, por práticas políticas, referindo-se ao modo de participação no poder, aos conflitos e acordos na

²⁸ *Formação da pólis grega* – Resulta, entre outros fatores, de migrações dos dórios, beóciros e tessálios (1.200 a.C. em diante). Os núcleos urbanos, construídos em torno das fortalezas micênicas, se transformam em comunidades político-religiosas autônomas. Ática, Argos, Atenas, Esparta, Tebas, Mileto e Corinto estabelecem relações comerciais entre si e através de todo o Mediterrâneo. Em torno de 1.000 a.C. o intercâmbio comercial transforma-se num processo de colonização e escravização de outros povos; *pólis* é a palavra grega que traduz por cidade-estado. É uma má tradução porque a *pólis* comum não se assemelhava muito a uma cidade e era muito mais que um Estado.

tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política às decisões concernentes ao erário ou fundo público.

Considerando a etimologia sobre o conceito de política, Chauí (1994) afirma que a invenção da política bem como todo o vocabulário político que se conhece atualmente dá-se com os gregos e romanos²⁹, mesmo que, no começo, eles tivessem conhecido a organização econômico-social de tipo despótico ou patriarcal, que era próprio das civilizações orientais. A política é entendida pelos gregos como “vida boa”, como racional, feliz e justo, própria dos homens livres. Para os gregos, a finalidade da vida ‘política’ é a justiça, entendida aqui como concórdia na comunidade. Assim, um conjunto de medidas foi tomado pelos primeiros dirigentes - os legisladores -, de modo a impedir a concentração do poder e da autoridade nas mãos de um rei, senhor da terra, da justiça, das armas, representante da divindade (CHAUÍ, 1994). Na mesma perspectiva, Minogue (1998) diz que os gregos são os pioneiros na política; o que vem antes deles, o despotismo oriental, não é política.

Afirmar que os gregos e romanos foram inventores da política não significa a instituição de uma “sociedade e uma política cujos valores e princípios fossem idênticos aos atuais”, pois, em primeiro lugar, a “economia era agrária e escravista, de maneira que uma parte da sociedade - os escravos - estava excluída dos direitos políticos e da vida política. Em segundo lugar, a sociedade era patriarcal e, consequentemente, as mulheres também estavam excluídas da cidadania e da vida pública. A exclusão atingia também estrangeiros e miseráveis” (CHAUÍ, 1994).

Quem realmente participava da *polis*? A cidadania era exclusiva dos homens adultos, livres e nascidos no território da Cidade. Chauí (1994) diz que “a diferença de classe social nunca era apagada, mesmo que os pobres tivessem direitos políticos. Assim, para muitos cargos, o pré-requisito da riqueza vigorava e havia mesmo atividades portadoras de prestígio que somente os ricos poderiam realizar. Era o caso, por exemplo, da liturgia grega e do evergetismo³⁰ romano, isto é, de grandes doações em dinheiro à cidade para festas, construção

²⁹ Dizer que os gregos e romanos inventaram a política não significa dizer que, antes deles, não existissem o poder e a autoridade política propriamente dita.

³⁰ A alimentação da maioria dos homens da Antiguidade baseava-se em alimentos que eles mesmos produziam. Estes eram, portanto, consumidos na fonte ou muito perto dela, e a distribuição era um problema secundário. As cidades e as aglomerações menores abrigavam, com efeito, um número considerável de não-produtores, cuja sobrevivência dependia dos gêneros alimentícios produzidos por outros. Ninguém se preocupava muito com os homens livres que viviam na pobreza, cuja existência era, paradoxalmente, mais difícil do que a de muitos escravos. Estes eram alimentados por seus senhores, muitas vezes copiosamente, pois era necessário cuidar que conservassem uma saúde muito boa para trabalhar, evitando que se depreciassem.

de templos e teatros, patrocínios de jogos esportivos, de trabalhos artísticos".

Para Bobbio (1995), o significado da palavra "política", na sua concepção clássica, provém da palavra grega *polis* (*politikós*), ou seja, tudo o que se refere à cidade, a tudo o que é urbano, civil e público. Aristóteles (1978), em *A Política*, contribui com o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisões do Estado e suas várias formas de governo. Por muitos séculos, o termo política permanecerá com o desígnio de informar as atividades que se referem ao Estado. Na modernidade, porém, o termo política será substituído por outras expressões como "ciência do Estado", "doutrina do Estado", "ciência Política" e "filosofia Política". (BOBBIO, 1995).

2. CONCEITOS DE POLÍTICA

Segundo Dallari (2002), o termo política permite diferentes acepções, desde uma realidade que desdobre da intimidade pessoal até uma esfera bem definida na sociedade. Pode-se dizer que há duas vertentes semânticas principais:

- 1) O termo política significa tudo que diz respeito às relações sociais, à realidade social global, enfim à sociedade em geral. Nesse sentido, tudo que ultrapasse o âmbito estritamente pessoal ou das relações íntimas e incida sobre qualquer realidade social é político. Assim, se alguém tivesse uma infecção, uma dor e continuasse sofrendo na intimidade de seu lar, essa ação não seria política. Ou se dois namorados manifestassem seu afeto em carícias, não estariam atuando na esfera política. Mas, no momento em que o doente encetasse sua caminhada em direção ao médico, ao posto de saúde, à farmácia, ou denunciasse sua doença como consequência de uma água maltratada, estaria então o doente entrando na esfera política. Ou se os namorados aflorassem forças sociais pró ou contra suas atitudes, já estariam também em plena esfera política, nesse sentido amplo.
- 2) O relacionamento da política com o poder. E o poder, por sua vez, se encarna na sociedade política. Assim, uma ação política é aquela que visa a obtenção do poder, a sua conquista ou sua manutenção.

Percebe-se nas duas acepções um aspecto comum que define o que é ser político: sua

Havia, basicamente, duas maneiras de abordar o problema alimentar: por um lado, uma rede de instituições permanentes, criadas e dirigidas pelos governantes, e por outro, as iniciativas de caráter individual, por parte dos membros da classe dirigente.

Também havia o evergetismo, termo adequado para designar a generosidade manifestada por particulares em prol da comunidade cívica. Embora o evergeta típico fosse um rico membro da elite social e política, havia, no entanto, outras categorias de benfeiteiros, principalmente negociantes e potentados estrangeiros.

Os evergetas são recompensados por seus favores pela melhoria de sua posição social, pela ascensão política e pelos lucros financeiros, legítimos ou não, auferidos no desempenho de suas funções.

referência ao poder, seja de modo indireto ou implícito (primeiro), seja de modo explícito ou direto (segundo).

Dallari (2002) conceitua política como a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum. Diante disso, considerando a primeira acepção, política é provida de valor nas ações dos indivíduos que produzem efeitos sobre a organização da sociedade, seu funcionamento e sobre os seus objetivos. Na segunda acepção, a estrutura de poder procura atender a necessidade natural de convivência dos seres humanos. Essa estrutura de poder é aqui entendida como a sociedade política, que somente se legitima com a realização da sua finalidade, que é o bem comum.

Para Dallari (2002), as ações humanas, mesmo aquelas que não envolvem os órgãos de poder legitimamente constituídos, são políticas quando vinculadas à finalidade última da sociedade política, pois a sociedade política não é excludente, ao contrário é envolvente e abrange a todos de maneira compulsória.

Weber (2002) diz que o Estado é a entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coerciva. O Estado é um instrumento de dominação do homem pelo homem. Para Weber (2002), só o Estado pode fazer uso da força da violência, e essa violência é legítima, pois se apóia num conjunto de normas (constituição). O Estado para Durkheim *in* Dallari (2002) é a instituição da disciplina moral que vai orientar a conduta do homem. Portanto, a política deverá ser entendida como qualquer atividade em que o Estado tome parte, de que resulte uma distribuição relativa da força. A política, segundo Weber (2002), obtém assim a sua base no conceito de poder e deverá ser entendida como a produção do poder.

Fayt (1990) aponta três significados para ‘política’: no primeiro, política é uma forma de conduta humana, uma atividade que se expressa em relações de poder, de mando e de obediência. Quando a ação está referida ao fenômeno do poder, estamos na presença da política prática, aplicada, a arte política, ou seja, a técnica para adquirir, conservar e aumentar o poder. O conteúdo desta atividade tem como idéia principal a luta pelo poder. Contudo, também se apresenta como ação de governar, cujo fim básico é organizar e dirigir a comunidade, analisando a forma pela qual se conduzem os governantes para obter êxito em seus propósitos e metas. Assim mesmo, a ação política se entende como empresa comunitária, com especial referência à atividade dos governados, dos dirigidos. Neste sentido, o poder deixa de ser um fim em si, para se transformar em um meio para se atingir este fim, ainda que ele não seja outro que não a própria institucionalização do poder. Deste modo, o poder atua como antecedente constante e incondicionado da ação política. Fayt (1990) designa como dinâmica política ao processo da política como atividade ou ação que se dá no momento da

conquista do poder.

O segundo significado é o resultado da política como atividade que tem surgido nos órgãos, na organização e na distribuição das competências que são atividades cristalizadas no Estado moderno, dando lugar a uma política estática. Isto tem levado a diversos autores a sustentar que antes do Estado surgiu a política, em virtude da sua maior amplitude (FAYT, 1990).

Em *Teoria de La Política* (1990), o tratadista Carlos Fayt, com a intenção de fazer o termo política mais compreensível, explica-o sob quatro sentidos diferentes:

- a) Conceito amplo e genérico: Política e político vistos nestas dimensões se referem a toda classe de poder organizado, que significa que não devem ser associados unicamente com poder do Estado, sendo qualquer formação social em que se estabelece uma relação de mando e obediência entre os chefes e seus membros.
- b) Conceito específico: O poder político se impõe coativamente e obriga a todos os membros da comunidade a respeitar suas decisões, podendo fazer uso da força material se necessário. Deste ponto de vista, a política é a atividade humana que se realiza com a finalidade de influir na organização da vida estatal mediante o exercício do poder.
- c) Sentido vulgar de política: Este critério parte da idéia de que a política é a atividade do homem para conquistar o poder, sem importar-se com os meios morais para consegui-lo. Nesta acepção, o termo é usado em relação com o governo, com os partidos políticos e com os grupos que pretendem obter o poder do Estado.
- d) Acepção científica: Política é o conjunto de conhecimentos sistematizados, que se referem à organização e governo das comunidades humanas passadas e presentes, de suas instituições e das diversas doutrinas políticas que tem inspirado seu desenvolvimento, levando em conta as relações de poder estabelecidas entre seus membros.

Das duas idéias anteriores, da dinâmica política e da estática política, convertida em objeto do estudo sistemático do vocábulo ‘política’, surge o terceiro significado que se refere à política teórica ou ciência política.

Para Durkheim, política é a relação entre governantes e governados.

2.1 Maquiavel e a Política

Maquiavel (1988) observa que a experiência jamais engana e o erro é produto do pensamento especulativo; o objeto de suas reflexões é a realidade política, a busca do entender como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, persistem e decaem. Segundo Maquiavel (1988), quem observa com cuidado os fatos do passado pode prever o futuro em qualquer república e usar os remédios aplicados desde a Antiguidade.

Atualmente, os estudos têm procurado romper com a tradição de crítica do ponto de vista moral, ou com a utilização da obra de Maquiavel como instrumento ideológico. Procura-se mais amplamente determinar a contribuição específica que ele deu à história das idéias, especialmente ao que se refere à ciência política.

Maquiavel lia muito sobre os antigos historiadores. Ele rejeitava o idealismo de Platão, Aristóteles e Santo Tomas de Aquino. Acreditava numa realidade concreta, tal como ela é, e não como se gostaria que ela fosse. Dá para se dizer que a história política se divide em duas partes, uma antes de Maquiavel e outra pós Maquiavel. Os valores que antecedem a Maquiavel são de ordem religiosa: Deus era o centro, a política seguia em segunda ordem e por último o indivíduo. Após Maquiavel a política torna-se o valor mais importante juntamente com a valorização do indivíduo. Maquiavel não tratou de valores espirituais.

Rompendo com todos dogmas da tradição religiosa, Maquiavel (1988) afirma que qualquer um pode chegar ao poder, tendo dinheiro, considerando o homem como fundamentalmente mau, corrupto, ingrato, covarde. Com ele começa a ter importância a individualidade, a importância do ser individual, não trabalhando mais com valores eternos, existindo homens que nascem para ser governantes e para ser governados.

Maquiavel (1988) separa ética de política, dizendo que a primeira diz respeito às questões do indivíduo e a última, às coisas públicas. A ética é a-política. Já a política pode ser ética ou a-ética. O poder político fascina, pois, através dele, as pessoas podem destinar recursos que nenhuma outra pode, mandar atacar, fazer isto ou aquilo. Já a religião é pouco citada em sua obra, mas o autor a percebia como um valor, uma vez que poderia ser manipulada e utilizada como meio político, por lidar com paixões e desejos humanos.

Diferente dos teólogos, que partiam da Bíblia e do Direito Romano para formular teorias políticas, diferente também dos renascentistas, que partiam das obras dos filósofos clássicos para construir suas teorias políticas, Maquiavel (1988) parte da experiência real do seu tempo. O fundamento do seu pensamento político é o contexto moderno, porque busca oferecer respostas novas a uma situação histórica nova, que seus contemporâneos tentavam compreender lendo autores antigos, deixando escapar a observação dos acontecimentos que ocorriam diante de seus olhos.

Maquiavel (1988) não admite um fundamento anterior e exterior da política (Deus, natureza ou razão). Toda a cidade, diz ele, tem, originariamente, dois pólos: o desejo dos grandes de exprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Essa divisão prova que a cidade não é homogênea e nem nascia da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. Na realidade, a cidade é feita por lutas intensas que obrigam a

instituir um pólo superior que passa a unificá-la e dar-lhe identidade. Assim, a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade dar-lhe identidade. A política resulta da ação social a partir das divisões sociais. Não aceita a idéia de boa comunidade política constituída para o bem comum e a justiça. Para ele, a política é a divisão entre os grandes e o povo. A sociedade é dividida e não uma comunidade una, homogênea. Para Maquiavel (1988), a imagem de una, é uma máscara com que os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo, A finalidade da política é a tomada e a manutenção do poder e não a justiça e o bem comum.

A democracia é a tentativa de horizontalizar o poder, tornar o indivíduo cidadão e isso implica em ser responsável com a dimensão pública, o que torna difícil este processo, de fazer democracia, pois as pessoas não gostam de se comprometer com o público. Maquiavel não era democrata, pois em sua época não existia democracia; ele percebe o homem com seus interesses e a necessidade de um poder centralizado para evitar os interesses particulares, em evidência, e os dos outros, de lado. Maquiavel propõe a monarquia; na melhor das hipóteses, a Aristocracia.

Acreditava na república e referia-se a esta enfatizando a sucessão dos governantes. E, acima de tudo, preocupou-se com o exército. Ditador e sábio, percebia o valor do exército natural. Afirmando sua brutalidade e insensibilidade pela incansável valorização da guerra, e tinha como grande poder o conhecimento das paixões e fraquezas humanas, meios (considerados por ele) de dominação e atração do povo, que tinha de ser adaptado aos interesses do Estado, ou, então, aniquilado.

Para Maquiavel (1988), a natureza humana é intrinsecamente maligna. Os homens, os indivíduos, são dotados de atributos negativos, de paixões e instintos negativos, de paixões e instintos malévolos, tais como a ingratidão para com seus benfeiteiros, a volubilidade do caráter, a simulação das intenções, a covardia ante os perigos e a avidez do lucro. Não vê, pois, como Aristóteles, a sociabilidade como um impulso associativo natural (“O homem é, por natureza, um animal político”, necessariamente ligado aos vínculos sociais).

Segundo Maquiavel (1988), o poder é uma relação entre os homens, uma relação temporal, mutável e sensível que pode ser rompida a qualquer momento. Esse poder, que é exercido no mínimo por um homem sobre o outro, pode também ser exercido por grupos sociais, pelas classes sociais, para estabelecer uma ordem mais ampla de acordo com sua ideologia.

Deter o poder significa ter a possibilidade de ser obedecido, gerando com isso também a detenção da faculdade de permitir. O que viabiliza o exercício do poder é a possibilidade

real do uso da violência. O que, na verdade, viabiliza o exercício do poder não é o emprego direto e generalizado da violência, do poder nudez, mas a ameaça, a possibilidade de seu uso, após alguns casos de efetiva aplicação (MAQUIAVEL, 1988).

O primeiro fator que se sobressai como determinante do poder é a força. Quem detém a força, detém a possibilidade de represália em caso de desobediência. Quem detém a força pode sancionar, ameaçar, punir e até mesmo matar, individual e coletivamente. A força pode se apresentar como força bruta, física, militar, religiosa ou econômica. O segundo fator determinante do poder é a influência. Regra geral, a influência advém da própria força, religiosa, econômica ou política. Mas, nas sociedades mais complexas, a influência pode advir de fatores mais inesperados, que vão desde a convergência ideológica até a corrupção ou chantagem (MAQUIAVEL, 1988).

3. CIÊNCIA POLÍTICA

Ramo das ciências sociais modernas com relativa autonomia, a Ciência Política vai dedicar sua atenção à esfera do poder, assim como, por exemplo, a Economia Política se dedica à produção, ou a Sociologia às relações sociais. Essa distinção tem caráter apenas pedagógico, visto carecer de fundamentação, prática e teórica, ou encaminhamento de uma ciência da política desvinculada da produção ou das relações sociais (TAVARES, 1992).

Dedicando-se ao estudo do poder, a Ciência Política pretende investigar os fenômenos relacionados com o poder, desde os mais simples até os mais complexos, estabelecendo, igualmente, conceitos e teorias, das mais simples às mais complexas, que abranjam desde as relações políticas, por exemplo, em uma dada empresa, até as relações políticas, por exemplo, também, em um dado Estado (TAVARES, 1992).

Quando se menciona o poder, destacam-se as relações de mando, à capacidade de decisão, à luta, aos antagonismos, à possibilidade de utilização de força, persuasiva ou material. A formação do poder nas formações sociais concretas - assim como seus processos de legitimação, distribuição, preservação e, principalmente, transformação de suas estruturas, - tudo isso se refere ao campo de estudo dessa disciplina. Nesse contexto de idéias e de reflexão política seria a investigação da relação de causalidade entre o poder político, o poder econômico e poder social, instâncias paralelas de mando que tendem a se cristalizar em sínteses instáveis. A prática e a teoria política de situações concretas das sociedades modernas têm revelado, cada vez com maior clareza, que o conhecimento da natureza mutável daquelas instâncias, e de suas relações de mútua influência, é de importância crucial para a ação e sua explicação. Problema de tal ordem deve merecer atenção dos cientistas da política (TAVARES, 1992).

A metamorfose da relação social em relação política deixa aflorar seu conteúdo mais eminentemente político quando, em uma situação de conflito engendrada no ventre de uma sociedade em transformação, refere-se a uma estrutura de classes sociais (e/ou camadas ou frações de classe) mais ampla e complexa. As classes (camadas, frações) estariam aptas a elaborar, dentro de nível de consciência satisfatória à sua auto-representação como grupo, um projeto de interferência na realidade, seja para modificá-la, seja para preservá-la (TAVARES, 1992).

Tornar-se-ia ainda necessário que, superando o estágio do plano de ação, o grupo social concretizasse as suas potencialidades de existência e ampliação, e obtivesse recursos ou meios – materiais e imateriais, para concretizar o projeto. Agora, em nível de consciência mais elevado em relação à possibilidade de intervenção, o grupo social teria diante de si as tarefas de organização política, de agitação e propaganda, de obtenção de recursos financeiros, de programa teórico, dentre inúmeras outras, capazes de afirmá-lo e propiciar-lhe a expansão (TAVARES, 1992).

Finalmente, atingindo o clímax da consciência política, profundamente vinculada à economia³¹ e social, o grupo se realizaria, politizando-se na medida em que chegasse à práxis, isto é, à união consciente e organizada da teoria com a prática. Utilizando os recursos disponíveis, considerando rigorosamente as possibilidades do momento, concretizaria o projeto de intervenção na realidade, intervindo (TAVARES, 1992).

Não se pode esquecer, contudo, que a metamorfose relação social e relação política se realiza entre pólos de tensões influenciáveis recíproca e complementarmente, e que se a relação política tende a destruir, momentaneamente, a relação social, absorvendo-a, busca, por outro lado, como fim último, engendar sua proposição, sua manipulação. Pejaria, em suma, a relação de politicidade (TAVARES, 1992).

4. POLÍTICA E CIÊNCIA

Para Weber (2002), há uma separação entre política e ciência, pois a esfera da política é irracional, influenciada pela paixão e a esfera da ciência é racional, imparcial e neutra. O homem político apaixona-se, luta, tem um princípio de responsabilidade, de pensar as consequências dos atos. O político entende por direção do Estado, correlação de força, capacidade de impor sua vontade a demais pessoas e grupos políticos. É luta pelo poder dentro do Estado. Já o cientista deve ser neutro, amante da verdade e do conhecimento científico, não deve emitir opiniões e sim pensar segundo os padrões científicos, deve fazer

³¹ A Ciência Política não pode ser estudada sem levar em consideração a Ciência Econômica, enquanto que a Ciência Econômica não necessita da Ciência Política (TAVARES, 1992).

ciência por vocação. Se o cientista apaixonar-se pelo objeto de sua investigação não será nem imparcial nem objetivo.

Entretanto, na concepção de Marx, não tem como se dissociar ciência e ideologia, pois para ele ideologia faz parte da ciência. Segundo Marx, ciência é ciência porque explica o objeto tal como ele é, porém o conhecimento não é neutro. Política para este também é luta, mas não de indivíduos como para Weber, é, sim, luta de classes.

5. POLÍTICA E PODER

A política inexoravelmente está ligada à concepção de poder. Do grego *Kratos*, ‘força’, ‘potência’, e *arché*, ‘autoridade’, nascem os nomes: aristocracia, democracia, monarquia, oligarquia e todas as palavras que gradativamente foram sendo forjadas para indicar formas de poder, fisiocracia, burocracia, partidocracia, poliarquia, exarquia. Para Bobbio (2005), aquilo que Estado e política têm em comum é a referência ao fenômeno do poder. Com isso, não há teoria política que não parta direta ou indiretamente de uma definição de poder.

Na filosofia política, podem-se distinguir três teorias fundamentais de poder:

- Nas teorias substancialistas, o poder é concebido como uma coisa que se possui e se usa como um outro bem qualquer. Adequa-se à interpretação de Hobbes, segundo a qual “o poder de um homem consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro”. Ou a definição de Russell, segundo a qual o poder consiste na produção dos efeitos desejados e pode assumir três formas: poder físico e constitutivo (poder militar), poder psicológico (ameaça de punição ou recompensas, em que consiste o domínio econômico), poder mental (persuasão e dissuasão, presente na educação).
- Nas teorias subjetivistas, a típica interpretação é a exposta por Locke, que por ‘poder’ entende não a coisa que serve para alcançar o objetivo, mas a capacidade do sujeito obter certos efeitos, ou seja, do mesmo modo que o soberano tem o poder de fazer leis e, fazendo as leis, de influir na conduta de seus súditos.
- As teorias relacionais, as mais aceitas no discurso político contemporâneo, estabelecem que por poder se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria. A definição desta teoria é dada por Dahl in Bobbio (2005): “A influência do poder é uma relação entre atores, na qual um ator induz outros atores a agirem de um modo que, em caso contrário, não agiriam”. Dessa maneira, pode-se dizer que a teoria do Estado apóia-se sobre a teoria dos poderes (legislativo, executivo, judiciário) e das relações entre eles. O processo político é ali definido como a formação, a distribuição e o exercício do poder. Assim, a teoria política pode ser considerada

como uma parte da teoria do poder.

Uma vez reduzido o conceito de Estado ao de política e o conceito de política ao de poder cabe diferenciar o poder político de todas as outras formas que pode assumir a relação de poder. A tipologia clássica é a que se encontra na ‘Política’ de Aristóteles, no qual são distinguidos três tipos de poder: o poder do pai sobre os filhos, do senhor sobre os escravos, do governante sobre os governados. Esta tipologia teve relevo político porque serviu para propor dois esquemas de referência para definir formas corruptas de governo: o governo paternalista, no qual o governante se comporta com os governados como um pai, e o governo despótico, no qual o governante trata os governados como escravos, não reconhecendo direitos de qualquer espécie. A tripartição, paterno, despótico e civil, é um dos topos da teoria política clássica e moderna. Hobbes, antes de tratar do poder civil, trata do governo familiar e do governo patronal. Locke, em ‘Tratado’, exprime o propósito de descobrir em que é que o poder do pai sobre os filhos se diferencia do governo civil (BOBBIO, 2005).

No entanto, a tipologia clássica não permite distinguir o poder político das outras formas de poder. Uma teoria realista do poder político como forma de poder constituiu-se na época medieval com o conceito de soberania. O poder político foi assim se identificando com o exercício da força e passa a ser definido como aquele poder que, para obter os efeitos desejados, retomando a definição hobbesiana, tem o direito de se servir da força, embora em última instância. Aqui o critério de distinção entre poder político e poder religioso é empregado: o poder espiritual serve-se de meios psicológicos mesmo quando se serve da ameaça de penas ou da promessa de prêmios ultraterrenos; o poder político serve-se também da constrição física, como as que são exercidas pelas armas.

O uso da força física é a condição necessária para a definição do poder político, mas não a condição suficiente. Na controvérsia entre o Estado e a Igreja, o que diferencia o Estado da Igreja, além do direito de usar a força, é o da exclusividade de usar deste direito sobre um determinado território. Considerando que a força é o meio mais resolutivo para exercer o domínio do homem sobre o homem, quem detém o uso deste meio é quem tem, dentro das fronteiras, a soberania entendida como *summa potestas*, como poder supremo. Se o uso da força é a condição necessária do poder político, apenas o uso exclusivo deste poder lhe é também condição suficiente. O tema da exclusividade do uso da força como característica do poder político é um tema hobbesiano por excelência: a passagem do estado de natureza ao Estado é representada pela passagem de uma condição na qual cada um usa indiscriminadamente a própria força contra todos os demais a uma condição na qual o direito de usar a força cabe apenas ao soberano. A partir de Hobbes, o poder político assumiu uma

conotação que permanece constante até hoje (BOBBIO, 2005).

Weber *in Bobbio* (2005), com uma linguagem extraída da economia, define o Estado como detentor do monopólio da coação física legítima. Para Kelsen *in Bobbio* (2005), o Estado é um ordenamento coercitivo, em particular: “O Estado é uma organização política porque é um ordenamento que regula o uso da força e porque monopoliza o uso da força”. Almond e Powell *in Bobbio* (2005) dizem que “[...] estamos de acordo com Weber de que a força física legítima é o fio condutor da ação do sistema político”.

Bobbio (2005) considera ainda outros dois tipos de poderes: o econômico e o ideológico. O poder econômico é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. Na posse dos meios de produção, reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem, exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio. O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informação, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não uma ação. Deste tipo de condicionamento deriva a importância social dos sacerdotes, cientistas, técnicos, intelectuais, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados realiza-se o processo de socialização do qual o grupo social necessita para poder estar junto.

O que têm em comum estas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores. Já a distinção entre esses poderes sociais, embora expressa de formas diversas, é um dado constante nas teorias contemporâneas, nas quais o sistema social em seu conjunto aparece articulado em três subsistemas: a organização das forças produtivas, a organização do consenso e a organização do poder coativo (BOBBIO, 2005).

Contudo, em Hobbes (2005), o poder por excelência é o poder político, o qual, legitimado por uma específica delegação de indivíduos isolados e aterrorizados, impelidos pela necessidade de sair do estado de natureza, controla tanto o poder espiritual quanto o econômico. Mesmo sob este aspecto, Hobbes pode ser considerado como o primeiro e talvez o maior teórico do Estado moderno, vale dizer, do Estado cuja formação é acompanhada pela persistente idéia do primado da política (BOBBIO, 2005).

Toffler (1990), em *Powershift*, resume a relação do Estado com o poder em três situações: 1) A ‘violência’, isto é, a capacidade de controle dentro dos limites do território. Em outras palavras, coação. 2) A ‘construção da riqueza’, que comanda o desenvolvimento entre os cidadãos. 3) O ‘conhecimento’, que gerará, sobretudo, o processo tecnológico que dará suporte à construção da riqueza e também gerará a necessidade de controle. Em nenhum momento, ele diz que o Estado acabará. Ele afirma, com Hobsbawm, em ‘O Novo Século’, que o Estado terá que se adaptar ao novo, mas ele jamais deixará de existir.

6. O HOMEM COMO SER POLÍTICO

Um aspecto importante na análise marxista da individualidade do ser humano é a referência explícita e literal que Marx faz à famosa definição aristotélica de homem (presente tanto na Política como na Ética) como *zoon politikon* (animal político). Para Aristóteles, “o homem é por natureza um animal político”, isto é, um ser vivo (*zoon*) que, por sua natureza, é feito para a vida da cidade (*bios politikós*, derivado de *polis*, a comunidade política). No contexto da filosofia de Aristóteles, essa definição é plausível e revela a intenção teleológica do filósofo na caracterização do sentido último da vida do homem: o viver na *polis*, onde o homem se realiza como cidadão (*politai*) manifestando, no termo de um processo de constituição de sua essência, a sua natureza. Parece claro para os intérpretes de Aristóteles que o *zoon politikon* não deve ser compreendido como *animal socialis* da tradução latina. Este desvio semântico resultou num sentido alargado do termo grego que acabou se identificando com o social. Para Aristóteles, o social significava mais o instinto gregário, algo que os homens compartilham com algumas espécies de animais. O simples viver junto, em sociedade, não caracteriza a destinação última do homem: a “politicidade”. A verdadeira vida humana deve almejar a organização política, que é uma forma superior e até oposta à simples vida do convívio social da casa (*oikia*) ou de comunidades mais complexas. A partir da compreensão da natureza do homem determinados aspectos da vida social adquirem um estatuto eminentemente político, tais como: a noção de governo, de dominação, de liberdade, de igualdade, do que é comum, do que é próprio, etc.

Quando Marx afirma que “O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não apenas um animal social-gregário, mas um animal que pode se individualizar na sociedade”, a referência ao *zoon politikon* de Aristóteles é explícita. Resta saber qual o alcance que Marx dá à interpretação aristotélica, e quais as implicações que essa referência traz para a ideia marxista de indivíduo, de sociedade e de política. Nos textos de Marx pela velha Grécia, evidencia uma ligação com o ideal político grego, a tal ponto de H. Arendt afirmar que o ideal de Marx da melhor forma de sociedade não é a utopia, mas a reprodução das “condições

políticas e sociais da mesma cidade-estado ateniense que foi o modelo da experiência para Platão e Aristóteles e, portanto, o fundamento sobre o qual se alicerça nossa tradição”. De qualquer modo, determinados temas permanecem constantes na teoria política marxista, como: a necessidade de politização da vida social do homem, a não separação da sociedade política em relação à sociedade civil; da atividade material dos homens em relação ao seu universo político; da sua posição real na sociedade em relação ao seu estatuto comunitário.

A ênfase do sujeito que alcança um momento superior da sua individualidade como animal político, na *Koinonia politiké*, encontra sua versão moderna na Filosofia do Direito de Hegel. A dialética entre o particular (o *bourgeois* da sociedade civil-burguesa) e a universalidade do Estado produz uma singularidade política, a do *citoyen*, membro do Estado. Marx critica essa dialética, na medida em que ela é a expressão (ideológica) de um processo real que desfigura a realidade individual concreta dos homens, transportando-a da terra para o céu da política. O que Marx denuncia é a impossibilidade de realização do paradigma aristotélico do homem como *zoon politikon* na sociedade capitalista, porque nela o que determina o político é, precisamente, o seu *pathos* (o social-econômico), subtraindo do político o necessário conteúdo de uma individualidade humana na realização da sua essência. É nesse sentido que Marx afirma que o “homem não é senão a individualização do dinheiro”.

Uma segunda tese importante – vinculada à primeira, ou seja, a de que a superior individualidade do homem é política – é a de que o homem se individualiza na história: “o homem só se individualiza – diz Marx – através do processo histórico. Aparece primitivamente como um membro da espécie, um ser tribal, um animal de rebanho, e de modo algum como um *zoon politikon*”. Trata-se de pensar o indivíduo nas formas sociais que determinam a sua individualidade, e de compreendê-lo dentro de universalidades históricas engendradas pelo modo como os homens estão socialmente e economicamente organizados. Marx esquematiza o processo de individualização do homem na história retratado dialeticamente por três momentos: a) unidade primitiva; b) pré-capitalista, onde o indivíduo não se diferencia da comunidade; um momento da cisão, separação (capitalismo), onde o homem adquire o estatuto de indivíduo, uma individualidade determinada pela comunidade real do mercado; c) e um terceiro momento (comunismo) de superação do estado anterior, onde é possível a constituição da individualidade do homem como animal político, ou o livre desenvolvimento do indivíduo.

Entre a utopia regressiva dos gregos e o ideal da sociedade comunista, restam a análise da realidade social e política do capitalismo. Contudo, a comunidade existente (aquele que é constituída pelos laços materiais da sociedade capitalista) é criticada em nome de uma

individualidade (política); e, inversamente, a individualidade social existente (aquele que é criada pela abstração de um indivíduo auto-referente) é criticada em nome de uma comunidade humana. Assim, a sociedade capitalista, ao engendrar o individualismo (direitos e liberdades individuais, autonomia e dignidade da pessoa humana) frustra o seu potencial de realização encarnado na dimensão exclusivamente política, esse individualismo deve conter. Por isso, por não realizar essa dimensão política, que o individualismo da sociedade capitalista é criticado sob o olhar de uma comunidade, na qual o viver comunitário permite uma forma de relações políticas entre os homens que não depende mais do determinismo da vida social privada.

Dallari (2002) também apresenta o homem como animal político, no sentido que este está sempre em relação com o seu semelhante. O homem vive em sociedade não somente por contingência de sobrevivência, mas porque a sua própria natureza assim o exige.

Segundo Chardin *in Dallari* (2002), o homem é centro de referência porque constitui objetivamente a coroa e a meta da evolução; constituindo-se em seu próprio sentido. Portanto, homem e natureza constituem um complexo onde se complementam. Não se consegue entender o homem sem a natureza e o inverso também não teria qualquer sentido e nem razão de ser. Ambos encontram-se interligados e inacabados, porém em constante evolução, de modo tal, que o homem transforma a natureza e a realidade por eles criada, ressentindo-se em ambos os efeitos dessas transformações. Entretanto não existe um único ser humano e sim milhões de seres humanos que se relacionam entre si transformando-os a si mesmos, à natureza, e à realidade surgida dessas relações. O homem não pode ser entendido como um ser isolado, mas em comunhão com os outros homens. O que se conclui que o homem é um ser de relações. Aí está o fundamento para a necessidade da participação política; é a partir desta que as relações se concretizam. As relações (portanto, o próprio homem) se fazem como resultado da participação política e da sua práxis transformadora.

7. POLÍTICA E ÉTICA

Weber (2002), ao delimitar as fronteiras da esfera política, toma como contraponto cinco outros domínios: ciência, religião, burocracia, economia e ética. É no diálogo com as virtudes de cada um destes que a especificidade da política se delineia.

Segundo Weber (2002), um político não deverá ser um homem da “verdadeira ética católica” (entendida por Weber como a ética do Sermão da Montanha - ou seja: oferece a outra face). Um defensor de tal ética deverá ser entendido como um santo (na opinião de Weber, esta visão só será recompensadora para o santo e para mais ninguém). A esfera da política não é um mundo para santos. O político deverá esposar a ética dos fins últimos e a

ética da responsabilidade, e deverá possuir a paixão pela sua atividade como a capacidade de se distanciar dos sujeitos da sua governação (os governados). O político não executa metas, o político toma as decisões; o político não analisa criticamente orientações de valor, o político produz juízos de valor; o político não discursa sobre a realidade, o político ao falar já atua sobre ela. Daí advém a conclusão de que, mais que em qualquer mundo de valor, na política é fundamental que o indivíduo abrace conscientemente a ética da responsabilidade como um valor. O cientista e o funcionário público podem desempenhar vários papéis, os quais eles buscam, conforme a situação, integrar. Mas toda vez que aderirem e lutarem por outros valores culturais que não os pressupostos que fundamentam a própria existência de suas respectivas esferas (a ciência e a burocracia), estarão, na interface com a política, atuando como sujeitos políticos. Isto pode gerar impasses insolúveis se tal distinção de valores não for compreendida. Enquanto esferas de valor separadas, política, ciência e burocracia fazem demandas distintas sobre os sujeitos que nelas se inserem, produzindo vocações específicas.

Os valores políticos, diz Weber (2002), não podem ser reduzidos a valores éticos; o universo da política não se confunde com o da ética. Em um mundo concebido como uma totalidade hierarquizada, cada dimensão tem uma ética particular que se integra ao todo, segundo uma cosmologia que atribui preceitos distintos a inserções distintas (como ocorre, por exemplo, na ordem de castas india e na doutrina de salvação cristã). Mas a ética, no mundo moderno, constitui-se a partir de valores universalistas e igualitários, toma como referência o indivíduo e faz exigências absolutas à sua consciência. Assim, a fragmentação das esferas de valor engendrou um aparente paradoxo: a ética tornou-se um domínio relativamente autônomo dotado de lógica própria; porém, simultaneamente, a ética teve de se especializar, pois cada esfera da vida, também, por sua vez, segue leis particulares.

Weber (2002) traz para o debate, de forma contundente, a natureza trágica da ação política e, desse modo, a tensão que marca as relações entre ética e política. Pois, se toda ação humana está sujeita à tragédia de ver o mal advir de intenções absolutamente corretas, ou seja, de inserir-se em um mundo eticamente irracional, a conduta política experimenta tal possibilidade de maneira excepcional. A política é o reino do poder e da força; estes são os instrumentos específicos de que dispõem os políticos, sendo o seu dilema ético quando e de que forma usá-los e através de quais mecanismos legitimá-los.

As respostas a este dilema, porém, não podem ser buscadas na consciência individual, pois as convicções íntimas não chegam a se constituir em critério suficiente na política. Há que se considerar as prováveis consequências de uma determinada conduta política, ou seja, o contexto e a inserção dos diferentes sujeitos políticos e do sujeito da ação nesse contexto.

Caso contrário, provoca Weber, estaríamos diante de uma pessoa ingênua, alguém que ignora que na política se faz um “pacto com as potências diabólicas” (WEBER 2002:116).

A natureza da política, em linhas gerais, deve ser entendida na conexão entre, por um lado, a natureza de seus meios (poder, força, violência) e o potencial de destruição e descontrole da ação humana que evoca, e, por outro, o ‘estatuto especial do dever político’, que restringe as pretensões universalizantes da ética, exigindo sua particularização ao rejeitar imperativos incondicionais. Ao contrário do que ocorre na esfera da ética, “o dever político tem como referência o indivíduo enquanto membro de uma coletividade historicamente definida, e não o indivíduo como um valor em si” (WEBER, 2002).

O político, profissional ou ocasional, é um indivíduo que vive e se move em configurações socioculturais específicas, em um duplo sentido: por um lado, o que ele está disposto e inclinado a reconhecer como um princípio de validade geral depende de suas próprias convicções íntimas e, estas, ele adquiriu como participante em um determinado mundo; por outro, sua condição de pertencimento leva-o a ter de responder por suas ações em face e a partir do grupo social e cultural em que se insere. A política constitui-se, assim, sobre valores particularistas, mas, ao mesmo tempo, não pode abdicar de preceitos éticos, na medida em que engendra deveres e virtudes que, se específicos a essa esfera, nela se pretendem valores universalizáveis. De qualquer modo, as duas esferas (a da política e a da ética) não se sobrepõem. As exigências que a política impõe a quem nela se inserem são fortemente marcadas por “indicações de conteúdo” para avaliação da ação, fazem parte do reino dos “valores culturais” e não podem encontrar soluções absolutas e obrigatórias em premissas éticas. Por outro lado, os imperativos éticos quando atualizados na ação política geram impasses que não podem ser resolvidos nos limites da própria ética — um bom exemplo pode ser verificado na investigação dos limites e possibilidades dos chamados “direitos humanos”. Afinal: “No que diz respeito aos valores, na realidade, sempre e em toda parte, definitivamente, não se trata de alternativas, mas de uma luta de vida e morte irreconciliável entre ‘Deus’ e o ‘Demônio’” (WEBER, 2002).

Na vida cotidiana, porém, em especial no âmbito das avaliações prático-políticas, valores opostos entrecruzam-se e se superpõem. Aqui não se trata de buscar um sistema de valores logicamente coerente (embora tal busca possa até existir) ou de pretender alcançar um meio termo entre valores que são em si inconciliáveis, mas, sim, de ‘tomar posição’ em situações concretas, muitas vezes sem ter consciência de conflitos de valores — e às vezes exatamente por isso.

Neste ponto, encontra-se o cerne da vocação (da) política: o delicado equilíbrio entre convicção e sucesso requerido pelas relações de poder que a singularizam *vis-à-vis* as demais esferas. Nisto consiste a ‘ética da responsabilidade’ postulada por Weber. Aqui, o sujeito político está envolvido em dois tipos de responsabilidades: ele deve responder pelo valor ético (de convicção) e pelo valor de eficiência (de sucesso) de sua ação. O ‘político responsável’, portanto, não opta exclusivamente por nenhum destes valores, ao contrário do que ocorre com o político de princípios e o político de resultados (*Realpolitik*), pois o político responsável é aquele capaz de vivenciar seus princípios últimos como possibilidades reais (WEBER, 2002).

O ‘político de convicção’ em sua plenitude é aquele que rejeita: a) o valor ético do sucesso — interface da política com a esfera econômica; b) o valor ético do conhecimento (razão e tecnologia) — interface da política com a esfera da ciência. Por um lado, permite tornar secundária a avaliação dos desdobramentos indesejáveis da decisão a ser tomada e, por outro, exime-se da responsabilidade por sua causação. Para ele, a ação, pelo fato mesmo de ter sido realizada, adquire valor como atualização da convicção que a gerou (é o “marcar posição” do vocabulário político corrente); a própria ação torna-se um fim em si, não consistindo em um meio para atingir objetivos outros. O político de convicção é, portanto, um adepto da ética de fins últimos e somente julga ter obrigações diante do tribunal da sua consciência. A causa final de sua conduta pertence a outro mundo e, nesse sentido, para Weber, o político de convicção — seja ele um militante revolucionário ou um militante religioso — negaria a existência mesma de uma ética propriamente *política*, ignorando a especificidade ética da ação política advinda de seus instrumentos singulares (força e violência) em suas inevitáveis consequências (WEBER, 2002).

Já o político que maximiza a idéia da eficiência na definição da boa ação atua segundo a lógica da “política do poder” (Weber, 2002), ou seja, o culto do poder em si. Trata-se do ‘político de resultados’ que, pela ausência de princípios norteadores, não logra atingir outro objetivo que não a própria perpetuação no poder — ou seja, alguém que é incapaz de defender uma causa, de se dedicar “ao deus ou ao demônio que a inspira” (Weber, 2002) e, portanto, de engendrar significado positivo à sua existência.

Com essas reflexões, Weber (2002) conclui ser a demanda específica da política justamente o desenvolvimento da capacidade de ponderar, de manter um certo equilíbrio entre paixão e perspectiva, entre o desejável e o possível. O verdadeiro político de vocação seria, portanto, o ‘político responsável’. Aquele político capaz de sacrificar algumas de suas convicções, se assim o contexto exigir, mas que em determinado momento, no limite de seus princípios, pode vir a dizer: “Não posso fazer de outro modo; detengo-me aqui” (Weber,

2002). Na verdade, na ação política não estão em jogo apenas o poder ou a paz e as satisfações individuais — embora estes existam — mas, sim, esforços responsáveis por uma causa que, apesar de transcendente ao indivíduo, requer convicções pessoais.

A política não é em si o reino das intenções e da força, a política é por excelência o mundo das realizações comprometidas em contexto. Aqui se chega ao significado fundamental da postulação da honra como critério distintivo da política. Para Weber (2002), a especificidade do dever político está no exercício ponderado da responsabilidade, entendida como capacidade de agir e de responder pela retidão e eficiência da conduta em situações concretas. Seria, portanto, inerente à própria construção do sujeito político comprometer-se, no duplo sentido que esta ação comporta: assumir compromisso e comprometer outrem. A *condição de pertencer* mostra-se, assim, intrínseca à vida política. E neste pertencimento necessário residiria a possibilidade de constituição de uma honra que não se confunde com a noção moderna de dignidade. Se a dignidade moderna remete à existência de uma qualidade humana essencial (Humanidade, com maiúscula), a honra encontra o significado da realidade humana em sua singularidade e individualidade histórica (humanidades, no plural). E, para Weber, o caráter diferenciado e localizado dos sujeitos em ação (que a dinâmica da honra pressupõe e recria) é essencial à especificidade da própria esfera política.

A burocracia, para Weber (2002), encontra sua vocação no exercício conscientioso e honesto da função pública; portanto, a vocação especificamente política começa onde termina a da esfera burocrática. Se o burocrata deve elevar a regra e a ordem à condição de convicção pessoal, o político de vocação tem o dever de *lutar* para transformar suas convicções íntimas em ordem e regra. Assim, nos alerta Weber, confundir esses deveres vocacionais aviltaria duplamente a vida política: na organização do domínio permanente e no exercício da liderança política. Tal contraste se expressa empiricamente no código de ética do servidor público no Brasil — com sua prioridade à distinção entre procedimento honesto e desonesto — e no regimento interno da Câmara dos Deputados, que submete o juízo sobre o procedimento do parlamentar à figura do decoro e à preservação da dignidade e honra do mandato.

8. ESQUERDA E DIREITA

Para Bobbio (2001), parece haver um consenso (tanto na mídia quanto na opinião pública) de que Direita e Esquerda teriam perdido a validade como termos para definição de facções ou tipos de pensamento político, devido à queda do Muro de Berlim e o consequente colapso do regime comunista soviético. Ele pede licença para discordar, arrolando uma série de motivos pelos quais, esquerda e direita, conceitos utilizados pela primeira vez na política

durante a Revolução Francesa, ainda são mais do que significativos nos dias de hoje, partindo desde o mais óbvio (o fato de que as pessoas ainda definem facções no espectro político segundo o critério de divisão entre esquerda e direita) até uma análise mais cuidadosa segundo a qual esquerda e direita subsistem devido às maneiras bem diferentes de encarar questões como liberdade e igualdade entre os homens.

Todos sabemos como começou essa luta. Em 1789, com a falange antimonárquica à esquerda dos Estados Gerais, os termos «esquerda» e «direita» começaram por ser termos espaciais, definindo quem se sentava onde em relação ao rei e aos seus ministros. Com o processo revolucionário francês, termos essencialmente espaciais evoluíram ideologicamente: a ‘esquerda’ passaria a representar a mudança, o desejo de mudança, sobretudo contra os privilégios aristocráticos ou eclesiásticos estabelecidos. A ‘direita’ surgia como a defensora da ordem, da conservação, ou, em linguagem ainda mais simplória, apoianta da ‘reação’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. Dos Argumentos Sofísticos. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1973.
- _____. **A Política**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1978.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. 12^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda - as razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. **Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. 2^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Estudos sobre Hegel – Direito, sociedade civil, Estado**. 2^a edição. São Paulo: Brasiliense-Unesp, 1995.
- _____. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.
- _____. **Locke e o direito natural**. 2^a ed.. Brasília: UnB, 1997.
- _____. **Liberalismo e democracia**. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- CAETANO, Marcello. **Manual de Ciência Política e Direito Constitucional**. 6^a ed. Portugal: Livraria Almedina Coimbra, 1998.
- CHÂTELET, F. **Histórias das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
- DALLARI, D de A. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- HEGEL, GFW. **Princípios da Filosofia do Direito**. 4^a, Lisboa: Guimarães Editora, 1990.
- _____. **Filosofia da História**. Brasília: Ed. UNB, 1999.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

- KELSEN, H. **Teoria Geral do Direito e do Estado.** 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- MALUF, Sahid , **Teoria Geral do Estado.** São Paulo : Saraiva , 1998 .
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Ed. Cultvox, 1988.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MINOGUE, K. **Política - Uma brevíssima introdução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Schwarcz, 2000.
- TAVARES, J. N. **Conciliação e radicalização política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- TOFFLER, Alvim. **Powershift - A mudança do poder.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 1990.
- WEBER, Max. **Ciência e Política. Duas Vocações.** São Paulo: Editora Cultrix, 2002
- WEBER, Max. 1964. *Economía y Sociedad I.* México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

ANEXO 1

LEI N° 3.995, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1961. Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica aprovada a primeira etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, referente ao ano de 1961, na conformidade dos Anexos à presente Lei, obedecido o critério estabelecido no art. 9, parágrafo único, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Parágrafo único. As obras e serviços constantes dos referidos Anexos terão caráter prioritário, para efeito de sua execução pelos órgãos responsáveis.

Art 2º Serão estabelecidas em Lei nos termos do art. 8º da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959, as etapas subsequentes do primeiro Plano Diretor da SUDENE, relativa aos exercícios posteriores ao de 1961.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária da União, a partir do ano de 1962 inclusive, consignará nos Anexos da SUDENE e dos mais órgãos federais responsáveis por investimentos, obras e serviços na área delimitada pela citada Lei nº 3.692, os recursos necessários à execução do Plano Diretor.

Art 3º Os recursos destinados a execução de obras e serviços constantes do Plano Diretor, oriundos de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, bem como os respectivos saldos, não aplicados em cada exercício financeiro, serão depositados no Banco do Brasil à disposição da SUDENE, e vigorarão por três anos consecutivos. Esses recursos não poderão ser incluídos, pelo Poder Executivo, em planos de contenção de despesas e serão registrados automaticamente pelo Tribunal de Contas.

§ 1º No encerramento do exercício financeiro a SUDENE remeterá as duas casas do Congresso Nacional e ao Ministério da Fazenda extrato de suas contas bancárias, com a descrição dos saldos dos recursos destinados ao custeio de cada obra ou serviço.

§ 2º Os saldos referidos no parágrafo anterior serão contabilizados, pela Contadoria Geral da República como "Restos a Pagar", mas continuarão a disposição da SUDENE, no Banco do Brasil S.A. ou no Banco do Nordeste S.A., podendo ser por ela movimentados, para a execução dos serviços e obras do Plano Diretor, independentemente de autorização.

§ 3º Os recursos depositados no Banco do Brasil para a execução do Plano Diretor da SUDENE deverão ser transferidos para o Banco do Nordeste.

Art 4º As obras e serviços constantes do Plano Diretor poderão ser executados ou contratados diretamente pelos órgãos aos quais forem consignados os respectivos recursos, ou, indiretamente, mediante convênio, por outros órgãos estatais, autárquicos e sociedades de economia mista, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 2º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 bem assim o que preceitua esta lei.

§ 1º Poderá igualmente a SUDENE, ou os órgãos federais a quem competir a realização das obras e serviços constantes do Plano Diretor, delegar a sua execução aos Estados ou Municípios, mediante convênio.

§ 2º A SUDENE fiscalizará a execução das obras e serviços delegados e prestará, nesse caso, assistência técnica e administrativa aos órgãos estaduais e municipais.

Art 5º Cabe a SUDENE, mediante decisão do Conselho Deliberativo, solicitar o depósito, no Banco do Nordeste S.A., das importâncias correspondentes a dotações orçamentárias destinadas à realização de serviços e obras, no Nordeste, quando os órgãos responsáveis não promoverem a execução dos mesmos até seis (6) meses depois de iniciado o exercício financeiro.

Parágrafo único. Nesse caso, efetuado o depósito, a SUDENE providenciará para que os referidos órgãos realizem imediatamente os ditos serviços e obras, podendo, se não o fizerem promover a sua execução através de outros órgãos.

Art 6º É facultado à SUDENE promover a organização, a incorporação ou a fusão de sociedades de economia mista, para a execução de obras consideradas de interesse ao desenvolvimento do Nordeste, bem assim para a prestação de assistência técnica, contábil ou administrativa, a entidades estaduais ou municipais responsáveis pela execução de serviços de importância básica para aquele desenvolvimento.

§ 1º A participação da União em tais sociedades far-se-á através da SUDENE, mediante autorização de seu Conselho Deliberativo, ao qual caberá a indicação dos representantes do Governo Federal nas assembleias-gerais e nos órgãos de direção das referidas entidades.

§ 2º A participação da União de que trata o parágrafo anterior, será efetivada, porém, em caráter preferencial, por intermédio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, desde que se trate de sociedade distribuidora de energia elétrica de sua produção.

Art 7º É facultado ainda à SUDENE, mediante autorização do Conselho Deliberativo:

- a) realizar importações, para a execução de estudos e projetos enquadrados no Plano Diretor;

b) contratar estudos e pesquisas sobre problemas de interesse do desenvolvimento do Nordeste, podendo ceder os seus resultados a sociedades de economia mista de cujo capital participe a União o Estado ou o Município;

c) promover a organização de cooperativas dentro dos objetivos do Plano Diretor.

§ 1º O Superintendente da SUDENE fica autorizado a dispensar concorrência e contrato formal para a aquisição de material, prestação de serviços ou execução de obras até o valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

§ 2º Poderá a SUDENE contratar, dentro dos recursos que lhe forem atribuídos, pessoal especializado para a realização de serviços técnicos, o qual ficará sujeito às normas da legislação trabalhista.

Art 8º A SUDENE através dos órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecido pelas barragens já construídas e pela usina hidrelétrica de São Francisco, para atender, também, aos serviços de irrigação na zona rural.

§ 1º A SUDENE dará preferência a Companhia Hidrelétrica do São Francisco para, por si ou suas subsidiárias, realizar, na área de concessão delimitada pelo Decreto nº 19.706, de 3 de outubro de 1945, bem como naquelas que lhe vierem a ser atribuídas em virtude de necessidade da expansão do seu sistema elétrico, as obras e instalações de eletrificação previstas no Plano Diretor.

§ 2º Dentro de sessenta dias, contados do recebimento da interpelação da SUDENE, a CHESF, manifestará a preferência de que trata este artigo, sob pena de caducidade.

Art 9º Na área a que se refere o artigo anterior, a distribuição de energia elétrica produzida pela CHESF será realizada preferencial e sucessivamente:

a) pela própria Companhia ou por suas subsidiárias;

b) por sociedades de economia mista ou cooperativas organizadas pelos Estados ou Municípios, com ou sem participação da CHESF, mas sempre que possível com sua assistência técnica.

§ 1º A SUDENE adotará as medidas legais cabíveis para o cumprimento das disposições deste artigo, especialmente no término dos contratos firmados com terceiros para distribuição de energia elétrica já produzida pela CHESF, ou por outras empresas cujo patrimônio haja sido constituído com o concurso financeiro da União.

§ 2º A distribuição de energia elétrica regulada neste artigo e a preferência prevista no anterior somente poderão ser atribuídas às sociedades de economia mista ou suas subsidiárias nas quais a União, os Estados, os Municípios ou a CHESF detenham a maioria das ações com direito a voto.

§ 3º O direito de preferência outorgada à CHESF, será previstos no parágrafo único do artigo anterior.

§ 4º As cotas do imposto único e do imposto de renda (Constituição, art. 15, §§ 2º e 4º) que não tiverem destinação legal específica, poderão ser empregadas pelos Estados e Municípios na tomada de ações das sociedades referidas neste artigo, ou na garantia de financiamentos que obtiverem.

§ 5º A disposição anterior estende-se a metade da cota do imposto de renda aplicável em benefícios de ordem rural (Constituição, art. 15, § 4º, in fine) desde que as sociedades incluam entre seus objetivos a eletrificação da zona rural.

§ 6º As empresas distribuidoras de energia elétrica produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), terão suas tarifas fixadas na forma da legislação vigente.

Art 10. Os recursos financeiros, consignados no Orçamento Federal ou autorizados por lei especial destinados a serviços e obras de eletrificação ou de abastecimento de água, incluídos no Plano Diretor da SUDENE, inclusive os já executados por intermédio da CHESF ou por outras sociedades de economia mista, constituirão capital da União nas aludidas sociedades.

Art 11. Os recursos financeiros para os fins mencionados no artigo anterior, quando atribuídos a terceiros, somente serão entregues aos beneficiários depois de satisfeitos os requisitos legais necessários a assegurar a participação da União com as ações correspondentes no capital das sociedades constituídas para a exploração dos aludidos serviços.

Art 12. Na composição da tarifa de fornecimento de energia elétrica, prevista no Plano Diretor da SUDENE, poderá-se excluir, inicialmente a remuneração do investimento financiado com recursos provenientes do Tesouro Federal, quando aplicado em linha-tronco de transmissão e respectivas subestações, ou reduzir a dita remuneração de acordo com a percentagem fixada por proposta da SUDENE, se se tratar de investimento feito em outras linhas e subestações.

§ 1º Se, excluída a remuneração do investimento das linhas-tronco e respectivas subestações, as tarifas não produzirem receita que baste para atender os demais encargos, será consignada, anualmente, no Orçamento Federal, a dotação necessária para cobrir a diferença.

§ 2º A remuneração do investimento será introduzida ou completada nas tarifas à medida que as condições do sistema elétrico o permitirem, fazendo-se, oportunamente, as compensações devidas.

§ 3º Incumbe a SUDENE, em face dos dados que apurar, providenciar sobre a inclusão, na proposta de lei orçamentária da União, da verba destinada a cobrir insuficiência de tarifas, no primeiro caso, como também a eventual modificação da percentagem de remuneração progressiva do investimento no segundo.

§ 4º Na proposta de fixação das tarifas, de acordo com o disposto neste artigo, a SUDENE levará em

consideração, sobretudo, a necessidade de fomentar o desenvolvimento da região.

Art 13. Para as obras constantes do Plano de Eletrificação do Nordeste fica autorizado o reinvestimento dos dividendos atribuíveis as ações ordinárias da CHESF, subscritas pelo Tesouro Nacional, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com recursos do Fundo Federal de Eletrificação nos termos do Decreto nº 46.415, de 13 de julho de 1959.

§ 1º Poderão, igualmente, ser reinvestidos, para o mesmo fim a que se refere este artigo os dividendos que couberem à União em outras sociedades que tiverem a seu cargo qualquer parcela de responsabilidade no setor de energia elétrica do Plano Diretor.

§ 2º O reinvestimento admitido no parágrafo anterior só poderá ser feito com a aprovação da SUDENE.

§ 3º Os dividendos que tiverem de ser reinvestidos na forma do presente artigo e seus parágrafos, serão retidos na fonte, cessando a retenção quando completada a execução do Plano de Eletrificação do Nordeste.

Art 14. Ficam declaradas de utilidade pública para efeito de desapropriação do domínio pleno, ou para a constituição de servidão, as área dos terrenos necessárias à construção de subestações e à passagem aérea ou subterrânea das linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, previstas no Plano de Eletrificação incluído no Plano Diretor da SUDENE.

§ 1º A vigência da declaração de utilidade pública, de que trata este artigo, começará com a publicação do ato de aprovação, pelo órgão competente da administração federal, das plantas de cada linha de transmissão de energia, com as áreas a desapropriar individualizadas perdurando até final execução de cada projeto de eletrificação, para efeito de efetivar-se a desapropriação.

§ 2º Verificada a publicação referida no parágrafo anterior, poderá o desapropriante efetuar depósito provisório, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e ocupar os terrenos identificados, para efeito de neles praticar os atos enumerados no Decreto número 35.851, de 16 de julho de 1954, bem como quaisquer outros compatíveis com os fins da desapropriação.

Art 15. Nas desapropriações previstas nesta lei, excluem-se das indenizações as valorizações decorrentes de obras projetadas ou realizadas pelo poder público, ou por empresas de economia mista nas quais a União detenha a maioria do capital, bem como de loteamentos registrados após a aprovação dos planos ou projetos de eletrificação, incluídos no Plano Diretor da SUDENE, ou de modificações feitas com o fim de se obterem indenizações mais elevadas.

Art 16. As isenções concedidas a CHESF pela Lei nº 2.890, de 1º de outubro de 1956, e outros diplomas legais, compreendem todos os impostos federais que diretamente lhe caibam, bem como taxas e adicionais que, de qualquer modo, incidam sobre o custo de equipamentos e materiais destinados à execução do Plano de Eletrificação do Nordeste.

Parágrafo único. As isenções de que trata este artigo serão extensivas às subsidiárias da CHESF e a outras empresas de economia mista que se formarem, com a participação da União, dos Estados ou Municípios, com objetivos de eletrificação do Nordeste, às quais atribuir a SUDENE responsabilidade na execução do Plano Diretor.

Art 17. As propostas de tarifas de energia elétrica, na área definida pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, serão remetidas pelos concessionários simultaneamente ao órgão competente do Ministério das Minas e Energia e à SUDENE, devendo esta propor àquele as modificações que lhe pareçam cabíveis.

Art 18. Ficam incorporados ao patrimônio da Companhia Hidrelétrica de São Francisco os bens relacionados com a produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica que resultarem da aplicação de recursos financeiros provenientes de Orçamento da União na zona de concessão delimitada pelo Decreto-lei nº 19.706, de 3 de outubro de 1945, e a ela entregues para explorarão.

Art 19. Os bens das empresas de produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica que, em virtude do término dos contratos de concessão ou de outra causa, revertem à União na zona de fornecimento da CHESF, serão incorporados ao patrimônio desta, desde que assuma o encargo da manutenção dos serviços, inclusive dos de distribuição de energia.

Art 20. O art. 5º da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º. O Conselho Deliberativo será constituído de 26 (vinte e seis) membros, sendo dez (10) indicados pelos Governadores dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, um por Estado, 3 (três) membros natos, um (1) representante do Estado Maior das Forças Armadas e 12 (doze) representantes dos seguintes órgãos:

- j) Ministério das Minas e Energia;
- k) Ministério da Indústria e do Comércio;
- l) Companhia Hidrelétrica do São Francisco".

Art 21. São feitas as seguintes alterações no Plano Rodoviário Nacional, em relação a rodovias que interessam à região nordestina:

a) A Rodovia BR-11 (João Pessoa - Recife - Maceió - Aracaju - Feira de Santana) terá início em Boqueirão do Cesário, no Estado do Ceará, no entroncamento com a BR-13, passando a ter os seguintes pontos de passagem principais: BR-11 Boqueirão do Cesário - Aracati - Mossoró - Angicos - Caiçara - Poço Limpo - Macaíba - Natal - João Pessoa - Recife - Maceió - Aracaju - Feira de Santana.

b) A BR-23 (João Pessoa - Batalhão - Cajazeiras - Icó - Periperi - Batalha - Esperantina - Brejo - Urbano Santos - Rosário - São Luís) passa a ter os seguintes pontos de passagem: BR-23 - João Pessoa - Santa Luzia - Cajazeiras - Icó - Solonópole - Senador Pompeu - Independência - Cratéus - Poranga - Pedro II - Periperi - Batalha - Esperantina - Luzilândia - Brejo - Chapadinha - Itapicuru - São Luis.

c) A BR-27 passa a ter os seguintes pontos de passagem principais: BR-27 - Aracaju - Frei Paulo - Geremoabo - Canudos - Juazeiro.

d) passam a integrar a rede prioritária básica do Nordeste, para o efeito de serem construídas preferencialmente as seguintes ligações rodoviárias, indicados abaixo os pontos de passagem principais:

1) Fortaleza - Maranguape - Boa Viagem (BR-44A) - Pedra Branca (BR-23) - Mombaça - Acopiara - Iguatu (BR-24) - Várzea Alegre - Juazeiro do Norte - Crato - Rodovia Araripina - Santana do Cariri - Araripe - Campos Sales (BR-24).

2) Brejo Grande - Neópolis - Propriá - Porto da Folha - Monte Alegre - Paulo Afonso (BR-12 - BR-65 - BR-97);

3) Piaçabuçu - Penedo - Junqueiro (BR-11) - Porto Real do Colégio - Traipu - Pão de Açúcar - Piranhas - Delmiro - BR-65;

4) Petro Landim - Floresta - Belém do São Francisco - Cabrobó - Boa Vista - Petrolina;

5) Floresta - Carqueja - Serra Talhada - Conceição - Misericórdia - Piancó - Patos;

6) Xique-Xique (BR-46) - Barra - Ibiapetuba (BR-18);

7) Mossoró (BR-11) - Apodi - Itaú - Pau dos Ferros - Luís Gomes - BR-13;

8) Algodão (BR-5) - Ibiaí (BR-46) - Itagiba - Cajazeira (BR-47);

9) Brumado - Maracás - BR-4;

10) Itaberaba - BR-28 - Milagres (BR-4) - Amargosa - Santo Antônio de Jesus (BR-5) - Nazaré (BR-63);

11) Caravelas - Teófilo Otoni - (BR-4) - Araçuaí (BR-48) - Bocaiúva - Montes Claros (BR-3);

12) Juazeiro (BR-25) - Jaguarari - Senhor do Bonfim - Pindo - Baçú - Saúde - Mirangaba BR-39 - Irecê.

Art 22. Os equipamentos adquiridos com qualquer dos favores previstos no art. 13, letra l, alínea 1^a, e nos arts. 18 e 27 da Lei 3.692, de 15 de dezembro de 1959, não poderão durante a sua vida útil, ter alterada a localização constante do projeto submetido à SUDENE, a menos que o Conselho Deliberativo desse órgão, mediante parecer fundamentado da sua Secretaria Executiva, autorize o seu deslocamento para outro ponto da região nordestina.

§ 1º - Por "vida útil" do equipamento para os efeitos desta lei entende-se aquela aceita, pela SUDENE, por ocasião do exame do pedido dos favores legais, excluída a hipótese de obsolescência reconhecida pelo parecer a que se refere este artigo.

§ 2º - Os equipamentos importados com os favores a que se refere este artigo, serão instalados no prazo de dois anos a contar da vigência do decreto que os tenha declarado ou venha a declarar prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, mantidas todas as condições e requisitos estabelecidos para o funcionamento, distribuição, exploração e produção das empresas beneficiárias. Findo esse prazo, caducarão as autorizações outorgadas, salvo prorrogação por motivos de força maior ouvida a SUDENE.

Art 23. A transgressão, total ou parcial do disposto no artigo anterior, implicará na caducidade imediata dos favores concedidos e na consequente obrigação do beneficiário de recolher ao Tesouro Nacional dentro de 5 (cinco) dias a partir da sua notificação pela SUDENE o valor do subsídio à época da concessão, atualizada de acordo com a taxa de depreciação monetária verificada ao longo do período e acrescido de uma multa, calculada sobre o total encontrado, de conformidade com a seguinte escala:

- para os equipamentos que tenham permanecido no Nordeste menos de 25% da sua vida útil - 100%.
- idem de 25 a menos de 50%, idem - 75%.
- idem de 50 a menos de 75%, idem - 50%.
- idem de 75 a menos de 100%, idem - 25%.

§ 1º Verificada a infração, deverá o fiscal da SUDENE lavrar o competente auto, em duas vias, uma das quais ficará em poder do infrator, a título de notificação.

§ 2º Decorrido o prazo da notificação sem o recolhimento ao Tesouro, pelo empresário do que estiver a dever, a SUDENE remeterá, imediatamente à Procuradoria da República em cuja circunscrição estiver situado o estabelecimento devedor o auto de infração, o qual valerá como prova de dívida líquida e certa, para todos os efeitos legais.

§ 3º Ao crédito referido neste artigo aplicam-se no que couber as disposições do Decreto-lei 960, de 17 de novembro de 1938.

§ 4º Se a transferência tiver sido apenas convencionada ou houver fundado receio de que venha a verificar-se, será, como medida preliminar embargada a remoção dos bens, até que o Tesouro Nacional seja pago do que lhe passar a dever o proprietário dos equipamentos, nos termos deste artigo.

§ 5º Os equipamentos subsidiados responderão preferencialmente pelo cumprimento da obrigação a que se refere este artigo, a qual permanecerá ainda na hipótese de alienação dos mesmos.

Art 24. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste integrará o Conselho da Superintendência da

Moeda e do Crédito, no qual se fará representar por delegado seu, com direito a voto.

Art 25. A Comissão de Financiamento da Produção passa a ser integrada por 8 (oito) membros, tendo, além daquelas a que se referem os artigos 1º e 2º do Decreto-lei 5.212, de 21 de janeiro de 1943, modificados pelo art. 2º da Lei 1.506, de 19 de dezembro de 1951, mais um representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Art 26. O Conselho de Política Aduaneira, além dos membros a que se refere o art. 24, itens a, b, c, d, e f, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, será integrado por mais 2 (dois) membros indicados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, sendo (1) um efetivo e 1 (um) suplente, nomeados de acordo com o disposto no § 2º da Lei e artigos citados.

Art 27. As sociedades de economia mista bem como de qualquer outro tipo de que a União participe diretamente, por intermédio da SUDENE ou de banco oficial, que venham a formar-se no Nordeste, dentro de 3 (três) anos a partir da vigência desta lei, seja por constituição, incorporação ou fusão e visem ao aproveitamento industrial de recursos sanferos ou minerais da região, gozarão de isenção de todos os impostos e taxas federais que incidam sobre seus atos constitutivos.

§ 1º Dentro do prazo previsto neste artigo as pessoas naturais ou jurídicas, incorporadoras ou subscritoras do capital, bem como os sócios acionistas ou quotistas sejam pessoas naturais ou jurídicas, das sociedades incorporadas, adquiridas ou subscritoras do capital, ficarão isentos do imposto de lucros extraordinários e da tributação proporcional e complementar ou na fonte, do imposto de renda a que deveram estar sujeito em consequência da reavaliação de bens ou do ativo por efeito de venda ou incorporação a sociedade de empresas ou firmas de que façam parte.

§ 2º O valor reavaliado poderá ser distribuído em novas ações, cotas ou dividendos sem que sobre os mesmos incida qualquer tributação.

Art 28. O Banco do Nordeste Brasil S.A. terá como área de operação a mesma da atuação da SUDENE, salvo quanto aos recursos previstos no § 1º do art. 198 da Constituição, que serão obrigatoriamente aplicados no Polígono das Secas.

§ 1º O Banco do Nordeste do Brasil S.A. destinará anualmente dez por cento (10%) pelo menos de seus recursos a financiamentos aos municípios, para a realização de obras e serviços atinentes ao desenvolvimento econômico e social, mediante as garantias estipuladas no § 4º do art. 9º.

§ 2º É vedado ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. conceder empréstimos ou financiamentos para atividades comerciais de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas em prejuízo da agroindústria nordestina, utilizando recursos postos à sua disposição segundo o § 1º do art. 198 da Constituição Federal, ressalvadas as operações autorizadas pelo art. 2º do Decreto nº 33.643, de 24 de agosto de 1953, e as parcelas comprometidas em crédito especializado, momentaneamente ociosas, que poderão ser aplicadas em empréstimos de pronta liquidez.

§ 3º Não poderão ser superiores a 7% (sete por cento) os juros dos financiamentos, mediante contrato, realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. com agricultores, utilizando os recursos oriundos do § 1º do art. 198 da Constituição Federal.

§ 4º O Banco do Nordeste financiará a construção de açudes em cooperação, emprestando aos cooperados importância nunca inferior ao valor da cooperação financeira da União ou dos Estados.

§ 5º A violação do disposto no art. 13 da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, bem assim no § 2º deste artigo, importará em crime de responsabilidade para os diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A. que atualizarem as operações.

§ 6º Os órgãos e entidades públicas cuja atuação, no todo ou em parte, se faça na área do Polígono das Secas, deverão depositar, obrigatoriamente, os recursos financeiros que lhes forem destinados, no Banco do Nordeste do Brasil S.A., enquanto não fizerem a aplicação desses recursos nos fins a que se destinam.

Art 29 Na aplicação dos recursos para os serviços de abastecimento d'água, serão atendidas prioritariamente:

- a) as obras já iniciadas;
- b) as localidades cuja população seja atacada pela esquistosomose dando-se preferência àquelas cujos índices de infestação sejam os mais elevados;
- c) as localidades caracterizadas pela absoluta falta de manancial para atender ao consumo da população;
- d) as zonas rurais onde a falta d'água, mesmo nos tempos normais, prejudica a fixação do homem e a vida dos rebanhos.

Art 30. Estendem-se as sociedades de economia mista criadas pela União, os Estados ou Municípios para a execução de serviços de abastecimento d'água e esgotos sanitários, as isenções concedidas a CHESF pela Lei número 2.890 de 1º de outubro de 1956, e outros diplomas legais com a amplitude que lhes dá o art. 17º da presente lei.

Art 31. A partir de 1962, o orçamento federal consignará no anexo da SUDENE recursos para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária especialmente para a assistência direta ao produtor de gêneros de subsistência, bem assim para captação d'água do subsolo a construção de barragens submersas, a perenização

dos rios, e, ainda, para a instalação de centrais meteorológicas e estudos e experiências relativos à provocação de chuvas artificiais.

§ 1º Esses recursos não poderão ser inferiores a 20% (vinte por cento) do total das dotações atribuídas à SUDENE.

§ 2º A SUDENE providenciará, através dos órgãos federais especializados da União e nos termos desta e de outras leis em vigor, a importação de máquinas apropriadas à perfuração de poços tubulares e de motores-bomba destinados aos trabalhos de irrigação.

§ 3º Os poços tubulares serão perfurados sem ônus para os proprietários de pequenas glebas, reconhecidamente pobres, nas localidades onde os mesmos residam.

§ 4º Os poços perfurados na forma do parágrafo anterior constituirão servidão dos proprietários vizinhos.

§ 5º Os motores-bomba, adquiridos nos termos do artigo anterior, serão vendidos, aos agricultores que os destinarem à irrigação, pelo preço de custo, facilitada a aquisição, através dos empréstimos pelos estabelecimentos próprios de crédito, a juros nunca superiores a 4% (quatro por cento) ao ano, resgatáveis no prazo de 2 (dois) anos.

Art 32. O Sistema Centro-Norte do Ceará abrangerá o aproveitamento do potência hidráulico dos vales do Aracauá e do Poti e dos desníveis da Serra de Ibiapaba, bem como sistemas isolados hidro e termo-elétrico, nas regiões ocidental do Ceará e oriental do Piauí.

Art 33. A importação de peças sobressalentes, implementos agrícolas, máquinas, tratores com lâminas de potência superior a 75 HP (setenta e cinco cavalos-vapor), aviões de pequena capacidade, monomotores, até 4 (quatro) passageiros, apropriados ao serviço de saneamento e pulverização da lavoura, bem como de equipamentos para implantação ou renovação de indústrias, consideradas pela SUDENE necessários ao desenvolvimento do Nordeste, terá um financiamento do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ou do Banco do Nordeste do Brasil S.A., pago em cruzeiros, equivalente à metade do valor despendido na aquisição da moeda requerida pela operação.

§ 1º O pagamento do empréstimo a que se refere este artigo será feito somente após o desembarque do equipamento e seu desembarço pelas partícipes competentes, e nos prazos de vencimento previstos nos contratos de fornecimento do equipamento.

§ 2º O órgão financiador receberá o valor dos empréstimos concedidos na forma deste artigo em ações das empresas beneficiadas, obedecidas as disposições da Lei nº 2.300, de 24 de agosto de 1954.

§ 3º O prazo de financiamento para as operações previstas neste artigo será de 10 (dez) anos, com carência de 3 (três) anos inclusive.

§ 4º A importação de equipamentos, que não tenham similares no país com esse caráter registrados, adquiridos no exterior para implantação de indústrias que aproveitarão única e totalmente matéria-prima agrícola do Nordeste e cuja produção, pelo menos 50% (cinquenta por cento), se destine à exportação, terá um subsídio do Tesouro Nacional, pago em cruzeiros, equivalente à metade do valor despendido na aquisição da moeda requerida pela operação, obedecidos os prazos previstos no § 1º deste artigo.

§ 5º Os interessados nos benefícios do parágrafo anterior comprometer-se-ão a utilizar, pelo menos durante 10 (dez) anos matéria-prima agrícola do Nordeste e a exportar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de sua produção.

§ 6º O não cumprimento das exigências do parágrafo procedente será considerado transgressão e implicará na perda dos favores obtidos e na devolução do subsídio concedido, nos termos do art. 23 desta lei.

§ 7º O orçamento da União consignará, anualmente, a importância estimada necessária para atender, em cada exercício, aos encargos decorrentes do disposto no § 4º deste artigo.

§ 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até a importância de Cr\$ 500.000.000,00 (quinquinhos milhões de cruzeiros), para ocorrer, desde já, às despesas com o pagamento do subsídio à indústria.

§ 9º Fica também assegurado o financiamento, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da aquisição no mercado nacional de equipamentos para indústrias instaladas ou a instalar no Nordeste, obedecidas as seguintes condições:

- a) aprovação, pela SUDENE, dos planos de instalação, ampliação ou modernização das indústrias;
- b) prazo de financiamento fixado em (dez) anos;

c) prazo de carência de 3 (três) anos.

§ 10. Só terão direito aos benefícios concedidos neste artigo as empresas constituídas de capital 100% (cem por cento) brasileiro.

Art 34. É facultado as pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução até 50%, nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. (Vide Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)

§ 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco do Nordeste do Brasil S.A., fazendo-se o recolhimento em conta especial, com visto da Divisão do Imposto de Renda ou suas Delegacias nos Estados, e ali ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º A SUDENE aprovará, a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida, e, uma vez aprovados os mesmos, autorizará a sua liberação, que se fará parceladamente, à proporção das necessidades da inversão.

§ 3º Os planos aprovados deverão ser aplicados no prazo de três anos a partir da retenção do imposto de renda. Esgotado este prazo, a importância retida se incorporará a renda da União.

Art 35. Os ato relativos à alienação de quaisquer propriedades rurais, inclusive os que visem ao desmembramento desses imóveis quando se referirem a lotes de área igual ou inferior a 50 hectares, destinados à exploração agropecuária na região do Nordeste, ficam isentos do pagamento de todos os impostos ou taxas federais que sobre eles incidirem, inclusive o imposto sobre o lucro imobiliário.

§ 1º Quando o desmembramento a que se refere este artigo abrange lotes superiores a cinqüenta (50) hectares a iguais ou interiores a cem (100), os atos relativos à sua alienação gozarão da redução de cinqüenta por cento sobre eles incidida.

§ 2º Verificando-se em qualquer tempo, que o adquirente do imóvel nas condições dêste artigo deu ao mesmo destinação diversa será êle, responsável pela tributação a que estaria sujeita a transação cobrada em tresdobra.

Art 36. É o Poder Executivo autorizado a pôr à disposição da SUDENE o total do crédito especial de Cr\$1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), cuja abertura foi autorizada pelo art. 25 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, para ser aplicado, de conformidade com o disposto no art. 24 da mesma lei, no programa a seguir discriminado, bem como para resarcimento de adiantamentos autorizados pelo Presidente da República e feitos para financiar a realização de obras discriminadas na presente lei:

I - Investimentos em Energia Elétrica

a) Aumento da capacidade de geração, melhoria da rede de distribuição e obras correlatas inclusive elaboração dos respectivos estudos, da usina térmica da Cidade de Fortaleza	230.000.000,00
b) Aumento da capacidade geradora das usinas de energia elétrica das cidades de Teresina e Parnaíba	75.000.000,00
c) Construção da nova rede de transmissão de 132 Kv, circuito duplo, de Campina Grande a Santa Cruz	120.000.000,00
d) Aumento da capacidade de geração e distribuição de energia elétrica em São Luiz do Maranhão	45.000.000,00

II - Investimentos em Transportes

a) Obras de construção e pavimentação nas seguintes rodovias, inclusive estudos e projetos BR-11.....	
- terraplenagem e obras de arte no trecho Alagoinhas-Rio Real (BA)	30.000.000,00
- pavimentação terraplenagem e obras de arte no trecho Pôsto Fiscal-Estância (SE)	30.000.000,00
- estudos e projetos da ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco, entre Pôrto Real do Colégio (AL) Propriá (SE)	15.000.000,00
- terraplenagem obras de arte e pavimentação do trecho do Estado de Alagoas	40.000.000,00
- contorno da Cidade do Recife, terraplenagem, obras de arte e pavimentação, sendo Cr\$ 20.000.000,00 para acesso ao porto do Recife	40.000.000,00
- melhoramentos de obras de arte na rodovia João Pessoa - Natal, prolongamento da BR-11:	
a) trecho no Estado da Paraíba	50.000.000,00
b) trecho no Estado do Rio Grande do Norte. BR-13	20.000.000,00
- estudos e projetos da ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco, entre Belém do São Francisco (PE) e Barra do Tarrachil (BA)	5.000.000,00
- estudos da modernização do porto da Areia Branca (RN)	15.000.000,00

III - Investimentos em Abastecimento de Água

Maranhão	17.000.000,00
Ceará	40.000.000,00

Rio Grande do Norte	15.000.000,00
Paraíba	10.000.000,00
Pernambuco	40.000.000,00
Alagoas	28.000.000,00
Sergipe	20.000.000,00
Bahia	45.000.000,00

IV - Aplicação em Empreendimentos Diversos

a) Valorização do Vale do Jaguaribe (CE)	25.000.000,00
b) Charqueada em Campo Maior (PI)	15.000.000,00
c) Usina piloto para aproveitamento integral do babaçu	10.000.000,00
d) Constituição de estoques de alimentos para a emergência de seca	20.000.000,00

Art 37. A dotação global de Cr\$ 2.653.400.000,00 (dois bilhões seiscentos e cinqüenta e três milhões e quatrocentos mil cruzeiros), consignada no Anexo 4 - Poder Executivo - Subanexo 4.05 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, verba 30,00 Desenvolvimento Econômico e Social do Orçamento da União para 1961 (Lei nº 3.834, de 10-12-60) fica discriminada na forma estabelecida nos Anexos a presente lei.

Art 38. É o poder Executivo autorizado a abrir à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste crédito especial até o limite de Cr\$ 912.700.000,00 (nove bilhões, novecentos e doze milhões e setecentos mil cruzeiros), para cobrir os gastos decorrentes da execução da primeira etapa do Plano Diretor aprovada pela presente lei, na forma discriminada do Anexos que a acompanham.

Art 39. As dotações globais constantes desta lei serão requisitadas pela SUDENE após a aprovação dos planos de aplicação, devendo a execução das obras e serviços correspondentes ficar a cargo dos órgãos federais competentes.

Art 40. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Alfredo Nasser

Walther Moreira Salles

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.12.1961

ANEXO 2

UM RETRATO POLÍTICO DO BRASIL 1980-2000

Na campanha eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em fevereiro de 2002, a assessoria econômica do candidato solicitou a diversos cientistas políticos e economistas, dentre eles Celso Furtado, uma análise das mudanças políticas ocorridas no Estado brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. O documento, intitulado *Dois processos que alteraram tanto o Estado como suas relações com a ordem social e a ordem econômica: a democratização política e a liberalização econômica*, foi entregue ao então candidato em agosto de 2002. O documento, localizado na Biblioteca da Casa Civil da Presidência da República, contém 420 páginas, as quais foram resumidas para efeito deste trabalho. Nesse sentido, embora o documento possa ser caracterizado com um perfil objetivo, desprovido de opinião, observou-se que carrega em si o pensamento prático político de Celso Furtado.

A democratização política e a liberalização econômica foram dimensões-chave da transição política que transformou a forma autocrática e desenvolvimentista de Estado, vigente no Brasil desde os anos de 1930. Ao longo de sua existência, este Estado cumpriu o papel de núcleo organizador da sociedade, deixando pouco espaço para a organização e a mobilização autônomas de grupos sociais (sobretudo dos vinculados às classes populares), e funcionou como alavanca para a construção de um capitalismo industrial, nacionalmente integrado, mas dependente do capital externo, por meio de uma estratégia de substituição de importações. Essa forma de Estado foi denominada de nacional-desenvolvimentista, pois adquiriu suas características básicas sob a presidência de Getúlio Vargas.

A transição política brasileira começou com a crise de Estado de 1983-1984 e terminou com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, momento em que o Estado ganhou estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, liberal em assuntos econômicos, e identificado com a democracia representativa. Nessa transição, a democratização política foi mais importante na década de 1980 ao passo que a liberalização econômica destacou-se nos anos de 1990. Essa transformação política só pode ser entendida ao se considerar o contexto da transnacionalização do capitalismo (desencadeada pela globalização financeira) e da democratização da sociedade brasileira.

CRISE DE ESTADO E TRANSIÇÃO POLÍTICA

O cerne da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro foi, sob o ponto de vista econômico, a incapacidade de fazer frente aos pagamentos da dívida externa no início da década de 1980³², colocando em xeque o padrão de relacionamento do Brasil com a ordem capitalista mundial. Dessa forma, a crise só poderia ser superada mediante um arranjo da articulação que havia permitido que o país tivesse apresentado até então um desenvolvimento capitalista pujante, embora dependente. Conforme fosse o caminho escolhido para enfrentar a

³² A moratória brasileira do final de 1982 e a assinatura de acordo com o FMI, em janeiro de 1983, sinalizam o caráter externo da crise. Isso não significa ausência de desequilíbrio fiscal. Este não dava, porém, especificidade à crise, ao contrário do que tem sublinhado Bresser Pereira (1993). A diferença é importante, pois, se o desequilíbrio fiscal não decorresse principalmente do endividamento externo, o Estado teria maior raio de manobra para resolvê-lo de outra forma.

situação, poderiam surgir fraturas nas relações do Brasil com centros econômicos e políticos mundiais mais importantes e/ou na própria base doméstica de sustentação política do Estado.

A situação era tanto mais difícil porque as mudanças em curso nos âmbitos internacional e doméstico acentuavam os riscos dessas fraturas. Externamente, a moratória mexicana resultou na suspensão dos fluxos voluntários de empréstimos bancários para o Brasil e outros países devedores latino-americanos de 1982 até o final da década, o que provocou uma profunda crise econômica na região. Além disso, desde meados da década de 1970, as idéias predominantes nos países centrais e nas agências financeiras multilaterais em relação à política econômica moveram-se, cada vez mais, do paradigma keynesiano para a ortodoxia monetarista, inclinada a adotar políticas rígidas de contenção de gastos públicos e de controle monetário. Essas mudanças nos fluxos econômicos e nas idéias predominantes em relação à gestão econômica restringiram a autonomia das políticas econômicas nacionais.

Internamente, as mudanças políticas iniciadas nos anos de 1970 e aprofundadas desde então também dificultaram a rearticulação externa. De fato, nas eleições de 1982, o partido de sustentação do regime militar perdeu sua maioria absoluta na Câmara dos Deputados e dez governos estaduais importantes passaram a ser governados por partidos da oposição³³. Com tais resultados, o processo de liberalização política, iniciado por Ernesto Geisel em 1973-1974, pôs o controle do regime militar sobre a mudança política do país. Com efeito, esses insucessos políticos aprofundaram o padrão segundo o qual mudanças sociais empurravam, para além de seus próprios limites, o projeto de liberalização política do regime militar. A partir de 1970, os alicerces politicamente excludentes do regime militar e do velho Estado Varguista foram abalados por um vigoroso processo de democratização política. As classes populares tornaram-se politicamente autônomas e tentaram partilhar valores materiais e não-materiais que antes eram exclusivos das classes média e alta. Por meio das eleições, das atividades de novas associações civis ou da renovação da atuação de velhas associações, as classes populares, parte das classes médias e, até mesmo, alguns setores empresariais passaram a questionar a capacidade de o Estado controlar a sociedade.

Dessa forma, no início dos anos de 1980, o governo brasileiro encontrava-se em campo minado. Na escolha da estratégia para enfrentar a crise, ele sofria, ao mesmo tempo, pressões externas para conduzir o país em direção à ortodoxia econômica e, na direção oposta, estímulos decorrentes das novas condições políticas internas. Embora o governo tenha optado por um ajuste externo, a produção de megasaldos no comércio exterior para pagar o serviço da dívida externa, acompanhado de um ajuste fiscal pouco drástico, foi suficiente para causar sérios danos ao suporte sociopolítico.

Diante disso, a estratégia escolhida para enfrentar o estrangulamento externo produziu uma crise política complexa. Ela começou por dissociar o governo da base de sustentação sociopolítica do Estado Varguista. O “ajuste externo” opôs-se ao receituário econômico da coalizão desenvolvimentista, que via no crescimento econômico nacional o valor básico a ser alcançado e fazia das empresas estatais seu pilar central de sustentação. A política governamental foi considerada recessiva e inflacionária, pois transferia todos os custos do ajuste para os agentes econômicos domésticos, principalmente para os assalariados e para as empresas estatais,

³³ A reforma partidária de 1979 rompeu o sistema bipartidário, instituído pelo regime autoritário em 1965. O PDS (Partido Social Democrata) tomou o lugar da Arena como representante do regime e os partidos PMDB, PDT, PTB e PT assumiram o lugar do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) como oposição política. Na eleição de 1982, o PMDB elegeu nove governadores de estado e o PDT, um.

evitando onerar os credores externos. Assim, as políticas de governo não só se dissociaram dos interesses imediatos da base de sustentação do Estado como passaram a ser consideradas ilegítimas, contrárias aos valores básicos da aliança desenvolvimentista.

Um dos resultados disso foi que parte da velha coalizão desenvolvimentista passou a se opor ao governo. As reações dos dirigentes das empresas estatais, duramente atingidas pela política de ajuste escolhida, foram pouco explícitas, em função do caráter autoritário do regime. Sua oposição manifestou-se indiretamente, pela resistência burocrática aos comandos governamentais e pela atuação de parlamentares sintonizados com as estatais no Congresso. Os empregados das empresas estatais, pelo contrário, manifestaram-se publicamente contra a política do governo, seja com demonstrações de rua, seja pela greve de protesto.

Foi no empresariado privado, porém, que ocorreu a fratura mais importante da base de apoio do Estado. Parte das elites empresariais se opôs à estratégia governamental de ajuste e aderiu a projetos alternativos para enfrentar a crise econômica, indicando o esvaziamento da liderança do governo. Uma porção da elite empresarial, a dissidência mais numerosa, foi magnetizada por uma versão industrialista de desenvolvimentismo e uma outra, bem menor, foi atraída por uma variante periférica de neoliberalismo.

Essas reações surgidas no interior da elite empresarial e no sistema de empresas estatais favoreceram a atuação da oposição político-partidária no Congresso e seus esforços para mobilizar as classes médias e populares na luta contra a perpetuação do regime militar. Essa mobilização de massa resultou, entre janeiro e março de 1984, na mais importante demonstração pública ocorrida no Brasil em favor da democratização política a campanha das “Diretas Já”.

A mobilização popular minou completamente o apoio ainda existente à política de democratização gradual e limitada liderada pelo regime autoritário. Com isso, a crise política expandiu-se e aprofundou-se: a perda de legitimidade do governo estendeu-se, incluindo o próprio regime autoritário. Mais ainda, naquela conjuntura crítica, foi iniciada a ruptura dos limites da legitimidade do Estado. A entrada maciça da população na luta política em favor da superação rápida do regime autoritário produziu uma inovação substancial na vida política brasileira: obrigou o governo a tolerá-la, os meios de comunicação de massa fiéis ao regime a noticiá-la e as elites políticas a rejeitar as costumeiras condicionalidades interpostas à vigência da democracia no Brasil. De fato, a idéia de que não há democracia sem participação popular e de que não há participação popular sem a liberdade plena de associar-se e de manifestar demandas coletivas fortaleceu-se social e politicamente pelo amplo apoio das classes médias e das massas populares. A Campanha das Diretas redefiniu o espaço legítimo da política no Brasil.

Em suma, apoiada pela mobilização de massa, a oposição produziu uma crise no padrão vigente de hegemonia política. Daí em diante seria inaceitável um Estado que impusesse restrições à expressão e à organização políticas das massas populares; um Estado assim só poderia se manter pela força e/ou pelo interesse. Dessa forma, a campanha “Diretas Já” anunciou um novo projeto de Estado, orientado por valores democráticos surgidos do clamor da sociedade pela democratização.

Todavia, o regime militar derrotou no Congresso Nacional a proposta de eleições diretas para a Presidência da República. Isso minimizou os efeitos políticos da crise de hegemonia desencadeada pela mobilização de massa. O governo conseguiu, usando as alavancas de poder de que dispunha, contornar provisoriamente a crise: manteve as massas populares fora do processo imediato de escolha do novo presidente da República, mas não conseguiu evitar que boa parte de sua base político-partidária apoiasse a eleição de um

governo civil liderado pela oposição. Não há dúvida, porém, quanto aos efeitos conservadores da exclusão das massas da sucessão presidencial: a oposição política, minoritária no Colégio Eleitoral, só teve condições efetivas de vencer moderando suas ambições e efetuando um pacto político com dissidentes do regime autoritário. Ademais, os programas dos candidatos permaneceram dentro dos limites dados pelo próprio governo e por empresários dissidentes. Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática³⁴, assimilou algumas das propostas desenvolvimentistas que contavam principalmente com apoio no empresariado industrial. O candidato de direita, Paulo Maluf, fez algo semelhante em relação ao projeto neoliberal, que tinha suporte de associações comerciais e no setor agrícola de exportação. Mesmo com tais limitações, as propostas anunciam sua sintonia com as aspirações populares de implantar a democracia política no país.

A esmagadora vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral mostrou bem quais eram as aspirações políticas dominantes na elite política brasileira e, implicitamente, qual o projeto político que prevaleceria no período presidencial seguinte: construir uma Nova República, uma democracia plena que não impusesse restrições aos movimentos e às organizações populares, que tivesse como orientação econômica um nacional-desenvolvimentismo renovado e que combinasse crescimento econômico e redistribuição de renda.

A NOVA REPÚBLICA: DEMOCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO

Durante o governo Sarney³⁵, o legado institucional autoritário ajustou-se ao processo de democratização em curso, traduzindo as demandas de ampliação do espaço da política e do universo de seus participantes reconhecidos em regime político democrático. Isso implicou tanto o rompimento dos limites institucionais impostos à participação e à organização política das classes populares como a expansão dos direitos básicos do cidadão. Eliminou-se, assim, na Nova República, um dos pilares centrais do Estado Varguista, em qualquer de suas formas de organização política. Já no início do governo de José Sarney, alterou-se um conjunto de leis que bloqueavam a participação política popular. No primeiro semestre de 1985, foram instituídos: a) eleições diretas, em dois turnos, para a Presidência da República; b) eleições diretas nas capitais dos estados, áreas de segurança e principais estâncias hidrominerais; c) representação política para o Distrito Federal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; d) direito de voto aos analfabetos; e) liberdade de organização partidária, mesmo para os comunistas. Além disso, a legislação sofreu mudanças que provocaram um enorme impacto na atividade política dos trabalhadores, aumentando muito seus direitos de participação e liberando-os do controle governamental: a) foram readmitidos líderes sindicais, antes demitidos por mau comportamento; b) foi cancelado o controle do Ministério do Trabalho sobre as eleições sindicais; e c) foi eliminada a proibição de associações intersindicais, o que legalizou as atividades das centrais sindicais que, até então, eram apenas toleradas.

Essas e outras mudanças nas normas que regulavam a vida pública e também a tolerância governamental, quando do desrespeito à lei nas manifestações coletivas, permitem caracterizar a Nova República

³⁴ A Aliança Democrática foi constituída pelo PMDB e pela Frente Liberal, dissidência do PDS, que depois se converteu no Partido da Frente Liberal (PFL). A candidatura de Paulo Maluf foi lançada pelo PDS e apoiada pelo governo militar.

³⁵ O presidente eleito Tancredo Neves não tomou posse em 15 de março de 1985 porque ficou repentinamente doente, morrendo poucas semanas depois. Em seu lugar foi empossado o vice-presidente José Sarney que governou até 15 de março de 1990.

como um arranjo político no qual vários segmentos sociais, inclusive as classes populares, puderam lutar por seus interesses e idéias com grande liberdade de ação e organização. Demonstra este ponto o crescimento do número de greves e dias parados durante o governo Sarney.

O aumento da participação popular afetou a hierarquia entre os centros de poder do Estado, a gestão governamental e a amplitude dos direitos de cidadania. De fato, a crise de hegemonia enfraqueceu a hierarquia que caracterizava o regime autoritário anterior. Na Nova República, as pressões da base para o topo da sociedade fortaleceram a autonomia dos centros de poder que antes costumavam ser subalternos. Portanto, o Congresso Nacional, o Judiciário, os governos dos estados e os partidos políticos ganharam mais latitude de ação em relação à Presidência da República.

As mudanças nas instituições políticas e no âmbito de poder dos diversos atores culminaram na Constituição de 1988, que ampliou o poder de ação do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público nos processos de decisão governamentais. Parte da base material para exercer o poder impostos e autonomia financeira foi transferida da União para os estados e municípios, a ponto de transformar os municípios em unidades federadas. Em relação aos direitos de cidadania, a nova Constituição estabeleceu uma regra política democrática e ampliou a proteção social para todos, trabalhadores ou não. Definiu como dever do Estado garantir os direitos sociais, inclusive os relacionados à proteção do meio ambiente e tornou possível que cidadãos e coletividade exigissem o cumprimento dessas garantias pelo poder público. Além disso, os constituintes ampliaram o âmbito das atividades dos promotores públicos fazendo do Ministério Público um ramo especial do Estado, independente dos três poderes clássicos. Em sua nova forma, o Ministério Público recebeu a missão de assegurar o cumprimento dos direitos da cidadania, garantidos em lei, contra a ação ou a omissão do Estado.

Ao mesmo tempo, a Constituição de 1988 emprestou uma moldura legal rígida ao desenvolvimentismo democratizado: foram ampliadas as restrições ao capital estrangeiro, as empresas estatais ganharam mais espaço para suas atividades, o Estado obteve mais controle sobre o mercado e os servidores públicos e outros trabalhadores viram aumentar sua estabilidade no emprego e vários benefícios, inclusive os de aposentadoria. Portanto, a Constituição de 1988 assegurou a permanência à velha articulação entre o Estado e o mercado no momento em que o processo de transnacionalização e a ideologia liberal estavam para ganhar uma dimensão mundial em função do colapso do socialismo de Estado.

Dessa forma, durante a presidência de José Sarney, a elite política brasileira realizou completamente, do ponto de vista institucional, o projeto da Nova República. Ainda assim, esta não se converteu em um sistema estável de poder. A elite política dirigente fracassou em articular uma nova coalizão sociopolítica que sustentasse o projeto desenvolvimentista democratizado para, por esta via, superar a crise de Estado. A instabilidade econômica crescente no governo Sarney sinalizava a fragilidade política do Estado. No entanto, não se tratava apenas de a elite política ter ou não ter as idéias certas ou de ela fazer ou não as alianças apropriadas para estabilizar um novo sistema de poder. Na verdade, as circunstâncias em que ela operava eram muito difíceis para que pudesse ter sucesso.

A elite política tentou renovar a estratégia desenvolvimentista, combinando distribuição e crescimento econômico, mas o fez em um contexto externo muito adverso que, em vez de ser uma fonte de capitais (empréstimos estrangeiros ou investimentos), os drenava continuamente do país (como obrigações internacionais). Ademais, a elite dirigente enfrentou esse ambiente inóspito em circunstâncias políticas muito

desfavoráveis. Ela teve de lidar com uma sociedade onde os movimentos sociais e as organizações coletivas floresciam e demandavam enfaticamente a satisfação imediata de suas carências. Talvez se possa dizer que, em uma sociedade tão esperançosa como era o Brasil da Nova República, a escassez de recursos não dava muito espaço para negociações políticas bem-sucedidas.

A elite política também tentou resolver os problemas surgidos com a crise do Estado como se o Estado não tivesse perdido muito de sua autoridade política e de sua força material. Em função dessas perdas, as tentativas ortodoxas ou heterodoxas³⁶ de enfrentar a instabilidade econômica depararam-se com ameaças de coações externas decorrentes da falta de pagamento de débitos, e com o veto ou a adesão reticente de membros da velha aliança desenvolvimentista que sustentava o Estado, embora já sem articulação e objetivos definidos. Além dos credores privados externos, governos estrangeiros e organizações multilaterais, as atividades das coletividades novas ou renovadas, inspiradas em ideário ora conservador ora reformista e constituídas a partir de distintas bases socioeconômicas, ajudaram a moldar as políticas estatais, algumas vezes estimulando e outras colocando alguns limites à ação do Estado. Organizações de empresários agrícolas e de proprietários de terra, por exemplo, restringiram o programa de reforma agrária a um mínimo e, por sua atuação junto ao Congresso Constituinte, conseguiram assegurar amplamente os direitos de posse da terra. Em sentido oposto, em 1989, ano da sucessão presidencial, fortes manifestações organizadas pela Central Única de Trabalhadores (CUT) e por sindicatos levaram o Congresso Nacional a não aprovar na íntegra o chamado Plano Verão, visto que ele tentava estabilizar a moeda reduzindo os salários reais dos trabalhadores. Seguramente, a eficácia da atuação dos movimentos e das organizações populares e das camadas médias na Nova República pode ser explicada, em boa parte, pela fragilidade material do Estado e pela articulação frouxa de sua base de sustentação social.

Em fevereiro de 1987, o presidente José Sarney comunicou que o País decretara a moratória, o Brasil devia US\$ 107 bilhões a seus credores internacionais. “Tomei uma decisão de grave importância para a história do Brasil contemporâneo”, disse Sarney. Horas antes, o ministro da Fazenda Dilson Funaro enviara um telex ao vice-presidente do Citibank, William Rhodes, comunicando a decisão do governo ao coordenador de seus credores. Funaro vencera uma queda de braço com seu colega do Planejamento, João Sayad, que a partir dali perderia espaço no núcleo de poder do governo. As causas da moratória residiam nos planos internacional e doméstico. No plano internacional, o esquema convencional de renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento foi montado tendo como principal objetivo evitar uma crise no sistema financeiro internacional, por interesse e articulação dos governos dos países credores. No plano doméstico, o governo Sarney, especialmente durante a gestão de Dilson Funaro, Ministro da Fazenda, não aceitava os custos da solução imposta pelos credores; em especial, o sacrifício das metas de crescimento econômico. A rigidez do esquema convencional não ofereceu alternativa à posição brasileira senão a decretação da moratória. O realismo é a corrente da economia política internacional que mais pode contribuir para a explicação do evento enfocado; contudo, a premissa do ator unitário deve ser posta de lado em virtude da importância da política doméstica para a decretação da moratória.

Em síntese, a Nova República tornou-se um sistema instável de dominação política, em que não se

³⁶ Durante o governo Sarney, podem ser contadas como tentativas heterodoxas de superar a instabilidade econômica os planos "Cruzado", lançado em fevereiro de 1986, "Bresser", editado em meados de 1987, e "Verão", cuja vigência foi iniciada em janeiro de 1989.

articulavam bem a dimensão institucional, a esfera sóciopolítico e as condições econômicas.

Essa instabilidade resultou, de um ponto de vista material, numa trajetória decadente de desenvolvimento. O Estado continuou a proteger o mercado interno, mas o dinamismo econômico anterior, que tinha permitido ao Brasil ter uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo, se esvaiu. As taxas de investimento caíram drasticamente: estancou a entrada de capital estrangeiro e o Estado perdeu sua capacidade de investir. O sistema de empresas estatais, que tinham sido a vanguarda do modelo desenvolvimentista anterior, perdeu seu dinamismo próprio passando a se subordinar aos objetivos governamentais do ajustamento, que visava a produzir insumos de preços baixos para combater a inflação e/ou ajudar o setor privado a produzir saldos crescentes no comércio exterior. A desorganização tanto da economia como das finanças públicas gerou flutuações súbitas no crescimento do PIB, uma redução do crescimento econômico médio além de intensas pressões inflacionárias. A inflação substituiu o desenvolvimento como questão política básica daquele período. Tudo isso constituiu um poderoso obstáculo para que, na Nova República, o processo de democratização política produzisse o seu equivalente material. Assim, embora tenha havido expansão dos serviços públicos de bem-estar, na década de 1980, os brasileiros mais pobres não aumentaram sua participação na renda nacional.

As dificuldades de estabilizar uma nova forma de Estado estimularam o crescimento no interior da elite brasileira de um novo projeto político para o país. Na medida em que a elite econômica se tornava insegura e assustada com as iniciativas reformistas do governo da Nova República, sobretudo com as políticas heterodoxas de estabilização monetária, as idéias econômicas liberais passaram a se tornar relevantes para ela. Além de se mostrarem ineficientes para restringir a inflação e retomar o crescimento econômico de forma sustentada, as políticas heterodoxas foram interpretadas como ameaças à propriedade privada, pois restringiam a liberdade de mercado e ameaçavam os contratos. Daí em diante, a elite empresarial mobilizou-se para moldar as estruturas e controlar as ações do Estado orientando-se, pelo menos parcialmente, pelas concepções neoliberais que vinham sendo difundidas, desde os anos de 1970, pelas instituições econômicas multilaterais, e pelos governos dos países centrais. Dessa maneira, sobretudo de 1988 em diante, a equipe econômica passou a confrontar o intervencionismo do Estado, exigindo desregulamentação, melhor acolhida para o capital estrangeiro, privatização das empresas estatais etc. Assim, embora o liberalismo econômico no Brasil só tenha se tornado politicamente hegemonic nos anos de 1990, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na metade da década de 1980.

Entretanto, mesmo que a retórica liberal tenha sido absorvida pelos meios de comunicação e tenha se difundido entre as camadas médias da população, isso ocorreu em menor proporção na elite política, entre os trabalhadores organizados e servidores públicos, que continuaram a defender os ideais de propriedade nacional e regulação estatal.

Eis porque a Constituição de 1988, que materializou o projeto político de democratização política e desenvolvimentismo democratizado, tornou-se um alvo para os ataques da elite empresarial e de seus líderes políticos e intelectuais e, inversamente, converteu-se em trincheira para as organizações de trabalhadores, servidores, funcionários das companhias estatais e da classe média assalariada ligada ao serviço público.

A eleição direta para presidente da República em 1989 sumariou os resultados políticos do período anterior. Depois de quase trinta anos de interrupção de disputas diretas para a Presidência, a eleição foi realizada com liberdade de expressão e reunião, participação das classes populares e das camadas médias na política brasileira. Certamente, foi a crescente presença das classes populares e médias na esfera pública que abriu

caminho para o desempenho eleitoral dos candidatos da esquerda no primeiro turno da eleição presidencial e, especialmente, para o ex-operário metalúrgico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno. Mesmo sendo candidato de um partido pequeno, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Lula foi derrotado apenas por uma pequena margem de votos³⁷. Sublinhe-se, ainda, que este ótimo resultado foi obtido sem mascarar as intenções reformistas do PT. Lula prometeu durante sua campanha uma ruptura efetiva do padrão autocrático de dominação social: as classes populares seriam conduzidas ao poder, o governo faria uma redistribuição de renda deslocando recursos do topo para a base da sociedade, realizaria uma reforma agrária e as empresas estatais seriam preservadas, embora sua administração devesse ser democratizada. Em suma, o reformismo de esquerda visava eliminar, pelo menos em parte, a “exclusão social”, radicalizando o processo de democratização ao lhe dar bases materiais adequadas. No pólo oposto, com menos de 5% dos votos aos candidatos do PMDB e do PFL, o eleitorado ratificou o fracasso da elite política em converter a Nova República numa forma estável de domínio político.

O processo eleitoral foi um momento de inflexão nas referências ideológicas que polarizavam o sistema partidário. A partir da campanha de 1989, o confronto entre democracia e autoritarismo, que caracterizava o sistema partidário desde a liberalização política do regime militar, tornou-se menos relevante. As forças partidárias reorganizaram-se de acordo com novas polarizações, e, nesse processo, sobretudo as relações Estado/Mercado ganharam espaço. Os partidos foram magnetizados pelas idéias econômicas liberais, de um lado, e pelo desenvolvimentismo democratizado, de outro. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), dissidência do PMDB organizada como partido em 1988, inclinou-se decisivamente para o liberalismo, como enfatizou seu candidato Mário Covas ao exigir para o país um “choque de capitalismo”. O Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Liberal (PL) também adotaram um programa liberal. O PDS, partido do extinto regime militar, já havia se adaptado às idéias do livre mercado desde a crise de 1983/84, embora elas tenham sido sufocadas na disputa eleitoral, tal como na sucessão presidencial anterior, pelo populismo conservador de seu candidato Paulo Maluf. E, apesar da retórica nacional-desenvolvimentista do candidato do PFL, Aureliano Chaves, o partido vinha apresentando, desde a Constituinte, uma crescente inflexão liberal e não lhe deu apoio significativo. Na direção contrária, o PMDB, o PDT e o PT radicalizaram o desenvolvimentismo em sua versão nacionalista e distributivista.

A campanha eleitoral de 1989 mostrou também outra polarização ideológica: a oposição entre dois tipos diferentes de ideais democráticos. Embora todos os partidos fossem favoráveis à democracia, aqueles que tinham a liberalização econômica no centro de sua agenda sinalizavam a aceitação da democracia representativa, mesmo quando questionavam a forma presidencialista de governo. Por outro lado, a esquerda, enfatizava o caráter limitado da democracia representativa (o de só dar espaço para atuação popular nos períodos eleitorais) e predominava a idéia de avançar em direção a formas mais participativas de democracia.

Com a vitória de Fernando Collor de Mello, político identificado com o neoliberalismo e pouco simpático aos experimentos participativos da democracia, as eleições presidenciais de 1989 tornaram-se o marco divisório entre dois momentos da transição política brasileira: o período em que predominou a democratização política e o que teve como seu impulso básico a liberalização econômica.

³⁷ No segundo turno eleitoral 37% votaram em Lula, apenas 4% menos do que no candidato vencedor, Fernando Collor de Mello.

A HEGEMONIA LIBERAL E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

O governo Collor confirmou, em parte, a inflexão liberal manifestada no embate eleitoral de 1989. Contribuiu para danificar o quadro institucional nacional-desenvolvimentista e redirecionar a sociedade brasileira em um sentido antiestatal e internacionalizante. Ainda assim, embora dando ao Estado o impulso inicial para conformar uma nova estratégia de desenvolvimento, o governo Collor não conseguiu vencer a crise de Estado experimentada pela sociedade brasileira desde o início da década de 1980.

Durante o período Collor, as licenças e as barreiras não tarifárias à importação foram suspensas e as tarifas alfandegárias, redefinidas, criando um programa para sua redução progressiva ao longo de quatro anos³⁸. Ao mesmo tempo, programou-se a desregulamentação das atividades econômicas e a privatização das companhias estatais que não estivessem protegidas pela Constituição, a fim de recuperar as finanças públicas e reduzir aos poucos o papel do Estado no incentivo à indústria doméstica. Finalmente, deu-se seqüência à política de integração regional com os países da Fronteira Sul, instituindo-se o Mercosul (1991), com vistas a ampliar o mercado para os produtos domésticos de seus participantes.

Essas medidas significavam o descarte da estratégia anterior de desenvolvimento, vigente até o início dos anos de 1980, cuja pretensão era construir uma estrutura industrial completa e integrada, usando o Estado como escudo protetor ante a competição externa e como alavanca do desenvolvimento industrial e da empresa privada nacional.

Essa reorientação estratégica, embora sintonizada com as novas inclinações liberais do empresariado nacional e com as tendências ideológicas dominantes no plano internacional, foi insuficiente para soldar um novo pacto político que superasse a crise de hegemonia iniciada em 1983. Não obstante, Collor, surgido das fissuras da ordem política em crise com a promessa de superá-la, seu governo, em vez disso, contribuiu para aprofundá-las, frustrando as expectativas das forças políticas em cena. Para estabilizar a moeda, o Plano Collor congelou preços, confiscou e reduziu parte da riqueza financeira das classes médias e empresariais. Assim, além de atingir a riqueza material, ameaçou a segurança jurídica da propriedade privada. O governo submeteu as organizações tradicionais dos empresários a ataques verbais sistemáticos organizando, ao mesmo tempo, grupos de empresários para apoiá-lo na implementação de suas políticas. Também procurou exercer o poder dissociado da classe política e de seus mecanismos tradicionais de sobrevivência; reduziu as despesas do Estado de forma arbitrária por meio da demissão em massa de servidores, desorganizando a administração pública; e tentou enfraquecer as organizações oposicionistas de trabalhadores estimulando organizações alternativas ligadas ao governo. No campo internacional, Collor também teve dificuldades. Apesar de sua orientação liberal e internacionalizante, a primeira equipe econômica do governo tentou postergar o fim da moratória herdada do período Sarney e enfraquecer a posição dos bancos estrangeiros privados na negociação da dívida externa. Essa estratégia contribuiu para enfraquecer o suporte da elite econômica brasileira e estimulou o governo dos Estados Unidos a opor-se a ele e a proteger o sistema bancário norte-americano. As dificuldades externas só diminuíram quando uma equipe econômica mais liberal tomou posse, em 1991³⁹.

Nesse contexto político perturbado, Collor foi acusado de um esquema governamental de corrupção.

³⁸ As tarifas médias eram 31,6% em 1989. Foram reduzidas para 30% em 1990, para 23,3% em 1991, para 19,2% em janeiro de 1992, para 15% em outubro de 1992 até 19,2% em Julho de 1993.

³⁹ A primeira equipe econômica de Collor foi substituída em maio de 1991.

Depois de ser investigado e processado pelo Congresso, renunciou à Presidência da República para evitar o *impeachment*. Em suma, Collor fracassou. Suas ações acirraram a crise política. Em vez de dar às forças políticas em disputa os meios para resolver de forma negociada seus próprios impasses, ele tentou impor-lhes uma solução alternativa “de cima para baixo”. Tentou restaurar de forma autocrática a estabilidade da moeda, base das relações de troca e da autoridade do Estado sobre o mercado, em uma sociedade que, embora mal alinhavada politicamente, já havia avançado muito no caminho da democratização. O *impeachment* do presidente Collor dificilmente teria ocorrido se não houvesse avançado tanto na sociedade a concepção de que o governo e o Estado deviam obedecer a limites políticos e morais muito mais estreitos do que anteriormente. Ele também não teria ocorrido se a capacidade de ação autônoma dos vários agrupamentos sociais e dos vários centros de poder do Estado não tivesse crescido tanto. As manifestações de dezenas de milhares de jovens ‘caras pintadas’, que exigiram nas ruas o *impeachment*, os testemunhos corajosos de trabalhadores subalternos contra o Chefe de Estado, a conduta autônoma da imprensa, do rádio e da televisão, assim como do Congresso e do Judiciário são expressões, cada uma a seu modo, do processo de democratização política do país.

Todavia, apesar de Collor ter fracassado na tentativa de superar a crise brasileira, desde o final dos anos de 1980, as condições econômicas internacionais vinham se tornando mais positivas para os países da periferia. Alguns fatores e decisões políticas possibilitaram essa reversão, como o grande aumento no volume das aplicações financeiras nos países centrais e em direção aos mercados emergentes, o alívio produzido nas carteiras dos credores em função do Plano *Brady* de renegociação da dívida externa e o aperfeiçoamento das políticas de liberalização econômica nos países periféricos. De qualquer forma, depois de quase dez anos de transferências de recursos líquidos negativos, a América Latina recebeu transferências positivas do resto do mundo. A magnitude dos fluxos de capital líquido para a nação cresceu em 1992 e 1993, ultrapassando 20 bilhões de dólares.

O grande afluxo de capital para o Brasil, os legados do período Collor (avanço do liberalismo econômico, no plano ideológico e institucional, e rejeição a soluções autocráticas para a crise), a exacerbação da instabilidade político-econômica durante o período Itamar Franco e o avassalador crescimento do prestígio popular de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato de esquerda à Presidência de República, foram algumas das condições e, ao mesmo tempo, alavancas poderosas para a nova tentativa, realizada em 1994, de superar a crise de hegemonia que minava a sociedade brasileira desde o início da década de 1980.

As condições e as características do sistema institucional brasileiro se defrontaram, e algumas lideranças políticas, temerosas de perder o seu controle, aproveitaram a ocasião para negociar a associação entre partidos de centro e de direita, em torno da continuidade das reformas liberais e da estabilização da economia para a tomada do poder político central. Tudo isso foi materializado nos lançamentos bem-sucedidos do Plano Real e da candidatura à Presidência da República de seu articulador, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

O Plano Real teria sido a construção de um princípio de universalidade, capaz de assegurar a superação da particularidade e da contingência inerentes ao comportamento descontrolado das forças em conflito, para retomar os termos que definem o momento maquiaveliano. Seguindo esse raciocínio, a utilização criativa da Revisão Constitucional⁴⁰ em curso no sentido de gerar condições fiscais mínimas para a estabilização (Fundo

⁴⁰ Durante o período de Revisão Constitucional as reformas podiam ser aprovadas por maioria simples.

Social de Emergência, votado em fevereiro de 1994); a instituição de uma moeda paralela, a URV (Unidade de Referência Variável), unidade de conta que generalizou a indexação e sincronizou preços e salários, criando uma espécie de “iperinflação de laboratório”; e a substituição, no dia 1º de julho de 1994, da URV pelo Real, nova moeda ancorada, mas não igual, ao dólar; tudo isso, além de dezenas de regulamentações específicas, teria produzido a estabilidade.

Contudo, o Plano Real não foi senão um passo, certamente essencial, na construção do “princípio de universalidade” que permitiu superar a conjuntura crítica anterior. Embora tenha sido uma fórmula técnica brilhante para estabilizar a moeda, cujo sucesso foi essencial também do ponto de vista eleitoral, o Plano foi apenas uma peça subordinada do “momento maquiaveliano”, cujo elo principal foi a aliança política entre partidos de centro e direita em torno de um projeto de tomada de poder e de reconstrução do Estado em uma perspectiva liberal. O próprio papel da liderança foi limitado, na medida em que deu o acabamento final a um processo de construção da hegemonia liberal cujos alicerces tinham sido erguidos, no plano societário, durante a segunda metade da década de 1980.

O sucesso do Plano Real, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República já no primeiro turno, a escolha de um Congresso Nacional onde o chefe de Estado pode construir uma aliança partidária amplamente majoritária, a vitória de políticos aliados do presidente em quase todos os estados, tudo isso já permitia antever que no dia 1º de janeiro de 1995, os representantes de um novo sistema hegemônico de poder assumiriam o comando de um Estado ancorado numa moeda estável. Nada parecia faltar para que eles pudessem completar bem a tarefa de moldar a sociedade ao ideário econômico liberal.

A partir de 1995, os novos governantes trataram de eliminar os resíduos do Estado Varguista e de construir novas formas de regulamentar o mercado, seguindo um sistema multifacetado de idéias cujo denominador comum era um liberalismo econômico moderado. As características centrais desse ideário podem ser assim resumidas: o Estado deveria transferir quase todas as suas funções empresariais para a iniciativa privada; teria que expandir suas funções reguladoras e suas políticas sociais; as finanças públicas deveriam ser equilibradas e os incentivos diretos às companhias privadas seriam modestos; haveria também restrição aos privilégios existentes entre os servidores públicos; e o país deveria intensificar sua articulação com a economia mundial, dando prioridade ao Mercosul e às relações com os demais países sul-americanos.

Esse conjunto básico de idéias liberais materializou-se em iniciativas que mudaram as relações anteriores entre Mercado e Estado e a ordem de prioridades do Estado em relação aos segmentos socioeconômicos, tanto em termos patrimoniais como institucionais. O alvo central dessas políticas era solapar alguns dos fundamentos legais do Estado Nacional-Desenvolvimentista, em parte assegurados pela Constituição de 1988, e diminuir a participação do Estado nas atividades econômicas. Nesse ponto, o governo de FHC foi bem-sucedido, já que os projetos de reforma constitucional e infra-constitucional submetidos ao Congresso foram quase todos aprovados, entre os quais se destacaram a) o fim da discriminação constitucional ao capital estrangeiro; b) a exploração, o refino e o transporte de petróleo e gás, monopolizados pela companhia estatal de petróleo (Petrobrás), foram transferidos para a União e convertidos em concessão do Estado às empresas, principalmente a estatal, que manteve grandes vantagens em relação a outras concessionárias privadas; e c) o Estado foi autorizado a conceder os direitos de exploração dos serviços de telecomunicação (telefonia fixa e

celular, exploração de satélites etc.) a companhias privadas (anteriormente as empresas públicas tinham o monopólio dos serviços).

Além de promover esse conjunto de reformas constitucionais, o governo FHC estimulou o Congresso a aprovar a lei complementar que regulava as concessões de serviços públicos à iniciativa privada autorizada pela Constituição (eletricidade, estradas, ferrovias etc.), e conseguiu a aprovação de uma lei de proteção aos direitos de propriedade industrial e intelectual, tal como recomendado pela OMC e, ainda, efetuou um enorme programa de privatizações e venda de concessões, preservando o programa de abertura comercial já implementado. De forma similar, os governos dos estados realizaram programas de privatização e concessões, mas em menor escala. Outra área importante atingida por medidas disciplinares foram as finanças públicas. Fixaram-se limites máximos para todos os pagamentos de pessoal, as dívidas dos estados e municípios foram renegociadas e foram proibidos novos empréstimos e renegociações junto ao governo Federal.

Esse conjunto de iniciativas parecia ter materializado o código comum de um novo bloco hegemônico de dominação, adotado por políticos e burocratas com comando sobre o poder Executivo, pela grande maioria de parlamentares, por empresários dos mais variados setores, pela mídia etc. e, gradualmente, dominou a classe média e parte do sindicalismo urbano e das massas populares. As medidas legislativas foram facilmente aprovadas pelo Congresso Nacional, apesar da oposição de uma minoria da esquerda portadora das bandeiras da “defesa do patrimônio público” e da “economia nacional”. As privatizações e as vendas de concessões também foram bem-sucedidas e tiveram apoio popular, apesar das disputas forenses e das manifestações de rua promovidas por organizações de esquerda.

Contudo, nesse novo bloco político (hegemônico), vinculados pelo já mencionado liberalismo econômico moderado, fortes divisões internas geraram conflitos reiterados sobre a política econômica e acabaram dando um caráter híbrido às ações do Estado. No seu interior havia, de um lado, uma corrente liberal fundamentalista orientada basicamente para a estabilização monetária e comprometida com a promoção de uma economia de livre mercado e, de outro, uma tendência liberal-desenvolvimentista, mais inclinada a equilibrar estabilização monetária com um crescimento competitivo da economia local mediante a intervenção moderada do Estado.

Ao longo do primeiro mandato de FHC, a primeira versão de liberalismo predominou, servindo de orientação e dando consistência à ação dos que dirigiram a política econômica governamental⁴¹. Os fundamentalistas tentaram obter a estabilização monetária com políticas de câmbio sobrevalorizado⁴², juros altos e ajuste fiscal brando. A segunda corrente liberal, a desenvolvimentista, não tinha a consistência da primeira, pois não possuía um texto programático nem orientava sistematicamente a ação governamental⁴³. Entretanto, o

⁴¹ Os principais representantes dessa corrente ideológica no governo foram o primeiro presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e o Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Fora do governo suas principais expressões intelectuais foram os economistas da PUC-Rio de Janeiro.

⁴² Apesar da retórica política da oposição política, a sobrevalorização do câmbio não se vincula ao ideário neoliberal, que recomenda, ao contrário, um *market exchange*. A versão brasileira radical de liberalismo adotou a sobrevalorização para forçar as empresas brasileiras a se enquadarem rapidamente, sob pena de desaparecimento, aos padrões do mercado, isto é, aos níveis internacionais de preços e produtividade. Eis porque denomino fundamentalista esse tipo de liberalismo.

⁴³ Representavam esse ponto de vista, no primeiro governo FHC, principalmente José Serra, ministro do Planejamento, Luiz Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES, e José Roberto Mendonça de Barros, secretário de Política Econômica. Fora do governo o nome mais relevante era o do deputado federal Delfim Neto, figura importante do regime autoritário, em que ocupou diversos ministérios da área econômica.

liberal-desenvolvimentismo inspirou algumas políticas destinadas a contrabalançar as consequências negativas da ortodoxia liberal para setores específicos da economia ou mesmo promover o crescimento de algumas atividades produtivas no país. Deve-se salientar que esse tipo de desenvolvimentismo liberal, em lugar de visar à construção de um sistema industrial nacionalmente integrado, reivindica que a produção doméstica tenha uma participação significativa no sistema econômico mundial. Ele só aceita formas bem definidas de intervenção estatal no sistema produtivo, como políticas industriais setoriais, desde que limitadas no tempo e no montante de subsídios. Não deseja substituir importações a qualquer custo, mas aumentar a competitividade de alguns setores econômicos e, no máximo, reduzir a dependência externa pelo “adensamento das cadeias produtivas”, introduzindo novos elos no tecido industrial, sem perder de vista, porém, a necessidade de equiparar sua competitividade aos padrões internacionais.

Durante o primeiro governo FHC, a sobrevalorização do câmbio e as altas taxas de juros produziram estabilidade monetária, porém conduziram a economia brasileira a um desequilíbrio externo bastante sério. Para reduzi-lo, o governo limitou a apreciação cambial e acentuou a elevação dos juros com dois objetivos complementares: refrear a atividade econômica doméstica e as importações, diminuindo em consequência o déficit comercial, e atrair capitais do Exterior para financiar o desequilíbrio externo do país, mantendo assim um nível de reservas alto o bastante para ancorar a nova moeda nacional. Esse programa de estabilização sustentava-se numa percepção otimista do mercado financeiro global, que via sua liquidez como permanente e capaz de equilibrar com empréstimos e investimentos desequilíbrios ocasionais no balanço de transações correntes do Brasil com o Exterior, caso o desempenho econômico do país fosse adequado.

A crise financeira do México, em dezembro de 1994, mostrou pela primeira vez os riscos de adequar a política macroeconômica à orientação liberal fundamentalista. Tal crise deixou claro que, dependendo das circunstâncias internacionais, poderia ser difícil obter capital no Exterior para financiar um desequilíbrio acentuado nos balanços comerciais e de serviços. Apesar dessa advertência e embora o governo tenha adotado algumas políticas compensatórias para proteger a economia doméstica, sua orientação macroeconômica básica foi mantida até a crise cambial de janeiro de 1999.

Essa obstinação contribuiu para aumentar a fragilidade financeira externa da economia brasileira e a debilidade do Estado ante os credores privados, pois levou ao endividamento crescente para cobrir os desequilíbrios gerados pela política macroeconômica. Como resultado da dependência financeira, as mudanças nas condições do mercado internacional afetaram cada vez mais, pela variação do fluxo de capitais, o equilíbrio das contas externas do país e expuseram a moeda nacional a ataques especulativos tendentes a desvalorizá-la. Assim, depois da crise mexicana, a crise financeira asiática de 1997 e a moratória russa de agosto de 1998 abriram caminho a tais ataques especulativos.

Em todas essas situações críticas, o país perdeu uma grande quantidade de reservas internacionais e o governo agiu de forma semelhante, ou seja, manteve a estabilidade da moeda elevando drasticamente os juros para preservar as reservas e refrear tanto a atividade econômica interna como o desequilíbrio externo. Essas medidas conseguiram preservar o valor da moeda em relação ao dólar e manter a inflação em nível muito baixo, embora não reduzissem a fragilidade financeira externa do país, pois aumentavam a dívida pública e não reduziam o déficit de transações correntes com o Exterior. Além disso, elas restringiram muito o crescimento do

produto nacional bruto e elevaram bastante as taxas de desemprego⁴⁴.

A fragilidade financeira do país em relação ao Exterior acabou cobrando um preço alto demais. A política cambial brasileira teve de ser alterada no início do segundo mandato de FHC para evitar o esgotamento das reservas em moeda estrangeira que ancoravam o real. Sublinhe-se ainda que a mudança ocorreu apesar de o governo ter assinado acordo com o FMI em novembro de 1998 e ter obtido grande empréstimo dos Estados Unidos para se defender com mais segurança da fuga de capitais externos.

A substituição do antigo Nacional-Desenvolvimentismo por uma estratégia liberal de desenvolvimento redirecionou o Estado em relação a vários setores socioeconômicos. Ressalte-se a propósito que, desde o lançamento do Plano Real até janeiro de 1999, a estratégia liberalizante privilegiou nitidamente a esfera financeira ante as atividades produtivas e comerciais por meio das políticas de juros altos e câmbio sobrevalorizado. Essas duas políticas sugaram os recursos do Estado e das atividades produtivas e comerciais para os detentores, locais ou estrangeiros, de capital financeiro. Isso mostra haver nítida afinidade entre o predomínio do fundamentalismo liberal no bloco político hegemônico e a fase da “financeirização da riqueza” que caracteriza o capitalismo mundial contemporâneo.

Entretanto, a transformação mais distintiva na relação do Estado com a Economia foi o fato das empresas estatais terem deixado de ser os suportes da gestão econômica governamental. Além de a maioria das estatais ter sido privatizada, algumas áreas antes atendidas pela administração direta do Estado passaram aos cuidados de empresas privadas (manutenção de estradas de rodagem, por exemplo). A diminuição drástica das funções empresariais do Estado não eliminou o intervencionismo estatal, mas o modificou profundamente. O Estado expandiu suas funções normativas e de controle por meio de agências reguladoras setoriais (telecomunicações, eletricidade, petróleo e gás, por exemplo) e manteve grande parte de sua capacidade de moldar a atividade econômica pelo financiamento de longo prazo às empresas privadas e pela compra de bens e serviços.

Também as companhias privadas nacionais deixaram de ser o foco privilegiado das políticas estatais. As companhias estrangeiras foram constitucionalmente equiparadas às nacionais, e a orientação estatal básica foi a de atrair ao máximo os investimentos externos e a de promover sua associação com as empresas nacionais⁴⁵. Além dessa orientação geral (tanto da União quanto dos estados), o governo federal tentou atrair, sistematicamente, as companhias multinacionais para ramos da indústria automotiva e telecomunicações, modulando as leis tributárias e o sistema de financiamento e tomando iniciativas para vender a imagem do Brasil como um excelente destino para o capital estrangeiro. É possível que isso tenha ajudado o Brasil a se tornar um dos maiores destinos do investimento estrangeiro direto no mundo, embora sempre ultrapassado, entre os países emergentes, pela China.

Outra mudança importante introduzida na relação Estado/economia é que, desde 1995, desapareceu a prioridade política antes concedida ao desenvolvimento das manufaturas industriais. No âmbito do BNDES, principal agente financeiro da industrialização brasileira, diversificaram as atividades econômicas atendidas. Além de manufaturas, foram financiadas empresas comerciais, agrícolas etc. A agricultura empresarial, sobretudo, foi diretamente beneficiada pelo governo federal e teve seus interesses de expansão convertidos em

⁴⁴ As taxas médias anuais de desemprego evoluíram da seguinte maneira: 4,85% (de julho de 1994 a junho de 1995); 5,75% (1995-1996); 5,77% (1996-1997); 7,37% (1997-1998); e 8,32% (1998-1999).

⁴⁵ A própria política de estabilização no primeiro governo de FHC contribuiu para dar vantagens às empresas estrangeiras em relação às nacionais.

demandas prioritárias da política externa brasileira. Desde 1996, quando ganharam impulso as discussões em torno da assinatura de acordos de livre-comércio com os Estados Unidos e a União Européia, os assuntos agrícolas e a luta contra as políticas protecionistas dos países centrais tornaram-se um ponto central da diplomacia brasileira.

As mudanças na orientação do Estado foram tão profundas que romperam um dos parâmetros básicos da velha aliança Nacional-Desenvolvimentista: a propriedade agrária deixou de ser intocável. A própria estabilização monetária reduziu os preços da propriedade territorial, antes muito usada como reserva de valor. Além disso, não só por iniciativa do próprio governo, mas também por pressão social do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) e da Igreja Católica, durante os dois mandatos de FHC, desenvolveu-se um programa de reforma agrária. Este incluiu desapropriações de propriedades improdutivas e o assentamento de milhares de famílias de trabalhadores agrícolas sem terra, assim como um conjunto de reformas institucionais e medidas específicas que elevaram a taxação sobre terras improdutivas e aumentaram o controle do poder público sobre a propriedade fundiária, inclusive pela retomada da posse sobre imensas áreas ilegalmente apropriadas por grileiros.

LIBERALISMO, DESENVOLVIMENTISMO E DEMOCRACIA

A reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e a manutenção quase total de seu suporte político (no Congresso e entre os governadores) confirmaram a aquiescência da maioria em relação ao programa liberal, o governo perdeu sua força política anterior, pois deixou de ter controle sobre sua política econômica (foi levado a desvalorizar a moeda em janeiro de 1999, depois de recorrer ao apoio do FMI e do governo norte-americano) e foi constrangido por enormes dificuldades econômicas. O governo teve certo sucesso na substituição do regime de câmbio semifixo e sobrevalorizado pelo câmbio flutuante e no manejo da política monetária. A estabilidade da moeda foi mantida e, depois da estagnação de 1999, houve um crescimento de 4% do PIB em 2000. Entretanto, o apoio do FMI foi dado e renovado em troca do compromisso de o governo fazer um severo ajuste fiscal, objetivando produzir um grande superávit anual nas contas públicas (sem considerar os juros devidos), um superávit grande o bastante para permitir reduzir a proporção da dívida pública em relação ao PIB⁴⁶. Além disso, a estagnação internacional de 2001 e 2002, a crise da Argentina e o risco político associado à eleição presidencial de 2002 produziram constrangimentos adicionais às políticas governamentais. Com isso, houve uma redução dos fluxos de investimentos externos diretos (IDE) para o Brasil e dificuldades para rolar as dívidas externa e interna⁴⁷.

Assim, uma vez mais, revelaram-se a dependência externa e a fragilidade econômica do Brasil, apesar da nova política de câmbio flutuante. Esta não pode proteger plenamente a economia da conjuntura internacional negativa e das incertezas políticas em função das enormes dívidas externa e interna produzidas pela política de estabilização do primeiro governo FHC e do crônico déficit brasileiro nas suas transações correntes com o

⁴⁶ O compromisso de produzir superávit primário anual de 3,5% do PIB (elevado em 2002 para 3,75%) implicou uma grande contenção de gastos. Ainda mais que os números foram de fato superados. Sublinhe-se que, durante o primeiro mandato de FHC, embora o governo defendesse a necessidade de ajustar as contas públicas, apenas as manteve equilibradas (não contando os juros pagos).

⁴⁷ Os fluxos de IDE foram de US\$ 33,3 bilhões em 2000, caíram para US\$ 20 bilhões em 2001 e para US\$ 16,6 bilhões em 2002. As dificuldades de rolagem da dívida interna manifestaram-se apenas em termos de custo monetário mais alto. Em relação à dívida externa, houve redução dos montantes disponíveis para renovar linhas de crédito às exportações, algo que não ocorreu sequer na crise dos anos de 1980.

exterior. As contramedidas do Banco Central, aprofundar o ajuste fiscal, aumentar as taxas de juros e assinar novos acordos com o FMI, embora protegessem a solvência financeira do Brasil, reduziram o crescimento do PIB em 2001 e 2002 a menos de 2% anuais⁴⁸.

A nova gestão macroeconômica surgida a partir da crise cambial de janeiro de 1999 implicou algumas mudanças nas relações do Estado com setores econômicos. As atividades não financeiras ganharam mais relevância e o governo estimulou de diferentes maneiras os segmentos econômicos que podiam ajudar a produzir superávit no comércio exterior. Durante do segundo governo FHC até foi dada atenção e alguma ajuda às companhias que tinham certa probabilidade de competir internacionalmente como multinacionais.

Em janeiro de 1999, depois de uma longa luta interna dentro do governo, o presidente da República, contrariando seu ministro da Fazenda, decidiu deixar flutuar o câmbio. A decisão revelou-se sábia. Depois de uma necessária elevação da taxa de juros, esta começou a ser sistematicamente reduzida pelo novo presidente do Banco Central. Entretanto, em 2001, um pequeno aquecimento da economia brasileira, o início da recessão nos Estados Unidos, e a crise da Argentina, e principalmente a depreciação do câmbio, que chegou a R\$ 2,80 por dólar, levaram o Banco Central, em nome da meta de inflação, a novamente elevar a taxa de juros básica, fazendo-a voltar aos níveis mais elevados do mundo.

Mais uma vez o Banco Central do Brasil quebrava a regra de ouro de qualquer política monetária competente. Como a determinação da taxa de juros é a única arma de que contam as autoridades monetárias para atingir suas metas, há sempre uma “boa razão” para elevá-la. Em um momento o objetivo é atrair capitais de curto prazo, noutro, impedir que a economia se aqueça e o déficit em conta corrente aumente em demasia, noutro ainda, a busca de controlar a inflação ainda que esta não seja uma inflação de demanda. No Brasil, sempre há uma “boa” razão para aumentar a taxa de juros, sem falar na má razão: beneficiar os rentistas, como disse Furtado. Em 2001, a razão principal alegada para elevar a taxa de juros foi o cumprimento da meta inflacionária. A política de metas de inflação, adotada pelo Banco Central em 2000, foi equivocadamente identificada com o êxito da flutuação cambial de janeiro do ano anterior. E tornou-se uma espécie de tabu, ou de unanimidade nacional, que ninguém se sente autorizado a discutir. Coisa semelhante, mas mais grave, aconteceu na Argentina, com o “Plano de *Covertibilidad*”, com trágicas consequências para o país. No nosso caso, a proibição de debate não foi tão grave, mas foi grave o suficiente para que, por exemplo, nenhum dos principais candidatos à presidência da república em 2002 se dispusesse a criticar a adoção da política de metas. O máximo que se fez — como, aliás, também fizemos eu (Bresser), Furtado e Nakano em um documento de grande repercussão, “Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade”, tornado público no início de 2002 — foi afirmar que a política de metas deveria levar em consideração um prazo mais longo e desconsiderar flutuações temporárias da taxa de câmbio. A meta relevante de inflação deve ser a de médio e longo prazo, pois acelerações e desacelerações transitórias não exigem mudança na taxa de juros. A taxa real de juros tem que reagir primordialmente ao hiato do produto para controlar a inflação. Quando se introduz a taxa de câmbio nesta função de reação, é preciso distinguir a natureza dos choques externos, e a transitoriedade ou não da variação cambial. Reação de pronto a qualquer apreciação ou depreciação pode resultar em instabilidade desnecessária.

Desta luta interna participou Furtado, Bresser, Persio Arida, José Serra, Paulo Renato de Souza. Dos

⁴⁸ Apesar do considerável ajuste fiscal, o Brasil não conseguiu reduzir a proporção de sua dívida pública em relação ao PIB. Em compensação, a enorme desvalorização cambial relacionada à incerteza eleitoral de 2002 ajudou o Brasil a gerar um superávit comercial de US\$ 13,1 bilhões, o que reduziu o déficit externo corrente a 1,7% do PIB (entre 1998 e 2001 o déficit anual tinha atingido mais de 4% do PIB).

cinco, apenas Arida e Serra participaram da equipe econômica, o primeiro como presidente do Banco Central nos primeiros sete meses, o segundo, como ministro do Planejamento nos primeiros 15 meses do governo. Arida demitiu-se por discordar da política de câmbio, Serra, para ser candidato à prefeitura de São Paulo. Paulo Renato de Souza, como ministro da Educação, e Bresser, como ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, foram excluídos da equipe econômica.

Eu (Bresser) e Furtado, porém, insistimos muitas e muitas vezes com o presidente sobre a necessidade de desvalorizar ou deixar flutuar o real. Furtado formalizou sua posição com uma carta, em novembro de 1996, acompanhada de um pequeno paper, escrito por mim (Bresser) que depois foi publicado na Revista de Economia Política, “As Três Formas de Desvalorização Cambial” (1997), no qual não mencionava o Brasil devido à minha condição de ministro do governo.

Surpreendentemente, porém, apenas o presidente do Banco Central perdeu o cargo, enquanto o ministro Pedro Malan foi mantido apesar de ter sido desautorizado pelo presidente. O novo presidente do Banco Central, Francisco Lopes, que, dentro da equipe econômica apoiara a flutuação do câmbio, permaneceu poucos dias no cargo. Sem o apoio do ministro, e enfrentando as naturais dificuldades que se seguiram à flutuação do câmbio, foi substituído por Armínio Fraga, que permaneceu no cargo. Todos os economistas citados são originários ou fazem parte do corpo docente da PUC do Rio de Janeiro.

Essas mudanças podem ser vistas como sinais de transformação política dentro do bloco hegemônico. Este se inclinou de forma irregular e hesitante em direção a seu pólo liberal-desenvolvimentista. Desde o começo de 2000, o Ministério do Desenvolvimento, o da Ciência e Tecnologia, a Secretaria do Planejamento e até a Presidência da República manifestaram sinais desse tipo de transformação, mais acentuada ainda com a aproximação das eleições de 2002. Mesmo assim, os portadores do fundamentalismo liberal mantiveram o controle sobre as principais alavancas do poder: o Ministério da Fazenda e o Banco Central e por meio delas preservaram a prioridade para a estabilização, embora tenham adotado a política fiscal, em lugar da política cambial, como instrumento central para conservá-la. Em resumo, o bloco hegemônico manteve suas divisões internas, embora atenuadas, e seus conflitos internos foram deslocados da questão cambial para assuntos fiscais. Como consequência, as decisões governamentais tornaram-se lentas e não sistemáticas.

As dificuldades econômicas e políticas mencionadas contribuíram também para enfraquecer a coalizão política que governava o Estado durante o segundo governo FHC. No seu primeiro mandato, o presidente FHC tinha um alto prestígio popular (originado na súbita estabilização monetária), o que reforçou os poderes presidenciais usuais e o ajudou a lidar com a ampla coalizão de partidos governistas para executar o programa reformista liberal. Além disso, a estabilidade monetária conseguida pelo Plano Real e a política de contenção econômica que predominou no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso restringiram a ação dos movimentos e das organizações das massas populares. A hegemonia liberal também dificultou a mobilização dos sindicatos que se mantiveram ideologicamente vinculados a idéias estatistas ou social-democratas. A propagação do apoio popular ao governo facilitou a adoção de um estilo tecnocrático de exercer o poder e reforçou as dificuldades de participação política popular fora dos períodos eleitorais.

No segundo governo FHC, entretanto, o presidente perdeu muito prestígio, principalmente porque o governo não manteve as promessas, desvalorizando a moeda em janeiro de 1999 e desencadeando a desconfiança na sua capacidade de manter a estabilidade monetária. A crise cambial afastou, ao mesmo tempo, a possibilidade de o governo realizar em tempo as promessas de retomada do crescimento econômico. A inflação alta não voltou e as atividades econômicas começaram a crescer, pouco mais de um ano depois, mas, mesmo

assim, o presidente não recuperou o prestígio político e a liderança que tinha no seu primeiro mandato. Dessa forma, a coalizão política governamental tornou-se menos disciplinada e o governo perdeu sua capacidade para aprovar leis no Congresso e para definir políticas específicas, dando margem ao fortalecimento dos partidos de oposição. Em contrapartida, tais partidos passaram por grande metamorfose ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais permeáveis às idéias liberais. A mudança foi até o ponto de a camada dirigente do principal partido oposicionista, o Partido dos Trabalhadores, não ultrapassar os limites do que temos denominado liberal-desenvolvimentismo.

A luta eleitoral pela Presidência da República, em 2002, exprimiu as mudanças ocorridas no bloco hegemônico, a debilidade da coalizão política governante e a mudança ideológica dos principais partidos de oposição. Nenhum candidato à Presidência defendeu o fundamentalismo liberal. Além de advogar idéias liberal-desenvolvimentistas, o candidato situacionista não conseguiu manter o apoio de toda a coalizão de sustentação de FHC. A ala direita da coalizão abandonou a candidatura oficial, mas não teve condições de lançar o seu próprio candidato à Presidência. Foi capaz de mostrar apenas alguma força no plano regional. Por outro lado, os concorrentes de oposição mostraram-se sintonizados com as idéias liberal-desenvolvimentistas, a despeito da exacerbada retórica nacionalista de alguns deles. Especialmente o Partido dos Trabalhadores e seu candidato fizeram grandes esforços para se ajustar ao *establishment*, seja comprometendo-se a manter o eixo da gestão econômica de FHC seja aproximando-se do centro do espectro partidário. De fato, além do PT se compor com alguns partidos de esquerda, aliou-se ao Partido Liberal e fez de um empresário, senador por este partido, o seu candidato à vice-presidente.

Nas eleições de 2002, o conjunto das forças políticas tentou posicionar-se na ala esquerda do *establishment*. Isto significa que todos eles advogavam mais controle do Estado sobre o mercado e mais incentivos para as atividades produtivas e maior proteção do Estado para os mais pobres, mas tudo isso sem quebrar o molde liberal que conforma a coalizão sociopolítico no poder.

Assim, embora a vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição para a Presidência da República tenha resultado, evidentemente, em mudança da coalizão política governamental, ela não tende a produzir qualquer ruptura na hegemonia liberal estabelecida anos atrás. Mesmo que haja tensão entre a nova coalizão político-partidária que comanda o Estado e a coalizão sociopolítica que o vem sustentando, o eixo da agenda do novo governo é liberal-desenvolvimentista: seu objetivo não é reconstruir o Estado empresarial, mas reformar o Estado para que possa estimular o desenvolvimento privado e a igualdade social⁴⁹.

É certo que os novos governantes vêm afirmando que suas políticas ortodoxas são apenas “um remédio inevitável, mas provisório”, a ser utilizado só enquanto a dívida interna e externa e a estagnação econômica internacional continuarem a constranger a capacidade de ação do Estado. Embora o novo governo queira sugerir com isso que há uma diferença qualitativa da política que adota com a do anterior, não se vislumbra no horizonte nenhuma alternativa de gestão macroeconômica que, alterados os atuais constrangimentos, não pudesse ser adotada também pelo governo FHC, caso ainda estivesse no poder. O que se pode esperar, sim, é que o governo Lula, no futuro, expanda e dê uma maior consistência às políticas de desenvolvimento e às políticas sociais.

⁴⁹ É importante sublinhar que no Brasil e em outros países latino-americanos os adeptos do liberalismo econômico não costumam se opor ao Estado de Bem-Estar, mas ao Estado Empresário (nacional-desenvolvimentista), manifestando-se a favor de políticas sociais.

Dada a dependência do Estado em relação ao capital financeiro, não parece provável a adoção de políticas muito drásticas de redistribuição do patrimônio e da renda, ainda que haja muita boa vontade entre as elites em relação a programas de combate à miséria e à pobreza. É verdade, também, que o novo governo tem advogado uma maior participação política no desenho e na gestão das políticas estatais, contrariando o estilo tecnocrático de decisão do governo anterior. E que, em função disso, foram criados vários conselhos consultivos compostos por representantes convidados de organizações sociais e por membros do governo. Embora as promessas de maior participação política tenham tido, sem dúvida, um alto valor político para a eleição do atual presidente, especialmente entre os empresários e a classe média, ainda é muito cedo para avaliar se os mecanismos imaginados para realizá-las produzirão transformações institucionais significativas que aprofundem a ordem democrática vigente.

Seja como for, o extraordinário conjunto de reformas liberalizantes efetuadas nos anos de 1990 definiu o quadro institucional básico que regulará as relações entre o Estado e o Mercado e entre o sistema econômico nacional e o capitalismo mundial no começo do século XXI. Esse quadro dificilmente será alterado em médio prazo, pois é a materialização de uma nova perspectiva hegemônica na sociedade. As mudanças ocorridas na gestão econômica inclinaram-na cada vez mais para o liberal-desenvolvimentismo, e é razoável supor que o novo governo de esquerda tenda a reforçar as características centrais dessa inflexão no campo hegemônico liberal. A dependência externa e o Mercosul são os elos mais frágeis da nova forma de integração do país no capitalismo mundial. De um lado, a incapacidade crônica de gerar poupança interna suficiente para sustentar investimentos ameaça o desenvolvimento econômico contínuo do Brasil. De outro, a fraqueza econômica e a política dos países membros do Mercosul no plano mundial e a falta de harmonia entre eles pode complicar a sua consolidação como bloco regional. Ademais, os Estados Unidos pressionam intensamente para subordinar o Mercosul a um processo de integração que compreende toda a América sob sua liderança.

De uma perspectiva mais ampla, foi notável o progresso brasileiro na direção de uma sociedade mais democrática. Há nítidas manifestações de intolerância crescente das classes médias e populares diante do comportamento predatório das elites e também cada vez mais exigências de distribuição mais justa da renda. Essas demandas de responsabilidade política e social tendem a consolidar as instituições políticas democráticas e, como a válvula inflacionária mecanismo de escape típico daquela elite em face das pressões distributivas está razoavelmente bloqueada, parece provável que paralelamente ao crescimento econômico venha a ocorrer uma maior redução dos índices brasileiros de desigualdade material e cultural.

Nas últimas décadas do século XX, por maiores que tenham sido as mudanças ocorridas, o Brasil não escapou de sua condição periférica. A retomada do crescimento acelerado e a consolidação do Mercosul não serão suficientes para permitir que isso ocorra. Superar essa condição exige a inclusão social e econômica dos mais pobres, que ainda permanecem à margem das conquistas materiais da civilização moderna. Este é o desafio mais difícil e mais necessário para a sociedade brasileira superar neste século XXI.